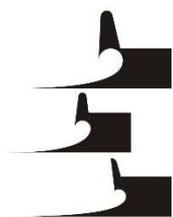


Relatório de Gestão 2016





ESTARREJA
MUNICÍPIO



RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016

“ Quem administra bens alheios presta contas ...Ora, bom exemplo de bens alheios são os bens públicos que por serem da comunidade (ou de instituições nascidas da sua auto organização) não são individualmente de ninguém que zele pela sua integridade e pela sua fidelidade e transparência da respetiva gestão. Surge, assim, a obrigação de prestar contas como dever dos que administram a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos”. Tribunal de Contas

www.cm-estarreja.pt

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETIVO E ENQUADRAMENTO GERAL

O agravamento da crise financeira internacional, que causou uma recessão na generalidade dos países desenvolvidos no final de 2008 e durante 2009, e a crise da dívida soberana nos países da periferia da zona euro que lhe está associada, forçou Portugal a executar o Programa de Assistência Económica e Financeira (de maio de 2011 a 2014), impondo fortes restrições orçamentais a toda a administração pública e afetando de forma significativa a gestão financeira dos municípios portugueses.

Concluído, em maio de 2014, o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado em 2011 com a Comissão Europeia (CE), o BCE e o FMI, não significa que terminaram as exigências de rigor a que Portugal está sujeito, pelo que têm permanecido grande parte das restrições impostas à administração pública e particularmente à administração local, em prol da tão ambicionada disciplina orçamental para assegurar, de forma efetiva e definitiva, a **sustentabilidade das finanças públicas**.

Neste contexto o Município de Estarreja, nos últimos anos tem centrado os esforços em reforçar o processo de **consolidação das finanças públicas**, atenuando as consequências nocivas da crise nacional e internacional.

Atualmente as organizações que queiram assegurar a sua continuidade e uma adequada rentabilidade dos seus recursos têm, cada vez mais, de garantir uma permanente adaptação a um mundo de mudança, com redobrados desafios de competitividade e de eficiente rentabilização dos escassos recursos públicos.

Por isso cada vez mais se torna crucial que os municípios consigam ganhos de eficiência para que a sua sustentabilidade económica não seja ameaçada.

Tal significa que os municípios adotem boas práticas de governança, sendo para esse efeito fundamental conhecer, avaliar e divulgar o desempenho organizacional das instituições, a vários níveis.

Neste contexto, o órgão executivo de um município tem a responsabilidade de assegurar uma boa gestão dos dinheiros públicos (*afetação de recursos com o objetivo da eficiência e a redistribuição de rendimentos e riqueza com vista a uma melhor justiça social*) e conseqüentemente informar sobre a forma como foram utilizados os recursos públicos disponibilizados.

A obrigação de prestar contas como dever incontornável dos que administram, a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos, e a sua ampla divulgação, assumem por isso acrescida importância e especial enfoque no âmbito desta nova dinâmica organizacional no seio da administração pública.

Confrontados os decisores políticos com esta necessidade, sobressai a importância do papel do sistema contabilístico, cabendo-lhe assegurar a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial, fiável e oportuna, e que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos escassos recursos financeiros.

Neste seguimento, em conformidade com o disposto na alínea i) do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, são elaborados os documentos de prestação de contas relativas ao ano 2016, perspetivando:

- O controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do nº2 do artigo 25º da mencionada Lei;
- O controlo jurisdicional do Tribunal de Contas;
- O controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos da tutela da Administração Central;
- A transparência junto dos cidadãos sobre a atividade desenvolvida pela autarquia.

Com o pressuposto base de “**Conhecer, avaliar e reportar para melhor gerir os recursos públicos**” submete-se à aprovação do Órgão Executivo o RELATÓRIO DE GESTÃO e demais DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, referente ao exercício económico de 2016, conforme determina o disposto no n.º 1 da alínea j) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cabendo a Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A prestação de contas obedece ao disposto no ponto 2 das considerações técnicas do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99 de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº315/2000 de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002 de 5 de abril, pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro e Lei nº 98/97 de 26 de agosto e as suas alterações (Lei de Organização e do Processo do Tribunal de Contas).

A organização e documentação das contas segue o preceituado no n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas, os termos das instruções da Resolução n.º 4/2001¹ – 2ª secção, alterada pela Resolução nº 6/2013² – 2ª secção e pela Resolução nº 3/2016³ – 2ª Secção.

Em conformidade com as referidas instruções do Tribunal de Contas, resultam para o Município de Estarreja, e como elementos de prestação de contas, os documentos descritos no quadro seguinte.

¹ Publicada no Diário da República, 2ª Série, nº191, de 18 de agosto

² Publicada no Diário da República, 2ª Série, nº226, de 21 novembro

³ Publicada no Diário da República, 2ª Série, nº13, de 18 de janeiro/2017

Quadro nº1 – Documentos de Prestação de Contas

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nº	Designação	Código POCAL	Grupo 1
1	↳ Balanço	5	X
2	↳ Demonstração de Resultados	6	X
3	↳ Plano Plurianual de Investimentos	7.1	X
4	↳ Orçamento (Resumo)	7.2	X
5	↳ Orçamento	7.2	X
6	↳ Controlo Orçamental da Despesa	7.3.1	X
7	↳ Controlo Orçamental da Receita	7.3.2	X
8	↳ Execução do Plano Plurianual de Investimentos	7.4	X
9	↳ Fluxos de Caixa	7.5	X
10	↳ Contas de Ordem	7.5	X
11	↳ Operações de Tesouraria	7.6	X
12	↳ Caracterização de Entidade	8.1	X
13	↳ Notas ao Balanço e á Demonstração de Resultados	8.2	X
14	↳ Modificações do Orçamento – Receita	8.3.1.1	X
15	↳ Modificações do Orçamento - Despesa	8.3.1.2	X
16	↳ Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	8.3.2	X
17	↳ Contratação Administrativa – Situação dos Contratos	8.3.3	X
18	↳ Transferências Correntes – Despesa	8.3.4.1	X
19	↳ Transferências de Capital – Despesa	8.3.4.2	X
20	↳ Subsídios Concedidos	8.3.4.3	X
21	↳ Transferências Correntes – Receita	8.3.4.4	X
22	↳ Transferências de Capital – Receita	8.3.4.5	X
23	↳ Subsídios Obtidos	8.3.4.6	X
24	↳ Ativos de rendimento fixo	8.3.5.1	X
25	↳ Ativos de rendimento variável	8.3.5.2	X
26	↳ Empréstimos	8.3.6.1	X
27	↳ Outras Dívidas a terceiros	8.3.6.2	X
28	↳ Relatório de Gestão	13	X
29	↳ Guia de Remessa		X
30	↳ Ata da reunião em que foi discutida e votada a Conta		X
31	↳ Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	X
32	↳ Resumo Diário de Tesouraria	12.2.9	X
33	↳ Síntese das Reconciliações Bancárias		X
34	↳ Mapa de Fundos de Maneio		X
35	↳ Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais		X
36	↳ Relação de acumulação de funções		X
37	↳ Relação nominal de responsáveis		X
38	↳ Mapa das Participações da Entidade		X
39	↳ Declaração dos Recebimentos em Atraso existentes a 31/12/2016		X
40	↳ Declaração dos Pagamentos em Atraso existentes a 31/12/2016		X
41	↳ Declaração dos Compromissos Plurianuais existentes a 31/12/2016		X

1.2. ESTRUTURA/**METODOLOGIA**

O presente Relatório espelha a execução orçamental durante o ano económico de 2016 e a situação financeira patrimonial da autarquia no final desse período, apresentando em documento/volume autónomo os MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.

O relato financeiro, que se segue visa explorar as tendências do desempenho financeiro do Município de Estarreja em diferentes óticas, nomeadamente a Orçamental, Económica e Financeira, tendo por base a comparação com os exercícios anteriores.

De forma resumida o **Relatório de Gestão** trata-se de um instrumento fundamental de diagnóstico e de avaliação da performance económica e financeira do município, disponibilizando elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da autarquia evidenciando os aspetos mais importantes, com particular ênfase:

- ✦ na análise de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal, relevando os aspetos da execução das Grandes Opções do Plano (doravante GOP's), especificamente no que concerne ao investimento e atividades mais relevantes realizadas;
- ✦ na análise da dívida municipal, efetuando o *reporting* ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública;
- ✦ na análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, identificando os resultados operados no exercício
- ✦ e na apresentação e análise de alguns indicadores financeiros

O **Relatório de Gestão** apresenta-se decomposto em sete áreas principais:

- **Enquadramento Macroeconómico**, de descrição dos factos mais relevantes da conjuntura económica mundial e nacional que caracterizaram o ano 2016 e influenciaram a atuação e os resultados da autarquia no exercício económico em análise;
- **Caraterização da Entidade**
- **Eixos Estratégicos**, procede-se a avaliação da execução das premissas e prioridades, explanadas no Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano de 2016, bem como dos eixos estratégicos definidos nesses mesmos documentos previsionais;
- **Análise Orçamental**, onde se desenvolve uma avaliação de natureza orçamental, centrada de início na execução global do orçamento, suas alterações e revisões e respetiva articulação entre receita e despesa, assim como os fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma abordagem individualizada às componentes da Receita e da Despesa Municipal;
- **Dívida Municipal**, incluindo uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública;
- **Análise Patrimonial**, tendo por base o balanço e a demonstração de resultados, permitindo uma análise da situação económico-financeira relativa ao exercício, avaliando designadamente a situação patrimonial, a evolução dos custos e proveitos, incluindo proposta de aplicação do Resultado Líquido do período.

- **Indicadores de gestão**
- **Contabilidade de Custos**

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros e gráficos de forma a evidenciar os dados informativos indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

Este RELATÓRIO contém uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição financeira e orçamental do Município, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução da atividade, dos resultados e da sua posição financeira e orçamental, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o Município se defronta.

2. CENÁRIO MACROECONÓMICO

2.1. GLOBAL | ENQUADRAMENTO MUNDIAL

Oito anos volvidos depois da crise financeira internacional de 2007-2008, o crescimento económico mundial continua a pautar-se por uma significativa fragilidade. A estimativa mais recente do aumento do PIB mundial em 2016 situa-se em apenas 3,1%, o que a confirmar-se, será o ritmo mais fraco desde o ano da grande recessão (2009). Verifica-se ainda o arrastamento de um período demasiado longo de fraco crescimento, com implicações negativas em termos de capacidade de criação de emprego, geração e distribuição de riqueza.

Quadro nº 2 – Previsões de Crescimento da Economia mundial

	2016				2017				2018			
	OCDE	FMI	CE	BM	OCDE	FMI	CE	BM	OCDE	FMI	CE	BM
	OECD	IMF	EC	WB	OECD	IMF	EC	WB	OECD	IMF	EC	WB
	nov-16 Nov-16	jan-17 Jan-17	fev-17 Feb-17	jan-17 Jan-17	nov-16 Nov-16	jan-17 Jan-17	fev-17 Feb-17	jan-17 Jan-17	nov-16 Nov-16	jan-17 Jan-17	fev-17 Feb-17	jan-17 Jan-17
MUNDO WORLD	3,0 ^(a)	3,1	3,0	2,3	3,3 ^(a)	3,4	3,4	2,7	3,6 ^(a)	3,6	3,6	2,9
OCDE OECD	1,7	-	-	-	2,0	-	-	-	2,3	-	-	-
UE-28 EU-28	1,8 ^(a)	1,9	1,9	-	1,9 ^(a)	2,0	1,8	-	-	-	1,8	-
ZONA EURO EURO AREA	1,7 ^(a)	1,7	1,7	1,6	1,6 ^(a)	1,6	1,6	1,5	1,6 ^(a)	1,6	1,8	1,4
ESPAÑA SPAIN	3,2	3,2 ^(b)	3,2	-	2,5 ^(b)	2,3 ^(b)	2,2	-	2,2 ^(b)	2,1 ^(b)	2,1	-
ALEMANHA GERMANY	1,8 ^(a)	1,7	1,9	-	1,8 ^(a)	1,5	1,6	-	1,7 ^(a)	1,5	1,8	-
FRANÇA FRANCE	1,1 ^(a)	1,2	1,2	-	1,4 ^(a)	1,2	1,4	-	1,4 ^(a)	1,6	1,7	-
ITALIA ITALY	1,0 ^(a)	0,9	0,9	-	1,0 ^(a)	0,7	0,9	-	1,0 ^(a)	0,8	1,1	-
HOLANDA NETHERLANDS	2,0	1,7	2,1	-	2,0	1,6	2,0	-	1,9	-	1,8	-
GRÉCIA GREECE	0,0	0,1	0,3	-	1,3	2,8	2,7	-	1,9	-	3,1	-
REINO UNIDO UNITED KINGDOM	2,0	2,0	2,0	-	1,2	1,5	1,5	2,1	1,0	1,4	1,2	-
EUA USA	1,6 ^(a)	1,6	1,6	1,6	2,4 ^(a)	2,3	2,3	2,2	2,8 ^(a)	2,5	2,2	2,1
JAPÃO JAPAN	1,0 ^(a)	0,9	0,9	1,0	1,2 ^(a)	0,8	1,0	0,9	0,8 ^(a)	0,5	0,5	0,8
CHINA CHINA	6,7 ^(a)	6,7	6,7	6,7	6,5 ^(a)	6,5	6,4	6,5	6,3 ^(a)	6,0	6,2	6,3
ÍNDIA ^(c) INDIA ^(c)	7,0 ^(a)	7,6 ^(d)	6,9	7,0	7,3 ^(a)	6,6 ^(d)	7,1	7,6	7,7 ^(a)	7,2 ^(d)	7,5	7,8
BRASIL BRAZIL	-3,5 ^(a)	-3,5	-3,4	-3,4	0,0 ^(a)	0,2	0,6	0,5	1,5 ^(a)	1,5	1,7	1,8
RÚSSIA RUSSIA	-0,8	-0,6	-0,6	-0,6	0,8	1,1	0,8	1,5	1,0	1,2	1,1	1,7
ANGOLA ANGOLA	-	0,0	-	0,4	-	1,5	-	1,2	-	-	-	0,9
MOÇAMBIQUE MOZAMBIQUE	-	4,5	-	3,6	-	5,5	-	5,2	-	-	-	6,6

Fontes: Comissão Europeia (CE), "European Economic Forecast, Winter 2017", 13/02/2017; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), "Economic Outlook", 28/11/2016; Banco Mundial (BM), "Global Economic Prospects", 10/01/2017; Fundo Monetário Internacional (FMI), "World Economic Outlook Update", 16/01/2017, "World Economic Outlook", 04/10/2016.

(a) Anos económicos diferentes dos anos civis. 2011 = 2010/11

(b) OCDE - Economic Surveys: União Europeia, 10/06/2016; Espanha, 14/03/2017

(c) Fundo Monetário Internacional (FMI) - Country Report: Espanha, 03/02/2017; Índia, 22/02/2017.

(d) OCDE - Interim Economic Outlook. 07/03/2017

A dinâmica das economias emergentes, e em particular a menor pujança da economia da China que tem vindo a ajustar o seu modelo de crescimento, explica grande parte do abrandamento verificado da economia global desde início do século. Efetivamente, antes da crise financeira, o grupo de economias consideradas emergentes registava ritmos de expansão que superavam os 7-8%, contrastando com pouco mais de 4% nos anos mais recentes.

Figura nº1 – Produção Industrial Mundial



No 4.º trimestre de 2016, a produção industrial mundial acelerou para 2,6% em termos homólogos (1,6% no 3.º trimestre) devido sobretudo à melhoria das economias avançadas (com destaque para o Japão).

No último trimestre de 2016, assistiu-se a um maior dinamismo das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento (especialmente asiáticos). Quanto às economias avançadas, registou-se também a um reforço do crescimento das exportações, contrastando com uma desaceleração significativa das importações.

Quadro nº 3 – Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2015					2016			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	17	12	12	15	16	2,6	16	17	3,0	3,1
Economias Avançadas	VH	CPB	0,2	0,0	-0,3	-0,1	0,1	1,3	0,2	0,3	1,6	1,9
Economias Emergentes	VH	CPB	3,1	2,4	2,7	3,0	3,0	3,7	2,9	2,9	4,2	4,1
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	12	14	0,8	15	11	15	12	-0,2	2,6	2,2
Importações Mundiais	VH	CPB	11	17	11	16	11	0,8	16	-0,5	15	14
Economias Avançadas	VH	CPB	17	3,1	2,0	2,2	1,8	0,7	12	-0,1	14	0,7
Economias Emergentes	VH	CPB	0,4	-0,1	-0,2	0,8	0,0	1,0	2,1	-1,1	1,8	2,4
Exportações Mundiais	VH	CPB	13	10	0,6	13	11	2,3	0,8	0,0	3,8	3,1
Economias Avançadas	VH	CPB	0,9	0,4	0,8	0,2	0,8	1,8	0,9	0,3	2,2	3,1
Economias Emergentes	VH	CPB	1,8	1,7	0,4	2,7	1,3	2,8	0,7	-0,3	5,6	3,1

Fonte: Boletim Mensal de Economia Portuguesa –Fevereiro/2017– GEE(Ministério das Finanças)

O PIB da zona da OCDE aumentou para 1,7% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2016 (igual ao 3.º trimestre) influenciado por um crescimento mais forte dos EUA e do Japão; contrabalançado por um crescimento mais moderado da União Europeia. No final de 2016, a taxa de inflação homóloga acelerou para 1,8% para o conjunto dos países da OCDE; enquanto diminuiu para a generalidade dos países emergentes.

EUA

Em 2016, a dinâmica económica nos Estados Unidos foi significativamente mais fraca do que o esperado inicialmente, tendo-se revelado particularmente fraca na primeira metade do ano. Em termos trimestrais anualizados, a economia americana cresceu apenas 0,8% nos primeiros três meses do ano, e 1,4% no segundo trimestre.

O ano deverá terminar com um crescimento inferior a 2%, muito devido a um comportamento bastante fraco do investimento norte-americano, este por sua vez condicionado pelos problemas das empresas no sector energético devido aos baixos preços petrolíferos.

Além disso, também a conjugação de várias incertezas políticas e financeiras (desde a volatilidade nos mercados devido à situação chinesa, passando pelo Brexit e acabando na própria eleição doméstica), que subjugaram tanto a confiança dos investidores, como a confiança dos consumidores.

No mercado de trabalho, 2016 foi um bom ano, com a taxa de desemprego a continuar a descer, terminando o ano em níveis mínimos desde 2007 (4.7% em Dezembro). Mesmo olhando para outras medidas da saúde do mercado de trabalho, o retrato é de uma melhoria gradual mas robusta. Os pedidos de subsídio de desemprego estão abaixo dos 300 mil pelo maior período desde os anos 70. A inflação, por seu lado foi paulatinamente subindo em 2016, principalmente na segunda metade do ano, ficando em Novembro já pouco abaixo dos 2%, a 1.7%.

CHINA

Em 2016, os dirigentes chineses tentaram através de um conjunto de medidas expansionistas (monetárias e fiscais) estabilizar o crescimento económico, confrontados com a tendência de queda, reflexo das transformações estruturais em curso. No início do ano questionava-se se o abrandamento do crescimento seria abrupto ou suave, com repercussões internas e externas importantes, tendo mesmo provocado turbulência nos mercados quando os dados inicialmente divulgados pareciam indicar quebras acentuadas. Mas o ano acabou por mostrar uma economia resiliente, que poderá ter crescido a uma taxa anual de 6,7% (o governo previa um crescimento entre 6,5% e 7,0%). É óbvio que o crescimento tem vindo a abrandar, mas também já é notória uma estabilização, com contributo tanto dos sectores tradicionais, como dos tecnologicamente mais avançados.

Durante anos, o modelo de crescimento assentou, sobretudo, no comércio internacional, com os produtos incomparavelmente mais competitivos do que as restantes economias, dado o custo baixo dos fatores de produção. Presentemente, com o interesse num novo modelo não baseado primordialmente no comércio, a venda ao exterior ainda é importante, mantendo-se elevado os superávites. No entanto têm vindo a diminuir, acompanhando o abrandamento crescimento, mas também a queda dos preços das matérias-primas e a desvalorização da moeda

Mas, por outro lado, crescer baseado na continuada criação de infra-estruturas e concretização de grandes projetos parece agora menos provável quando o nível de endividamento global encontram-se próximo dos 300% do PIB.

JAPÃO

O FMI estima que o Japão terá crescido 0,5% em 2016 atingindo um PIB de 1,6%, devido à melhoria da procura interna com destaque para o reforço do investimento privado residencial e à aceleração das exportações. No médio prazo a despesas pública e a política monetária serão os fatores de suporte do crescimento. A informação económica recentemente publicada continua a indicar fragilidades, dando suporte a um cenário de fraco crescimento.

Internamente, o elevado nível de dívida pública é apontado como um importante fator de risco, na medida em que ausência de medidas claras de combate ao desequilíbrio orçamental poderá traduzir-se em deterioração da confiança dos investidores.

Quadro nº 4 – Indicadores de Atividade Económica EUA, China e Japão

Indicador	Unidade	Fonte	2015	2016	2016					2016			2017
					4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan
EUA – PIB real	VH	BEA	16	19	16	13	17	19	-	-	-	-	
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-10	-16	-16	-11	-10	-0,1	-0,7	-0,3	0,7	0,0	
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,5	48,6	49,8	51,8	51,2	53,2	51,9	53,2	54,5	56,0	
Índice ISM dos Serviços	%	-	58,1	60,2	57,2	57,8	57,1	60,1	57,7	61,7	60,9	60,3	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	91,8	91,3	91,6	92,4	90,3	93,1	87,2	93,8	98,2	98,5	
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,9	5,0	4,9	4,9	4,9	4,7	4,8	4,6	4,7	4,8	
China – PIB real	VH	NBSC	6,7	6,8	6,7	6,7	6,7	6,8	-	-	-	-	
Exportações	VH	MC	-7,7	-5,3	-11,9	-6,3	-6,9	-5,2	-7,9	-15	-6,2	7,9	
Japão – PIB real	VH	COGJ	10	12	0,4	0,9	1,1	1,6	-	-	-	-	

Fonte: Boletim Mensal de Economia Portuguesa –Fevereiro/2017– GEE(Ministério das Finanças)

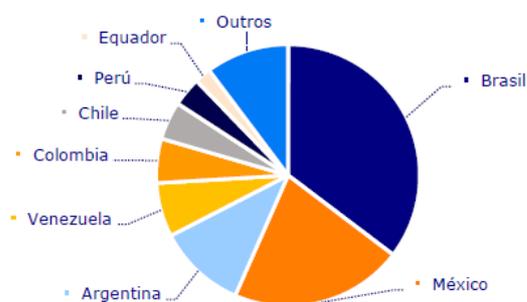
AMERICA LATINA

Depois de ter estagnado em 2015, a América Latina contraiu em 2016. As estimativas do FMI e da OCDE colocam o ritmo de contração da atividade entre 0,5% e 1%. O mau desempenho económico da região resultou principalmente da acentuada queda da procura interna, mas também de menor robustez da procura global com impacto no preço das matérias-primas de que estes países são produtores e exportadores.

Figura nº 2 – PIB América Latina

Composição do PIB América Latina e Caraíbas

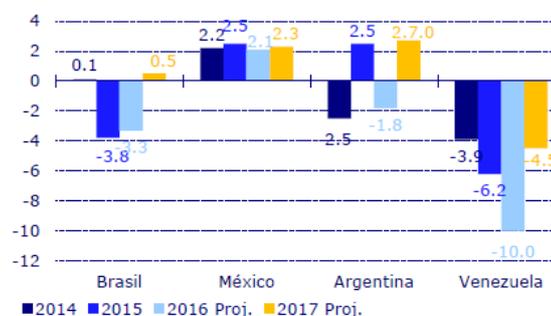
(% PIB nominal em USD)



Fonte: FMI

Crescimento do PIB principais economias

(percentagem)



Fonte: Banco Mundial

Fonte: Estudos Económico e Financeiros – Análise Mensal 09/01/2017- Mercados Financeiros–Banco BPI

O **Brasil** enfrenta uma das mais fortes recessões das últimas décadas, antecipando o FMI uma contração de 3,3% em 2016, depois de em 2015 ter já contraído 3,8%. O mau desempenho da economia está em parte relacionado com crescimento moderado da procura global, limitando a expansão do sector exportador, mas reflete também a crise política em que o país ainda esteve envolvido sobretudo no primeiro semestre do ano, e que se traduziu em evolução desfavorável do sentimento entre os agentes económicos e no adiamento de decisões de ordem política.

O **México** terá crescido 2,1% em 2016, depois de ter avançado 2,5% em 2015. A procura interna continua a dar um contributo positivo para o crescimento, destacando-se um crescimento superior a 3% do consumo privado. Do lado da oferta assistiu-se ao longo do ano à melhoria do índice que avalia a atividade económica, refletindo melhorias nos sectores terciário e primário. Contudo a atividade industrial evoluiu de forma menos dinâmica.

2016 foi um ano dominado por acontecimentos inesperados, cujas consequências imediatas em termos de crescimento económico e comportamento dos mercados financeiros globais serão inequívocas.

A decisão de Brexit do Reino Unido (Junho) e a vitória de Donald Trump para a presidência dos EUA (Novembro) provocou turbulência ao nível dos mercados, já que foram escolhas inesperadas e que a médio/longo prazo trazem grande incerteza nos mais variados domínios.

Este dois acontecimentos demonstram que existem caminhos propostos que podem passar por linhas mais populistas e/ou extremistas, que podem colocar em causa o atual modelo europeu baseado na coesão e na existência de uma moeda única, face ao fato de a **Europa ser palco de importantes atos eleitorais em 2017, destacando-se as eleições legislativas na Holanda e na Alemanha e as eleições presidenciais em França.**

Pode-se ainda destacar neste âmbito de riscos políticos tanto à escala regional como mundial, o reequilíbrio do poder na Ásia com a ascensão económica da China e da Índia, perante um Japão menos pujante; o aumento de uma certa agressividade da Rússia de forma a impor/manter influência nas zonas fronteiriças com a Ucrânia, Cáucaso e Turquia, para além do atual suporte à Síria (no palco militar da guerra da Síria ainda se encontram os EUA e o Irão, que conferem à questão um carácter de conflito mundial).

2.2. UNIÃO EUROPEIA (UE) | ENQUADRAMENTO EUROPEU

A recuperação da atividade económica na Zona Euro tem sido feita a um ritmo mais lento do que seria expectável, considerando os fatores de suporte. Ao longo de 2016, a economia da região beneficiou de um conjunto de fatores de impulso, nomeadamente os baixos preços do petróleo, os efeitos tardios da depreciação do euro, a política monetária acomodatória e uma política fiscal mais benéfica do crescimento (em linha com as despesas adicionais relacionadas com os refugiados). O consumo privado foi o grande favorecido com estes fatores, revelando-se o principal motor da recuperação económica.

Figura nº 3 – PIB na União Europeia



Estes fatores contribuíram para que a região do euro registasse uma taxa de crescimento anual média de 1,7% nos primeiros três trimestres do ano, o que compara desfavoravelmente com uma taxa média de 1,9% em igual período de 2015. Em causa estiveram o acentuar das tensões geopolíticas e incerteza política, desaceleração económica noutros países, nomeadamente nas economias emergentes, e o fraco crescimento do comércio internacional. Ao mesmo tempo, é notória a prevalência dos legados da crise que se fazem sentir em alguns Estados-Membros. Neste

ponto incluem-se o peso relevante do crédito malparado, níveis de desemprego significativos, o elevado endividamento das famílias e empresas, os processos de desalavancagem e o ajustamento dos balanços, particularmente no sector bancário, com impacto numa menor eficiência do canal de transmissão da política monetária.

No 4.º trimestre de 2016, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) desacelerou para 1,8% e 1,7% em termos homólogos reais, respetivamente (1,9% e 1,8%, no 3.º trimestre).

Quadro nº 5 – Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2015				2016			2017	
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov		dez
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	1,9	2,1	1,8	1,8	1,9	1,8	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	105,6	107,5	105,3	105,2	104,4	107,6	106,7	107,1	108,9	108,7
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	1,7	2,0	1,7	1,6	1,8	1,7	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	104,7	106,1	103,8	104,1	104,1	106,9	106,3	106,5	107,8	108,2
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	1,4	2,0	1,4	1,1	1,2	1,9	1,0	3,0	1,8	-
Índice de Vendas a Retalho	VH real	*	1,9	2,4	2,2	1,8	1,5	2,3	3,1	2,4	1,4	-
Taxa de Desemprego	%	*	10,0	10,5	10,3	10,1	9,9	9,7	9,7	9,7	9,6	-
IHPC	VH	*	0,2	0,2	0,0	-0,1	0,3	0,7	0,5	0,6	1,1	1,8

Fonte: Boletim Mensal de Economia Portuguesa – Fevereiro/2017 – GEE (Ministério das Finanças)

Na segunda metade do ano, a taxa de inflação iniciou uma tendência de recuperação, em linha com os preços da energia, aproximando-se mais claramente do objetivo de 2% definido pelo Banco Central Europeu no final do ano. Assim, a taxa de inflação anual média fixou-se em 0,24% em 2016, o que compara com 0,01% em 2015. O aumento dos preços do petróleo foi a principal origem da recuperação dos preços, influenciando, principalmente, os preços dos combustíveis líquidos (combustíveis para automóveis e para aquecimento).

Figura nº 4 – Taxa Inflação e Taxa de Desemprego 2016 -UE



Fonte: Estudos Económico e Financeiros – Análise Mensal 09/01/2017- Mercados Financeiros–Banco BPI

Os fatores que este ano suportaram a atividade económica (preços baixos do petróleo, política fiscal ligeiramente expansionista, política monetária acomodatória) devem começar a esbater-se (a exceção deverão ser as condições financeiras mais favoráveis). A funcionar como entrave ao crescimento deverão estar ainda os legados da crise nalguns Estados-Membros, o endividamento elevado no sector privado e público, problemas no sector bancário, níveis altos de desemprego e processos de desalavancagem ainda em curso.

Os riscos para o ambiente económico e financeiro na Zona Euro permanecem enviesados no sentido negativo.

A Zona Euro ao nível político enfrenta relevantes questões de ordem política: Médio Oriente; incerteza política na Europa, em linha com o calendário eleitoral; instabilidade política na Turquia; possibilidade de alastramento do apoio a movimentos mais extremistas e isolacionistas; efeitos do referendo britânico e evolução das negociações de preparação da saída do Reino Unido da UE e a questão dos refugiados; a intensificação das preocupações relativas a segurança. A par disto, a turbulência financeira daqui resultante pode também ser adversa ao panorama económico, afetando as exportações da Zona Euro e o investimento.

2.3. PORTUGAL | CONJUNTURA NACIONAL

ATIVIDADE ECONÓMICA

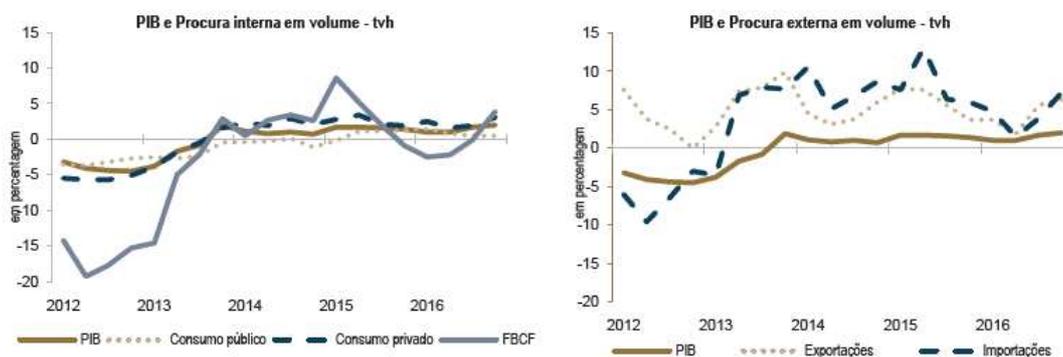
Segundo dados das Contas Nacionais do INE para o 4.º trimestre de 2016 aponta para um crescimento homólogo real de 2% do PIB, acelerando face ao trimestre precedente. Segundo o INE, esta variação resultou do aumento do contributo da procura interna, registando-se um crescimento mais significativo do consumo privado e uma recuperação do investimento. Face ao trimestre precedente registou-se um aumento de 0,6% em termos reais, resultante do contributo positivo da procura interna, em particular da evolução positiva do investimento. No total do ano, o crescimento fixou-se em 1,4% (0,2 abaixo do registado em 2015).

Quadro nº 6 – Contas Nacionais

Fonte: Banco de Portugal, Instituto Nacional de Estatística, Banco Central Europeu, Eurostat e Bureau of Economic Analysis

	Portugal			Área Euro ⁽¹⁾			EUA		
	2ºT - 2016	3ºT - 2016	4ºT - 2016	2ºT - 2016	3ºT - 2016	4ºT - 2016	2ºT - 2016	3ºT - 2016	4ºT - 2016
	(taxa de variação homóloga - tvh - em percentagem)								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1 Produto interno bruto (PIB) em volume ⁽²⁾	1.0	1.7	2.0	1.6	1.8	1.7	1.3	1.7	1.9
2 Consumo privado.....	1.6	1.9	3.1	1.9	1.8	1.8	2.7	2.8	3.0
3 Consumo público.....	0.8	0.5	0.5	2.0	1.6	1.6	0.9	0.8	0.3
4 Formação bruta de capital fixo (FBCF).....	-2.2	-0.1	3.9	3.8	2.3	1.5	0.6	-0.7	0.2
5 Procura interna ⁽³⁾	0.8	1.1	2.5	2.3	1.8	1.6	1.4	1.5	2.0
6 Exportações.....	1.9	5.6	6.4	2.5	2.6	3.3	-1.1	2.0	1.6
7 Importações.....	1.5	3.9	7.3	4.0	2.8	3.2	0.3	0.6	2.5
	(taxa de variação em cadeia - tvc - em percentagem)								
8 Produto interno bruto (PIB) em volume ⁽²⁾	0.2	0.9	0.6	0.3	0.4	0.4	0.4	0.9	0.5

Figura nº 5 – PIB; Procura Interna e Procura Externa



De acordo com os dados publicados pelo INE para o 4.º trimestre, o indicador de clima económico registou uma ligeira deterioração face ao trimestre anterior. No 4.º trimestre do ano, registou-se uma melhoria nos indicadores de confiança relativos ao setor da indústria e ao setor da construção face ao registado no trimestre anterior. Pelo contrário, os indicadores de confiança relativos ao setor dos serviços e do comércio a retalho registaram uma deterioração no último trimestre do ano.

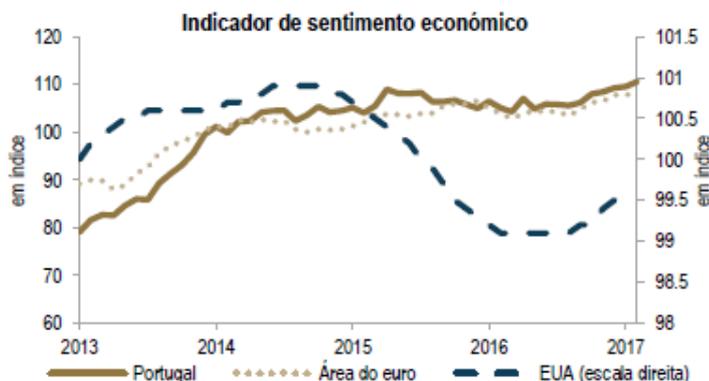
Figura nº 6 – Índices de Produção



Figura nº7 - Indicadores de Confiança

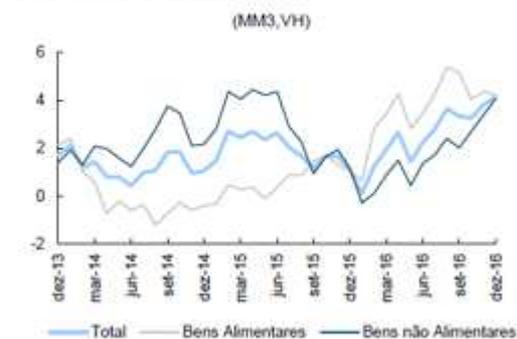


Figura nº8 - Indicador de sentimento económico (Portugal, Área Euro, EUA)



CONSUMO PRIVADO

Figura nº9 – Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho



No último trimestre de 2016, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR) cresceu, em média, 4,1%, acelerando 0,8 p.p. face ao valor do terceiro trimestre (3,3%). A componente não alimentar (4,1%) foi a principal responsável por esta evolução, acelerando 2,1 p.p. no mesmo período. Já a componente não alimentar, apesar de mais dinâmica (4,2%) desacelerou 0,9 p.p.. No total do ano, o IVNCR cresceu 2,9%, mais 1,1 p.p. do que em 2015.

No último trimestre de 2016, os indicadores qualitativos de confiança dos consumidores e oportunidade de aquisição de bens duradouros melhoraram quando comparado com o terceiro trimestre. Já os indicadores qualitativos de opinião dos empresários registaram uma evolução mista, com a procura interna de bens de consumo a melhorar enquanto o volume de vendas no comércio a retalho apresentou uma deterioração.

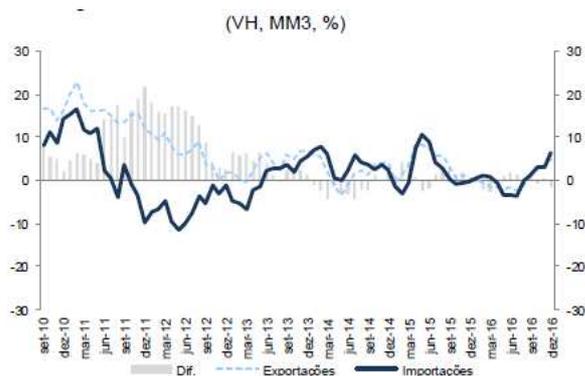
Quadro nº 7 – Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2015				2016				2017	
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov		dez
Consumo Privado - CN Trimestrais	VHreal	INE	:	1,9	2,5	1,6	1,9	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-11,1	-14,1	-11,3	-12,6	-12,4	-8,2	-11,3	-10,7	-9,3	-4,7	-4,6
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	4,6	3,3	2,7	3,9	6,8	5,1	4,4	5,9	4,7	4,7	13,5
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	2,9	1,1	1,9	2,2	3,3	4,1	2,9	3,8	4,7	3,9	:
Bens Alimentares	VH	"	4,1	1,0	3,4	3,5	5,1	4,2	4,7	3,7	4,7	4,3	:
Bens não alimentares	VH	"	2,1	1,1	0,9	1,4	2,0	4,1	1,6	3,9	4,6	3,6	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	16,1	13,6	26,4	10,6	7,2	20,3	10,6	8,8	23,2	29,3	7,8
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	5,4	4,5	4,6	5,4	6,1	5,4	6,0	0,7	12,8	3,0	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

CONTAS EXTERNAS

Figura nº 10 - Fluxos do Comércio Internacional



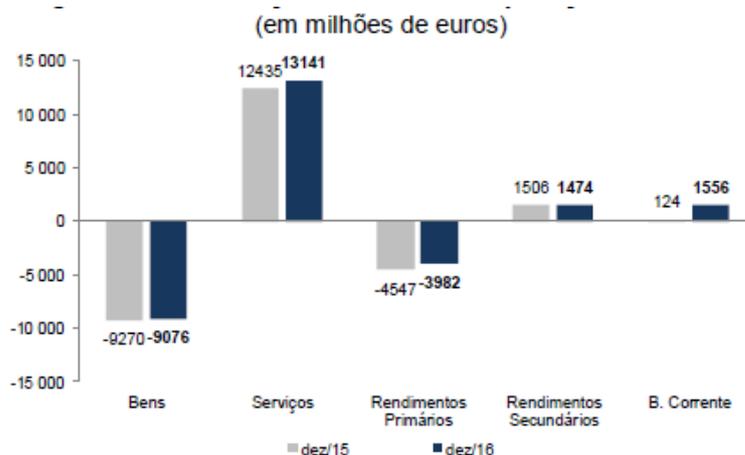
Fonte: INE.

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o 4º trimestre de 2016, apontam para um aumento das exportações de 4,9% e um aumento das importações em 6,4%.

Em 2016, o excedente acumulado da balança corrente foi de 1 556 milhões de euros, o que representa um aumento de 1 432 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz a melhoria dos saldos da balança comercial

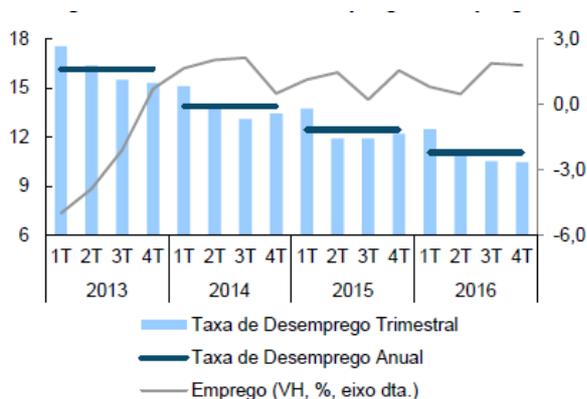
e de rendimentos primários. Entre janeiro e dezembro de 2016, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 3 154 milhões de euros, o que compara com a capacidade de financiamento de 2 233 milhões de euros no período homólogo.

Figura nº 11 – Balança Corrente: composição do saldo



MERCADO DE TRABALHO

Figura nº12 – Taxa de Desemprego e Emprego

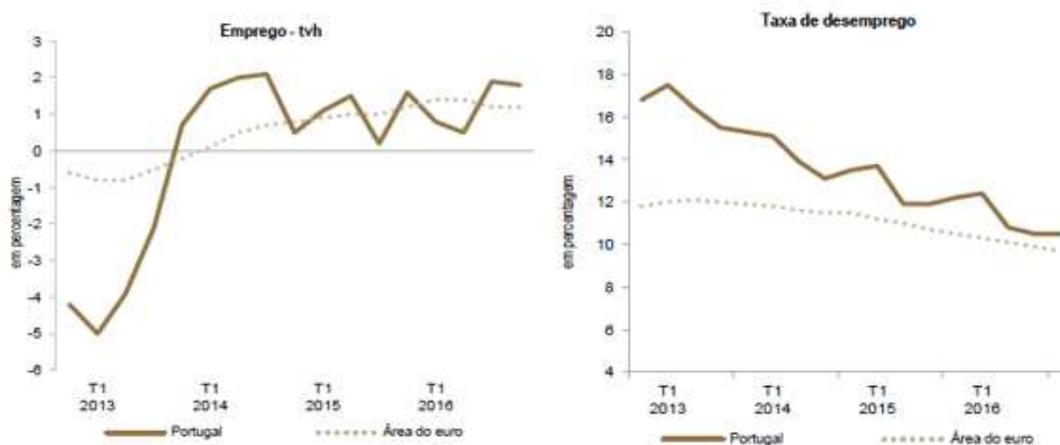


No quarto trimestre de 2016 a taxa de desemprego manteve-se inalterada face ao valor registado no terceiro trimestre (10,5%), mas caiu 1,7 p.p. quando comparado com o quarto trimestre de 2015. Para esta evolução concorreu o crescimento do emprego em 1,8% e uma quebra do desemprego de 14,3%. No total do ano a taxa de desemprego foi de 11,1% (12,4% em 2015), com o emprego a crescer 1,2% e o desemprego a diminuir 11,4%.

No final de 2016, o número de desempregados registados nos centros de emprego diminuiu, em termos homólogos, 13,1%, enquanto os desempregados registados ao longo do ano caíram 9,3%.

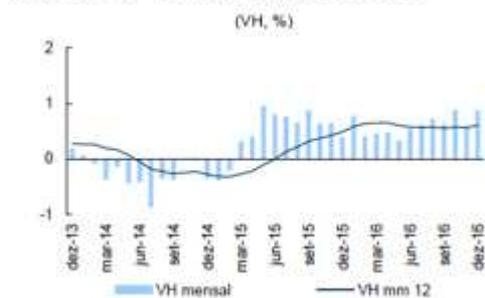
Em termos comparativos com os países da Zona Euro, registou-se uma evolução bastante positiva da taxa de Desemprego e Emprego de Portugal, como se pode constatar nos quadro apresentados de seguida:

Figura nº 13 – Taxa de Emprego, Taxa de Desemprego



PREÇOS

Figura nº 14 – Taxa de Variação do IPC



Fonte: INE.

No ano de 2016, o índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 0,6% (0,5% em 2015), com um perfil anual marcado por uma ligeira aceleração, em especial na segunda metade do ano.

De um modo geral, tanto o IPC dos Bens como o IPC dos Serviços partilharam esta tendência, ainda que a diferentes ritmos, tendo ambos recuperado face aos valores de 2015 (+0,1 p.p. nos Bens e +0,2 p.p. nos Serviços).

Ao nível das classes do IPC, as que registaram a maior quebra foram a Saúde (-0,6%) e os Transportes (-0,5%), enquanto a Comunicação e as Bebidas Alcoólicas e Tabaco foram as que mais aumentaram (3,2% e 2,6, respetivamente). Ainda assim, face a 2015, o Vestuário foi a classe que registou a maior aceleração (1,7 p.p.).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) nacional, em 2015, foi de 0,6%, valor idêntico ao do IPC nacional e 0,1 p.p. acima do valor de 2015. Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 0,2% (nulo em 2015), pelo que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro se fixou nos 0,4 p.p. (0,5 p.p. em 2015).

O Índice de preços na Produção Industrial foi marcado por uma aceleração nos últimos meses do ano. Ainda assim, a variação homóloga do IPPI fixou-se nos -2,8, abaixo dos -2,4% registados em 2015.

FINANÇAS PÚBLICAS

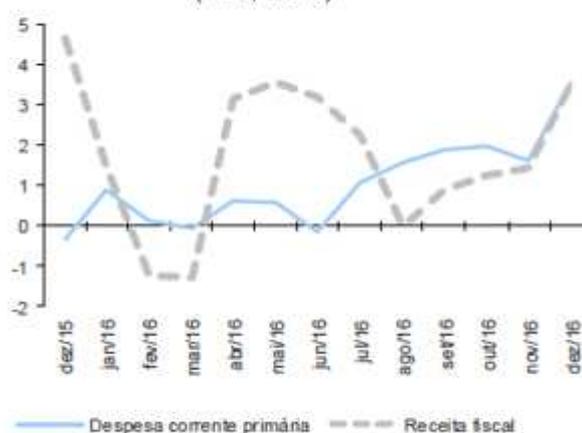
O sector institucional das Administrações Públicas registou, no final do mês de dezembro, um saldo global negativo de 4.256 milhões de euros, correspondendo a uma melhoria de 497 milhões de euros relativamente ao saldo global observado no período homólogo do ano anterior. Este resultado está associado a um aumento de 2,7% da receita efetiva superior ao aumento de 1,9% da despesa efetiva. No mesmo período, o saldo primário atingiu os 4.029 milhões de euros. Os subsectores das Administrações públicas registaram comportamentos diversos em matéria de saldos globais, podendo observar-se saldos globais negativos no subsector da Administração Central (6.450 milhões de euros) e no subsector da Administração Regional (27 milhões de euros) e saldos globais **positivos** no subsector da Segurança Social (1.559 milhões de euros) e no **subsector da Administração Local** (662 milhões de euros).

ESTADO

O subsector Estado encerrou a execução orçamental de 2016 com um saldo global negativo de 6.157 milhões de euros. Este saldo representa um agravamento de 550 milhões de euros face ao saldo registado no final do ano anterior. O saldo primário atingiu os 1.223 milhões de euros.

Para este resultado contribuiu o crescimento de 3,1% da receita efetiva, que ficou abaixo do aumento de 3,9% da despesa efetiva. Os graus de execução da receita efetiva e da despesa efetiva também se situaram abaixo dos registados no final de 2015 (em 1,9 pontos percentuais e 1,1 pontos percentuais, respetivamente).

Figura nº 15 – Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)

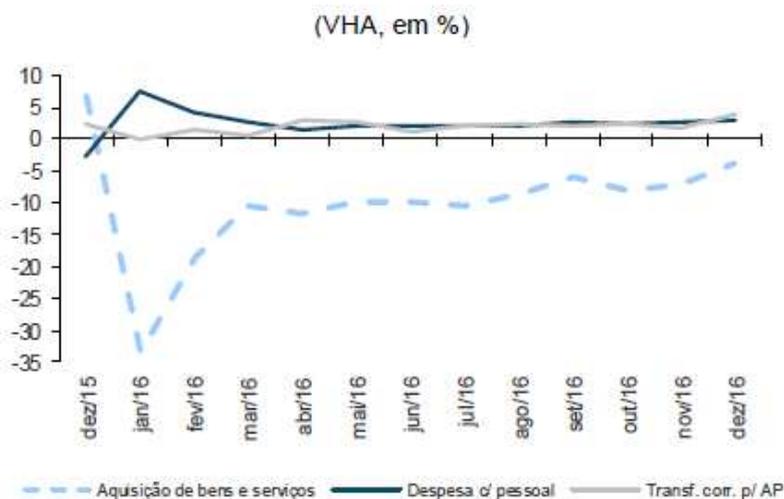


Fonte: DGO.

No que diz respeito à receita efetiva destaca-se o aumento de 9,1% registado na cobrança dos impostos indiretos, que compensou a redução de 2,7% que se verificou nos impostos diretos.

Quanto à despesa efetiva, a despesa com Juros e Outros Encargos apresentou um crescimento de 4%, enquanto as Despesas com o Pessoal registaram um crescimento de 3,1%. Em contrapartida, as despesas com a Aquisição de Bens e Serviços apresentaram uma redução de 3,9%.

Figura nº 16 – Despesa do Estado – principais componentes



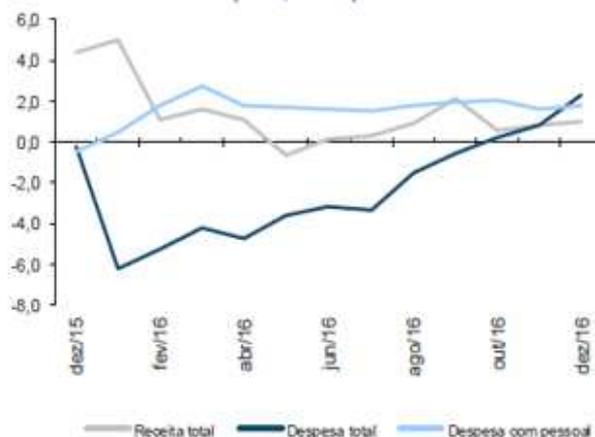
Fonte: DGO.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

O saldo global no final de dezembro do subsetor da Administração Local foi de 662 milhões de euros. Apesar de significar uma melhoria de 57 milhões de euros relativamente ao mês anterior, este saldo global representa uma deterioração de 79 milhões de euros relativamente ao saldo global observado no final do ano anterior. Este resultado tem na base um crescimento de 1,0% da receita efetiva que não foi suficiente para compensar o aumento de 2,3% da despesa efetiva.

A evolução da despesa efetiva está associada com o aumento de 1,8% das *Despesas com o Pessoal*, com o aumento de 5,8% das despesas com a *Aquisição de Bens e Serviços* e com o aumento de 9% das despesas com *Transferências correntes*. Em contrapartida, as despesas de *Investimento* apresentaram uma redução de 10,8%. Na evolução da receita efetiva destaca-se, essencialmente, o crescimento de 3,3% das receitas provenientes da cobrança dos impostos, essencialmente derrama (+32,9% e IMT (12,3%)), uma vez que o IMI diminuiu 3,5% face a 2015.

Figura nº 17 – Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

DÍVIDA PÚBLICA

A dívida consolidada das Administrações Públicas (ótica de Maastricht) atingiu no final de dezembro o montante de 241.106 milhões de euros. Este valor representa um aumento de 9.522 milhões de euros (4,5%) relativamente ao valor registado em dezembro de 2015.

Quadro nº 8 – Dívida das Administrações Públicas

(milhões de euros)

	2015 dez	2016 nov	2016 dez
Administrações Públicas	231 584	241 800	241 106
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	233 126	244 718	243 702
Administração Regional e Local	10 900	10 571	10 563
Segurança Social	2	2	1
Consolidação entre subsectores	12 443	13 492	13 160
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	13 252	18 078	17 276

Fonte: Banco de Portugal.

2.4. ADMINISTRAÇÃO LOCAL _ Enquadramento Financeiro e Legal

A sustentabilidade das finanças públicas é uma condição necessária para assegurar uma trajetória de crescimento económico sustentado, nessa lógica as autarquias como entidades públicas prosseguem o princípio de disciplina orçamental, assente na transparência das finanças públicas, no controlo da receita e da despesa pública e na monitorização permanente da execução orçamental.

Nos últimos anos surgiu um significativo de alterações administrativas e legislativas com evidentes reflexos na atuação da gestão pública na administração local. No âmbito da implementação da designada Reforma da Administração Local, em 2012 foram introduzidas diversas reformas legais que alteraram significativamente o enquadramento financeiro, de controlo e de prestação de contas dos municípios portugueses. Algumas dessas alterações resultaram diretamente do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal, em cujos memorandos de entendimento consta a menção explícita da necessidade de reorganizar as Administrações Local e Regional e a prestação de serviços da administração a nível local. Relativamente à Administração Local, o PAEF impunha um conjunto de compromissos.

Neste sentido, surgem diplomas com alterações legislativas de maior impacto na organização administrativa e do sistema financeiro dos municípios, no quadriénio 2012/2016, a saber:

- ⇒ Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) com adaptação à Administração Local com o Decreto-Lei nº127/2012, de 21 de junho
- ⇒ Lei n.º 22/2012, de 30 de maio – Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica;
- ⇒ Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto – Aprova o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL);
- ⇒ Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto – Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local;
- ⇒ Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (vulgo Lei das Finanças Locais – LFL);

- ⇒ Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais, estatuto das Entidades Intermunicipais e da transferência de competências (vulgo Lei das Autarquias Locais);
- ⇒ Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto – Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal.
- ⇒ Lei n.º 22/2015, de 17 de março – alteração à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) - com adaptação à Administração Local com o Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho

Do ponto de vista da atividade financeira do setor público local, a principal reforma foi a publicação do Novo Regime Financeiro (Lei n.º 73/2013), que revoga a Lei n.º 2/2007, cujo objetivo é *“ajustar o paradigma das receitas autárquicas à realidade atual, aumentar a exigência e transparência ao nível da prestação de contas, bem como dotar as finanças locais dos instrumentos necessários para garantir a efetiva coordenação entre a Administração Central e Local, contribuindo assim para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade financeira”* (Preâmbulo da Lei). O Novo Regime Financeiro aprovado em 2013 procurou, assim, intervir fundamentalmente sobre o controlo e prevenção do desequilíbrio financeiro.

Dado que a autonomia financeira municipal deve ser exercida no contexto do equilíbrio financeiro global do setor público, os princípios constantes da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 41/2014, de 10 de julho), na sua mais recente revisão, passaram a estar também plasmados na nova LFL (art.º 3.º); princípios: da estabilidade orçamental; da solidariedade nacional recíproca; da transparência orçamental; da equidade intergeracional; além dos princípios da legalidade, da tutela inspetiva, da autonomia financeira e da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais.

Neste âmbito, merece destaque ainda o princípio da coordenação entre finanças locais e finanças do Estado (art.º 11.º), a realizar através de um Conselho de Coordenação Financeira (CCF) (art.º 12.º), que prevê a audição dos municípios antes da preparação do Programa de Estabilidade e Crescimento e da Lei do Orçamento de Estado. Esta coordenação estabelece-se tendo por base um quadro orçamental plurianual (art.º 44.º) que defina os limites, elaborados numa base móvel e atualizados anualmente, para a despesa e as projeções da receita do município no médio prazo. Este documento deverá ser elaborado em *“articulação com as Grandes Opções do Plano”*, submetido à Assembleia Municipal e ter natureza vinculativa.

Com a entrada em vigor deste novo regime financeiro das Autarquias Locais, destacam-se as alterações ao nível da execução e controlo orçamentais, do regime de crédito e endividamento municipal, dos deveres de informação e transparência e da prestação de contas individuais e consolidadas.

O Novo Regime Financeiro introduziu ainda mecanismos que se destinam a garantir o alerta precoce de desvios sinalizados por indicadores financeiros (art.º 56.º) e, se necessário, de recuperação financeira municipal (art.º 57.º). Entre outros instrumentos de regularização financeira, prevê-se a participação dos municípios num Fundo de Apoio Municipal (FAM), com contribuição obrigatória dos municípios, bem como do Governo Central, e que se traduz num mecanismo de solidariedade e co-responsabilidade financeira por parte da totalidade dos municípios. Finalmente, o Novo Regime Financeiro introduz também alterações no sentido da redução da base de receitas próprias locais, como é o caso da extinção do IMT (Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis) (art.º 81.º).

Também o IMI sofre alterações, embora nesta matéria exista apenas uma "deslocação" de receitas dos municípios para as freguesias, na medida em que é introduzida a afetação da totalidade receita do IMI rústico e de 1% da receita do IMI dos prédios urbanos para as juntas de freguesia.

A principal reforma introduzida por esta nova LFL tem a ver com o endividamento municipal, na medida em que passa a estabelecer novos limites para a dívida municipal, incluindo contração de empréstimos, sem qualquer possibilidade de exceção e tomando em linha de conta para esses limites, todas as entidades que pertencem à esfera do município, ou seja, contempla para além da autarquia, os serviços municipalizados, as empresas municipais e intermunicipais, as fundações e demais entidades participadas ou controladas pelas câmaras municipais. Esta alteração acontece porque, apesar de a legislação publicada em 2007 já ter dado passos importantes em matéria de consolidação das contas dos municípios, não ter tido a abrangência suficiente ao possibilitar que algumas entidades pertencentes ao grupo autárquico não relevassem para efeitos de endividamento, podendo constituir um fator de risco para a solvabilidade financeira dos respetivos municípios.

Em 2012 foi também alterado o enquadramento do SEL (Setor Empresarial Local). A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando o anterior regime que datava de 2006. Em termos gerais, é substancialmente alterada a configuração jurídica do SEL, passando a ser inserido na agora designada "atividade empresarial autárquica".

Seguindo também as recomendações dos memorandos de entendimento, de introduzir mecanismos de controlo e restrição dos pagamentos em atraso pelo setor público, no ano de 2012 foi implementada a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho). Embora a regulamentação se destinasse igualmente a todo o setor público, teve efeitos muito significativos no setor municipal. No essencial, este novo regime procura disciplinar os pagamentos em atraso, por via do controlo apertado da assunção de novos compromissos pelo limite dos fundos disponíveis a 90 dias, que passaram a ser apurados. Foi também introduzida a co-responsabilização dos fornecedores do setor público, o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de informação, bem como o aprofundamento dos regimes de responsabilidade civil, criminal e financeira dos agentes públicos que autorizam despesa pública sem a existência de fundos disponíveis.

A implementação da LCPA implicou, em 2012, uma reformulação do planeamento das despesas, para além da definição de novos procedimentos e mecanismos que permitissem uma mais fácil e suave transição para o novo modelo de gestão, processo esse que foi consolidado no exercício 2013, e perfeitamente impregnado na organização no ano 2016.

A aprovação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), e agora republicada com a Lei nº22/2015, de 17 de março, introduziu a obrigatoriedade de previsão de fundos disponíveis para a assunção de compromissos, o que contribuiu para um ajustamento da gestão autárquica tendo em vista atingir uma execução orçamental mais equilibrada.

Esta lei veio reduzir significativamente o risco orçamental que existia anteriormente sendo que com as regras atuais o risco fica mais confinado à possibilidade de uma evolução da receita que não permita fazer face aos compromissos já assumidos ou aos legalmente previstos.

Do exposto resulta como inequívoco que o cumprimento da referida Lei dos Compromissos e Pagamento em Atraso teve implicações de elevado nível na reorganização da atividade autárquica,

designadamente nas óticas económica, orçamental e financeira, exigindo-se um esforço adicional no controlo da despesa municipal.

Também com o propósito de controlar o endividamento excessivo foi aprovado, em 2014, um novo regime jurídico de recuperação financeira municipal (Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto), que prevê os mecanismos jurídicos e financeiros necessários à adoção de medidas que permitam a um município atingir e respeitar o limite de dívida total, e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM) ao qual deverão recorrer os municípios que se encontrem em situação de rutura financeira. De acordo com a referida lei, conjugada com o preconizado na LFL (Lei n.º 73/2013), caso a sua dívida total se situe entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal; caso o rácio de endividamento seja superior a 3, o município é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal. De acordo com os dados da DGAL, havia, no final de 2014, 1310 municípios na primeira situação e 16 em rutura financeira, números que são inferiores aos registados no final de 2013 (25 e 22, respetivamente).

Este diploma legal teve efeitos diretos no ano 2015, sendo que o capital social do FAM foi determinado em 650 milhões de euros, a subscrever em 50% pelo Estado e 50% por todos os municípios - incluindo aqueles que não precisam de recorrer a este fundo -, e terá de ser realizado no prazo máximo de sete anos, com início em 2015, assegurando o Estado desde já o apoio aos municípios em situação mais crítica.

A contribuição do Município de Estarreja para o FAM é de 753.080,39€, sendo que de acordo com o previsto no nº1 do art.º 19º da referida Lei, no exercício económico de 2016 esta autarquia local teve que realizar uma despesa na subscrição de unidades de participação FAM no valor de 107.583,00€.

A necessidade de avaliar e analisar convenientemente a eficácia da execução orçamental e a eficiência na aplicação de recursos surge de forma imperiosa.

Neste cenário de proliferação legislativa que preconiza uma reforma no setor público, assume particular relevância a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna, que bem auxilie a tomada de decisão e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros, bem como a necessidade de aos gestores públicos e aos responsáveis políticos lhes ser exigida uma atitude de *Accountability*.

3. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

3.1. IDENTIFICAÇÃO

Origens históricas



A ocupação humana deste território - outrora junto ao mar e após à ria - remonta, de acordo com os estudos arqueológicos realizados, ao Neolítico (séculos V a III a.C.), existindo alguns artefactos deste período. Há provas também de comunidades ao longo do Megalitismo, da Idade do Ferro, da época Romana e da Idade Média.

Está comprovada a existência de pequenos povoados dedicados à agricultura e à pastorícia. Da Idade Média temos referências documentais desde o século X a

Avanca, a Antuã, Canelas, Fermelã, Roxico, Beduído, Salreu e Veiros, pertencendo então todo este território às Terras de Santa Maria.

Em 1257, D. Afonso III fez doação das vilas de Antuã e Avanca ao Mosteiro de Arouca. Por esta época já a região estava polvilhada de pequenas aldeias, dedicando-se as suas comunidades também a outras atividades não agrícolas, como a salinífera e a piscatória.

O Foral de Antuã, concedido por D. Manuel I, e datado de 15 de novembro de 1519 libertou as terras de Antuã do domínio feudal, estabelecendo aí uma nova organização do território, da economia e da justiça, e dando maior liberdade e privilégios aos seus habitantes.

Em meados do século XVII, o concelho de Antuã alterou a sua designação para **Estarreja**, o qual, já no século XIX, viria a sofrer grandes alterações em virtude da extinção dos foros do senhorio do Mosteiro de Arouca e dos concelhos de Angeja e Bemposta.

Foi a base para o surgimento do concelho de Estarreja.

O brasão do Município de Estarreja foi criado em 1929, altura em que foi estabelecido em decreto que defendia que as instituições públicas deveriam ter uma marca identificativa para autenticação dos seus documentos, foi depois aprovado em 1936, por Portaria nº 8339 de 17/01/1936.

Então, por proposta de Afonso de Dornelas, famoso heraldista português de então, foi criado o brasão, as armas e o selo da Câmara, tendo em conta as características e tradições preponderantes deste território.

Com a elevação de Estarreja a cidade em 2005, as armas foram ajustadas à situação de Cidade, passando o brasão de 4 para 5 torres, como em heráldica é próprio das cidades.

O feriado Municipal de Estarreja comemora-se, desde 1978, a 13 de Junho por ser o dia de Santo António, o santo padroeiro de Estarreja.



Caraterização geográfica e administrativa⁴



O Concelho de Estarreja com uma área de aproximadamente 108 Km², integra à escala regional em termos de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, a NUTII - Região Centro e a NUTIII do Baixo Vouga, onde se encontram também os concelhos de Ovar, Murtosa, Aveiro, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Águeda, Ílhavo, Vagos, Oliveira do Bairro, Anadia e Mealhada.

O concelho de Estarreja pertence administrativamente ao distrito de Aveiro (Beira Litoral). Localiza-se na sub-região do Baixo Vouga, pertencente à Região Centro e ao Distrito de Aveiro e integra-se numa individualidade regional – **a ria**.

Esta sub-região do Baixo Vouga, compreende a porção correspondente à foz da bacia do Rio Vouga, encontra-se limitada a Norte pelo Grande Porto, a Este por Dão Lafões, a Sul pelo Baixo Mondego e a oeste pelo oceano atlântico. Tem uma área de 1802,3km² e uma população de 390.840 habitantes (censos de 2011).

O território municipal encontra-se limitado a norte – noroeste pelo concelho de Ovar, a sul pelo concelho de Aveiro, a oeste pelo concelho da Murtosa, a nordeste pelo concelho de Oliveira de Azeméis e a este – sudeste pelo concelho de Albergaria-a-Velha. O concelho de Estarreja abrange 7 freguesias: Avanca, Beduído, Canelas, Fermelã, Pardilhó, Salreu e Veiros.

Estarreja integra ainda a área de intervenção da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro (CCDR-C), fazendo parte da Entidade Intermunicipal da Região de Aveiro (que integra 11 municípios, uma vez que Mealhada passa a pertencer ao Baixo Mondego, atualização ainda não constante dos dados oficiais do INE), unidade administrativa de delimitação do território para efeitos da programação comunitária 2014-2020 (Quadro Estratégico Comum - QEC), no âmbito do regime do associativismo intermunicipal. Para fins do presente documento recorre-se ainda ao Mapa Nacional - NUTIII, constante do *site* oficial do INE (Baixo Vouga), para efeitos estatísticos.

O concelho de Estarreja fica situado num território levemente acidentado a nascente e de planície a poente. É-lhe fronteira a Ria de Aveiro e o seu rio principal é o Antuã, que delimita as freguesias de Beduído, pelo Sul, e de Salreu, pelo Norte.



⁴ Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território – Divisão de Gestão Urbanística e Territorial/Setor de Planeamento Urbanístico (maio2015)

Atravessam o seu território a linha de caminho-de-ferro do norte, a A1, a EN109, a A29 e fica-lhe próxima a A25. A posição privilegiada que o concelho de Estarreja ocupa no agrupamento do Baixo Vouga, não só permite a existência de importantes eixos de acessibilidade, como também fatores de ordem natural, relativos à proximidade da ria de Aveiro, a aptidão dos solos para a agricultura, a zona industrial, entre outros.

Caraterização demográfica

De acordo com dados publicados pelo publicados pelo Instituto Nacional De Estatística (INE) em dezembro de 2016 em “Retorno de Informação Personalizada dos Municípios “ - <https://www.ine.pt/documentos/municipios/0108.pdf> , em 2015 a população residente no concelho de Estarreja é de 26.338 habitantes, o que corresponde a 7,2% da população da NUTSIII- Baixo Vouga (364.313 hab) e a cerca de 1,2% da NUTS II - Região Centro (2.256.364 hab).

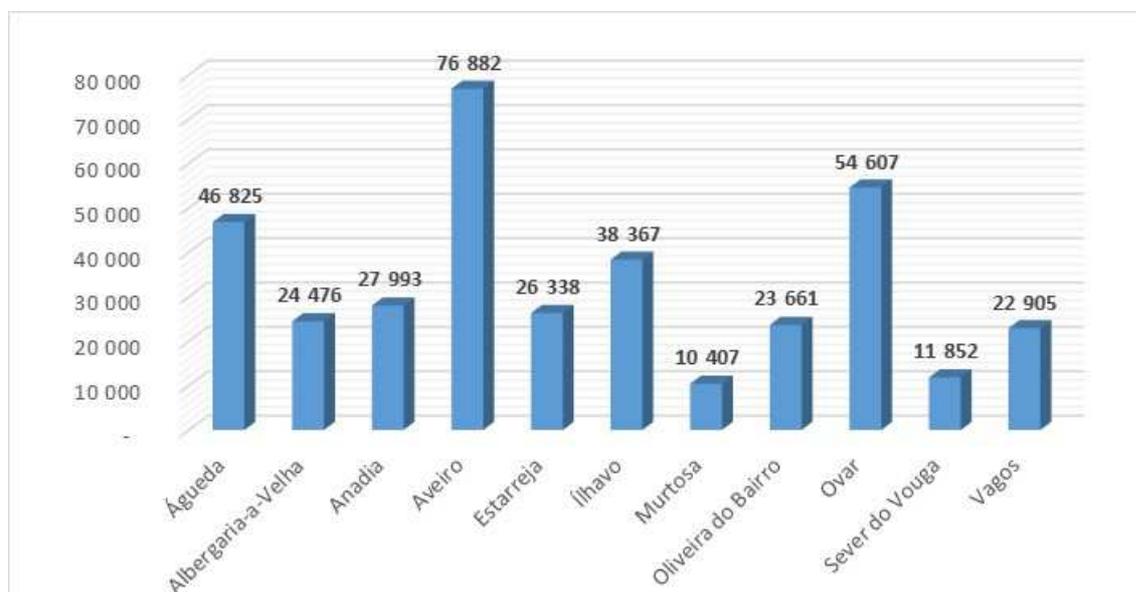
Figura nº 18 – Dinâmica Populacional, Estarreja 2015

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
População residente (N.º)	26 338	364 313	2 256 364	10 341 330	7,2
Homens	12 582	172 883	1 069 996	4 901 509	7,3
Mulheres	13 756	191 430	1 186 368	5 439 821	7,2
Com menos de 15 anos	3 512	48 970	286 949	1 460 832	7,2
Com 65 ou mais anos	5 466	73 428	526 014	2 140 824	7,4
Densidade pop. (N.º/Km²)	243,5	215,2	80,0	112,1	-
Taxa de crescimento efetivo anual (%)	-0,2	0,0	-0,3	-0,3	-
Taxa de crescimento natural anual (%)	-0,4	-0,3	-0,5	-0,2	-
Índice de Potencialidade	76,9	71,8	71,7	72,5	-

Fonte: INE, Estimativas Provisórias da População Residente; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal.

Atualmente o quantitativo populacional do concelho de Estarreja ocupa a 6ª posição no âmbito do seu peso para o total de população residente no Baixo Vouga, constituindo, como seria de esperar, Aveiro sede de Distrito e principal polo prestador de serviços e de oferta de emprego, o concelho aglutinador de cerca de 21% da população residente no Baixo Vouga.

Gráfico nº1 – População Residente nos Concelhos do Baixo Vouga (2015)



Relativamente à distribuição da população à escala das freguesias, ressalta desde logo a freguesia de Beduído, sede de concelho, a concentrar cerca de 28% da população concelhia uma vez que integra o aglomerado urbano principal do concelho – a Cidade de Estarreja – que concentrando bens e serviços proporciona uma qualidade de vida algo diferenciada do restante território. A freguesia de Avanca, surge como a segunda freguesia mais representativa em termos populacionais, uma vez que detém um peso de cerca de 23% no total da população residente no concelho. Com efeito, as zonas norte e centro do concelho, correspondendo às freguesias de Avanca e Beduído, freguesias mais urbanas, polarizam mais de metade da população do concelho (cerca de 51%).

O concelho de Estarreja, com um total de 26.338 habitantes e estendendo-se por uma área de 108,3 Km², integra-se nos concelhos do Litoral que, em 2011, registam uma densidade igual ou superior a 250 hab/Km², de parceria com Aveiro, Ovar, Oliveira do Bairro e Ílhavo, quando a média registada para o mesmo ano no agrupamento do Baixo Vouga foi de 217 hab/Km².

A estrutura etária da população do concelho de Estarreja segundo dados de 2015 encontra-se descrita no gráfico divulgado em dezembro de 2016 em “Retorno de Informação Personalizada dos Municípios “ com enquadramento na NUTS II e III:

Figura nº 19 – Estrutura Etária da População, 2015

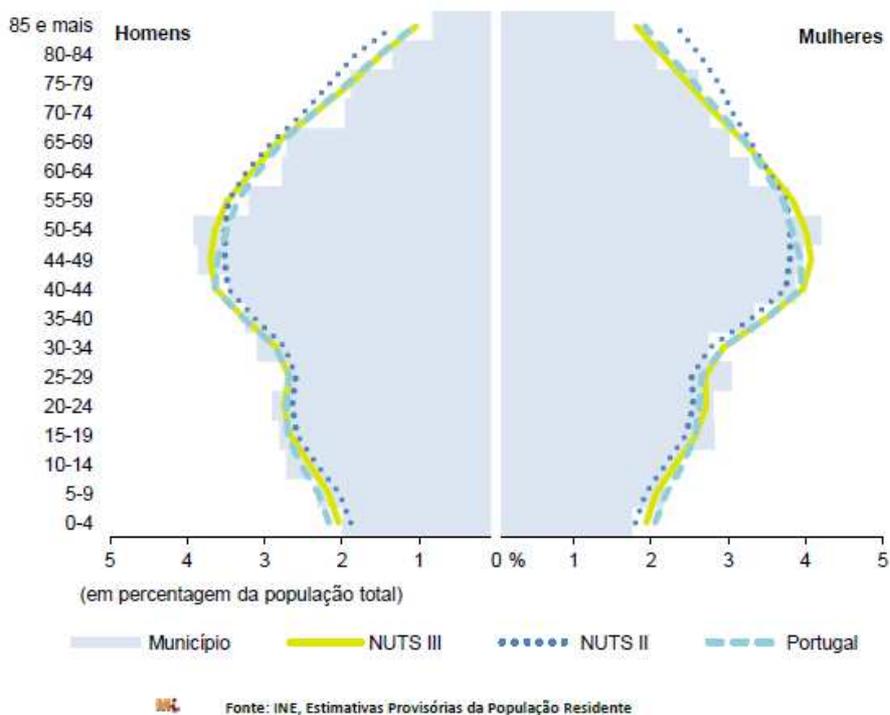
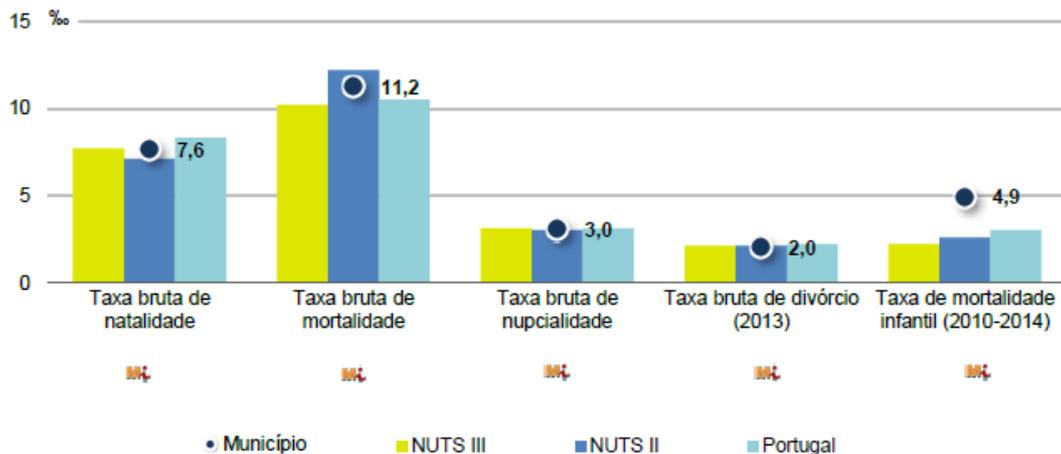


Figura nº 20 – Demografia e Saúde, 2015



Indicadores de Atividade Económica

Em termos de indicadores sobre atividade económica do concelho de Estarreja divulgada no referido trabalho de Retrato Municipal do INE, temos os seguintes dados estatísticos:

Figura nº 21 – Empresas e Estabelecimentos, 2014

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)	
Empresas						
☒	Pessoal ao serviço (Nº)	7 577	121 018	642 000	3 449 428	6,3
☒	Volume de negócios (milhões €)	1 390	10 962	52 732	323 008	12,7
☒	Indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas (%)	61,5	9,4	4,1	5,8	-
☒	Valor acrescentado bruto (milhões €)	240	2 531	11 960	76 130	9,5
	Taxa de variação (2014/2013) (%)	12,0	8,0	5,2	4,1	-
☒	Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das quatro maiores empresas (%)	44,5	6,6	2,2	4,9	-
Sociedades						
☒	Taxa de sobrevivência das sociedades nascidas 2 anos antes (%)	52,1	52,0	54,3	52,3	-
Estabelecimentos						
☒	Pessoal ao serviço (Nº)	8 157	130 052	685 870	3 434 637	6,3
☒	Volume de negócios (milhões €)	1 568	12 151	59 441	318 596	12,9

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Figura nº 22 – Constituição de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas

Mês	Município	NUTSIII	NUTSII	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
out-16	2	77	442	2 719	2,6
set-16	2	87	471	2 845	2,3
ago-16	3	76	398	2 458	3,9
jul-16	1	56	334	2 306	1,8
jun-16	3	79	464	2 987	3,8
mai-16	3	70	420	2 876	4,3
abr-16	5	92	494	2 992	5,4
mar-16	9	86	542	3 228	10,5
fev-16	2	100	559	3 358	2,0
jan-16	2	127	748	4 118	1,6
dez-15	1	74	473	2 788	1,4
nov-15	7	53	345	2 339	13,2
12 Meses	40	977	5 690	35 014	4,1

☒ Fonte: INE, Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas por Escritura Pública

Figura nº 23 – Comercio Internacional, 2015

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)	
(milhares de euros)						
	Saldo da balança comercial	149 535	810 574	1 892 829	- 10 484 683	-
☒	Exportações de bens	464 973	3 192 232	9 647 956	49 825 518	14,6
	Taxa de variação (2015/2014) (%)	-10,8	3,4	4,3	3,7	-
☒	Importações de bens	315 438	2 381 658	7 755 127	60 310 200	13,2
	Taxa de variação (2015/2014) (%)	-17,8	4,0	4,9	2,2	-
	Taxa de cobertura (%)	147,4	134,0	124,4	82,6	-

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de Bens
Nota: Dados definitivos de 2013 e preliminares de 2014

3.2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização do Município de Estarreja caracteriza-se pela existência de duas estruturas fundamentais, uma política e outra administrativa.

ESTRUTURA POLÍTICA

A estrutura política assenta em dois órgãos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela primeira.

A Assembleia Municipal é composta por 21 deputados, dos quais 21 são eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do município e indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Junta das Freguesias que constituem a divisão administrativa do Concelho de Estarreja.

A Câmara Municipal é constituída por 7 (sete) membros – 1 (um) Presidente e 6 (seis) Vereadores, a quem compete, um quadro de delegações previamente estabelecido, que tem o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

No quadro seguinte apresentam-se os membros do órgão executivo, com a indicação das competências que lhe estão delegadas:

Quadro nº 09 – Quadro das Responsabilidades Políticas 2013-2017

CARGO	Nome do Responsável	Pelouros/Áreas de Atuação
 Presidente	Diamantino Manuel Sabina	Administração, Turismo, Eco Parque Empresarial, Regeneração e Reabilitação Urbana, Freguesias, Proteção Civil, Segurança, Despesas Públicas, Empreitadas, Saúde e Recursos Humanos.
 Vice-Presidente	Adolfo Figueiredo Vidal	Desenvolvimento Económico e Finanças, Despesas Públicas, Empreitadas, Obras Públicas e Ambiente, Aprovisionamentos e Armazéns, Modernização Administrativa, Gestão da Informação, Comunicação, Desporto e Gestão da Qualidade
 Vereador	João Carlos Teixeira Alegria	Cultura, Educação, Juventude, Coletividades, Ciência, Trânsito, Ação Social e Habitação Social
 Vereadora	Sandra Salgado	Urbanismo e Planeamento, Espaços Verdes, Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, Mercado e Feiras, Comércio e Abastecimentos, Gestão e Manutenção de Frota
 Vereador	Fernando Manuel Mendonça Albergaria Matos	Sem Pelouro
 Vereadora	Madalena Maria Coelho Trindade Balça	Sem Pelouro
 Vereadora	Catarina Ascensão Nascimento Rodrigues	Sem Pelouro

ESTRUTURA ORGANIZATIVA EFETIVA

A estrutura organizacional e funcional do Município de Estarreja vigente durante o ano económico de 2016 consta do Despacho n.º 2935/2016 publicado no Diário da República nº 39, 2ª Série, de 25 de fevereiro de 2016, páginas 6660 a 6676.

O organograma da Câmara Municipal em 2016 apresenta a forma que segue:

Figura nº 24 – Organograma Município de Estarreja 2016



3.3. RECURSOS HUMANOS

De momento procede-se a uma avaliação de estrutura e evolução dos recursos humanos do Município de Estarreja no ano 2016 para em capítulo seguinte se avaliar os recursos financeiros da autarquia nesse mesmo exercício económico.

► Evolução do nº de efetivos

Verifica-se que em 2016 e por referência ao ano de 2015, o número de efetivos recuou cerca de 1,52%, diminuindo os seus efetivos em nº de 3 (quatro), fixando-se nos 195 efetivos.

Quadro nº10- Evolução de Efetivos

Efetivos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Totais	252	245	244	210	211	202	198	195
Varição (nº)		-7	-1	-34	1	-9	-4	-3
Varição %		-2,8%	-0,4%	-13,9%	0,5%	-4,3%	-2,0%	-1,5%

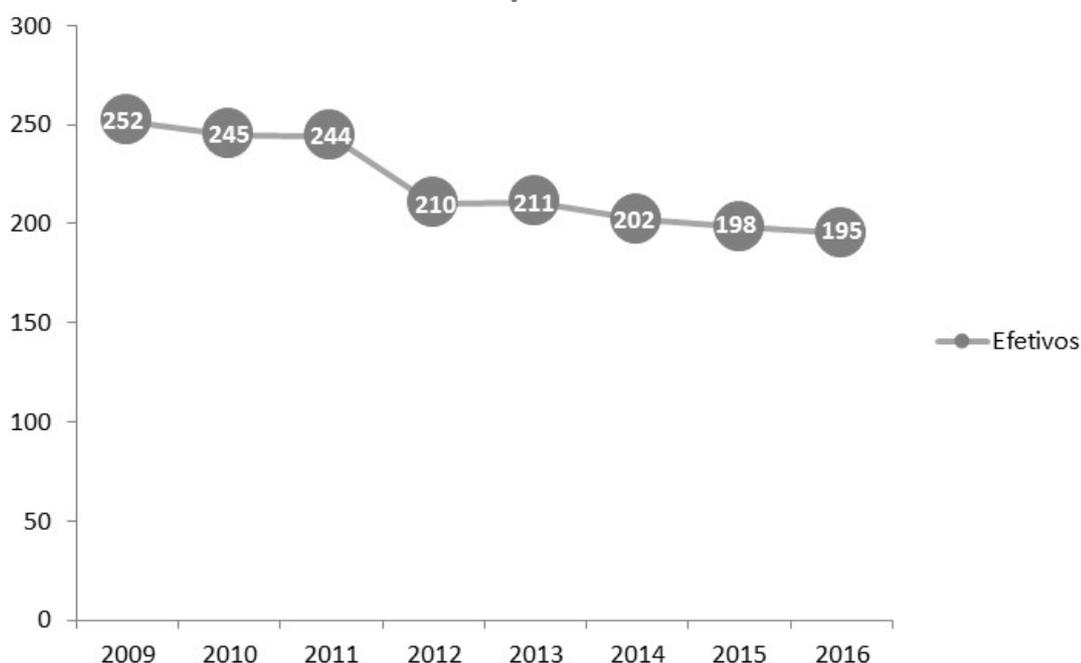
Varição 2010/2015 -19,18%

Varição 2011/2015 -18,85%

Varição 2010/2016 -20,41%

Varição 2011/2016 -20,08%

Varição 2015/2016 -1,52%

Gráfico nº2 – Evolução de nº de efetivos


► **Trabalhadores segundo cargo/carreira, modalidade de vinculação e género**

No que toca à estruturação dos efetivos por cargos/carreiras, em 2016, e pela análise dos quadros e gráficos seguintes, conclui-se que a carreira e assistente operacional é aquela que concentra o maior número de trabalhadores, 96 (noventa e seis), o que representa 49,23% do total dos trabalhadores.

Quadro nº11 – Nº de trabalhadores segundo cargo/carreira e vínculo (2016)

Cargo/Carreira	Comissão de Serviço	CTFP por termo indeterminado	Total	% em relação ao total
Dirigente Intermédio	6		6	3,08%
Técnico Superior		33	33	16,92%
Assistente Técnico		55	55	28,21%
Assistente Operacional		96	96	49,23%
Informática		2	2	1,03%
Outros	3		3	1,54%
Total	9	186	195	100,00%
% em relação ao total	4,62%	95,38%	100,00%	

Gráfico nº3 – Distribuição de trabalhadores segundo Cargo /Carreiras (2016)

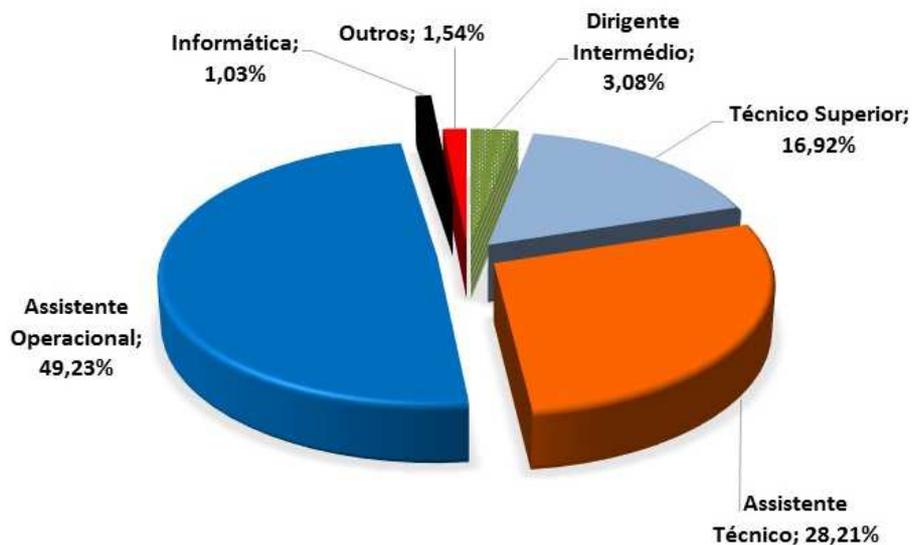
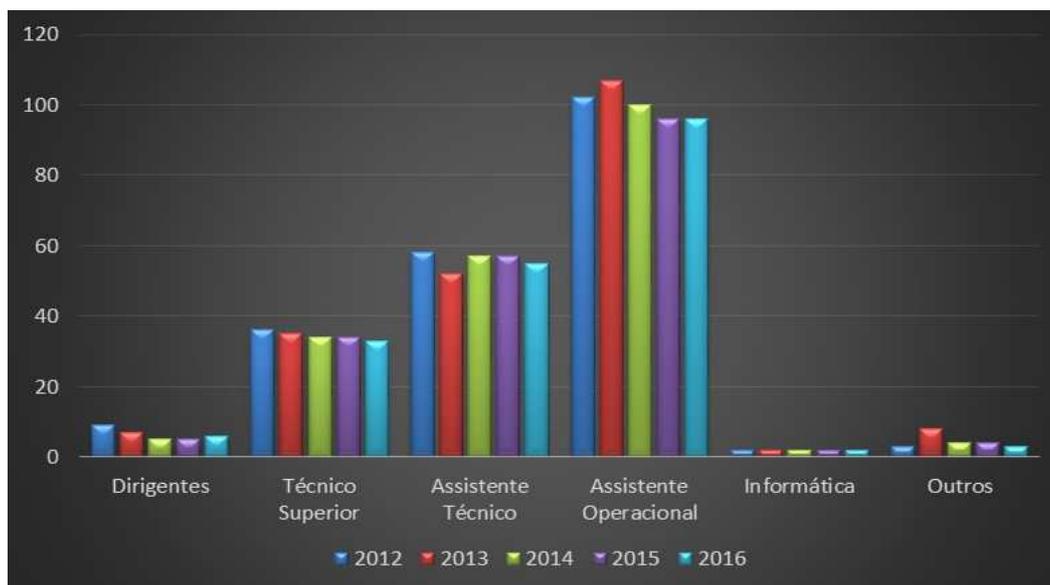


Gráfico nº 4 – Evolução do Nº de trabalhadores por Cargo /Carreiras



Quadro nº12 - Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género

ANOS	S	Dirigentes	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total	
2012	H	6	10	14	63	1	1	95	210
	M	3	26	44	39	1	2	115	
2013	H	5	11	10	62	1	4	93	211
	M	2	24	42	45	1	4	118	
2014	H	3	13	13	58	1	1	89	202
	M	2	21	44	42	1	3	113	
2015	H	3	13	13	54	1	1	85	198
	M	2	21	44	42	1	3	113	
2016	H	3	13	11	54	1	1	83	195
	M	2	20	44	42	1	3	112	

► **Trabalhadores segundo o sexo e grupo etário**

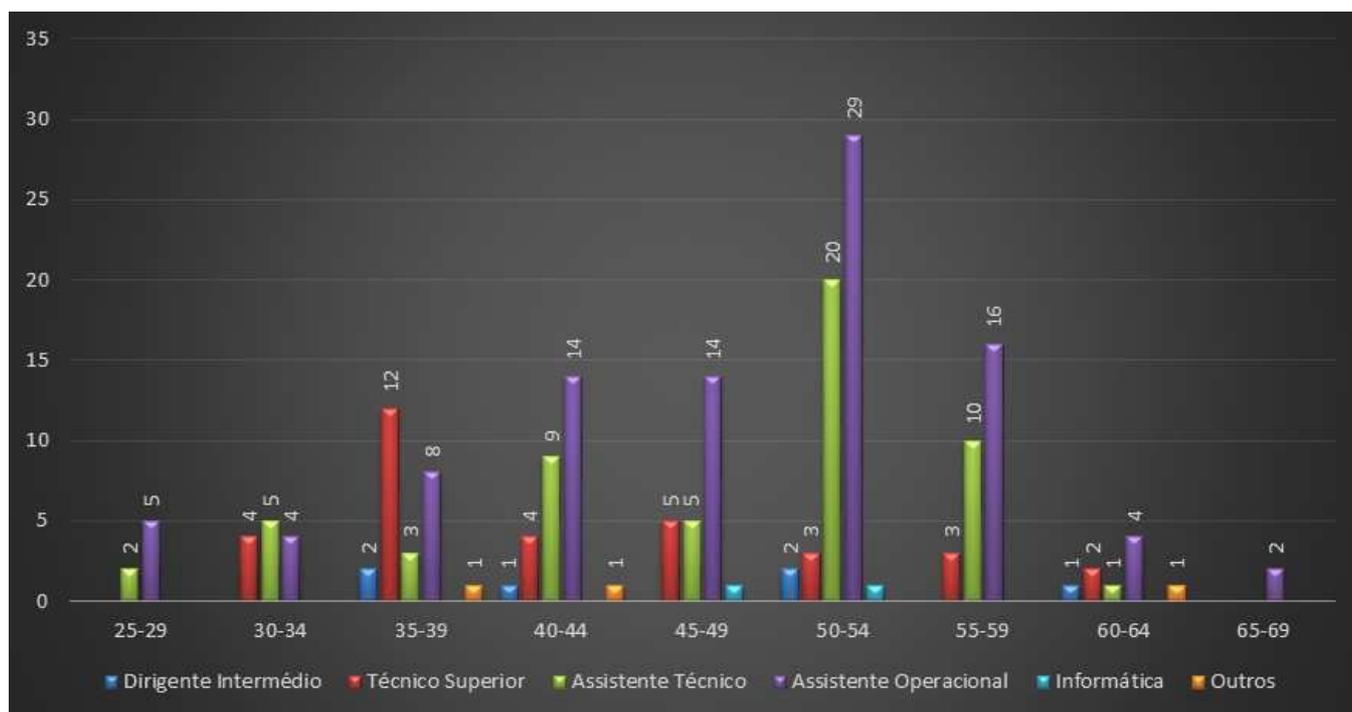
Dos escalões etários é de realçar o grupo etário de 50-54, com 55 trabalhadores, o que representa 28,21% do efetivo, em que 33 são homens e 22 são mulheres.

Grupo etário	Homens	Mulheres	Total	%
25-29	2	5	7	3,59%
30-34	3	10	13	6,67%
35-39	10	16	26	13,33%
40-44	6	24	30	15,38%
45-49	8	17	25	12,82%
50-54	33	22	55	28,21%
55-59	14	15	29	14,87%
60-64	6	2	8	4,10%
65-69	1	1	2	1,03%
Total	83	112	195	100,00%

Quadro nº13 – Distribuição de trabalhadores segundo género e grupo etário

A estrutura dos trabalhadores do Município de Estarreja por género, a 31/12/2016, era composta por 112 mulheres e 83 homens, correspondendo a de 57,44% e 42,56% respetivamente.

Gráfico nº 5 – Distribuição do nº de trabalhadores por Grupo Etário e por cargo/carreira



Quadro nº 14 – Distribuição do nº de trabalhadores por cargo/carreira e grupo etário

	Dirigente Intermediário	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
25-29			2	5			7
30-34		4	5	4			13
35-39	2	12	3	8		1	26
40-44	1	4	9	14		1	29
45-49		5	5	14	1		25
50-54	2	3	20	29	1		55
55-59		3	10	16			29
60-64	1	2	1	4		1	9
65-69				2			2
Total	6	33	55	96	2	3	195

➤ **Trabalhadores por antiguidade**

Em termos globais o escalão de antiguidade 10-14 anos é aquele que concentra o maior número de trabalhadores com 40 trabalhadores, seguido imediatamente pelo escalão 15-19 anos, com 37 trabalhadores. Pelo contrário, o escalão de antiguidade dos 20-24, é aquele que possui menos trabalhadores, com 6.

É também nos escalões de antiguidade 10-14 anos e 15-19 anos que o efetivo feminino tem maior representatividade. De realçar a maior representatividade do sexo masculino no escalão de antiguidade 25-29 anos com 23 trabalhadores contra 12 trabalhadores do sexo feminino.

Quadro nº 15 – Distribuição de trabalhadores segundo género e grupo

Grupo	Homens	Mulheres	Total	%
Até 5 Anos	5	3	8	4,10%
5-9 Anos	4	22	26	13,33%
10-14 Anos	12	28	40	20,51%
15-19 Anos	10	27	37	18,97%
20-24 Anos	4	2	6	3,08%
25-29 Anos	23	12	35	17,95%
30-34 Anos	15	16	31	15,90%
35-39 Anos	10	2	12	6,15%
40 ou mais Anos	0	0	0	0,00%
Total	83	112	195	100,00%

Gráfico nº 6 – Distribuição de trabalhadores segundo a antiguidade



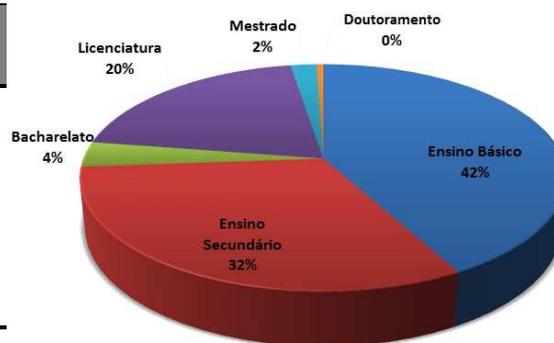
► **Trabalhadores por habilitação Literária**

No quadro seguinte percebe-se que o número mais elevado é o de trabalhadores com o Ensino Básico com uma percentagem de 42,1%.

Quadro nº 16 – Distribuição de trabalhadores por nível de escolaridade **Gráfico nº 7 – Distribuição de trabalhadores segundo habilitação literária**

Escolaridade	N.º trabalhadores	%
Ensino Básico	82	42,1%
Ensino Secundário	62	31,8%
Bacharelato	7	3,6%
Licenciatura	39	20,0%
Mestrado	4	2,1%
Doutoramento	1	0,5%

nível de escolaridade



habilitação literária

Quadro nº 17 – Distribuição de trabalhadores segundo a habilitação literária e género

Habilitação	Homens	Mulheres	Total	%
Menos do 4º ano	0	0	0	0,00%
4º Ano	26	8	34	17,44%
6º Ano	14	9	23	11,79%
9º Ano	13	12	25	12,82%
11º Ano	2	12	14	7,18%
12º Ano	9	39	48	24,62%
Bacharelato	1	6	7	3,59%
Licenciatura	18	21	39	20,00%
Mestrado	0	4	4	2,05%
Doutoramento	0	1	1	0,51%
Total	83	112	195	100,00%

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

Em 2016, as prioridades do Município de Estarreja mantiveram-se em linha com as premissas e prioridades das GOP's definidas para esse ano, cujos objetivos estratégicos assentam no programa autárquico sufragado em 2013, tendo naturalmente a atividade da Câmara como grandes princípios orientadores:

- i. O rigor e prudência nos pressupostos, nomeadamente sendo conservadores na projeção da receita e firmes da redução da despesa;
- ii. A gestão responsável, a transparência e o rigor nas contas;
- iii. A concentração dos meios disponíveis no Desenvolvimento Económico e Competitividade, na Inovação e Coesão Social, na Reabilitação Urbana e Valorização do Território e no Ambiente, Qualidade de Vida, Proteção Civil e Segurança, áreas em que a atuação do Município é relevante e decisiva para a qualidade de vida dos cidadãos.

As prioridades definiram-se assim através de 5 eixos estratégicos transversais que, no que se refere a 2016, atingiram as seguintes taxas de execução (financeira) e que na sua globalidade ultrapassaram os 80%:

Quadro nº18 – Execução dos Eixos Estratégicos

	% EXECUÇÃO 2016 (Faturado/Orçamento Atual)		
	PAM	PPI	Total
1 DESENVOLVIMENTO URBANO	96,67%	60,17%	62,16%
2 COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO	73,70%	77,08%	76,79%
3 NATUREZA E AMBIENTE	88,88%	72,43%	82,98%
4 COESÃO SOCIAL E CULTURA	83,06%	68,06%	77,76%
5 GOVERNAÇÃO MUNICIPAL	88,30%	93,94%	89,54%
TOTAL	87,14%	72,05%	80,45%
	80,45%		

No que se refere ao **EIXO DESENVOLVIMENTO URBANO** que na globalidade atingiu uma taxa de execução de **62,16%**, destaca-se a definição da **Área de Reabilitação Urbana (ARU)**, o início da empreitada de **requalificação do Mercado e Feira de Estarreja** e a definição do **programa-base** para o projeto do **Espaço Memória** (edifício da antiga **fábrica do Descasque do arroz**).

Na **valorização da rede viária** concluímos ou demos início a obras de beneficiação de arruamentos prometidos, em alguns casos, há mais de 30 anos, casos das Ruas do Outeiro da Bandeira, do Fojo e Angélica Neves em Avanca e da Rua Lauro Ramos em Veiros; em Canelas iniciámos a empreitada da construção do parque de estacionamento e espaço verde no campo da Cruz; em Fermelã lançamos o concurso público para beneficiação da Rua da Carreira Branca; em Salreu lançámos o Concurso Publico para

alargamento e beneficiação da Rua da Carvalha e adjudicámos a beneficiação das Ruas Joaquim José Henriques e da Associação Humanitária de Salreu; em Pardilhó, concluímos a Rua e Travessa do Aido do Afonso, continuámos com o alargamento e beneficiação da Rua Padre António Joaquim Vigário de Matos (EN 224-2) e submetemos à aprovação da Junta de Freguesia o projeto de requalificação da Av. António Joaquim Resende.

No que se refere às **transferências para as freguesias** atingimos o valor “record” de **1.028.552,65€**, com uma taxa de execução de 92%. Destacam-se aqui, para além das ações usuais na limpeza de bermas e manutenção de jardins e espaços verdes, a realização de empreitadas como das ruas da Devesa e Lavandeira em Fermelã, da Ladeira Sul e do Arieiro em Salreu, da Tabuada e Padre Joaquim Vigário de Matos em Pardilhó, das Cavadas e das Devesas em Avanca e do Canedo e a reabilitação do açude da Turbina do Antuã, em Beduído.

No **EIXO DA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO** cuja taxa de execução foi de 76,79%, a grande aposta na aquisição de terrenos tendo em vista a infraestruturação e a sua posterior venda a empresas que se pretendam instalar no **Eco-Parque Empresarial de Estarreja** teve os seus frutos; a **taxa de execução das despesas** foi de 81,79% (aquisição de terrenos) e a **taxa de execução das receitas de capital** (venda de terrenos para localização de novas empresas) ultrapassou largamente o valor previsto atingindo **179,4%** (2.243.622,29€), de longe o **valor mais alto de sempre na venda de terrenos**. Como sempre dissemos nas ocasiões anteriores de apresentação de GOP’s e Prestação de Contas deste executivo, era preciso “*semear para colher*” e foi o que fizemos nos anos de 2014 e 2015. Conforme se pode aferir pelos resultados, a sementeira foi bem feita e a colheita foi profícua: 5 novas empresas se instalaram (ou estão em fase de instalação) no Eco-Parque Empresarial, num investimento total superior a 100 M€ e na criação de mais 500 postos de trabalho diretos.

A **Incubadora de Empresas de Estarreja**, criada em 2009, é um polo da IERA – Incubadora de Empresas da Região de Aveiro, atualmente dispõem de 7 gabinetes, sala de reuniões e serviços de apoio à incubação. Desde 2014 saíram 3 empresas graduadas e iniciaram neste último ano 2 novas empresas o seu processo de incubação, estando atualmente mais 2 novas empresas em processo de pré-incubação. A Incubadora de Empresas, em parceria com o GIP de Estarreja, iniciou no início do ano de 2016 o Consultório de Empreendedorismo, que pretende apoiar quem deseja iniciar o seu negócio, em especial os jovens e os desempregados do concelho. Neste primeiro ano foram realizados acompanhamentos a 13 ideias de negócio. A incubadora de empresas participou na Semana Global do Empreendedorismo (GEN) com a realização de 2 workshops temáticos e foi parceira do Concurso BIG smart cities, organizado pela Vodafone Portugal e a Ericsson Portugal.

2016 foi também o ano que se realizou a primeira edição do *Inspira-te*, Semana do **Empreendedorismo** de Estarreja, 6 dias temáticos, com especial foco na criação de negócios, procura de emprego, empreendedorismo jovem e feminino e um dia aberto da Incubadora de Empresas. Foram 7 workshops, 3 lounge talks, 1 mostra de emprego com mais de 70 ofertas, assinatura de contratos de incubação e a abertura de um espaço dedicado ao empreendedorismo jovem. No que toca ao **Empreendedorismo Jovem**, em 2014 iniciámos o nosso programa de Empreendedorismo na Escola, reforçando o já existente Concurso de Ideias de Negócios e o Seminário de Empreendedorismo Jovem, com um programa intensivo de formação empreendedora – o Bootcamp de

Empreendedorismo. O projeto vencedor do Concurso de Ideias, que pela primeira vez tinha trabalhado e desenvolvido a sua ideia de negócio, no bootcamp de empreendedorismo, participou em diversos concursos regionais e nacionais, acabando por vencer o título de melhor projeto nacional do Concurso Nacional INOVA!

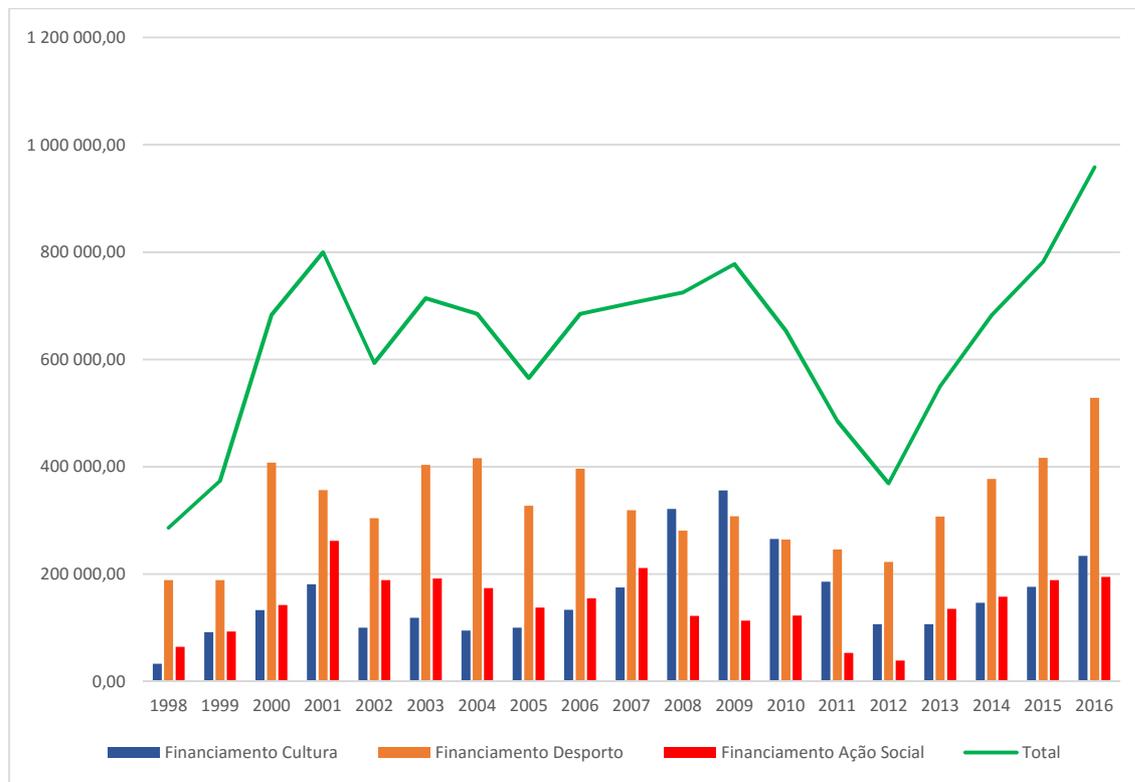
No **EIXO DA NATUREZA E AMBIENTE**, atingimos a **taxa de execução global de 82,98%**. Destacamos aqui o início do programa de substituição das luminárias de vapor de sódio pelos **LED's** na **iluminação pública** e o contínuo investimento na **rede hidrográfica**, protegendo terrenos agrícolas e espaços naturais do avanço de água salgada e das inundações dos rios Antuã e Vouga, salvaguardando o nosso riquíssimo património natural. Sublinha-se o constante trabalho de manutenção dos percursos naturais do concelho (BIORIA) e a **adquisição** de mais um conjunto de **edificado** no **Ribeiro de Salreu** que vai permitir o desenvolvimento de um projeto integrado para **apoio à (crescente) visitação**, integrando as componentes de **alimentação** e **alojamento local**. 2016 foi também o ano de realização da **2ª edição da BIORACE**, que redundou num estrondoso êxito, tendo passado de 498 participantes em 2015 para 2023 em 2016, sendo que destes, cerca de 70% eram de fora do Concelho de Estarreja.

No **EIXO DA COESÃO SOCIAL E CULTURA** a taxa de execução foi de **77,76%** culminando o crescente investimento desde 2014, sendo que em 2016 se atingiram os valores mais elevados em áreas como a Educação, Inclusão e Ação Social, Desporto, Cultura, apoio à Economia Social, Juventude e Cidadania. No mandato deste executivo, por exemplo no que toca ao apoio às IPSS's e famílias, atingimos valores nunca antes alcançados.

Depois de termos apoiado em 2014 e 2015 a totalidade da despesa com os manuais do 1º Ciclo para todos os alunos, em 2016, apoiámos os manuais dos 2, 3 e 4º ano dado que o governo passou a apoiar os manuais do 1º ano; para o ano letivo de 2016/2017, considerando o apoio do governo aos manuais do 1º ciclo, decidimos **apoiar os manuais do 5º e 6º ano de escolaridade**; 2016 foi ainda o ano de efetiva execução dos programas de **apoio à vacinação infantil não participada** e ao **arrendamento**, 2 programas que traçam bem a nossa marca no que ao apoio às famílias se refere.

De sublinhar ainda os apoios à **cultura e ao desporto**, não só ao nível associativo como no investimento na área do desporto desenvolvida pela própria autarquia. Neste campo, e no que se refere ao **investimento per capita** em desporto e cultura, Estarreja está nos **níveis mais elevados no país** e muito acima dos municípios da Região de Aveiro e da média nacional. Salienta-se ainda a realização da 1ª edição do **ESTAU**, festival de Arte Urbana de Estarreja, êxito rotundo na qualidade dos trabalhos apresentados e na participação da nossa comunidade no evento.

Gráfico nº 8 – Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos 1998 - 2016



Na área da **Cidadania**, destaque para o segundo ano de execução física dos projetos do Orçamento Participativo Municipal onde se destacam obras no Cine-Clube de Avanca, construção de Parques infantis na Humanitária de Salreu e na Praça Julio Neves, obras de beneficiação na ACADOF, Clube Pardilhoense, Saavedra Guedes, Filantrópica Veirense e Centro Paroquial de Avanca (Unidade de Cuidados Continuados)

Na área da **Juventude**, as políticas são transversais a praticamente todas as áreas de atuação do Município, importando salientar as medidas de apoio mais próximas dos nossos jovens, nomeadamente o reforço das **Bolsas de Estudo** para o **Ensino Superior**, alargando o número de bolseiros e aumentando o valor mensal das bolsas. O investimento anual com as Bolsas de Estudo mais que duplicou desde 2014. Por outro lado, o **Orçamento Participativo Jovem** tem permitido aos jovens do concelho apresentarem projetos de âmbito municipal, escolar e social. Já com 3 edições realizadas o impacto destas iniciativas é bastante significativo, principalmente ao nível da comunidade escolar. Já foram atribuídos cerca de 45.000€ em projetos do OPJ. Desde 2015 começamos a aproximar os nossos jovens dos **projetos europeus**. O Município aderiu à Rede Nacional de Lojas Europa Jovem, com a intenção de abrir a Loja Europa Jovem Estarreja, que irá estabelecer uma abordagem inovadora sobre informação europeia e acesso a processos de mobilidade dos Jovens na União europeia através da troca de experiências.

Recentemente o Município de Estarreja realizou também a sua acreditação para o programa do Serviço Voluntariado Europeu, sendo até à data a única autárquica do distrito de Aveiro acreditada para o envio, receção e coordenação de projetos de voluntariado europeu.

A execução do eixo **Governança Municipal** traduz em termos genéricos o cometimento das unidades orgânicas e dos funcionários municipais com a atividade municipal e é motivo de natural regozijo. Aqui se inclui a componente dos encargos com pessoal, a amortização de empréstimos e os custos com as diversas instalações municipais. Neste particular, merecem realce as intervenções de beneficiação no edifício dos Paços do Concelho (substituição de caixilharias e pintura exterior), Biblioteca Municipal (pintura exterior e intervenções diversas de manutenção).

Analisando em concreto os dados mais relevantes do exercício económico e financeiro de 2016, importa sublinhar, no que se refere à execução orçamental:

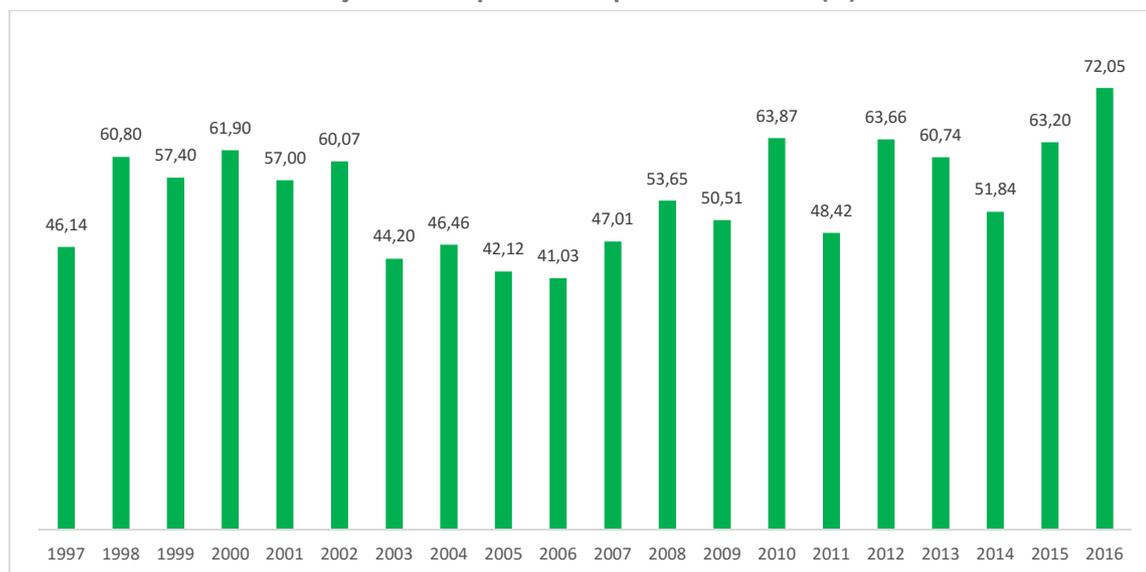
Receitas

- A receita global arrecadada aumentou 7,8% para os 20.636.235,62€ (1,87% pelo lado das receitas correntes (13.514.064,05€) e 90,93% pelo lado das receitas de capital (3.506.973,33€));
- A taxa de execução global das receitas foi de 100,63%, tendo atingido 100,27% no que se refere às receitas correntes e 104,11% no que respeita às receitas de capital. Nas receitas correntes, realça-se o aumento do valor da receita do IMT em 118,9 p.p. e da derrama em 58,82 p.p.; já a receita do IMI, em linha com o que já tinha ocorrido em 2015, diminuiu 9,93 p.p.. Para o excelente resultado nas execução das despesas de capital muito contribuiu a taxa de execução da venda de bens de investimento (terrenos no Eco-Parque) que atingiu 179,4% (2.242.471,29€), aumentando 1.373 p.p. face a 2015.

Despesas

- A despesa global aumentou 5,41% face a 2015 para 16.371.965,42€ sendo que tal decorreu do aumento residual das despesas correntes (0,47% para 9.713.593,22€) e do aumento sensível das despesas de capital (13,55% para 6.658.372,20€).
- A taxa de execução global das despesas foi de 79,83%, tendo atingido 86,22% nas despesas correntes e o valor “record” de 72,05% nas despesas de capital. A propósito deste resultado que nos coloca nos patamares mais elevados de execução a nível nacional, apresentamos abaixo o gráfico com a evolução deste indicador desde 1997:

Gráfico nº 9 – Taxa de Execução das Despesas de Capital 1997 – 2016 (%)



Equilíbrio Orçamental

- A poupança corrente bruta atingiu 3.800.470,83€ e a poupança corrente líquido do exercício foi de 3.742.233,57€. O equilíbrio orçamental foi cumprido nas 3 fases do ciclo orçamental, tendo ocorrido um decréscimo da dívida transitada essencialmente pela amortização do montante de 1.057.397,88€ respeitante a empréstimos de médio e longo prazo (MLP).

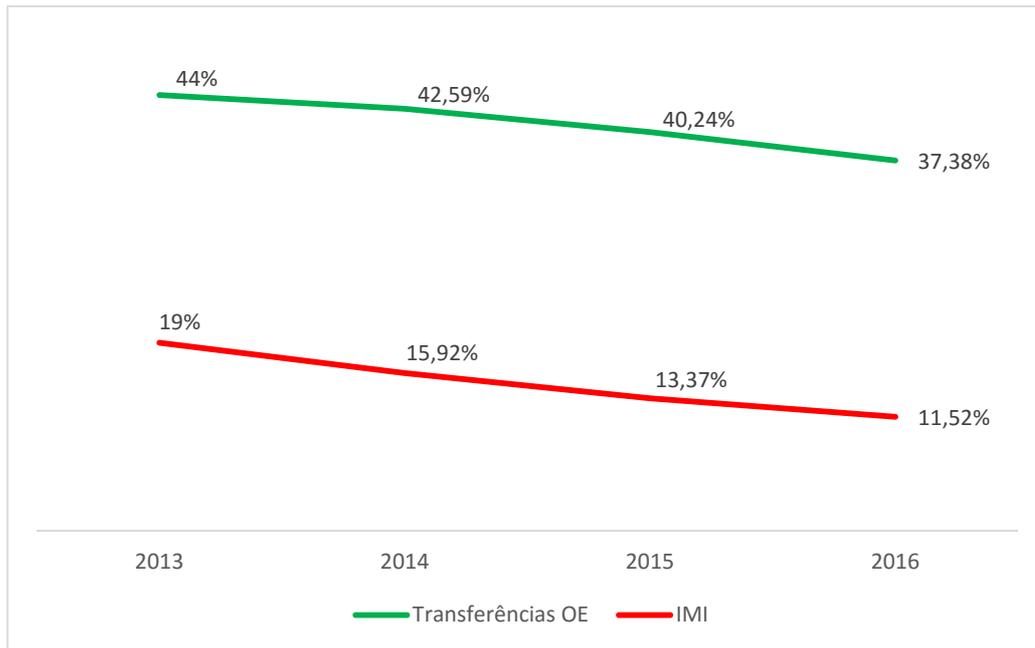
Outros indicadores

- O rácio entre a despesa paga vs despesa faturada aumentou de 97,23% em 2015 para 98,2% em 2016.
- Reduzimos o passivo em 4,38%
- O investimento aumentou 27,47% face a 2015.
- Aumentámos os fundos próprios em 4,81%
- O ativo bruto aumentou 4.170.159,42€
- Aumentámos o resultado líquido do exercício para 2.619.938,22€
- Diminuímos a despesa com aquisição de bens e serviços
- Diminuímos (de novo) a dependência das transferências do OE e do IMI
- Diminuímos (de novo) o peso das despesas correntes na despesa global
- Diminuímos (de novo) a dívida de MLP em 11,79%, passando a ser em 2016 de 8.772.488,28€
- Aumentámos (de novo) a execução orçamental mesmo aumentando o orçamento de 2016m, face a 2015, tal como já tinha acontecido em 2015, face a 2014.

Numa altura em que nos aproximamos de um novo ato eleitoral autárquico importa deixar uma **visão geral** de balanço ao nosso trabalho desde **Novembro de 2013**:

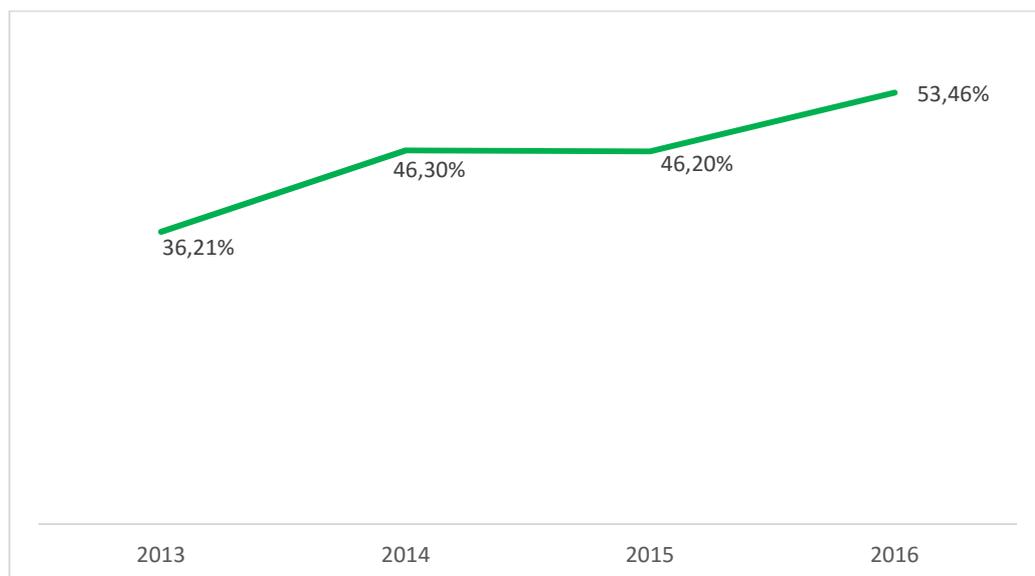
- Aumentámos a Receita e a Despesa e atingimos níveis elevadíssimos nas taxas de execução respetivas, nomeadamente no que se refere à componente investimento;
- Alcançámos sempre patamares elevados de poupança corrente, libertando ano após ano meios para investimento e amortização de empréstimos de MLP;
- Cumprimos sucessiva e confortavelmente, as regras de equilíbrio orçamental;
- Diminuímos a dívida total em 2.459.425,98€ e a dívida de MLP em 2.349.311,52€;
- Aumentámos o investimento global tanto em termos de aquisição de bens de capital como nas transferências (freguesias, famílias, IPSS's, associações e coletividades);
- Desenvolvemos instrumentos inovadores de apoio às famílias, nas áreas social, desportiva, educativa e da saúde com programas como a vacinação infantil não participada, o apoio ao arrendamento, aos manuais escolares, aumentando ainda a dotação para os programas "Habitação Freguesias" e "Casa Melhor";
- Reduzimos o passivo e aumentámos o ativo e os fundos próprios;
- Aumentámos sucessivamente os resultados líquidos do exercício;
- Adquirimos bens imóveis a um nível nunca alcançado e, particularmente em 2016, vendemos terrenos para a instalação de novas empresas no Eco-Parque que permitiram a arrecadação de uma receita de quase 3,0 M€, um investimento privado na ordem dos 150 M€ para instalação de 5 novas empresas e a expansão de outras 3 e a criação de 500 novos postos de trabalho;
- Atingimos valores de referência a nível nacional no apoio ao desporto e à cultura;
- Diminuímos sustentadamente a dependência das transferências do OE e da receita da cobrança do IMI;

Gráfico nº 10 – Dependência de transferências de OE e da receita do IMI

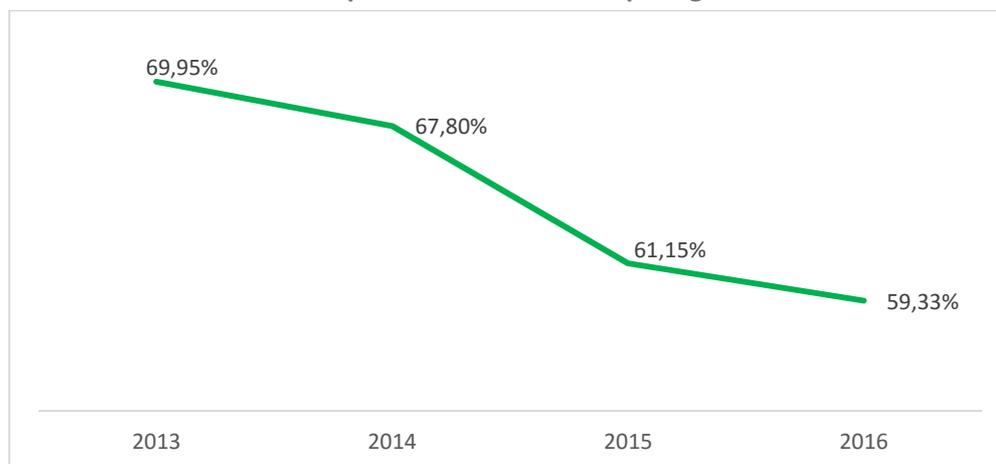


- O grau de independência financeira evoluiu muito favoravelmente e é hoje possível dizer que estamos bem acima da média nacional e da região centro e nos 3 primeiros lugares da CIM Região de Aveiro,

Gráfico nº 11 – Evolução do grau de independência financeira 201-2016



- Diminuímos sustentadamente o peso das despesas correntes na despesa global,

Gráfico nº 12 – Peso das despesas correntes na despesa global


- Por via da diminuição de impostos (IMI, comparticipação no IRS e Derrama), desde 2014 devolvemos às famílias estarrejenses mais de 1,6 M€ de receitas provenientes desta origem.
- Somos exemplo de descentralização no caminho que juntos percorremos com as 5 Juntas de Freguesia, executando obras essenciais ao bem-estar das populações. Neste particular, partimos de um patamar de **456.982,51€ em 2014**, passámos para **714.270,92€ em 2015**, ultrapassámos o **milhão de euros em 2016** e em 2017 atingiremos ainda valores mais elevados. No contexto dos 11 municípios da Região de Aveiro, apenas Águeda (com um valor na ordem dos 1,6M€) transfere, em termos absolutos, mais meios financeiros para as suas Juntas de Freguesia.
- O IMI por habitante cobrado está muito abaixo da média nacional e da região centro e é o terceiro mais baixo da Região de Aveiro.
- O IMT por habitante cobrado está abaixo da média nacional e da região centro e é o 4º mais baixo da Região de Aveiro.
- Temos um grau de endividamento, que vem diminuindo desde 2014, abaixo da média nacional e da média da região centro;
- Diminuímos o prazo médio de pagamentos (PMP) de 100 dias em 2013 para 13 dias em 2016.
- Alterámos o formato e o local das Festas do Município;
- Trouxemos uma nova visão sobre o carnaval de Estarreja;
- Lançámos ações como a ObservaRia, a BIORACE e o ESTAU como marcas a consolidar Estarreja como referência nacional em termos da preservação ambiental e da arte urbana;
- Investimos mais de 3,0 M€ na requalificação da rede viária municipal, intervindo em mais de 300 arruamentos e executando finalmente obras previstas e ansiadas pelas populações há mais de 30 anos;
- Investimos fortemente na modernização das instalações e equipamentos do Cine-Teatro de Estarreja, nomeadamente no que se refere ao sistema de som luz e de projeção de cinema digital; os resultados de tal investimento estão à vista com um aumento de espectadores de 10% neste período.

No momento de apresentação das Contas de 2016, cremos que as mesmas refletem o cumprimento de grande parte das promessas que fizemos em 2013 sublinhando a continuada aposta no investimento reprodutor, desenvolvendo de forma integrada e sustentável o nosso município.

5. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise dos documentos de execução orçamental mantém um capítulo próprio, não obstante algumas lacunas de informação contabilística e financeira, as quais são devidamente colmatadas com a introdução da Contabilidade Geral/Patrimonial. De facto, através da Contabilidade Orçamental (contabilidade essencialmente na ótica “de caixa”) é possível obter conclusões muito rápidas e elucidativas quanto à forma como é gerido o Município, sendo que facilmente se consegue aferir a sua situação financeira de curto-prazo.

Numa primeira instância procede-se a uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguindo-se uma abordagem do equilíbrio orçamental, designadamente ao nível da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento, para por último desenvolver uma análise individual às componentes da Receita e Despesa Municipal.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2016, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projetos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua execução.

Em matéria da Contabilidade Orçamental, a prestação de contas é feita em termos de execução dos documentos previsionais “Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2016 – OM|GOP2016”.

A execução dos documentos orçamentais consubstancia-se no desenvolvimento das ações necessárias à arrecadação de receitas previstas e à realização de despesas inscritas no Orçamento, visando alcançar os objetivos fixados nas Grandes Opções do Plano.

5.1. EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.

Neste primeiro momento, pretende-se evidenciar a execução orçamental do Município de Estarreja, no ano económico de 2016. Para o efeito, são analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura.

Pela análise da Contabilidade Orçamental, podemos acompanhar todo o processo de realização da despesa e arrecadação de receitas.

A estrutura da receita e da despesa obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no Decreto-Lei nº26/2002 de 14 de Fevereiro, dividindo-se em correntes e de capital e outras receitas/despesas.

Na ótica da receita, analisar-se-á a previsão orçamental, a cobrança e os saldos orçamentais.

Na ótica da despesa, os factos financeiros objetos de análise e comparação serão a despesa prevista, os compromissos assumidos, os pagamentos efetuados e os compromissos por pagar.

5.1.1. Orçamento Inicial versus Final e Executado

De forma a melhor compreender a dinâmica da execução orçamental, nomeadamente no que concerne às suas principais variações ao longo do exercício económico, promove-se de seguida a uma breve comparação entre **orçamento inicial, final e executado** e assim avaliar a capacidade da concretização dos projetos a que o Município se propôs, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, bem como o esforço de angariação da receita, fator fundamental para a realização do objetivo político, num panorama macroeconómico em que os recursos financeiros são cada vez mais escassos.

A análise realizada no presente ponto, tem por base os mapas de execução orçamental que fazem parte dos Documentos de Prestação de Contas, visando, numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido final, resultado de modificações aos documentos previsionais, como os valores da execução orçamental a fim de evidenciar os desvios de execução mais significativos.

No âmbito desta análise, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não a despesa traduzida no total das obrigações assumidas para com terceiros (despesa faturada).

Quadro nº 19 - Orçamento Inicial versus Final, Executado

Orçamento para o ano 2016							
Designação (a)	PREVISÃO			EXECUÇÃO		Taxas de Execução	
	Inicial (b)	Final / Corrigida (c)	Desvio (d)	Valor (e)	Desvio (f)	Inical (g)= (e)/(b)	Corrigida (h)= (e)/(c)
Receitas Correntes	13 669 078,00	13 477 453,00	-191 625,00	13 514 064,05	36 611,05	98,87%	100,27%
Receitas de Capital	2 280 922,00	3 368 666,61	1 087 744,61	3 506 973,33	138 306,72	153,75%	104,11%
Outras	50 000,00	3 661 522,62	3 611 522,62	3 615 198,24	-46 324,38	7230,40%	98,73%
Receitas Totais	16 000 000,00	20 507 642,23	4 507 642,23	20 636 235,62	128 593,39	128,98%	100,63%
Despesas Correntes	10 747 032,00	11 265 882,00	518 850,00	9 713 593,22	-1 552 288,78	90,38%	86,22%
Despesas de Capital	5 252 968,00	9 241 760,23	3 988 792,23	6 658 372,20	-2 583 388,03	126,75%	72,05%
Despesas Totais	16 000 000,00	20 507 642,23	4 507 642,23	16 371 965,42	-4 135 676,81	102,32%	79,83%

Os documentos previsionais de 2016 (Orçamento e Grandes Opções do Plano) aprovados pela Assembleia Municipal, inscreviam uma previsão inicial (receitas) e uma dotação inicial (despesa), de 16.000.000,00€, sendo de reforçar que em termos comparativos com o exercício económico anterior, os documentos previsionais 2016 apresentam a mesma previsão. No entanto, as dotações finais/corrigidas do Orçamento 2016 apresentam uma diminuição de 179.126.52€€ face às dotações finais/corrigidas do Orçamento 2015, sendo que a previsão final de 2015 era de 20.686.768,75€ face à previsão corrigida de 2016 de 20.507.642,23€.

Aprovado o orçamento inicial nestes termos, na sequência das 13 (treze) modificações realizadas ao orçamento, vertidas em 11 (onze) Alterações e 2 (duas) Revisões, que, no seu conjunto, determinaram um acréscimo de + 4.507.642,23€ (28,17 %) no orçamento inicial.

O orçamento corrigido final de 2016 do Município de Estarreja situou-se nos 20.507.642,23€, após duas revisões aos documentos previsionais e teve por base principal o nível de receita efetiva acrescido do saldo da gerência anterior e o acréscimo de receita com venda de bens de investimento.

Em matéria de natureza **corrente**:

- ✦ Nas receitas correntes, a previsão final situou-se nos 13.477.453,00€ com uma diminuição de 191.625,00€ (-1,4%) face ao valor inicialmente previsto.
- ✦ Nas despesas correntes com uma previsão inicial de 10.747.032,00€, comportaram uma variação positiva de (+) 518.850,00 € que determinou uma dotação final de 11.265.882,00€.

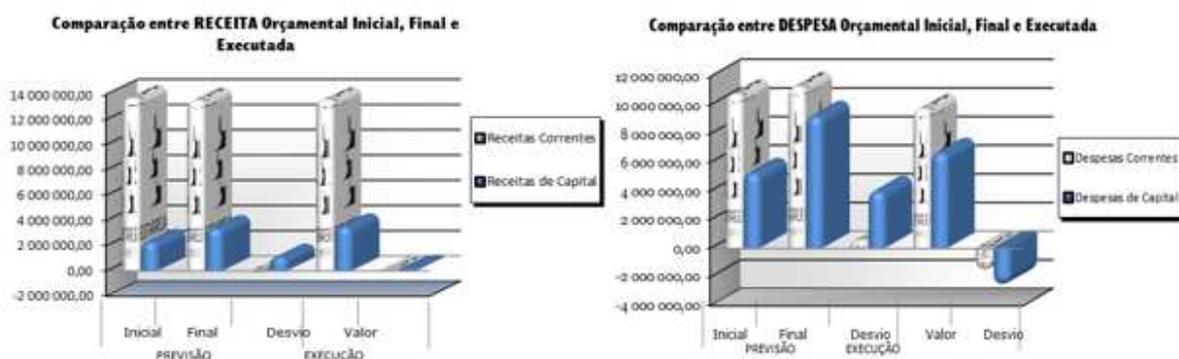
Quanto às rubricas de natureza de **capital**:

- ✦ As receitas de capital, inicialmente dotadas com 2.280.922,00€, finalizaram com uma dotação de 3.368.666,61€, por força de aumento da sua dotação em (+) 1.087.744,61€.
- ✦ O orçamento inicial das despesas de capital foi definido para 5.252.968,00€, tendo sido aumentado em (+) 3.988.792,23€, o que o posicionou no final em 9.241.760,23€.

O exposto resulta que do ponto de vista orçamental, se estimou que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de carater corrente.

Por conta desta dotação final orçada, o total da despesa executada ascende a 16.371.965,42€ e o total da receita cobrada a 20.686.235,62€, o que reflete taxas de execução na ordem dos 79,83% e 100,63%, respetivamente.

Gráficos nº 13 e 14 – Orçamento Inicial, Final e Executado – RECEITA e DESPESA



➤ Alterações e Revisões ao Orçamento

Em matéria de execução orçamental e ao longo dos exercícios económicos são por regra realizadas modificações orçamentais, reforçando e ou reduzindo a dotação das rubricas tendo em vista adequar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão.

Assim, interessa proceder à apreciação detalhada dos ajustamentos desta natureza que se realizaram durante o exercício de 2016 por via das 13 (treze) modificações ao orçamento, cujas tipologias se identificam no quadro resumo que se insere:

Quadro nº 20

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES	Alterações e Revisões	
	Alterações	Revisões
Orçamento da Receita		2
Orçamento da Despesa	11	2
Plano Plurianual de Investimentos	11	2
Plano de Atividades Municipais	11	1

As modificações operadas no Orçamento verificaram-se tanto ao nível da receita como da despesa.

Organizando a informação referente às modificações orçamentais realizadas em grupos, onde se agregam tanto os reforços como as anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita autárquica, avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais durante o ano 2016, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então executadas.

Quadro nº 21 - Alterações e Revisões orçamentais segundo a natureza económica –DESPESA

(unidade monetária:€uros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	10 747 032,00	67,17%	1 104 036,00	585 186,00	11 265 882,00	54,94%	518 850,00	4,83%
Despesas com Pessoal	4 520 500,00	28,25%	136 620,00	194 730,00	4 462 390,00	21,76%	-58 110,00	-1,29%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	4 952 240,00	30,95%	779 901,00	345 776,00	5 386 365,00	26,27%	434 125,00	8,77%
Juros e Outros Encargos	74 292,00	0,46%	3 600,00	0,00	77 892,00	0,38%	3 600,00	4,85%
Transferências Correntes	1 060 340,00	6,63%	105 915,00	44 680,00	1 121 575,00	5,47%	61 235,00	5,78%
Outras Despesas Correntes	139 660,00	0,87%	78 000,00	0,00	217 660,00	1,06%	78 000,00	55,85%
Despesas de Capital	5 252 968,00	32,83%	6 479 492,31	2 490 700,08	9 241 760,23	45,06%	3 988 792,23	75,93%
Aquisição de Bens de Investimento	2 907 993,00	18,17%	4 725 892,23	1 365 400,00	6 268 485,23	30,57%	3 360 492,23	115,56%
Transferências de Capital	1 036 267,00	6,48%	809 000,00	307 200,00	1 538 067,00	7,50%	501 800,00	48,42%
Activos Financeiros	237 208,00	1,48%	50 000,00	50 000,00	237 208,00	1,16%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	1 059 000,00	6,62%	768 100,08	768 100,08	1 059 000,00	5,16%	0,00	0,00%
Outras Despesas de Capital	12 500,00	0,08%	126 500,00	0,00	139 000,00	0,68%	126 500,00	1012,00%
Total da Despesa	16 000 000,00	100,00%	7 583 528,31	3 075 886,08	20 507 642,23	100,00%	4 507 642,23	28,17%

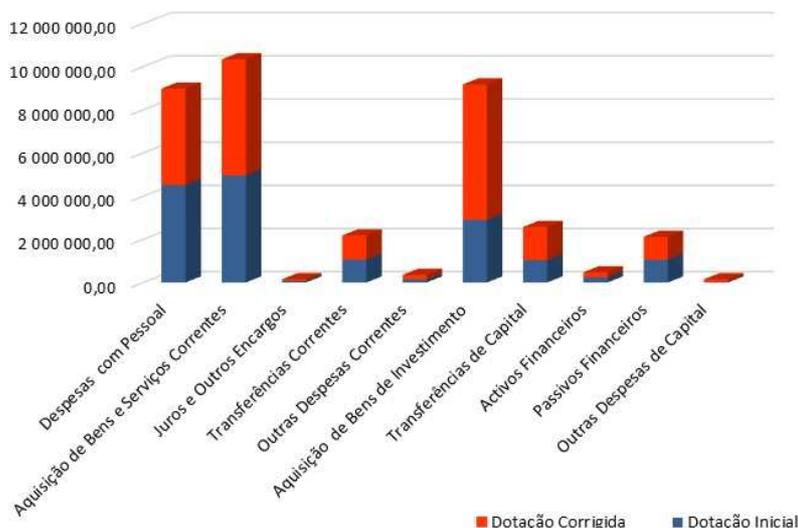
Sobressai da apreciação geral do quadro supra reforços no valor global de 7.583.528,31€, fruto das 13 (treze) modificações realizadas ao orçamento da despesa, traduzidos da seguinte forma:

- ↳ 4.507.642,23€ que determinaram um aumento nas dotações iniciais que tiveram como contrapartida o aumento nas dotações iniciais no orçamento da receita.
- ↳ 3.075.886,08 € que tiveram como única contrapartida a diminuição de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

Como se pode observar, as variações líquidas mais significativas ocorreram nas rubricas “Aquisição de Bens de Capital” (3.360.492,23€ - ↑115,56%); “Aquisição de Bens e Serviços Correntes” (434.125,00€ - ↑8,77%); e “Transferências de Capital” (501.800,00€ - ↑48,42%). Estes reforços ocorreram com a integração do saldo de gerência anterior, dotando o município com maior capacidade de liquidar faturação de serviços e fornecimento de bens correntes (diminuição de dívida administrativa) e de investir.

A rubrica das “Despesas com Pessoal” foi a única rubrica económica a registar uma redução da sua dotação inicial, associada a manutenção das reduções remuneratórias nos vencimentos e saída de algum pessoal.

As despesas de capital, para além das possíveis implicações que os diferentes reforços e anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naquele documento.

Gráfico nº 15 – Modificações Orçamentais à Despesa


Em matéria de Orçamento da Receita foram formalizados duas modificações consolidadas em duas revisões, que conjuntamente implicaram um aumento da dotação global do orçamento de 4.507.642,23€.

A modificação formalizada no Orçamento da Receita, teve reflexos no aumento da dotação do agrupamento “Outras receitas” com a integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no valor de 3.611.522,62€, acrescido de reforço de receitas de capital decorrente da venda de bens de investimento no valor de 1.082.636,61€, especificamente, venda de lotes de terreno do Eco-Parque Empresarial de Estarreja efetivado no exercício económico.

De referir, os ajustamentos operados no Orçamento por força das correções das rubricas referentes às transferências dos Orçamento de Estado inscrito no Mapa XIX Lei do Orçamento de Estado 2016 (Lei nº7-A/2016, de 30 de março), traduzindo uma diminuição nas transferências de natureza corrente no valor de -191.625,00€ um aumento do FEF de natureza de capital no valor de 5.108,00€.

Quadro nº 22 - Alterações e Revisões orçamentais segundo a natureza económica –RECEITA

(unidade monetário:€uros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	13 669 078,00	85,43%	45 971,00	237 596,00	13 477 453,00	65,72%	-191 625,00	-1,40%
Impostos Directos	4 033 000,00	25,21%	0,00	0,00	4 033 000,00	19,67%	0,00	0,00%
Impostos Indirectos	739 000,00	4,62%	0,00	0,00	739 000,00	3,60%	0,00	0,00%
Taxas, Multas e Outras Penal.	144 400,00	0,90%	0,00	0,00	144 400,00	0,70%	0,00	0,00%
Rendimentos de Propriedade	672 500,00	4,20%	0,00	0,00	672 500,00	3,28%	0,00	0,00%
Transferências Correntes	6 838 178,00	42,74%	45 971,00	237 596,00	6 646 553,00	32,41%	-191 625,00	-2,80%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 169 000,00	7,31%	0,00	0,00	1 169 000,00	5,70%	0,00	0,00%
Outras Receitas Correntes	73 000,00	0,46%	0,00	0,00	73 000,00	0,36%	0,00	0,00%
Receitas de Capital	2 280 922,00	14,26%	1 855 844,69	768 100,08	3 368 666,61	16,43%	1 087 744,61	47,69%
Venda de Bens de Investimento	168 000,00	1,05%	1 082 636,61	0,00	1 250 636,61	6,10%	1 082 636,61	644,43%
Transferências de Capital	1 965 151,00	12,28%	5 108,00	0,00	1 970 259,00	9,61%	5 108,00	0,26%
Passivos Financeiros	500,00	0,00%	768 100,08	768 100,08	500,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	147 271,00	0,92%	0,00	0,00	147 271,00	0,72%	0,00	0,00%
Outras Receitas	50 000,00	0,31%	3 611 522,62	0,00	3 661 522,62	17,85%	3 611 522,62	7223,05%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	50 000,00	0,31%	0,00	0,00	50 000,00	0,24%	0,00	0,00%
Saldo da Gerência Anterior		0,00%	3 611 522,62	0,00	3 611 522,62	17,61%	3 611 522,62	n.a
Total da Despesa	16 000 000,00	100,00%	5 513 338,31	1 005 696,08	20 507 642,23	100,00%	4 507 642,23	28,17%

► Resumo da Execução Orçamental

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao **princípio do equilíbrio orçamental**, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

De referir, o valor do **saldo de gerência anterior e transitado para 2016**, 3.611.522,62€, traduz efetiva receita e disponibilidade para cobertura de despesas realizadas no ano 2016.

Quadro nº23 - Resumo de Execução Orçamental 2016

(unidade monetário:€uros)

Designação	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Receitas Correntes	13 669 078,00	13 477 453,00	13 514 064,05	36 611,05	98,87%	100,27%
Receitas de Capital	2 280 922,00	3 368 666,61	3 506 973,33	138 306,72	153,75%	104,11%
Outras	50 000,00	3 661 522,62	3 615 198,24	-46 324,38	7230,40%	98,73%
Receitas Totais	16 000 000,00	20 507 642,23	20 636 235,62	128 593,39	128,98%	100,63%
Despesas Correntes	10 747 032,00	11 265 882,00	9 713 593,22	-1 552 288,78	90,38%	86,22%
Despesas de Capital	5 252 968,00	9 241 760,23	6 658 372,20	-2 583 388,03	126,75%	72,05%
Despesas Totais	16 000 000,00	20 507 642,23	16 371 965,42	-4 135 676,81	102,32%	79,83%

Em matéria de execução orçamental, regista-se que:

- A taxa de execução das **receitas correntes**, manteve-se em níveis elevados, 100,27%, o que significa que para uma previsão final de 13.477.453,00€ se atingiu uma execução de 13.514.064,05€ originando um desvio positivo de (+) 36.611,05 €, sobretudo devido à influência da rubrica de Impostos Diretos;
- No que respeita às **receitas de capital**, estas superaram o previsto, uma vez que para uma previsão final de 3.368.666,61€ se atingiu uma execução de 3.506.973,33€, representando um desvio positivo de (+) 138.306,72 €, correspondendo uma taxa de execução de 104,11%, bem superior à taxa de execução do ano 2015 que apenas atingiu os 56,05%, sendo determinante a venda de bens de investimento.
- No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 79,83%. As **despesas correntes** cumpriram uma taxa de execução de 86,22%, com um valor de despesa paga de 9.713.593,22€ e as **despesas de capital** atingiram uma execução de 6.658.372,20€, representando uma taxa de execução 72,05% do total orçamentado final, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

Face a tais desvios, o Município arrecadou **receitas totais** no montante de **20.636.235,02€**, o que representa uma taxa de execução da receita de 100,63% (em 2015 foi de 92,54%), e um nível de **despesa total** paga de **16.371.965,42€**, que equivale a uma taxa de execução da despesa de 79,83% (em 2015 foi de 75,08%), um saldo a transitar para a gerência de 2017 de 4.264.270,20€.

5.1.2. Evolução da Execução Orçamental

Atendendo ao comportamento de cada uma das suas componentes económicas, correntes e capital, procede-se, de seguida, a uma análise da evolução global das receitas e das despesas.

Neste sentido, assistiu-se, no ano económico 2016, a um acréscimo das receitas arrecadadas e das despesas pagas, na ordem dos 7,80% e 5,41% respetivamente.

Comparando com a gerência do ano anterior, temos o seguinte quadro:

Quadro nº 24 - Evolução da Execução Orçamental 2015/2016

Designação	REALIZADO			ORÇADO (corrigido)			Taxas de		Tx de Crescto
	2015	2016	Diferença	2015	2016	Diferença	2015	2016	
Receitas Correntes	13 266 075,04	13 514 064,05	247 989,01	13 326 278,00	13 477 453,00	151 175,00	99,55%	100,27%	1,87%
Receitas de Capital	1 836 810,83	3 506 973,33	1 670 162,50	3 276 820,07	3 368 666,61	91 846,54	56,05%	104,11%	90,93%
Outras	4 040 970,08	3 615 198,24	-425 771,84	4 083 670,68	3 661 522,62	-422 148,06	98,95%	98,73%	-10,54%
Receitas Totais	19 143 855,95	20 636 235,62	1 492 379,67	20 686 768,75	20 507 642,23	-179 126,52	92,54%	100,63%	7,80%
Despesas Correntes	9 668 389,87	9 713 593,22	45 203,35	11 408 134,46	11 265 882,00	-142 252,46	84,75%	86,22%	0,47%
Despesas de Capital	5 863 943,46	6 658 372,20	794 428,74	9 278 634,29	9 241 760,23	-36 874,06	63,20%	72,05%	13,55%
Despesas Totais	15 532 333,33	16 371 965,42	839 632,09	20 686 768,75	20 507 642,23	-179 126,52	75,08%	79,83%	5,41%

Da análise da receita no último biénio, realça-se a evolução positiva das **receitas totais**, que registaram um aumento em termos absolutos de (+) 1.492.379,67€, a que corresponde uma taxa de crescimento de 7,80%, continuando a tendência que se registou no ano 2015 com um acréscimo de 1.733.835,12€, que representou um aumento de 9,96%.

No que respeita às **despesas totais pagas** do Município observa-se, no ano em análise, um acréscimo no valor de (+) 839.632,09€, que representa uma taxa de crescimento de 5,41%, face ao ano anterior.

Do quadro apresentado, verifica-se que relativamente ao ano de 2015, a arrecadação de Receitas Correntes aumentaram 1,87% (+247.989,01€), tendo as Receitas de Capital apresentado um acréscimo de 90,93% (+1.670.162,50€).

As Outras Receitas onde se encaixa a contabilização do saldo de gerência transitado de gerência anterior, registou um decréscimo de ↓10,54% dado que o saldo de gerência transitado diminuiu, em termos absolutos, 422.148,06€.

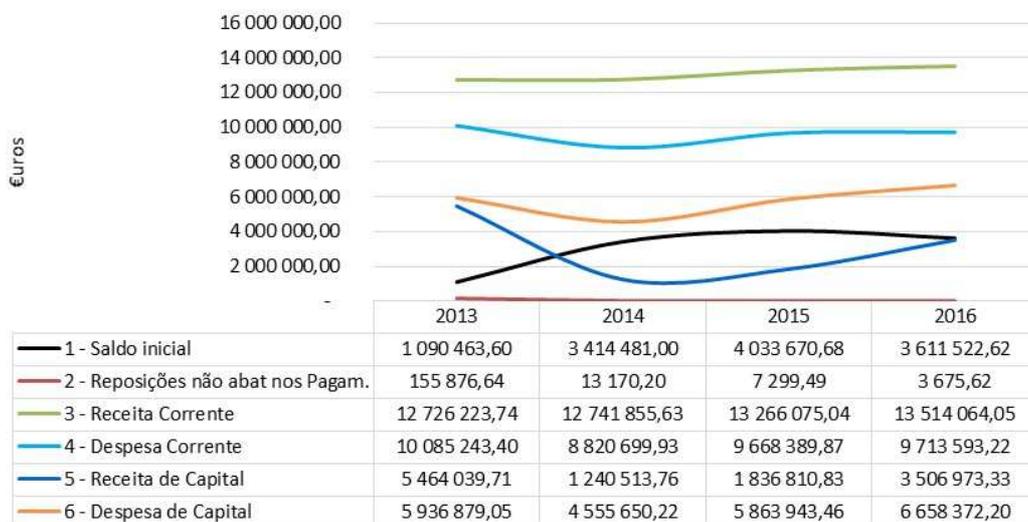
As Despesas Correntes sofreram um acréscimo de 0,47% (+ 45.203,35€) e as Despesas de Capital um aumento de 13,55% (+794.428,74€), mantendo-se a tendência verificada no exercício económico 2015.

No quadriénio de 2013/2016, as receitas cobradas e as despesas pagas tiveram a evolução que se encontra expressa no quadro e gráfico seguinte.

Quadro nº 25 - Evolução e taxas de execução da receita e da despesa municipal

(unidade monetária : €uros)

RUBRICAS	PREVISÃO/EXECUÇÃO (valores absolutos)								PREVISÃO/EXECUÇÃO (%s)				VARIACÃO DA EXECUÇÃO NO QUADRIÉNIO (2013/2016) %
	2013		2014		2015		2016		2013	2014	2015	2016	
	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução					
1- Saldo inicial	1 090 464	1 090 464	3 414 481	3 414 481	4 033 671	4 033 671	3 611 523	3 611 523	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	231,2%
2- Reposições não abat nos Pagar	50 000	155 877	50 000	13 170	50 000	7 299	50 000	3 676	311,75%	26,34%	14,60%	7,35%	-97,6%
3- Receita Corrente	12 368 905	12 726 224	12 750 235	12 741 856	13 326 278	13 266 075	13 477 453	13 514 064	102,89%	99,93%	99,55%	100,27%	6,2%
4- Despesa Corrente	11 278 287	10 085 243	11 146 359	8 820 700	11 408 134	9 668 390	11 265 882	9 713 593	89,42%	79,14%	84,75%	86,22%	-3,7%
5- Receita de Capital	7 409 486	5 464 040	3 719 765	1 240 514	3 276 820	1 836 811	3 368 667	3 506 973	73,74%	33,35%	56,05%	104,11%	-35,8%
6- Despesa de Capital	9 640 567	5 936 879	8 788 122	4 555 650	9 278 634	5 863 943	9 241 760	6 658 372	61,58%	51,84%	63,20%	72,05%	12,2%
7- Receita Total (1+2+3+5)	20 918 855	19 436 604	19 934 481	17 410 021	20 686 769	19 143 856	20 507 642	20 636 236	92,91%	87,34%	92,54%	100,63%	6,2%
8- Despesa Total (4+6)	20 918 855	16 022 122	19 934 481	13 376 350	20 686 769	15 532 333	20 507 642	16 371 965	76,59%	67,10%	75,08%	79,83%	2,2%

Gráfico nº 16 - Variação das Receitas e Despesas 2013/2016


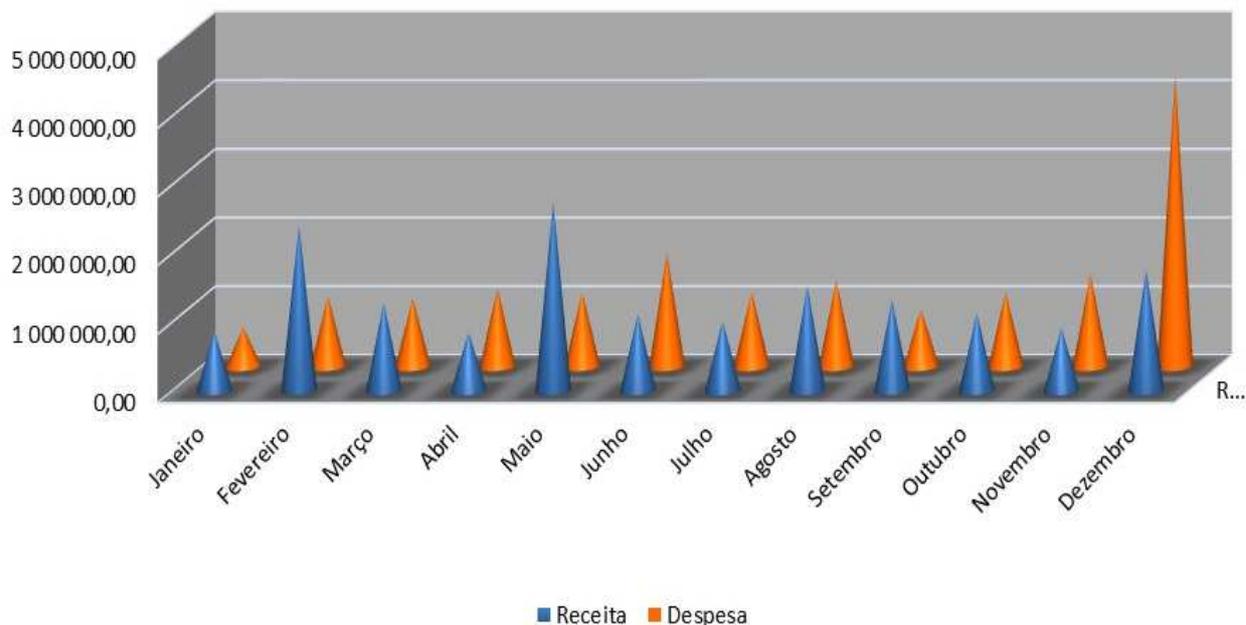
O grau de execução orçamental da receita total disponível apresentou em 2016 uma taxa de execução da receita na ordem dos 100,63%. A evolução da receita corrente é bastante positiva e estável, rondando as taxas de execução dos 100% de execução. Estes dados demonstram a preocupação na elaboração de orçamentos municipais mais realistas e prudentes.

O quadro seguinte permite analisar a evolução da receita e da despesa ao longo do ano (por mês).

Quadro nº 26 - Distribuição da Despesa e Receita ao longo dos meses de 2016.... (unidade monetária : Euros)

Mês	Receita				Despesa		
	Corrente	Capital	Outras Rec.	Total	Corrente	Capital	Total
Saldo Gerência Anterior			3 611 522,62	3 611 522,62			
Janeiro	748 364,77	128 408,50	614,78	877 388,05	516 102,33	58 817,98	574 920,31
Fevereiro	1 281 819,74	1 132 695,73	1 316,10	2 415 831,57	775 283,78	257 079,36	1 032 363,14
Março	780 952,60	510 404,25	0,00	1 291 356,85	718 914,12	274 038,89	992 953,01
Abril	803 892,16	48 905,00	0,00	852 797,16	750 306,96	394 522,89	1 144 829,85
Mai	1 953 260,62	808 157,18	130,44	2 761 548,24	980 892,29	107 311,13	1 088 203,42
Junho	979 104,07	134 374,50	0,00	1 113 478,57	1 129 059,48	526 537,91	1 655 597,39
Julho	978 407,39	46 479,00	0,00	1 024 886,39	805 345,69	292 667,13	1 098 012,82
Agosto	1 426 620,52	104 471,72	0,00	1 531 092,24	729 890,14	530 662,35	1 260 552,49
Setembro	1 224 306,11	104 683,08	0,00	1 328 989,19	728 615,05	111 679,75	840 294,80
Outubro	979 600,21	152 130,00	93,00	1 131 823,21	774 275,96	310 598,69	1 084 874,65
Novembro	789 450,63	129 154,47	450,30	919 055,40	775 250,51	573 032,38	1 348 282,89
Dezembro	1 568 285,23	207 109,90	1 071,00	1 776 466,13	1 029 656,91	3 221 423,74	4 251 080,65
	13 514 064,05	3 506 973,33	3 615 198,24	20 636 235,62	9 713 593,22	6 658 372,20	16 371 965,42

Gráfico nº17 - Evolução Mensal das Receitas e Despesas 2016 (excluindo Saldo de Gerência Transitado)



Destacam-se, na receita, os meses de fevereiro, maio, agosto, setembro e dezembro

- fevereiro - Venda de Bens de Investimento = 798 056,86€
- maio – IMI = 1.187.061,23€ + Venda de Bens de Investimento =662.138,18€
- agosto – IMI= 308.840,59€
- setembro – Derrama = 508.461,94€
- dezembro - IMI =649.109,17€

5.1.3. Relação Entre Receita e Despesa

► Saldo de gerência

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos recebimentos e pagamentos nos seus principais agregados de 2013 a 2016.

Quadro nº 27 - Recebimentos, Pagamentos e Saldos Orçamentais

(unidade monetária : €uros)

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (VERTENTE CAIXA)	2013	2014	2015	2016
RECEITAS				
Receitas Correntes	12 726 223,74	12 741 855,63	13 266 075,04	13 514 064,05
Receitas de Capital	5 464 039,71	1 240 513,76	1 836 810,83	3 506 973,33
Reposições Abatidas nos Pagamentos	155 876,64	13 170,20	7 299,40	3 675,62
Saldo da Gerência Anterior	1 090 463,60	3 414 481,24	4 033 670,68	3 611 522,62
Total Recebimentos (Ano)	18 346 140,09	13 995 539,59	15 110 185,27	17 024 713,00
Total Recebimentos	19 436 603,69	17 410 020,83	19 143 855,95	20 636 235,62
DESPESAS				
Despesas Correntes	10 085 243,40	8 820 699,93	9 668 389,87	9 713 593,22
Despesas de Capital	5 936 879,05	4 555 650,22	5 863 943,46	6 658 372,20
Total Pagamentos	16 022 122,45	13 376 350,15	15 532 333,33	16 371 965,42
SALDOS ORÇAMENTAIS				
Saldo Corrente (Receitas Correntes + Despesas Correntes)	2 640 980,34	3 921 155,70	3 597 685,17	3 800 470,83
Saldo de Capital (Receitas de Capital + Despesas de Capital)	(472 839,34)	(3 315 136,46)	(4 027 132,63)	(3 151 398,87)
Saldo do Exercício (Saldo Corrente+Saldo de Capital+ Reposições não Abatidas nos Pag.tos)	2 324 017,64	619 189,44	(422 148,06)	652 747,58
Encargos Não Pagos*	301 910,93	239 774,08	48 272,59	125 720,78
Encargos transitados de anos anteriores	840 256,88	301 910,93	239 774,08	48 272,59
Saldo Real do Exercício (Saldo do exercício - Encargos não Pagos + Encargos transitados de exercícios anteriores)	2 862 363,59	681 326,29	(230 646,57)	575 299,39
Saldo Orçamental da Gerência (Saldo Inicial da Gerência/Saldo a Gerência anterior +Saldo do Exercício)	3 414 481,24	4 033 670,68	3 611 522,62	4 264 270,20

* corresponde à diferença entre o valor faturado e o valor pago - Posição do Orçamento da Despesa

Da análise do quadro supra, verificamos que ao longo do último quadriénio, o Município de Estarreja, tem registado saldos de tesouraria positivos sendo que o saldo da gerência 2016, o qual transita para o exercício seguinte (ano 2017) totalizando o valor de 4.264.270,20€, significando, um acréscimo de poupança em relação ao saldo de gerência de 2015 no valor de 652.747,58€ (+18,07%).

De referir, que o Saldo do Exercício (receitas expurgadas do efeitos do saldo de gerência transitado do exercício anterior) regista um valor positivo, (+) 652.747,58€ significando que o valor das receitas arrecadadas no próprio ano são superiores às despesas pagas no ano.

O indicador Saldo Real do Exercício incorpora encargos não pagos no exercício, sendo que este saldo tem conhecido uma trajetória um pouco diferente do saldo de gerência, dada a dívida a transitar para o ano seguinte e a dívida transitada de anos anteriores. O saldo real do exercício foi positivo no ano 2016, no valor de 575.299,39, contrariando o registado em 2015, apresentando este saldo no ano anterior um valor negativo de (-) 230.646,57€.

➤ **Evolução dos Fluxos Monetários (operações orçamentais)**

A análise que se segue pretende avaliar as fontes de financiamento e a evolução da variação de ativos numa ótica orçamental que, durante os últimos quatro anos, tiveram reflexos no saldo final da conta de gerência. O objetivo é relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas e confrontá-las com o desenvolvimento quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de capital (receita de capital – despesas de capital), aferindo em que medida contribuem para financiar a gerência do exercício seguinte.

A Evolução dos Fluxos Financeiro do último quadriénio evidencia significativas poupanças corrente brutas que variam entre os 3,4M€ e os 4,2M€, que resultam de anos seguidos com receitas correntes cobradas acima das despesas correntes pagas, destacando-se no presente exercício económico o expressivo acréscimo registado nesta componente.

Quadro nº 28 – Evolução dos Fluxos Financeiros

(unidade monetária : Euros)

	2013			2014			2015			2016		
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença									
Saldo da Gerência Anterior	1 090 463,60		1 090 463,60	3 414 481,24		3 414 481,24	4 033 670,68		4 033 670,68	3 611 522,62		3 611 522,62
Corrente	12 726 223,74	10 085 243,40	2 640 980,34	12 741 855,63	8 820 699,93	3 921 155,70	13 266 075,04	9 668 389,87	3 597 685,17	13 514 064,05	9 713 593,22	3 800 470,83
Capital	5 464 039,71	5 936 879,05	-472 839,34	1 240 513,76	4 555 650,22	-3 315 136,46	1 836 810,83	5 863 943,46	-4 027 132,63	3 506 973,33	6 658 372,20	-3 151 398,87
Outras	155 876,64		155 876,64	13 170,20		13 170,20	7 299,40		7 299,40	3 675,62		3 675,62
TOTAL	19 436 603,69	16 022 122,45	3 414 481,24	17 410 020,83	13 376 350,15	4 033 670,68	19 143 855,95	15 532 333,33	3 611 522,62	20 636 235,62	16 371 965,42	4 264 270,20

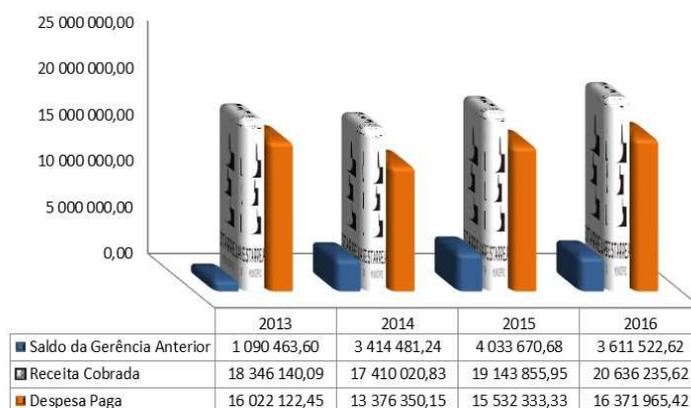
Em 2016, a receita corrente cobrada ascendeu a 13.514.064,05€ e a despesa paga situou-se nos 9.713.593,22€, refletindo uma considerável poupança corrente bruta de 3.800.470,83€, que sustentou não só *deficit* alcançado na componente de capital, uma vez que a receita cobrada é inferior à despesa paga, mas também libertou fluxos monetários para a gerência seguinte, apresentando-se uma vez mais como principal fonte de financiamento do investimento. Comportamento inverso é assegurado pelas rubricas de natureza de capital, uma vez que a receita cobrada é sempre inferior à despesa paga, apresentando-se sempre com variações negativas que só serão combatidas recorrendo à poupança corrente realizada no exercício e ao saldo da gerência anterior.

Relativamente à componente de capital, observa-se que a receita cobrada tem sido inferior à despesa paga, motivando sucessivos saldos negativos de capital, sustentados pela poupança corrente bruta e pelo saldo da gerência anterior. No exercício de 2016, importa realçar que o saldo negativo de capital foi totalmente absorvido pela poupança corrente

Neste exercício, o total da receita cobrada bruta atingiu 20.636.235,62 € e a despesa total paga 16.371.965,42€ gerando um **saldo para a gerência seguinte** de 4.264.270,20€, superior ao transitado da gerência de 2016, em cerca de 18,07%, que representa em termos absolutos um acréscimo de 652.747,58€.

O próximo gráfico ilustra a evolução destes fluxos nos últimos quatro anos:

Gráfico nº 18 - Evolução dos Fluxos Financeiros

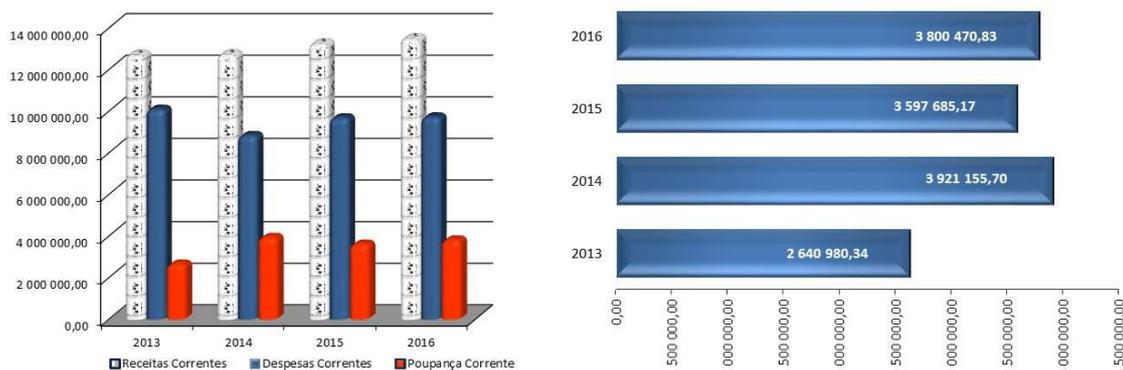


► **Poupança Corrente**

A poupança corrente cifrou-se em de 3.800.470,83€ traduzida no rácio financeiro de expressão da atividade municipal Receitas Correntes/Despesas Correntes, que regista o resultado de 139,13%, apresentando-se garantido o princípio do equilíbrio orçamental (vidé al. e) do ponto 3.1.1 do POCAL), segundo o qual “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”.

A evolução da poupança corrente do exercício ao longo do último quadriénio permite verificar o bom desempenho financeiro do Município com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento e amortização da dívida de médio e longo prazo.

Gráficos nº 19 e 20 – Evolução da Poupança



Corrente

Todavia, o conceito de poupança corrente não pode ser descontextualizado nem das dívidas correntes transitadas, nem das receitas correntes liquidadas e não cobradas do exercício, pelo que importa avaliar simultaneamente a designada Poupança Líquida Corrente do Exercício, que compreende estas duas variáveis.

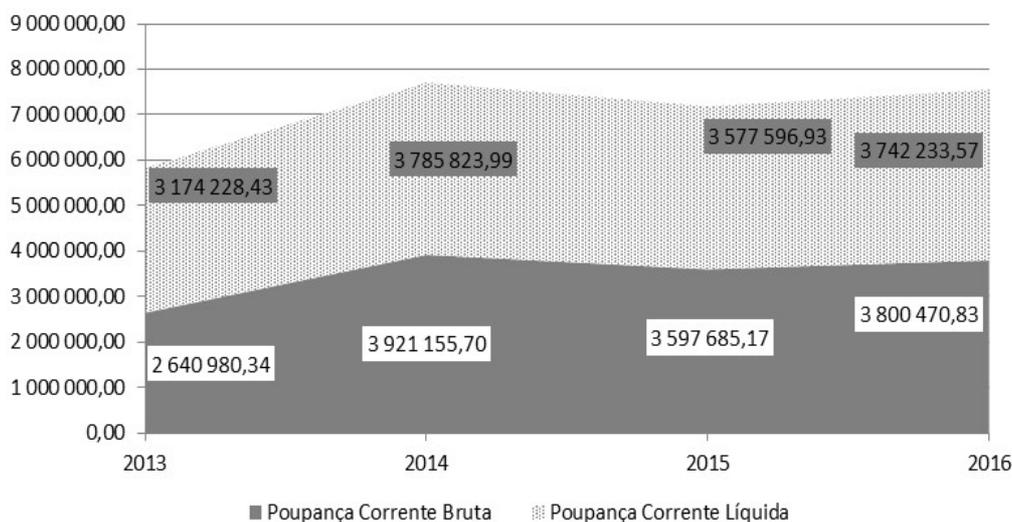
A poupança corrente acrescida dos movimentos das dívidas correntes transitadas e a transitar bem como a receita corrente liquidada e não cobrada no exercício, permite-nos obter uma poupança corrente do exercício que, em 2016, é de 3.742.233,57€.

Quadro nº 29 – Poupança Líquida Corrente

(unidade monetária : €uros)

Designação	2013	2014	2015	2016
Receita Corrente Executada	12 726 223,74	12 741 855,63	13 266 075,04	13 514 064,05
Despesa Corrente Executada	10 085 243,40	8 820 699,93	9 668 389,87	9 713 593,22
Poupança Corrente Executada	2 640 980,34	3 921 155,70	3 597 685,17	3 800 470,83
Dívida Corrente Transitada da Gerência anterior	517 802,36	174 358,29	234 400,69	38 814,66
Dívida Corrente Transitada para Gerência seguinte	174 358,29	234 400,69	38 814,66	117 611,78
Receita Corrente Liquidada e não cobrada da gerência anterior	959 262,19	1 149 066,21	1 073 776,90	858 102,63
Receita Corrente Liquidada e não cobrada para a gerência seguinte	1 149 066,21	1 073 776,90	858 102,63	878 662,49
Poupança Corrente do Exercício	3 174 228,43	3 785 823,99	3 577 596,93	3 742 233,57

De assinalar que no cálculo da poupança líquida apenas foram consideradas as receitas correntes liquidadas e não cobradas no próprio exercício, pelo que tais receitas estão deduzidas do montante transitado da gerência anterior.

Gráficos nº 21 – Evolução da Poupança Líquida Corrente

► Equilíbrio Orçamental

O Princípio do Equilíbrio Orçamental, na redação prevista no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

As referidas condições devem pois ser observadas no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e na execução orçamental. Funcionam como forma de contenção do *deficit* orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Para aferir o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental nas diferentes fases do ciclo orçamental, apresenta-se o quadro seguinte:

Quadro nº 30

PRINCIPIO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL				
ANO 2016				
		Dotação Inicial	Dotação Final	Execução Orçamental
(1)	Receita Corrente	13 669 078,00	13 477 453,00	13 514 064,05
(2)	Despesa Corrente	10 747 032,00	11 265 882,00	9 713 593,22
(3)=(1)-(2)	Poupança Corrente	2 922 046,00	2 211 571,00	3 800 470,83
(4)	Amortizações Empréstimos M/L Prazo	1 059 000,00	1 059 000,00	1 057 397,88
(5)=(3)-(4)		1 863 046,00	1 152 571,00	2 743 072,95

Conclui-se da análise do quadro supra que nas três fases do ciclo orçamental o município cumpriu integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, verificando-se uma cobertura das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, culminando, em matéria de execução orçamental, com a libertação de 2.743.072,95€ para financiamento de investimento.

► Equilíbrio Orçamento em sentido substancial

O **Princípio do Equilíbrio em Sentido Substancial** pode ser analisado numa ótica de *Execução Autónoma do Ano*, em que se avalia a taxa de cobertura das despesas orçamentais realizadas e pagas no ano pelas receitas disponíveis do ano ou, pode ser analisado numa ótica de *Execução Global* através da taxa de cobertura das despesas orçamentais totais (pagas e a transitar para o ano seguinte) pelas receitas disponíveis no ano.

Neste pressuposto, apresenta-se o seguinte quadro que pretende demonstrar o grau de execução daquele Princípio.

Quadro nº 31 – Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial
(unidade monetária : Euros)

CONTROLO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL				
	2013	2014	2015	2016
Receita Cobrada	18 346 140	13 995 540	15 110 185	17 024 713
Corrente	12 726 224	12 741 856	13 266 075	13 514 064
Capital	5 464 040	1 240 514	1 836 811	3 506 973
Outras Receitas	155 877	13 170	7 299	3 676
Despesa Paga	16 022 122	13 376 350	15 532 333	16 371 965
Corrente	10 085 243	8 820 700	9 668 390	9 713 593
Capital	5 936 879	4 555 650	5 863 943	6 658 372
Saldo Transitado de Operações Orçamentais	1 090 464	3 414 481	4 033 671	3 611 523
Divida Transitada (Outras dividas a 3^{os} de Curto Prazo)- Balancete de terceiros				
Da Gerência Anterior	2 761 850	1 745 566	1 857 725	1 627 783
Para a Gerência Seguinte	1 745 566	1 857 725	1 627 783	1 445 969
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Autónoma do ano)	122,26%	103,76%	98,74%	105,15%
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Global do ano)	109,39%	114,28%	111,56%	115,82%

Da análise do Quadro nº31, é possível concluir que no ano 2016 o Princípio do Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial foi integralmente cumprido, quer no que toca à execução autónoma do ano (105,15%) quer no que toca à execução global do ano 115,82%).

De facto, importa anotar a evolução positiva verificada nos últimos anos, em especial o comportamento decrescente da dívida transitada que tem reduzido e que influencia o comportamento dos rácios do equilíbrio orçamental em sentido substancial.

5.1.4. Movimentos de Tesouraria

Na sequência de recomendação do Tribunal de Contas e, apesar do instituído no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções quando em dinheiro está inserido no “Mapa de Fluxos de Caixa” por estas serem objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial, e estarem devidamente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Atendendo ao exposto, no “Mapa das Contas de Ordem” só estão refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma análoga titulada por um documento.

► Fluxos de Caixa

O **mapa de fluxos de caixa** efetua uma discriminação dos recebimentos e pagamentos respeitantes à execução orçamental, segmentando-a em corrente e capital e assim como das operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), neste documento são demonstrados, os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

As operações de tesouraria (incluindo cauções em dinheiro) são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais que os serviços autárquicos efetuam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O quadro infra apresenta, de forma resumida, todos os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2016.

Quadro nº 32 – Mapa Fluxos de Caixa - RESUMO

(unidade monetária : €uros)

RECEBIMENTOS/ ENTRADA DE FUNDOS			PAGAMENTOS/ SAÍDA DE FUNDOS		
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		4 026 079,97	DESPESAS ORÇAMENTAIS		16 371 965,42
Da Conta de Execução Orçamental	3 611 522,62		Correntes	9 713 593,22	
Da Conta de Operações Tesouraria	414 557,35		Capital	6 658 372,20	
RECEITAS ORÇAMENTAIS		17 024 713,00	OPERAÇÕES DE TESOURARIA		984 220,18
Correntes	13 514 064,05		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		
Capital	3 506 973,33		Da Conta Execução Orçamental		4 264 270,20
Outras	3 675,62		Da Conta Oper. Tesouraria		500 510,09
OPERACÕES DE TESOURARIA		1 070 172,92	TOTAL		22 120 965,89
TOTAL		22 120 965,89	TOTAL		22 120 965,89

Da avaliação dos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2016 pode-se concluir que:

- ✦ as entradas de fundos ascenderam a 18.094.885,92€, sendo 17.024.713,00€ provenientes de receitas orçamentais e 1.070.172,92€ a operações de tesouraria (dotações não orçamentais).
- ✦ Por sua vez, as saídas de fundos somaram 17.356.185,60€, dos quais 16.371.965,42€ resultam de despesas orçamentais (correntes e de capital) e o remanescente de despesas não orçamentais: 984.220,18€ procedentes de operações de tesouraria.
- ✦ Deste balanceamento entre entradas e saídas de fundos e o saldo transitado do ano anterior resulta como saldo final da gerência do ano de 2016, um total de 4.764.780,29€, sendo 4.264.270,20 € decorrentes da execução orçamental, 500.510,09€ de operações de tesouraria.

Quadro nº33 - Resumo Fluxos de Caixa

(unidade monetária : Euros)

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	TOTAL
(1) Saldo Transitado de 2015	3 611 522,62	414 557,35	4 026 079,97
(2) Receitas Arrecadadas	17 024 713,00	1 070 172,92	18 094 885,92
(3) Despesas Pagas	16 371 965,42	984 220,18	17 356 185,60
Saldo Transitar para 2016 (1)+(2)-(3)	4 264 270,20	500 510,09	4 764 780,29

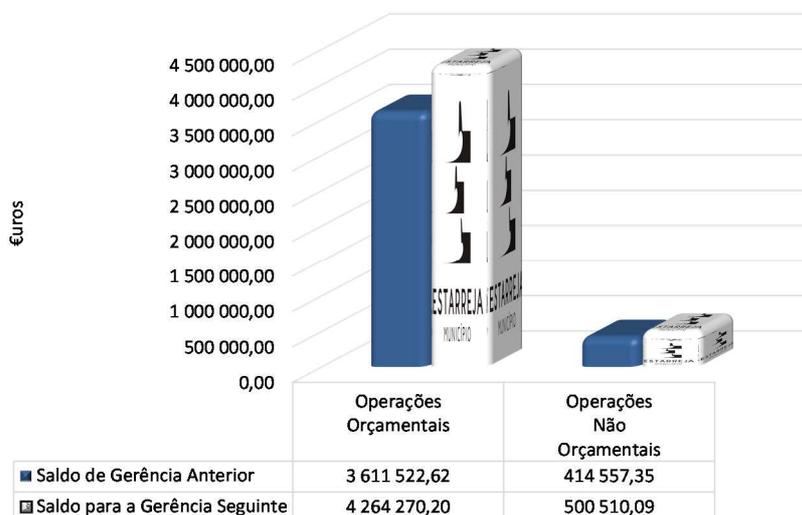
Da análise dos movimentos financeiros ocorridos no ano 2016 verifica-se que a receita global cobrada foi superior à despesa global paga em 738.700,32€. No entanto, se a este valor se acrescentar o saldo inicial de 4.026.079,97€, obtemos o saldo final da gerência a transitar para o exercício económico seguinte no valor global de 4.764.780,29€.

Conclui-se pois, que o valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permite obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Este saldo final da gerência do ano 2016 do Mapa de Fluxos de Caixa corresponde ao valor das disponibilidades em balanço, o qual totaliza 4.764.780,29€, dos quais 4.264.270,20€ respeita a saldo de gerência decorrente da execução orçamental e 500.510,09€ a saldo de operações de tesouraria (operações extra-orçamentais).

O saldo orçamental positivo de €4.264.270,20€ corresponde a 20,66% da receita orçamental total.

Gráficos nº22 – Comparação entre o saldo da Gerência Anterior e o Saldo de Gerência seguinte no Resumo de Fluxos de Caixa



No âmbito das **Operações Não Orçamentais**, as operações de tesouraria são as cobranças que os serviços do Município da Estarreja realizaram para entidades terceiras (ex: ADSE, CGA, IGFSS, AT, Sindicatos, ATAM, ATAL, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e outros) ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial, e as cauções em dinheiro resultam de operações que não produzem alterações no património da entidade, mas representam possibilidade de futuras alterações.

Da análise dos dados do Quadro nº 34, verifica-se que no exercício de 2016 os fluxos financeiros de entradas em cofre e destinados a outras entidades situaram-se nos 1.070.172,92€ €, enquanto os movimentos de saída perfizeram o montante de 984.220,18 €. A maior parte destes movimentos são de natureza fiscal destinados a ser entregues ao Estado, designadamente em matéria de retenção de impostos sobre rendimento e contribuições para a Segurança Social, assim, o tempo que permanecem nos cofres da autarquia é reduzido uma vez cumpridos os prazos de entrega legalmente impostos.

As cauções em dinheiro assumem uma maior importância no total das operações não orçamentais, consequência dos saldos que transitaram de gerências anteriores.

Quadro nº 34 – Mapa de Operações de Tesouraria (Dotações Não Orçamentais) –RESUMO

DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	Saldo da Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
21 CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES		32 123,56	0,00	0,00		32 123,56
21.7 Clientes e Utentes C/ Cauções		32 123,56	0,00	0,00		32 123,56
21.7.1 Cauções de água		31 664,41	0,00	0,00		31 664,41
21.7.2 Preparos para processos licenciamento sanitários		459,15	0,00	0,00		459,15
24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0,01	58 305,18	856 623,77	856 055,47		57 736,87
24.2 Retenção de impostos sobre rendimentos		31 868,22	412 182,60	412 430,74		32 116,36
24.2.1 Trabalho dependente		27 747,00	365 224,00	366 109,00		28 632,00
24.2.2 Rendimentos Profissionais		2 352,22	37 556,60	38 010,74		2 806,36
24.2.6 IRS - Sobretaxa Extraordinária		1 769,00	9 402,00	8 311,00		678,00
24.4 Restantes impostos		3,09	81,49	78,40		0,00
24.4.1 Imposto de selo		3,09	81,49	78,40		0,00
24.5 Contribuições para a Segurança Social		23 934,86	406 521,84	406 751,11		24 164,13
24.5.1 Caixa Geral de Aposentações		18 930,86	251 125,77	251 819,32		19 624,41
24.5.2 Segurança Social		5 004,00	61 667,73	61 203,45		4 539,72
24.5.3 Assistência na doença dos funcionários públicos			93 728,34	93 728,34		0,00
24.6 Participação de EOEP em multas e Coimas			10,50	14,00		3,50
24.6.1 Participação em Multas e Coimas - GNR Avanca			10,50	14,00		3,50
24.9 Outras Contribuições		2 499,01	37 827,34	36 781,22		1 452,88
24.9.1 Multas e Coimas		0,00	300,00	300,00		0,00
24.9.9 Outras	0,01	2 499,01	37 527,34	36 481,22		1 452,88
26 OUTROS DEVEDORES E CREDORES		324 128,62	127 596,41	214 117,45		410 649,66
26.1 Fornecedores de Imobilizado		27 373,29	0,00	0,00		27 373,29
26.1.2 Fornecedores de Imobilizado c/ garantias		27 373,29	0,00	0,00		27 373,29
26.2 Pessoal		18 852,11	0,00	734,74		19 586,85
26.2.9 Outras operações com o pessoal		18 852,11	0,00	734,74		19 586,85
26.3 Sindicatos		529,41	6 263,73	6 221,74		487,42
26.8 Devedores e Credores diversos		277 373,81	121 332,68	207 160,97		363 202,10
26.8.7 Devedores e Credores Diversos - OT		277 373,81	121 332,68	207 160,97		363 202,10
26.8.8 Devedores e Credores Diversos - Outros		0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL	0,01	414 557,36	984 220,18	1 070 172,92		500 510,09

Apesar da sua natureza não orçamental, estes fluxos de entrada e a saída de fundos, tal como nas operações de carácter orçamental, são sempre documentados, respetivamente por guia de recebimento e ordem de pagamento.

➤ **Contas de Ordem**

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo, anotando-se, contudo, que apenas se faz referência à movimentação de garantias e cauções tituladas por papel, uma vez que as garantias prestadas em numerário, estão vertidas no mapa de operações não orçamentais anteriormente referido, por terem dado origem a registos na contabilidade patrimonial.

O quadro apresentado infra reflete os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

Quadro nº 35 – Resumo das Contas de Ordem

RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS			PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS		
Saldo da Gerência Anterior		2 184 226,75	Garantias e Cauções Accionadas		0,00
			Garantias e Cauções Devolvidas		121 876,12
Garantias e cauções	1 964 871,67		Receita Virtual Cobrada	438,65	
Recibos para cobrança	219 355,08		Receita Virtual Anulada	5 258,42	5 697,07
Garantias e Cauções Prestadas		195 179,54	Saldo para a Gerência Seguinte		2 252 407,60
Receita Virtual Liquidada		574,50	Garantias e Cauções	2 038 175,09	
			Recibos para cobrança	214 232,51	
TOTAL		2 379 980,79	TOTAL		2 379 980,79
		=====			=====

No início do ano de 2016, a autarquia detinha cerca de 219.355,08€ recibos de cobrança (receita virtual), a que cresceu durante o ano o montante de 574,50€. No entanto, 438,65€ foram transformados em receita efetiva e foram anulados 5.258,42€, pelo que transitam para 2017 um valor de débitos ao tesoureiro que totaliza o montante de 214.232,51€.

Por outro lado, para 2017 transita um valor de fundos caucionados na ordem dos 2.038.175,09€ resultante de um saldo inicial de 1.964.871,67€, a que deduziram da libertação de cauções em 121.876,12€, tendo sido prestadas no ano 2016, 195.179,54€ de cauções.

5.2. ANÁLISE DA RECEITA.

5.2.1. Execução Orçamental da Receita

A análise da execução do orçamento da receita revela um significativo aumento dos valores absolutos arrecadados em 2016, no seguimento do que se verificou no último exercício. Esse acréscimo ascendeu a uma receita de 20.636.235,62€, que equivale a uma taxa de execução do orçamento da receita de 100,63 p.p..

Quadro nº 36 – Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução

(unidade monetária: Euros)

ORÇAMENTO DA RECEITA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Orçamento	31 005 976,00	26 755 740,00	24 263 263,86	20 918 854,60	19 934 481,24	20 686 768,75	20 507 642,23
Execução	22 430 658,00	17 673 550,00	18 668 190,12	19 436 603,69	17 410 020,83	19 143 855,95	20 636 235,62
%	72,34%	66,06%	76,94%	92,91%	87,34%	92,54%	100,63%

Gráficos nº 23 – Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução

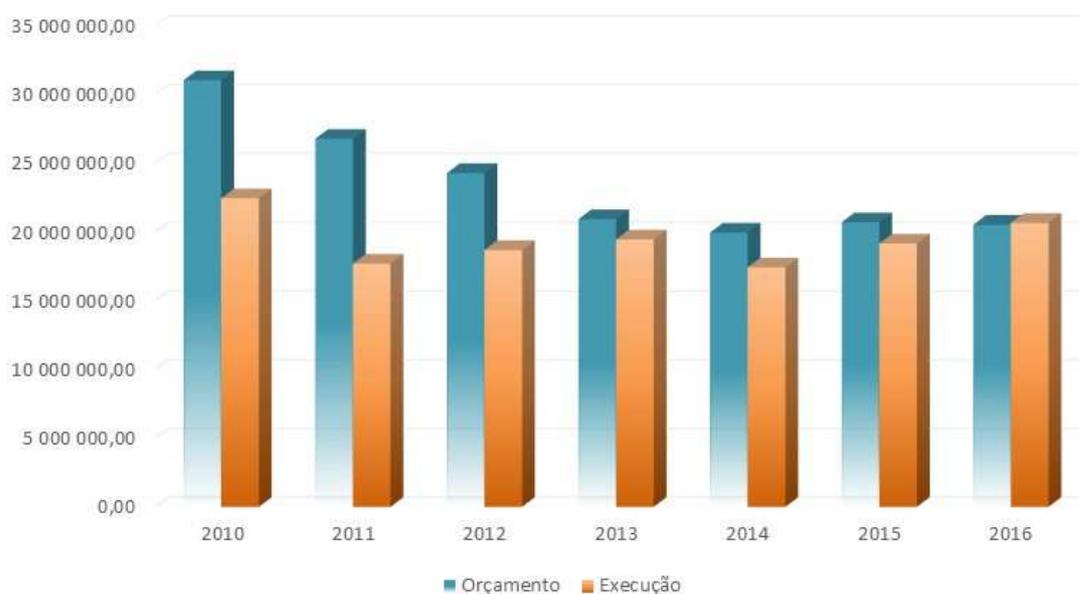
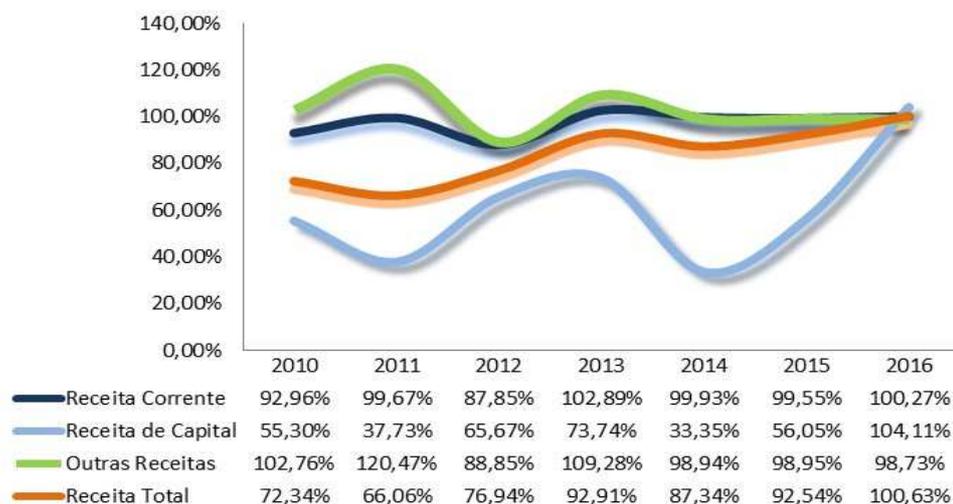


Gráfico nº 24 - Evolução das Taxas de Execução da Receita



De realçar, que desde 2013 os orçamentos municipais se têm demonstrado mais realistas, registando-se taxas de execução da receita total acima dos 85%.

Quadro nº37 - Execução das Receitas
(unidade monetária : €uros)

Capítulos	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Receitas Correntes	13 669 078,00	13 477 453,00	13 514 064,05	36 611,05	98,87%	100,27%
Impostos Directos	4 033 000,00	4 033 000,00	4 409 060,41	376 060,41	109,32%	109,32%
Imposto municipal sobre Imóveis	2 640 000,00	2 640 000,00	2 377 821,56	-262 178,44	90,07%	90,07%
Imposto Único de Circulação	560 500,00	560 500,00	557 602,15	-2 897,85	99,48%	99,48%
Imposto municipal s/ transmissões onerosas	256 000,00	256 000,00	560 395,68	304 395,68	218,90%	218,90%
Derrama	575 000,00	575 000,00	913 241,02	338 241,02	158,82%	158,82%
Impostos abolidos	1 000,00	1 000,00	0,00	-1 000,00	0,00%	0,00%
Impostos Directos Diversos	500,00	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00%
Impostos Indirectos	739 000,00	739 000,00	581 554,28	-157 445,72	78,69%	78,69%
Taxas, Multas e Outras Penal.	144 400,00	144 400,00	122 515,85	-21 884,15	84,84%	84,84%
Rendimentos de Propriedade	672 500,00	672 500,00	632 785,26	-39 714,74	94,09%	94,09%
Transferências Correntes	6 838 178,00	6 646 553,00	6 578 039,33	-68 513,67	96,20%	98,97%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 169 000,00	1 169 000,00	1 111 163,02	-57 836,98	95,05%	95,05%
Outras Receitas Correntes	73 000,00	73 000,00	78 945,90	5 945,90	108,15%	108,15%
Receitas de Capital	2 280 922,00	3 368 666,61	3 506 973,33	138 306,72	153,75%	104,11%
Venda de Bens de Investimento	168 000,00	1 250 636,61	2 243 622,29	992 985,68	1335,49%	179,40%
Transferências de Capital	1 965 151,00	1 970 259,00	1 134 726,04	-835 532,96	57,74%	57,59%
Passivos Financeiros	500,00	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	500,00	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	147 271,00	147 271,00	128 625,00	-18 646,00	87,34%	87,34%
Outras Receitas	50 000,00	50 000,00	3 675,62	-46 324,38	7,35%	7,35%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	50 000,00	50 000,00	3 675,62	-46 324,38	7,35%	7,35%
Saldo da Gerência Anterior		3 611 522,62	3 611 522,62	0,00		100,00%
Na Posse do Serviço.		3 611 522,62	3 611 522,62	0,00		100,00%
Total da receita	16 000 000,00	20 507 642,23	20 636 235,62	128 593,39	128,98%	100,63%

Com base no quadro supra, comparando o valor orçado das Receitas Totais (20.507.642,23€), com o efetivamente arrecadado (20.636.235,62€) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das receitas de 100,63 %, ou seja, o valor da cobrança efetiva foi superior ao previsto em € 128.593,39.

Relativamente às Receitas Correntes, verificou-se que o valor da totalidade das receitas efetivamente cobradas, é praticamente idêntico ao valor das orçadas, correspondendo a uma taxa de execução do orçamento das receitas correntes de 100,27%, com um desvio positivo de apenas 36.611,05€.

Para esta taxa de execução da receita corrente, importa destacar o desempenho da Derrama (+158,82 p.p.), do Imposto Municipal sobre Transmissões (+118,90 p.p.), e Outras Receitas Correntes (+8,15 p.p.). Das rubricas que tiveram um desempenho desfavorável, destaque para os Impostos Indiretos (-21,31 p.p.), e as Taxas, Multas e Outras Penalidades (-15,16 p.p) e o IMI (-9,93 p.p.).

No geral as Receitas de Capital cobradas foram superiores às orçamentadas, em 138.306,72€, correspondendo a uma taxa de execução de 104,11%.

O detalhe das receitas de capital, mostra o fraco desempenho face às previsões das Transferências de Capital (-42,41 p.p.) e de Outras Receitas de Capital (-12,66 p.p.). No que se refere ao primeiro tipo de receita, esta situação está diretamente relacionada com os acertos verificados no encerramento das candidaturas financiadas pelo QREN e correspondente correção do financiamento. Por outro lado,

apesar de se ter verificado uma taxa de execução superior à previsão na rúbrica da Venda de Bens de Investimento (+79,40 p.p.), quando comparado o valor efetivamente arrecadado em 2016 com o ano anterior, regista-se um aumento de 2.091.338,79€ relativamente a 2015, representando uma taxa de crescimento de 1.373,32%.

No que se refere às Reposições Não Abatidas nos Pagamentos das Outras Receitas, verificou-se que as receitas cobradas foram inferiores às orçadas, em 46.324,38€, correspondendo a uma taxa de execução de 7,35%.

5.2.2. Estrutura e Evolução da Receita

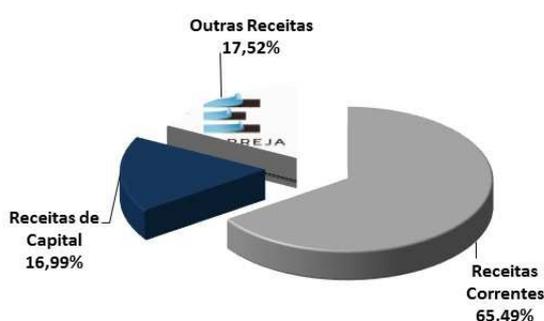
Com base nos valores descritos no quadro nº38 e atendendo à estrutura primária das receitas, verifica-se que no exercício económico de 2016, o Município de Estarreja arrecadou 13.514.064,05€ de Receitas Correntes, 3.506.973,33€ de Receitas de Capital e 3.615.198,24€ de Outras Receitas, perfazendo um total de 20.636.235,62€ de Receitas Municipais. Relativamente ao ano anterior, verifica-se um acréscimo de receitas arrecadadas de 7,80%.

Quadro nº 38 - Evolução da Receita (2015/2016)

(unidade monetária : €uros)

	2015	2016	%	Desvio	Tx Cresc.
Receitas Correntes	13 266 075,04	13 514 064,05	65,49%	247 989,01	1,87%
Receitas de Capital	1 836 810,83	3 506 973,33	16,99%	1 670 162,50	90,93%
Outras Receitas	4 040 970,08	3 615 198,24	17,52%	-425 771,84	-10,54%
Receitas Totais	19 143 855,95	20 636 235,62	100,00%	1 492 379,67	7,80%

Gráfico nº 25 - Estrutura Interna das Receitas 2016



Constata-se que 65,49% das Receitas Totais são relativas a Receitas de natureza corrente, as Receitas de Capital representam 16,99%, enquanto as Outras Receitas correspondem a 17,52% das Receitas Totais arrecadadas pelo município no ano de 2016.

Comparativamente com o ano 2015 verifica-se que as Receitas de Capital aumentaram cerca de 90,93%, tendo as Receitas Correntes registado um aumento ligeiro de 1,87%. Quanto às Outras Receitas, podemos confirmar que as mesmas decresceram 10,54%, justificado especialmente pela incorporação do saldo de gerência anterior que registou uma significativa diminuição de 10,47%.

Verifica-se até 2009 um crescimento da receita total do Município de Estarreja, com uma ligeira diminuição em 2010 e o agravamento desta queda em 2011. No entanto, durante os anos de 2012 e 2013 esta tendência foi corrigida, tendo-se conseguido registar um novo aumento das receitas. Porém estes bons indícios de recuperação foram interrompidos durante 2014, verificando-se em 2015 e 2016 uma nova subida, com o regresso a um valor superior ao arrecadado em 2013.

Importa referir que em 2016 as autarquias locais continuaram a sentir os efeitos dos Planos/Programas de Estabilidade tendo este Município sido bastante penalizado, ao receber um valor ligeiramente inferior (€186.522,00) de fundos provenientes do Orçamento de Estado, comparativamente a 2015. Tendo em consideração a diminuição verificada (2,78%), quando comparado com o ano de 2009, verifica-se que as transferências de fundos do OE para este Município diminuíram €797.396,00.

Gráfico nº 26 – Evolução das Receitas (2009-2016)



Em termos globais, a taxa de execução das Receitas Totais apresenta um acréscimo de cerca de 8,09 pontos percentuais, relativamente ao verificado no ano anterior. No entanto, se optarmos, por decompor a Receita nos seus principais itens – Receitas Correntes e Receitas de Capital – podemos constatar que o seu desempenho foi parcialmente semelhante quando comparada com o ano anterior. Enquanto as receitas correntes apresentaram uma execução ligeiramente superior à do ano 2015 em 1,87 p.p., as receitas de capital assistiram a um significativo acréscimo da sua execução com um aumento de 90,93 p.p., passando de uma taxa de execução de 56,05% em 2015, para 104,11% em 2016.

Quadro nº39 - Execução Homóloga da Receita
(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2015				2016				Δ Exec 2015/2016	Tx Cresc.to
	Dotada	Cobrada	Desvio em Valor Absoluto	% de Execução	Dotada	Cobrada	Desvio em Valor Absoluto	% de Execução		
Receitas Correntes	13 326 278,00	13 266 075,04	-60 202,96	99,55%	13 477 453,00	13 514 064,05	36 611,05	100,27%	247 989,01	1,87%
Impostos Directos	3 991 500,00	3 947 991,86	-43 508,14	98,91%	4 033 000,00	4 409 060,41	376 060,41	109,32%	461 068,55	11,68%
Imposto municipal sobre Imóveis	2 510 000,00	2 560 449,63	50 449,63	102,01%	2 640 000,00	2 377 821,56	-262 178,44	90,07%	-182 628,07	-7,13%
Imposto Único Circulação	587 200,00	545 185,49	-42 014,51	92,84%	560 500,00	557 602,15	-2 897,85	99,48%	-12 416,66	-2,28%
Imposto municipal s/ transmissões onerosas	272 300,00	199 636,64	-72 663,36	73,31%	256 000,00	560 395,68	304 395,68	218,90%	360 759,04	180,71%
Derrama	620 500,00	642 720,10	22 220,10	103,58%	575 000,00	913 241,02	338 241,02	158,82%	270 520,92	42,09%
Impostos abolidos	1 000,00	0,00	-1 000,00	0,00%	1 000,00	0,00	-1 000,00	0,00%	0,00	n.a.
Impostos Directos Diversos	500,00	0,00	-500,00	0,00%	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00	n.a.
Impostos Indirectos	481 200,00	737 503,04	256 303,04	153,26%	739 000,00	581 554,28	-157 445,72	78,69%	-155 948,76	-21,15%
Taxas, Multas e Outras Penal.	111 600,00	146 977,82	35 377,82	131,70%	144 400,00	122 515,85	-21 884,15	84,84%	-24 461,97	-16,64%
Rendimentos de Propriedade	773 500,00	600 997,16	-172 502,84	77,70%	672 500,00	632 785,26	-39 714,74	94,09%	31 788,10	5,29%
Transferências Correntes	6 802 678,00	6 701 086,36	-101 591,64	98,51%	6 646 553,00	6 578 039,33	-68 513,67	98,97%	-123 047,03	-1,84%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 085 800,00	1 075 806,20	-9 993,80	99,08%	1 169 000,00	1 111 163,02	-57 836,98	95,05%	35 356,82	3,29%
Outras Receitas Correntes	80 000,00	55 712,60	-24 287,40	69,64%	73 000,00	78 945,90	5 945,90	108,15%	23 233,30	41,70%
Receitas de Capital	3 276 820,07	1 836 810,83	-1 440 009,24	56,05%	3 368 666,61	3 506 973,33	138 306,72	104,11%	1 670 162,50	90,93%
Venda de Bens de Investimento	112 750,00	152 283,50	39 533,50	135,06%	1 250 636,61	2 243 622,29	992 985,68	179,40%	2 091 338,79	1373,32%
Transferências de Capital	2 379 772,00	1 021 912,70	-1 357 859,30	42,94%	1 970 259,00	1 134 726,04	-835 532,96	57,59%	-112 813,34	-11,04%
Passivos Financeiros	653 348,07	635 911,28	-17 436,79	97,33%	500,00	0,00	-500,00	0,00%	-635 911,28	-100,00%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	653 348,07	635 911,28	-17 436,79	97,33%	500,00	0,00	-500,00	0,00%	-635 911,28	-100,00%
Outras Receitas de Capital	130 950,00	26 703,35	-104 246,65	20,39%	147 271,00	128 625,00	-18 646,00	87,34%	-101 921,65	-381,68%
Outras Receitas	4 083 670,68	4 040 970,08	-42 700,60	98,95%	3 661 522,62	3 615 198,24	-46 324,38	98,73%	-425 771,84	-10,54%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	50 000,00	7 299,40	-42 700,60	14,60%	50 000,00	3 675,62	-46 324,38	7,35%	-3 623,78	-49,64%
Saldo da Gerência Anterior	4 033 670,68	4 033 670,68	0,00	100,00%	3 611 522,62	3 611 522,62	0,00	100,00%	-422 148,06	-10,47%
Total da receita	20 686 768,75	19 143 855,95	-1 542 912,80	92,54%	20 507 642,23	20 636 235,62	128 593,39	100,63%	1 492 379,67	7,80%

A decomposição dos agregados da receita, mostra que os **Impostos Directos** registaram uma subida de 11,68% traduzindo um aumento de arrecadação de receita face a 2015 de 461.068,55€, e que são reflexo da quebra registada no Imposto Municipal sobre Imóveis (-7,13 p.p.), mas que foi compensada pelo forte crescimento registado na Derrama (+42,09 p.p.) e no Imposto municipal s/ Transmissões Onerosas (+180,71 p.p.).

No que concerne ao capítulo de **Impostos Indirectos** constata-se uma diminuição de 21,15 p.p. com relevo para o mau desempenho da rubrica Ocupação de Via Pública (-45,07 p.p.).

O capítulo de **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, que traduzem na generalidade as operações com os particulares, conheceu um decréscimo significativo (-16,64 p.p.).

Os **Rendimentos de Propriedade** conheceram uma óbvia subida (+5,29 p.p.) justificada essencialmente pelo aumento das Rendas de Bens de Domínio Público, que compensaram a quebra na distribuição de dividendos da ADRA, ERSUC e Lusitânia Gás, bem como pela diminuição de remunerações de produtos bancários, reflexo da diminuição das taxas de juros de aplicações financeiras.

As **Transferências Correntes** apresentaram uma diminuição de 1,84 p.p., com uma variação em termos absolutos no valor de -123.047,03€, que resulta essencialmente do decréscimo das transferências do Orçamento de Estado.

Relativamente às **Vendas de Bens e Serviços Correntes**, cuja evolução homóloga aponta para um ligeiro acréscimo de 3,29 p.p., reflexo da inclusão em 2015 das receitas referentes a refeições escolares e transportes escolares nesta rubrica, anteriormente inseridas na rubrica Famílias das Transferências Correntes. Esta alteração ao método de contabilização, permitiu contrariar um pouco a fraca prestação desta rubrica, fruto da conjuntura de austeridade e restrição inerente á crise financeira que caracteriza a economia nacional e internacional, originando ainda uma retração no consumo das famílias com efeitos evidentes na venda dos “produtos” e “serviços” prestados pelos município.

Passando para as receitas de capital, começamos pela análise da rubrica de **Venda de Bens de Investimento** que apresenta um desempenho excepcional quando comparado com o valor registado no ano anterior, com um aumento significativo de 1.373,32 p.p., justificada com a subida do valor arrecadado com a venda de terrenos.

O capítulo das **Transferências de Capital** sofreu um acréscimo de 11,04 p.p. por via da maior execução financeira de projetos QREN, que no entanto, originado pelas correções financeiras verificadas no encerramento das candidaturas, apenas permitiu arrecadar um valor de 576.967,04€ referente a participação comunitária.

As receitas arrecadadas na rubrica **Outras Receitas de Capital** tiveram como origem a empresa ADRA - Águas da Região de Aveiro, tendo sido realizadas no âmbito da Retribuição Inicial definida aquando do processo de concessão.

Pela análise do quadro nº 40, apresentado de seguida, constata-se que os capítulos Transferências Correntes e de Capital, representam a principal força de financiamento do Município com 37,37 p.p., seguido dos Impostos Diretos com 21,37 p.p., da Venda de Bens de Investimento com 10,87% p.p. e das Venda de Bens e Serviços Correntes com 5,38 p.p..

As Transferências – Correntes e Capital – têm um peso importante na estrutura da Receita, com uma clara vantagem das correntes, mostrando uma certa dependência que a autarquia tem perante os Fundos Municipais (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Direta e Variável no IRS). De salientar que a importância destes Fundos Municipais se revela cada vez maior nas transferências correntes.

Quadro nº 40 - Estrutura da Receita executada em 2016

(unidade monetária : Euros)

Receitas Correntes				Receitas de Capital				Outras Receitas			
Designação	Valor	%/RCor	% TOTAL	Designação	Valor	%/Rcap	% TOTAL	Designação	Valor	%/ORec	% TOTAL
Impostos Directos	4 409 060,41	32,63%	21,37%	Venda de Bens de Investimento	2 243 622,29	63,98%	10,87%	Outras Receitas	3 615 198,24	100,00%	17,52%
Imposto municipal sobre imóveis	2 377 821,56	17,60%	11,52%	Transferências de Capital	1 134 726,04	32,36%	5,50%	Reposições não abatidas nos pag	3 675,62	0,10%	0,02%
Imposto Único de Circulação	557 602,15	4,13%	2,70%	F.E.F.	557 759,00	15,90%	2,70%	Saldo da Gêrencia Anterior	3 611 522,62	99,90%	17,50%
Imposto munic s/ transm. onerosas	560 395,68	4,15%	2,72%	Outras	576 967,04	16,45%	2,80%				
Derrama	913 241,02	6,76%	4,43%	Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00%				
Impostos abolidos	0,00	0,00%	0,00%	Emp. Contraídos a M/L Prazo	0,00	0,00%	0,00%				
Impostos Directos Diversos	0,00	0,00%	0,00%	Outras Receitas de Capital	128 625,00	3,67%	0,62%				
Impostos Indirectos	581 554,28	4,30%	2,82%								
Taxas, Multas e Outras Penal.	122 515,85	0,91%	0,59%								
Rendimentos de Propriedade	632 785,26	4,68%	3,07%								
Transferências Correntes	6 578 039,33	48,68%	31,88%								
F.E.F.+F.S.M.+P.F.IRS	6 155 548,00	45,55%	29,83%								
Outras	422 491,33	3,13%	2,05%								
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 111 163,02	8,22%	5,38%								
Venda de Bens	5 270,20	0,04%	0,03%								
Prestações de Serviços	1 078 648,06	7,98%	5,23%								
Rendas e Alugueres	27 244,76	0,20%	0,13%								
Outras Receitas Correntes	78 945,90	0,58%	0,38%								
Totais de Receitas Correntes	13 514 064,05	100,00%	65,49%	Totais de Receitas de Capital	3 506 973,33	100,00%	16,99%	Totais de Outras Receitas	3 615 198,24	100,00%	17,52%
TOTAL DAS RECEITAS				20 636 235,62							

Os fundos oriundos da cobrança de Impostos Diretos, detêm um peso significativo no cômputo geral das receitas angariadas no ano de 2016, representando 32,63% das Receitas Correntes e 21,37% das Receitas Totais.

A repartição das receitas globais angariadas no ano 2016 podem ser vistas de outra forma conforme o descrito no gráfico e quadro apresentado de seguida.

Quadro nº 41 – Repartição das Receitas

(unidade monetária : €uros)

Repartição das Receitas	Valor	%
Impostos Municipais	4 409 060,41	21,37%
Taxas pagas pelo Sector Empresarial	581 554,28	2,82%
Taxas pagas pelo Sector Privado	122 515,85	0,59%
Rendimentos de Propriedade	632 785,26	3,07%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	3 354 785,31	16,26%
Fundos da Administração Central	6 713 307,00	32,53%
Fundos Comunitários	580 107,64	2,81%
Outros Fundos	419 350,73	2,03%
Crédito Bancário	0,00	0,00%
Outras Receitas	3 822 769,14	18,52%
Total da receita	20 636 235,62	100,00%

Gráfico nº27 - Repartição das Receitas

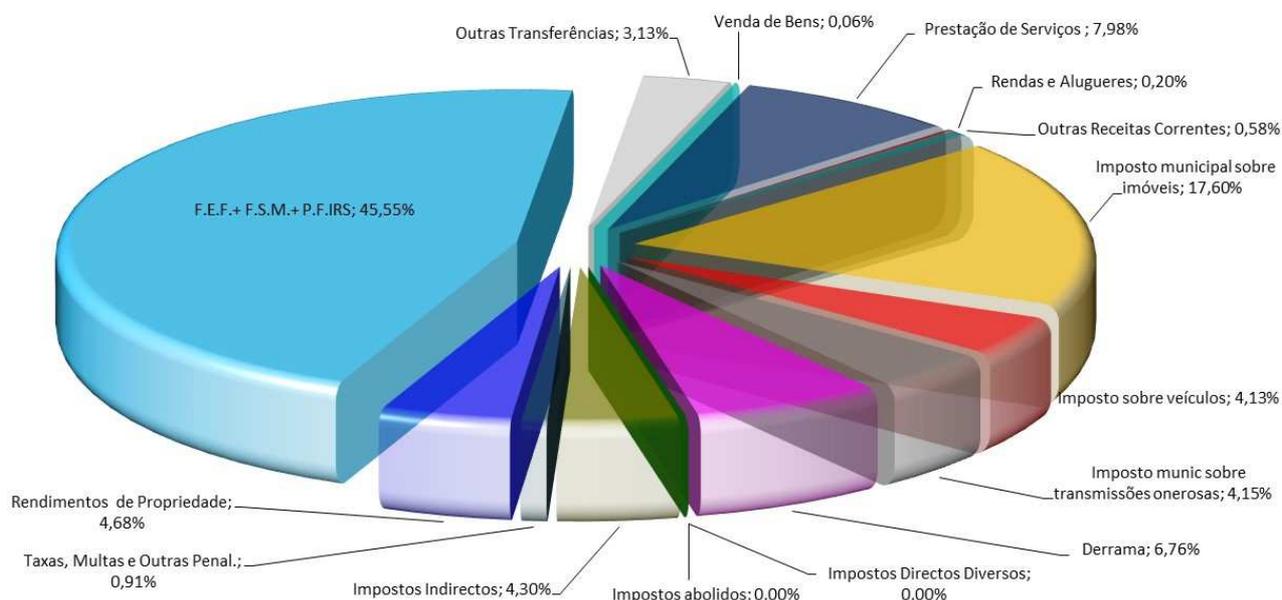

5.2.3. Análise das Receitas Correntes

A repartição das receitas de natureza corrente arrecadas pelo município no ano 2016, encontra-se descrita no gráfico nº 28.

Da análise do gráfico seguinte, destacam-se as receitas provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS) que constituem 47,85% das Receitas Correntes. De destacar igualmente o somatório dos Impostos Diretos (Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Sobre Veículos, Imposto Municipal de sobre Transmissões Onerosas (IMT) e Derrama), que representam 29,76% das Receitas Correntes.

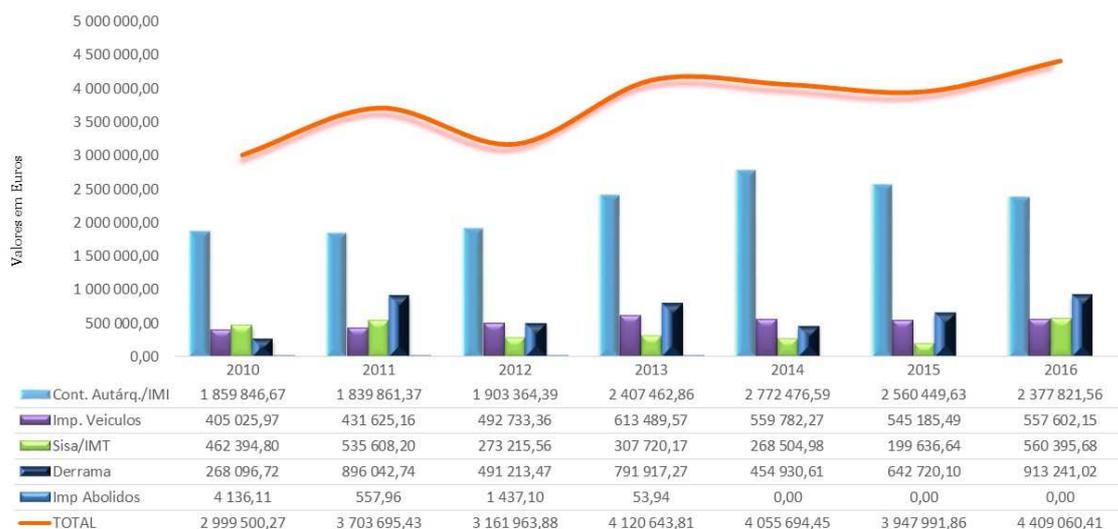
A venda de bens e serviços correntes merece igualmente uma referência, pois conforme se pode verificar, apresenta um peso de 8,11% do total das Receitas Correntes.

Gráfico nº 28 - Repartição das Receitas Correntes (2016)



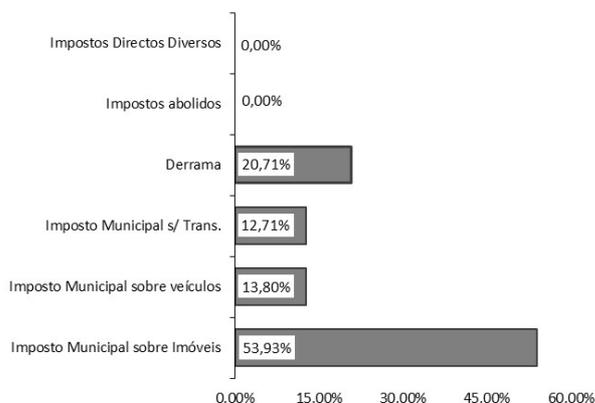
► **Impostos Directos**

Gráfico nº29 – Evolução dos Impostos Directos (2010-2016)



Das Receitas Fiscais arrecadadas pelo Município de Estarreja, em 2016, 4.409.060,41€ correspondem a Impostos Directos, representando 21,37 % das Receitas Totais, verificando-se um aumento de 11,68% relativamente a 2015.

Gráfico nº 30 – Distribuição dos Impostos Diretos (Ano 2016)

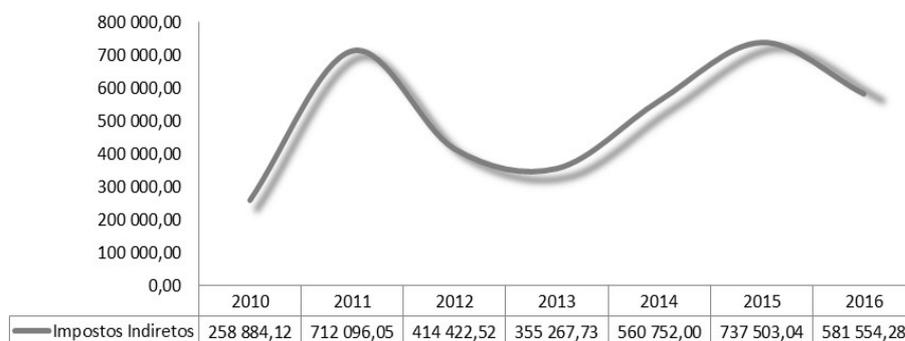


No contexto desta rubrica o Imposto Municipal sobre Imóveis é responsável por 53,93% do total dos impostos arrecadados em 2016, seguindo-se a Derrama com 20,71%.

➤ **Impostos Indiretos**

Esta Receita Corrente engloba receitas que recaem exclusivamente sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, venda, a compra ou utilização dos bens e serviços. Consideram-se ainda nesta rubrica as receitas que revistam taxas, licenças, emolumentos e outras semelhantes, pagas por unidades industriais.

Gráfico nº 31 – Impostos Indiretos no período 2010-2016



Neste contexto sobressai a receita proveniente da rubrica Ocupação da Via Pública (50,04%), seguindo-se-lhe por ordem de importância a receita auferida por conta de Loteamentos e Obras, responsável por 24,01% desta rubrica em 2016.

Quadro nº 42 - Desagregação dos Impostos Indiretos

(unidade monetária : €uros)

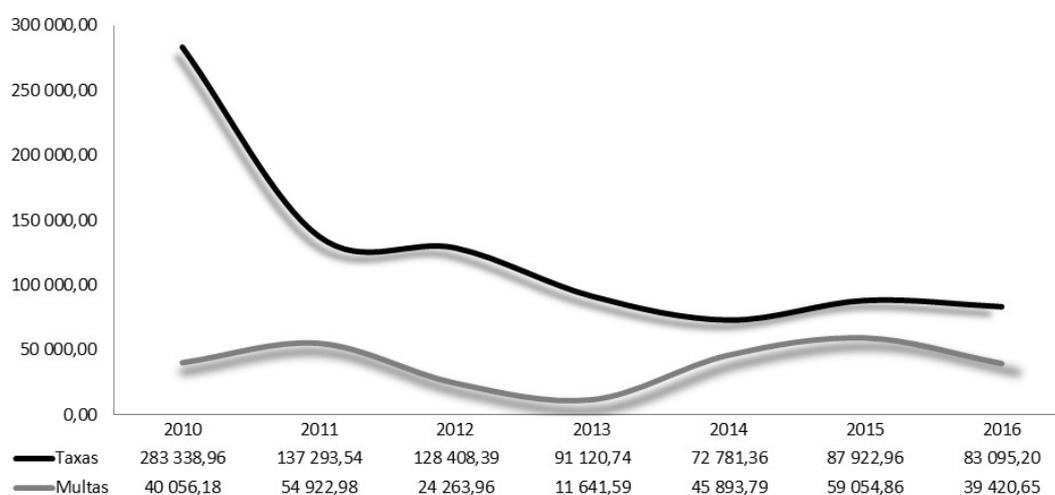
Designação	2016		2015		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	
Impostos Indirectos Específicos das Autarquias					
Mercados e Feiras	114 695,10	19,72%	129 904,67	17,61%	-11,71%
Loteamentos e Obras	139 603,67	24,01%	41 011,06	5,56%	240,40%
Ocupação da Via Pública	290 997,71	50,04%	529 801,96	71,84%	-45,07%
Publicidade	6 183,11	1,06%	6 483,59	0,88%	-4,63%
Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n.a.
Outros	30 074,69	5,17%	30 301,76	4,11%	-0,75%
<i>Taxas Municipal de Direito de passagem</i>	0,68	0,00%	1,88	0,00%	-63,83%
<i>Outros</i>	30 074,01	5,17%	30 299,88	4,11%	-0,75%
TOTAL	581 554,28	100,00%	737 503,04	100,00%	-21,15%

No ano económico de 2016, os impostos indiretos (receitas provenientes da cobrança de taxas, emolumentos, licenças e outras semelhantes pelo facto de serem pagas pelo sector produtivo) totalizaram 581.554,28€, apresentando um decréscimo de 21,15 p.p., correspondendo em termos absolutos a uma diminuição de €155.948,76 relativamente ao verificado em 2015.

► Taxas, Multas e Outras Penalidades

No referente à receita proveniente de Taxas e Multas municipais estas representam 0,59% da Receita Total em 2016, contrastando com os 2,18% em 2009.

Gráfico nº32 – Evolução das Taxas, Multas e Outras Penalidades no período 2010-2016



Quadro nº 43 - Desagregação das Taxas, Multas e O. Penalidades

(unidade monetária : Euros)

Designação	2016		2015		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Taxas Específicas das Autarquias					
Mercados e Feiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Loteamentos e Obras	66 115,98	53,97%	69 521,11	47,30%	-4,90%
Ocupação da Via Pública	7 703,48	6,29%	8 406,88	5,72%	-8,37%
Caça, Uso e Porte de Armas	0,00	0,00%	98,54	0,07%	-100,00%
Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	9 275,74	7,57%	9 896,43	6,73%	-6,27%
<i>Taxas de Depósito da Ficha Técn. Habitação</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	9 275,74	7,57%	9 896,43	6,73%	-6,27%
SUBTOTAL	83 095,20	67,82%	87 922,96	59,82%	-5,49%
Multas e Outras Penalidades					
Juros de Mora	3 445,70	2,81%	21 717,61	14,78%	-84,13%
Juros Compensatórios	15 168,78	12,38%	21 518,70	14,64%	-29,51%
Coimas e penalidades por contra-ordenações	20 211,60	16,50%	14 985,84	10,20%	34,87%
Multas e penalidades diversas	594,57	0,49%	832,71	0,57%	-28,60%
SUBTOTAL	39 420,65	32,18%	59 054,86	40,18%	-33,25%
TOTAL	122 515,85	100,00%	146 977,82	100,00%	-16,64%

Taxas

A cobrança de taxas relativas a serviços prestados pela Autarquia a particulares rendeu 83.095,20€, que representa uma diminuição de 5,49%, comparativamente com 2015, sendo os loteamentos de obras (53,97%) a principal fonte deste tipo de recursos.

A cobrança destas taxas representa 0,61% das Receitas Correntes e 0,40% das Receitas Totais.

Multas e Outras Penalidades

A efetivação de sanções pecuniárias produziu, no exercício de 2016, 39.420,65€, traduzindo um significativo decréscimo de 33,25% em relação ao valor verificado no ano anterior. Estas receitas punitivas e compensatórias representam 0,19% das Receitas Totais e 0,29% das Receitas Correntes.

► Rendimentos de Propriedade

As receitas provenientes de rendimentos de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos concedidos), terrenos e de ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), representam 3,07% das Receitas Totais e 4,68% das Receitas Correntes.

Quadro nº 44 - Desagregação dos Rendimentos de Propriedade

(unidade monetária : €uros)

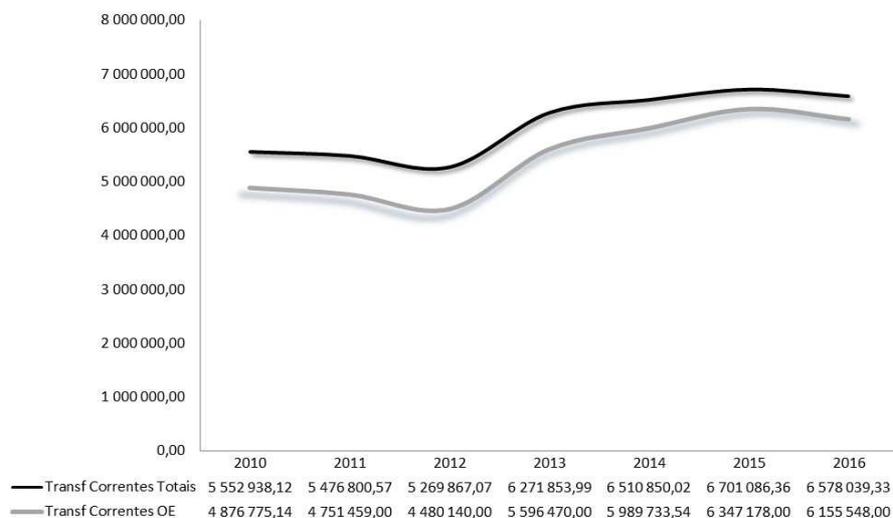
Designação	2016		2015		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	%
Juros	37 071,21	5,86%	57 464,60	9,56%	-35,49%
<i>Bancos e outras Inst.Financeiras</i>	37 071,21	5,86%	57 464,60	9,56%	-35,49%
<i>Companhias de Seguros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Dividendos e outras participações em Lucros	106 797,15	16,88%	55 865,15	9,30%	91,17%
<i>Empresas municipais e intermunicipais</i>	106 797,15	16,88%	55 865,15	9,30%	91,17%
<i>Empresas privadas</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rendas	488 916,90	77,26%	487 667,41	81,14%	0,26%
<i>Edifícios</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Bens de Domínio Público</i>	488 916,90	77,26%	487 667,41	81,14%	0,26%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	632 785,26	100,00%	600 997,16	100,00%	5,29%

Os rendimentos de propriedade obtidos, neste ano económico, dizem respeito essencialmente, à remuneração de depósitos detidos por esta entidade em Instituições de Crédito, aos rendimentos resultantes da distribuição de dividendos em participações de capital detidas pela Autarquia em outras empresas e sistemas multimunicipais (nomeadamente, nas empresas ADRA, ERSUC e Lusitânia Gás) e à renda de concessão com a empresa EDP.

► Transferências Correntes

As Transferências Correntes compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida, representando 48,68% do valor da receita corrente, auferida em 2016. Os fundos consignados ao Município pelas Transferências Correntes globalizaram, em 2016, os 6.578.039,33€, representando 31,88% das Receitas Totais arrecadadas.

Gráfico nº33 – Evolução das Transferências Correntes no período 2010-2016



No enquadramento legal das Finanças Locais expresso pela Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, a repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios (verba inscrita no Orçamento de Estado e transferida para os municípios) subdivide-se nos seguintes fundos: **Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Direta e Variável no IRS.**

**Gráfico nº 34 – Repartição de recursos públicos entre o Estado e a autarquia
- evolução no período 2010-2016**



No seu conjunto, estas verbas transferidas diretamente do Orçamento do Estado para o Município de Estarreja contribuíram com cerca de 93,58% do resultado apresentado pelas Transferências Correntes, tendo existido uma diminuição de 191.630,00€ comparativamente com o ano anterior.

Este crescimento das Transferências Correntes deveu-se essencialmente às alterações introduzidas pela Lei Geral do Orçamento de Estado, dado que cada município pode decidir como efetuar a

repartição dos montantes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, entre receita corrente e de capital. No entanto, a receita corrente não poderá exceder 90 % do valor total do FEF.

Os municípios devem informar anualmente, até 30 de Junho do ano anterior ao ano a que respeita o orçamento, qual a percentagem do FEF que deve ser considerada como transferência corrente, na ausência da qual é considerada a percentagem de 90 %.

Quadro nº 45- Desagregação das Transferências Correntes (unidade monetária : €uros)

Designação	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras	100,00	0,00%	0,00	0,00%
Públicas	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Privadas	100,00	0,00%	0,00	0,00%
Sociedades Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Bancos e Outras Instituições Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Administração Central	6 577 939,33	100,00%	6 701 086,36	100,00%
Estado	6 574 798,73	99,95%	6 692 313,13	99,87%
Fundo Equilíbrio Financeiro	5 019 828,00	76,31%	4 973 862,00	74,22%
Fundo Social Municipal	502 936,00	7,65%	502 936,00	7,51%
Participação Fixa no IRS	632 784,00	9,62%	870 380,00	12,99%
Outras	419 250,73	6,37%	345 135,13	5,15%
Estado- Participação comunitária	3 140,60	0,05%	8 773,23	0,13%
Famílias	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resto do Mundo	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL	6 578 039,33	100,00%	6 701 086,36	100,00%

Na sub-rubrica Famílias verificaram-se grandes alterações, dado que através de uma nova forma de contabilização dos pagamentos relativos a passes escolares e prolongamentos de horário do pré-escolar, os mesmos foram registados na rubrica de Venda de Bens e Serviços Correntes.

De forma discriminada, no quadro seguinte identifica-se a origem das receitas de transferências correntes da Administração Central /Outras.

Quadro nº 46- Transferências Correntes da Adm. Central / Outras (unid monetária.: Euros)

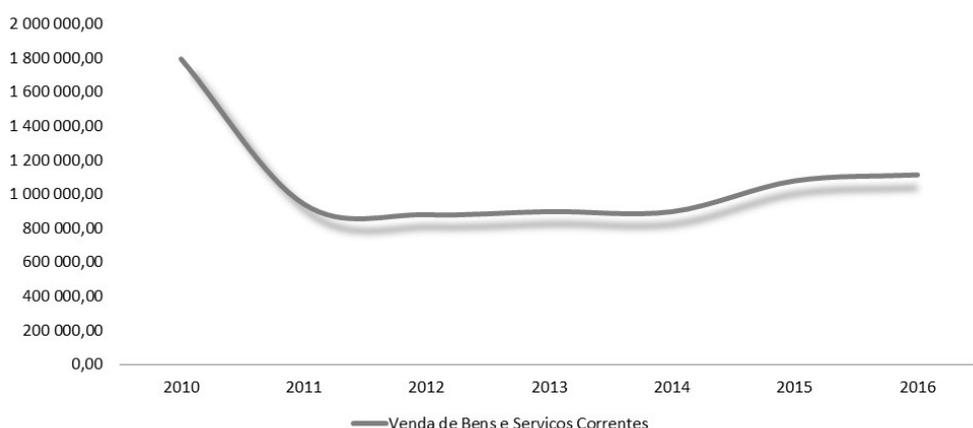
Transferências Correntes - Administração Central / Administração Local / Outras		
Designação	2015	2016
Acordo de Colaboração - Expansão da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar		
Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro e nº4 do artigo 32º do DL 147/97 de 11/06	73 637,58	102 540,71
Centro de Emprego de Aveiro -Inst de Emprego e Formação Profissional		
Programas Ocupacionais para Trabalhadores Desempregados	23 099,93	7 800,76
Gabinete de Inserção Profissional		4 527,58
Estágios Profissionais	7 833,46	0,00
Instituto de Mobilidade e Transportes, IP		
Financiamento previsto na Portaria 434/2016 - Apoio de Ações de Capacitação/Estudos - RJSPTP	0,00	11 948,00
Direcção Geral das Autarquias Locais		
Subsidio para Gabinete Técnico Florestal	0,00	30 757,86
Direcção Regional de Educação do Centro		
Com participação - Auxiliares de Acção Educativa	94 614,11	118 643,83
Contrato-Programa - Fornecimento de Refeições Escolares AL1ºCiclo	17 155,94	29 761,78
Com participação nas Actividades de Enriquecimento Curricular	96 985,14	91 771,13
Instituto de Desenvolvimento Social		
Protocolo de Colaboração para a Comissão de Protecção de Crianças Menores	31 808,97	21 499,08
Participação dos Municípios nos Impostos do Estado - Fundos Municipais		
Fundo de Equilibrio Financeiro	4 973 862,00	5 019 828,00
Fundo Social Municipal	502 936,00	502 936,00
Participação Fixa no IRS	870 380,00	632 784,00
Estado- Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados		
QREN - POPH - PEPAL	0,00	1 111,50
QREN - MaisCentro - RUCI - Observatório Ecocidade	0,00	2 029,10
Diversos - Famílias e Donativos		
Diversos - Famílias e Donativos	0,00	100,00
TOTAL	6 701 086,36	6 578 039,33

Especificamente, as transferências correntes encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas “**Transferências Correntes – Receita**” (Anexo às Demonstrações Financeiras).

➤ **Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes**

A venda de bens e prestação de serviços correntes rendeu à autarquia 1.111.163,02€, mais 35.356,82€ que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um acréscimo de cerca de 3,29% deste tipo de receitas, justificado em grande parte pela inclusão nesta rubrica das receitas da sub-rubrica Famílias das Transferências Correntes.

Gráfico nº35 – Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes

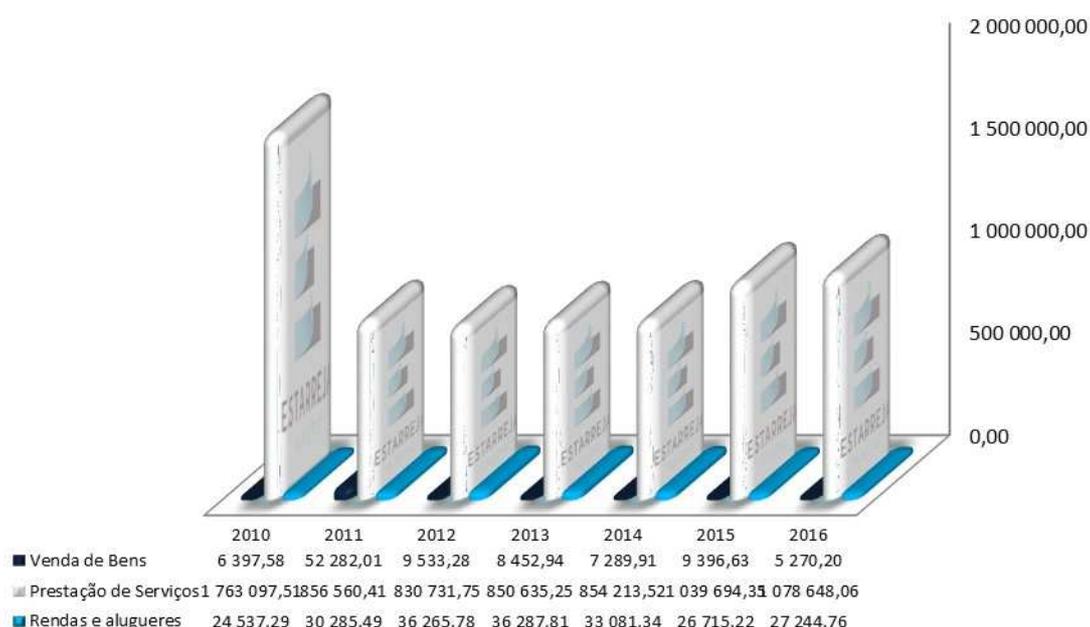


A Venda de bens e Prestação de Serviços Correntes responde por 5,38% do total da receita de 2016, registando-se uma ligeira inversão na tendência de diminuição verificada ao longo dos últimos anos e com maior incidência desde 2010/2011, justificada com a redução na cobrança de receitas como a prestação de serviços associados a Saneamento e distribuição de água, explicadas pela concessão à ADRA de toda a gestão e exploração do sistema da rede pública de águas (água potável, bruta e residuais).

Quadro nº 47 -Desagregação da Venda de Bens e Prest. Serv. Correntes (unid. monetária:€uros)

Designação	2016		2015		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Venda de Bens	5 270,20	0,47%	9 396,63	0,87%	-43,91%
Publicações e Impressos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Bens Inutilizados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Desperdícios, Resíduos e Refugos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Produtos Acabados e Intermédios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	5 270,20	0,47%	9 396,63	0,87%	-43,91%
Prestação de Serviços	1 078 648,06	97,07%	1 039 694,35	96,64%	3,75%
Aluguer de Espaços e Equipamentos	89 326,39	8,04%	101 407,25	9,43%	-11,91%
Alimentação e Alojamento	101 874,11	9,17%	97 973,65	9,11%	3,98%
<i>Refeições Escolares</i>	90 596,81	8,15%	89 767,26	8,34%	0,92%
<i>Outros</i>	11 277,30	1,01%	8 206,39	0,76%	37,42%
Serviços Sociais, Recreativos, Culturais	352 763,82	31,75%	332 315,50	30,89%	6,15%
<i>Serviços Recreativos</i>	5 347,75	0,48%	6 097,50	0,57%	-12,30%
<i>Serviços Culturais</i>	77 033,86	6,93%	78 615,59	7,31%	-2,01%
<i>Serviços Desportivos</i>	270 382,21	24,33%	247 602,41	23,02%	9,20%
Serviços Específicos das Autarquias	534 683,74	48,12%	507 997,95	47,22%	5,25%
<i>Saneamento</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Resíduos Sólidos</i>	413 508,74	37,21%	402 067,07	37,37%	2,85%
<i>Transportes Escolares</i>	54 195,33	4,88%	41 782,83	3,88%	29,71%
<i>Trabalho por conta de particulares</i>	1 079,34	0,10%	787,43	0,07%	37,07%
<i>Mercados e Feiras</i>	96,49	0,01%	231,75	0,02%	-58,36%
<i>Distribuição de Água</i>	24,37	0,00%	11,67	0,00%	108,83%
<i>Parques de Estacionamento</i>	13 596,29	1,22%	21 757,49	2,02%	-37,51%
<i>Outros</i>	52 183,18	4,70%	41 359,71	3,84%	26,17%
Rendas e Alugueres	27 244,76	2,45%	26 715,22	2,48%	1,98%
<i>Habitação Social</i>	14 753,00	1,33%	3 415,46	0,32%	331,95%
<i>Edifícios</i>	12 491,76	1,12%	23 299,76	2,17%	-46,39%
TOTAL	1 111 163,02	100,00%	1 075 806,20	100,00%	3,29%

Gráfico nº36 – Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes



No âmbito da Venda de Serviços a receita proveniente da Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos, representa 37,21% do total deste tipo de receita auferida, seguida da venda de serviços recreativos, culturais e desportivos com 31,75%.

➤ **Outras Receitas Correntes**

A rubrica Outras Receitas Correntes rendeu à autarquia 78.945,90€, mais 23.233,30€ que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um acréscimo de cerca de 41,70% deste tipo de receitas, representando 0,38% das Receitas Totais e 0,58% das Receitas Correntes.

Quadro nº 48 - Desagregação de Outras Receitas Correntes

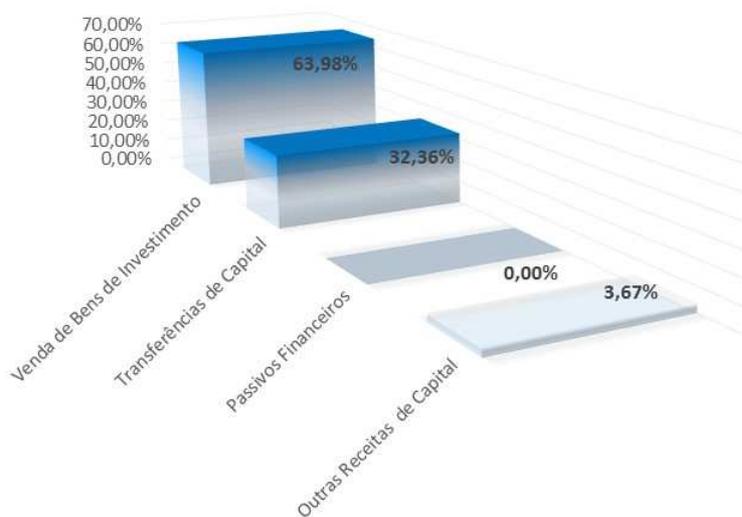
(unidade monetária : Euros)

Designação	2016		2015		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Indemnizações - deterioração, roubo e extravió	9,99	0,01%	3 009,09	5,40%	-99,67%
Indemnizações - estragos provocados por outrém	6 570,85	8,32%	4 237,61	7,61%	55,06%
IVA-Reembolsado	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
IVA-Inversão do Sujeito Passivo	59 647,63	75,56%	35 546,70	63,80%	67,80%
Diversas	12 717,43	16,11%	12 919,20	23,19%	-1,56%
TOTAL	78 945,90	100,00%	55 712,60	100,00%	41,70%

5.2.4. Análise das Receitas de Capital

A repartição das receitas de natureza capital arrecadas pelo município, no ano 2016, encontra-se descrita no gráfico seguinte.

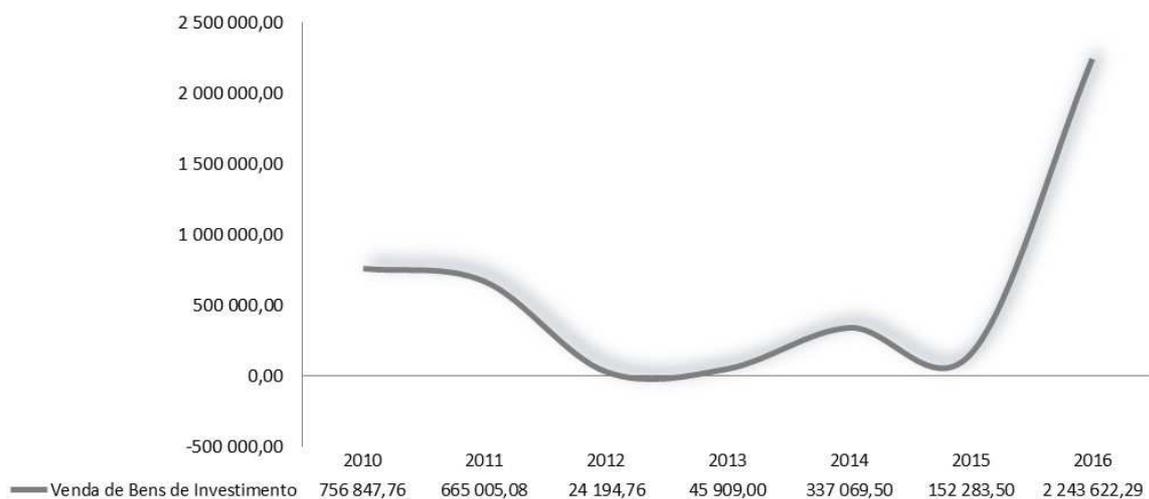
Gráfico nº37 – Repartição das Receitas de Capital 2016



► **Venda de Bens de Investimento**

A receita proveniente da venda de bens de investimento tem mantido algumas oscilações em virtude da venda de terrenos.

Gráfico nº38 – Evolução da Venda de Bens de Investimento (2009-2016)



De referir, que a quebra verificada na venda de terrenos atingindo apenas o montante de 117.003,50€, foi a principal justificação para a diminuição desta rúbrica.

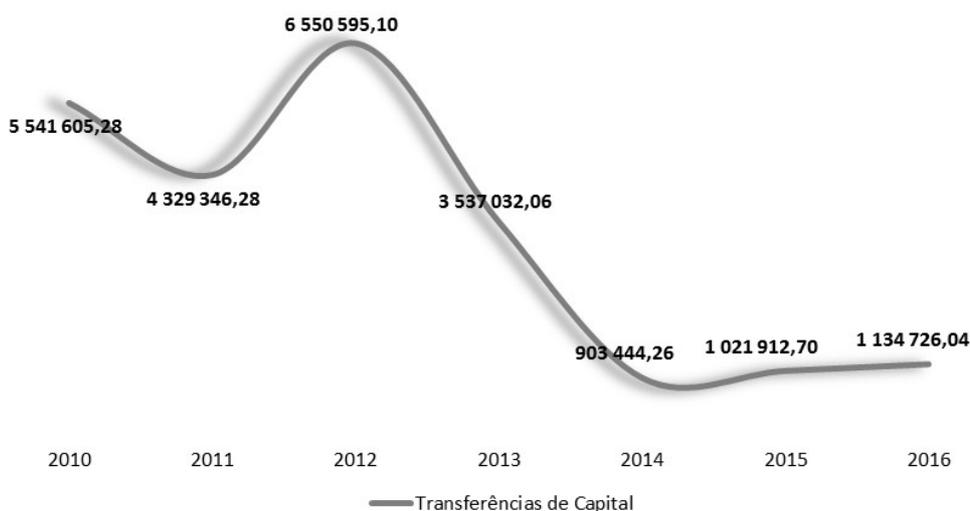
Quadro nº 49 – Evolução rubrica de Venda de Bens de Investimento

(unidade monetária : €uros)

Designação	2016		2015		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Terrenos e recursos naturais	2 242 471,29	99,95%	117 003,50	76,83%	1816,58%
Habitacões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Edifícios	0,00	0,00%	33 600,00	22,06%	-100,00%
Equipamento de transporte	1 151,00	0,05%	580,00	0,38%	98,45%
Maquinaria e Equipamento	0,00	0,00%	1 100,00	0,72%	-100,00%
Outros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	2 243 622,29	100,00%	152 283,50	100,00%	1373,32%

 > **Transferências de Capital**

As Transferências de Capital, em conjunto com as Transferências Correntes, representam um importante apoio financeiro da Autarquia Local.

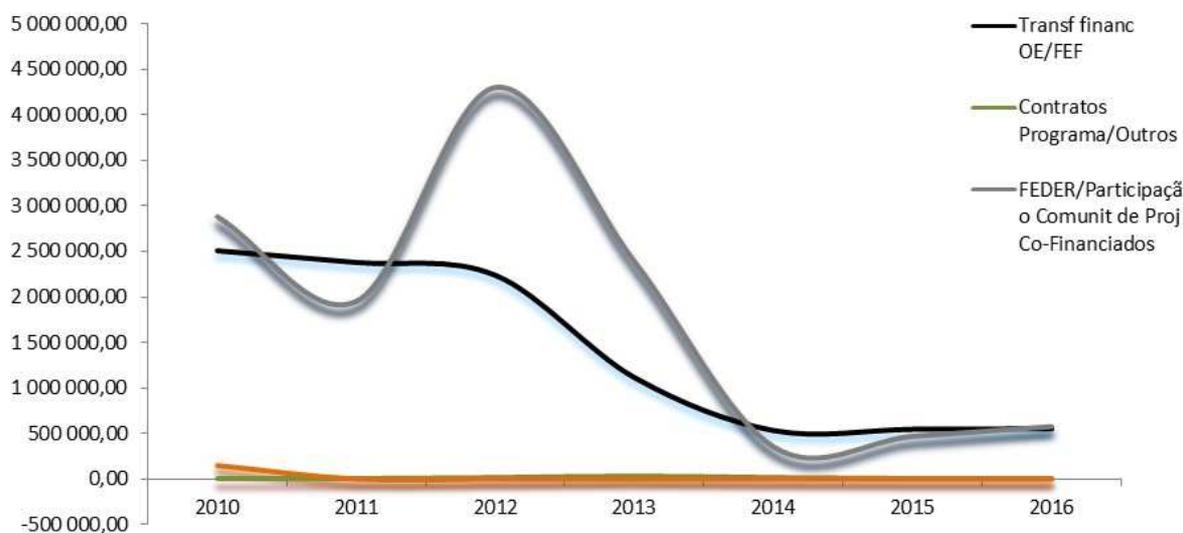
Gráfico nº 39 – Evolução das Transferências de Capital (2010-2016)


As Transferências de Capital compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Nota-se um ligeiro acréscimo de 11,04% nas receitas provenientes de Transferências de Capital, depois da gigantesca diminuição na ordem dos 74,46% verificada em 2014.

No ano de 2016, entraram nos cofres do município €1.134.726,04 de fundos relativos a verbas transferidas de orçamentos de outras entidades (Administração Central, Administração Local, Comunidade Europeia, empresas e outras), sendo 49,15% desses fundos, originários da verba inscrita no Orçamento de Estado destinada, propriamente, ao município de Estarreja ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, sendo este constituído em partes iguais pelo Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal.

Gráfico nº 40 – Evolução das Transferências de Capital por rubrica (2010-2016)



Em relação ao total das transferências obtidas do Orçamento de Estado verificou-se uma diminuição de 2,70% em relação ao transferido em 2015. Relacionando com o valor transferido em 2009 temos uma redução que ascende a 10,62%, mantendo-se agora em valores próximos dos arrecadados em 2012.

Quadro nº 50 – Transferências provenientes do Orçamento de Estado

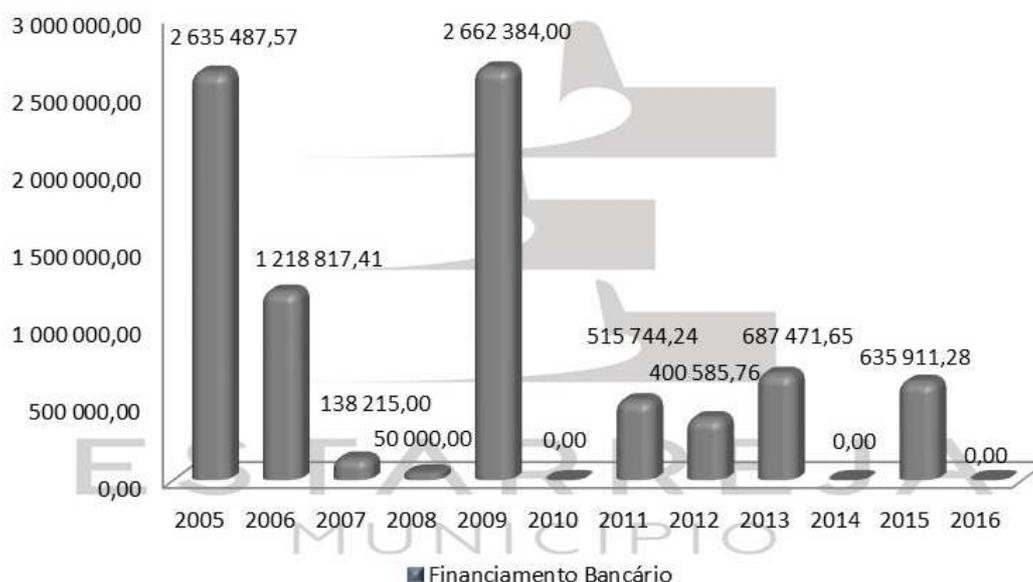
(unid. monetária : Euros)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Transferências Correntes OE	4 876 775,14	4 751 459,00	4 480 140,00	5 596 470,00	5 989 733,54	6 347 178,00	6 155 548,00
Transferências de Capital OE	2 501 249,00	2 374 320,00	2 232 660,00	1 116 330,00	538 452,00	552 651,00	557 759,00
TOTAL Transferências do OE	7 378 024,14	7 125 779,00	6 712 800,00	6 712 800,00	6 528 185,54	6 899 829,00	6 713 307,00

➤ **Passivos Financeiros**

Genericamente o recurso a financiamento bancário, tem vindo a ser significativamente condicionado por conta das restrições introduzidas a partir de 2002, designadamente nas sucessivas leis de Orçamento de Estado.

Gráfico nº 41 – Financiamento Bancário (total)



No entanto a autarquia fruto da capacidade de endividamento disponível, durante o período de 2005 a 2016 recorreu a este tipo de receita, tendo uma tendência oscilante durante o período em análise. Já em 2009, recorreu financiamento bancário de médio e longo prazo de €2.662.384,00 no âmbito do PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado.

Nos anos de 2011 e 2012, o Município de Estarreja recorreu a crédito bancário no valor de €916.330,00 referente à utilização de capital em período de diferimento do empréstimo excecionado afeto a investimentos inscritos no PPI 2010.

As receitas arrecadadas (€ 687.471,65) nesta rubrica em 2013, dizem respeito à utilização de capital do empréstimo afeto aos investimentos previstos no Plano Plurianual de Investimentos de 2012.

Face à hipótese prevista na Lei de Orçamento de Estado para 2015, foi possível realizar uma operação de substituição de dívida do último empréstimo contraído que ascendia a 687.471,65€, com um spread de 6,75%. Com esta possibilidade, contraiu-se um novo empréstimo de 635.911,28€ para amortização do anterior, com uma taxa de spread de 1,75%. Tendo em consideração a significativa diferença entre o spread anterior e o novo spread contratado, existirão ganhos expressivos (superiores a 150.000,00€ de juros num período de 9 anos) para o Município de Estarreja.

Tendo em consideração que a Lei de Orçamento de Estado para 2016 continuava a prever a possibilidade de realizar uma operação de substituição de dívida, o Município avançou com uma nova operação que ascende a 768.100,08€, para amortização do empréstimo afeto aos investimentos inscritos no PPI 2010. Esta operação poderá gerar uma poupança no pagamento de juros, superior a 50.000,00€. No entanto, este montante não se encontra refletido nos presentes documentos de prestação de contas, dado que até final do ano em análise o contrato em causa ainda não tinha obtido o necessário visto prévio do Tribunal de Contas.

► Outras Receitas de Capital

Em 2009 assistiu-se ao nascimento de uma parceria celebrada entre o Estado Português e alguns municípios da região de Aveiro, entre os quais o Município de Estarreja, com o objetivo de introduzir um novo modelo de gestão dos serviços de água e saneamento. Em resultado desta parceria foi criada a empresa “Águas da Região de Aveiro – Serviços de Águas da Região de Aveiro, S.A.” (AdRA) que assumiu a gestão destes serviços procurando a maximização de economias de escala e de gama com a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbana.

O Município de Estarreja, enquanto aderente, cedeu a utilização das infraestruturas, bem como a exploração e gestão destes serviços públicos, a esta nova entidade, designada por entidade gestora da parceria, recebendo, para além da remuneração acionista, uma contrapartida pecuniária que se subdivide em duas parcelas distintas: i) uma retribuição inicial; e ii) uma retribuição anual que incorporará os resultados de exploração obtidos.

A retribuição inicial refletirá o valor da própria estrutura estando previsto o seu pagamento aos diversos municípios ao longo dos cinco primeiros anos de atividade. Assim, durante o ano de 2016 o Município de Estarreja recebeu 128.625,00€, que correspondem ao remanescente em falta, perfazendo a quantia total de 7.114.260,38€ .

Quadro nº 51 – Desagregação das Outras Receitas de Capital

(unidade monetária : €uros)

Designação	2016		2015		2014	2013	2012	2011	2010
	Valor	%	Valor	%	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Indemnizações	0,00	0,00%	26 703,35	100,00%	0,00	4 858,08	0,00	0,00	0,00
Águas Região de Aveiro (Retribuição Inicial)	128 625,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	1 188 768,92	871 609,26	0,00	3 283 504,78
TOTAL	128 625,00	100,00%	26 703,35	100,00%	0,00	1 193 627,00	871 609,26	0,00	3 283 504,78

5.3. ANÁLISE DA DESPESA.

No contexto atual os governos locais são responsáveis pela produção de variadíssimos serviços públicos da maior importância para as populações que vão desde a educação, desporto, cultura, ação social, ordenamento territorial, desenvolvimento regional, procurando que estes mesmos serviços orientados para os cidadãos sejam prestados com qualidade, transparência e eficiência.

Atentos os desafios que presentemente se colocam à administração pública em geral, exige-se hoje às Autarquias maiores níveis de eficiência, isto é, que prestem um serviço de qualidade a menor custo, exigindo-lhes um esforço no controlo da despesa pública municipal, nomeadamente ao nível das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos, de forma a permitir libertar recursos para realizar investimento.

No âmbito deste capítulo, procede-se a uma análise da despesa sob a perspetiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza, despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências etc. Neste sentido, será efetuada uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa faturada e comprometida.

5.3.1. Execução Orçamental da Despesa

Neste capítulo, procede-se a uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa comprometida e a despesa faturada, decompondo esta última em faturação transitada e nova faturação.

Numa primeira instância vamos avaliar a execução da despesa numa ótica de caixa, ou seja de despesa paga.

O mapa de controlo orçamental da despesa reporta um nível de despesa paga de 16.371.965,42€, que corresponde a uma taxa de execução da despesa de 79,83%.

Quadro nº52 – Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução

(unid. monetária : Euros)

ORÇAMENTO DA DESPESA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Orçamento	29 660 000,00	26 530 500,00	24 263 264,82	20 918 854,60	19 934 481,24	20 686 768,75	20 507 642,23
Despesa total	22 205 417,76	17 387 286,57	17 577 727,48	16 022 122,45	13 376 350,15	15 532 333,33	16 371 965,42
%	74,87%	65,54%	72,45%	76,59%	67,10%	75,08%	79,83%

Gráfico nº 42 – Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução

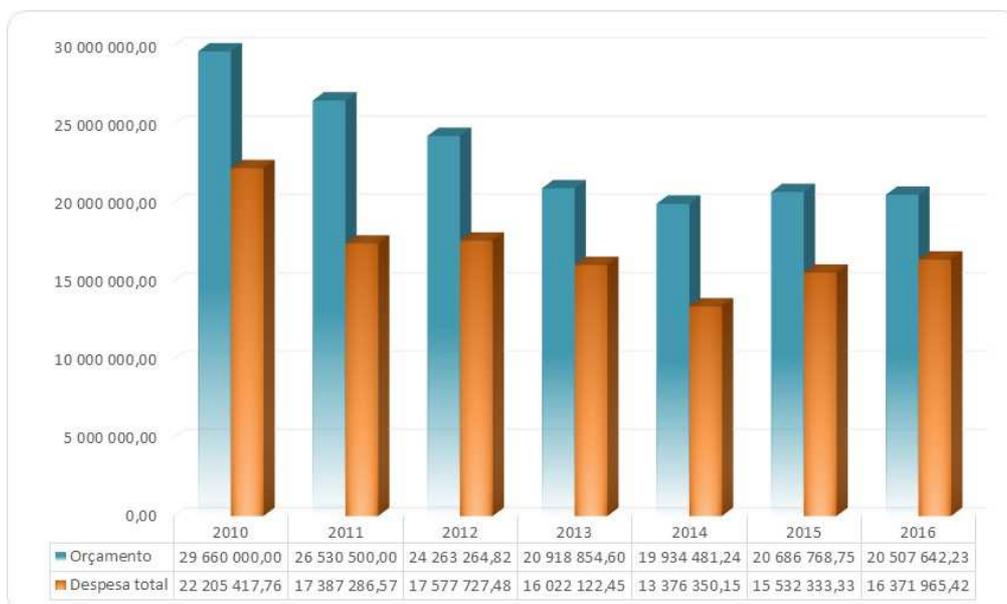
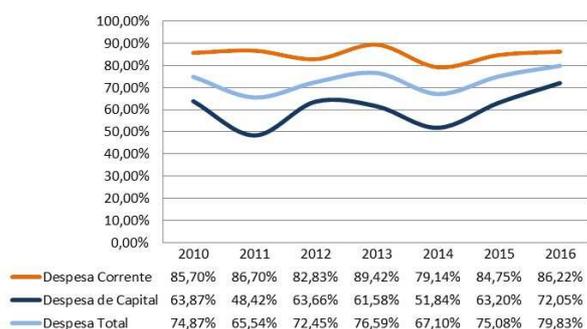


Gráfico nº 43 – Evolução das taxas de execução



Do montante orçamentado (corrigido) para 2016, 20.507.642,23€, a título de despesa foi executado e pago o montante de 16.371.965,42€, sendo 9.713.593,22€ de natureza corrente e 6.658.372,20€ no segmento de capital, o que corresponde a taxas de execução orçamental de 86,22% e 72,05%, respetivamente.

A análise do quadro supra permite-nos avaliar

a despesa sob a perspectiva económica, e apenas de execução a nível de pagamentos, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas – correntes e capital - e, por outro, a sua natureza - despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, encargos financeiros, investimento, etc.

Quadro nº 53 – Execução da Despesa Paga

(unid. monetária : €uros)

Económica	Previsão		Valor da Execução	Desvio		
	Inicial (a)	Final / Corrigida (b)	DESPESA PAGA (c)	Valor (b)	(c)- (c)/(a)	Exec % (c)/(a)
Despesas Correntes	10 747 032,00	11 265 882,00	9 713 593,22	-1 552 288,78	90,38%	86,22%
Despesas com Pessoal	4 520 500,00	4 462 390,00	4 217 493,40	-244 896,60	93,30%	94,51%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	4 952 240,00	5 386 365,00	4 277 657,90	-1 108 707,10	86,38%	79,42%
Encargos correntes da dívida	74 292,00	77 892,00	41 013,48	-36 878,52	55,21%	52,65%
Transferências Correntes	1 060 340,00	1 121 575,00	982 439,51	-139 135,49	92,65%	87,59%
Outras Despesas Correntes	139 660,00	217 660,00	194 988,93	-22 671,07	139,62%	89,58%
Despesas de Capital	5 252 968,00	9 241 760,23	6 658 372,20	-2 583 388,03	126,75%	72,05%
Aquisição de Bens de Investimento	2 907 993,00	6 268 485,23	3 992 923,88	-2 275 561,35	137,31%	63,70%
Transferências de Capital	1 036 267,00	1 538 067,00	1 264 325,69	-273 741,31	122,01%	82,20%
Activos Financeiros	237 208,00	237 208,00	236 208,00	-1 000,00	99,58%	99,58%
Passivos Financeiros	1 059 000,00	1 059 000,00	1 057 397,88	-1 602,12	99,85%	99,85%
Outras Despesas de Capital	12 500,00	139 000,00	107 516,75	-31 483,25	860,13%	77,35%
DESPESAS TOTAIS	16 000 000,00	20 507 642,23	16 371 965,42	-4 135 676,81	102,32%	79,83%

Com base no quadro acima, comparando o valor orçado (corrigido) das Despesas Totais (20.507.642,23€), com o efetivamente realizado (16.371.965,42€) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das despesas de 79,83%, ou seja, o valor efetivo da despesa realizada foi inferior ao previsto em (-) 4.135.676,81€.

No lado da despesa é importante referir que a execução em análise, se reporta à relação entre Despesa Paga e Despesa Orçada, quando em rigor o que deveria ser comparado, para avaliar a fiabilidade da Elaboração do Orçamento, era a relação entre compromissos assumidos no exercício e a despesa orçada, cujo grau de execução da despesa atinge os 88,88%, traduzindo por inerência baixos desvios e uma performance de execução notoriamente superior, tendo atingido os 18.228.028,94€. De referir, que a execução da despesa realizada/faturada foi de 81,29%.

Quadro nº54 – Execução da Despesa 2016 nas suas diferentes fases

(unid. monetária : €uros)

Capítulos	Previsão (a)	Comprometida (b)	Facturada (c)	Paga (d)	Desp Factor (c)/(a)	Desp.Paga (d)/(a)	Desp.Comp (b)/(a)
Despesas Correntes	11 265 882,00	10 509 520,47	9 998 131,91	9 713 593,22	88,75%	86,22%	93,29%
Pessoal	4 462 390,00	4 252 899,99	4 217 493,40	4 217 493,40	94,51%	94,51%	95,31%
Aquisição de Bens e Serviços	5 386 365,00	4 974 543,34	4 527 960,16	4 277 657,90	84,06%	79,42%	92,35%
Juros e Outros Encargos Financeiro	77 892,00	41 013,48	41 013,48	41 013,48	52,65%	52,65%	52,65%
Transferências Correntes	1 121 575,00	1 045 149,83	1 016 208,26	982 439,51	90,61%	87,59%	93,19%
Outras Despesas Correntes	217 660,00	195 913,83	195 456,61	194 988,93	89,80%	89,58%	90,01%
Despesas de Capital	9 241 760,23	7 718 508,47	6 672 042,75	6 658 372,20	72,19%	72,05%	83,52%
Investimentos	6 268 485,23	5 009 815,05	3 998 485,43	3 992 923,88	63,79%	63,70%	79,92%
Transferências de Capital	1 538 067,00	1 297 544,69	1 272 434,69	1 264 325,69	82,73%	82,20%	84,36%
Activos Financeiros	237 208,00	236 208,00	236 208,00	236 208,00	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1 059 000,00	1 057 397,88	1 057 397,88	1 057 397,88	99,85%	99,85%	99,85%
Outras Despesas de Capital	139 000,00	117 542,85	107 516,75	107 516,75	77,35%	77,35%	84,56%
DESPESAS TOTAIS	20 507 642,23	18 228 028,94	16 670 174,66	16 371 965,42	81,29%	79,83%	88,88%

5.3.2. Estrutura e Evolução da Despesa Global

► Estrutura da Despesa

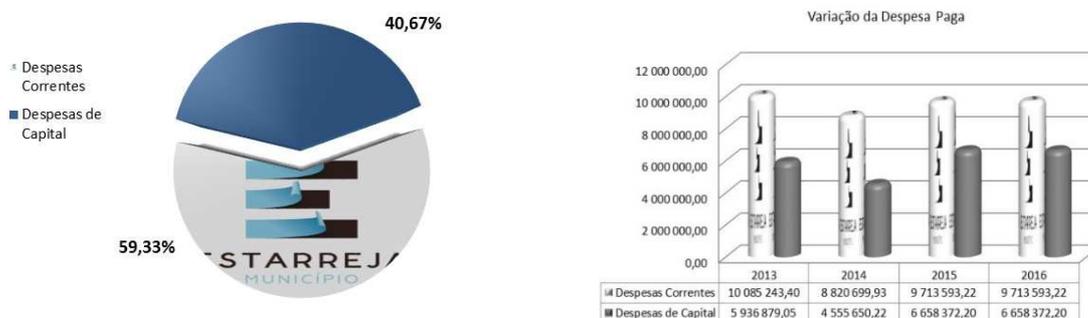
Ao analisar a despesa paga, justifica-se uma apreciação da estrutura em termos de despesas correntes e de capital e a sua variação no último quadriénio (2013,2014, 2015 e 2016)

Quadro nº 55 – Despesa Corrente e de Capital

(unid. monetária : €uros)

Descrição	2013	2014	2015	2015					Tx Exec	Tx Crec.
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Faturado	Execução		
Despesas Correntes	10 085 243,40	8 820 699,93	9 668 389,87	11 265 882,00	10 536 587,13	10 509 520,47	9 831 205,00	9 713 593,22	86,22%	0,47%
Despesas de Capital	5 936 879,05	4 555 650,22	5 863 943,46	9 241 760,23	7 968 601,76	7 718 508,47	6 666 481,20	6 658 372,20	72,05%	13,55%
Despesas Totais	16 022 122,45	13 376 350,15	15 532 333,33	20 507 642,23	18 505 188,89	18 228 028,94	16 497 686,20	16 371 965,42	79,83%	5,41%

Gráfico nº 44 e Gráfico nº 45 - Repartição das Despesas 2016



As **despesas correntes** de 2016, representando **59,33%** das despesas municipais, totalizaram 9.713.593,22€, o que corresponde uma execução de **86,22%**. A prevalência deste conjunto resulta do seu caráter fixo e de natureza legal e contratual – pessoal, instalação e funcionamento dos serviços e pagamento dos juros da dívida pública – em linha com a rigidez destas despesas e em contraponto com a variabilidade da generalidade das **despesas de capital**, as quais em 2016 representaram **40,67%** das despesas totais, atingindo os **6.658.372,20€**, e que estão dependentes da respetiva capacidade orçamental, dependem sobretudo das opções tomadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos e da capacidade de execução física dos projetos.

Ainda no âmbito da análise da estrutura geral da despesa, insere-se um quadro representativo da despesa comprometida, faturada, paga e prevista durante o exercício económico de 2016.

Quadro nº 56 – Diferentes fases da despesa por classificação económica

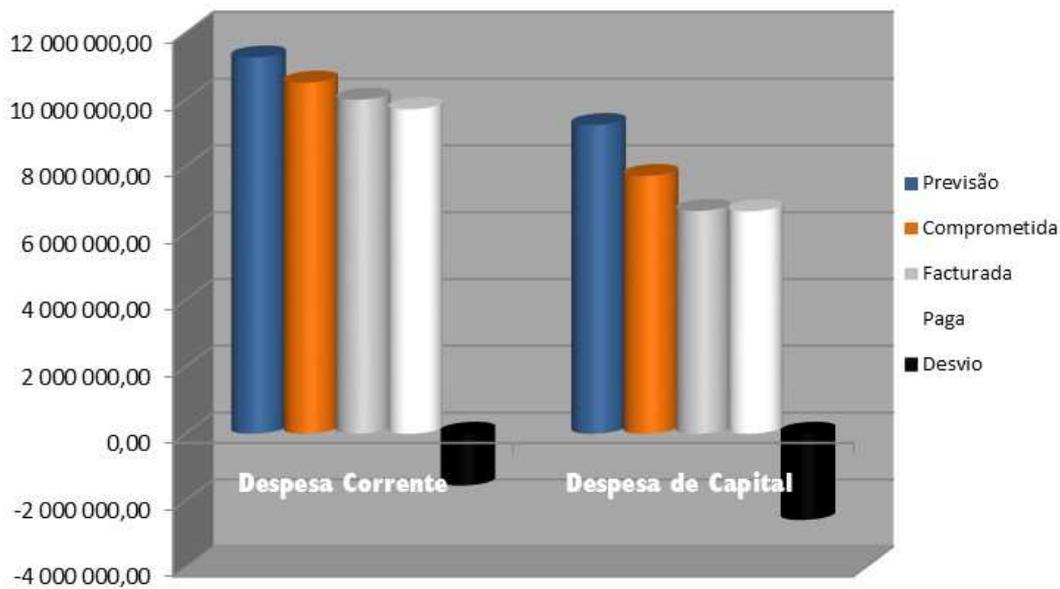
(unid. monetária : €uros)

DESPESAS	Despesa Orçada 1	Despesa Comprometida 2	Despesa Faturada 3	Despesa Paga 4	Desvio 5=4-1	Taxa de Execução 6=4/1	Realizada e Não Paga 7=3-4	Compromissos por Pagar 7=3-4
01 Despesa com Pessoal	4 462 390,00	4 252 899,99	4 217 493,40	4 217 493,40	-244 896,60	94,51%	0,00	35 406,59
02 Aquisição de Bens e Serviços Cor	5 386 365,00	4 974 543,34	4 527 960,16	4 277 657,90	-1 108 707,10	79,42%	250 302,26	696 885,44
03 Encargos Correntes de Dívida	77 892,00	41 013,48	41 013,48	41 013,48	-36 878,52	52,65%	0,00	0,00
04 Transferências Correntes	1 121 575,00	1 045 149,83	1 016 208,26	982 439,51	-139 135,49	87,59%	33 768,75	62 710,32
06 Outras Despesas Correntes	217 660,00	195 913,83	195 456,61	194 988,93	-22 671,07	89,58%	467,68	924,90
Despesas Correntes	11 265 882,00	10 509 520,47	9 998 131,91	9 713 593,22	-1 552 288,78	86,22%	284 538,69	795 927,25
07 Aquisição de Bens de Capital	6 268 485,23	5 009 815,05	3 998 485,43	3 992 923,88	-2 275 561,35	63,70%	5 561,55	1 016 891,17
08 Transferências de Capital	1 538 067,00	1 297 544,69	1 272 434,69	1 264 325,69	-273 741,31	82,20%	8 109,00	33 219,00
09 Activos Financeiros	237 208,00	236 208,00	236 208,00	236 208,00	-1 000,00	99,58%	0,00	0,00
10 Passivos Financeiros	1 059 000,00	1 057 397,88	1 057 397,88	1 057 397,88	-1 602,12	99,85%	0,00	0,00
11 Outras Despesas de Capital	139 000,00	117 542,85	107 516,75	107 516,75	-31 483,25	77,35%	0,00	10 026,10
Despesas de Capital	9 241 760,23	7 718 508,47	6 672 042,75	6 658 372,20	-2 583 388,03	72,05%	13 670,55	1 060 136,27
TOTAL GERAL	20 507 642,23	18 228 028,94	16 670 174,66	16 371 965,42	-4 135 676,81	79,83%	298 209,24	1 856 063,52

No ano 2016, a despesa global comprometida, situou-se nos 18.228.028,94€, a despesa faturada em 16.670.174,66€ e a despesa paga em 16.371.965,42€, transitando para o ano seguinte uma dívida de 298.209,24€ e compromissos por pagar no valor de 1.856.063,52€ (irão onerar o orçamento do ano 2017).

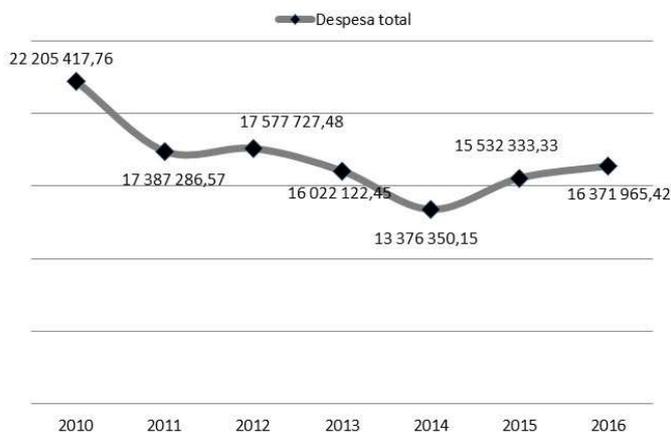
O próximo gráfico evidencia a despesa prevista, realizada e paga assim como o desvio, no que respeita a despesas correntes e de capital.

Gráfico nº 46 - Composição da Despesa 2016- nas suas diferentes fases

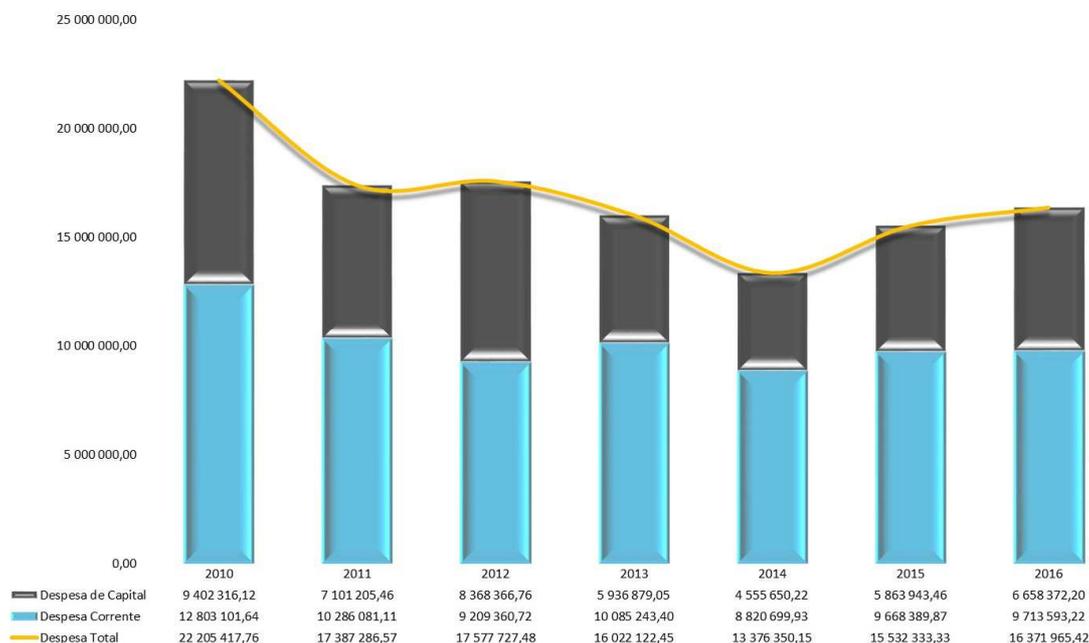


➤ **Evolução da Despesa Global**

Gráfico nº 47- Evolução da Despesa Paga



A Despesa Total aumentou 5,41% face a 2015, influenciado tanto pelo aumento da despesa corrente em (+) 0,47%, bem como com o significativo acréscimo registado ao nível das despesas de capital de (+) 13,55% (ver quadro nº 57)

Gráfico nº48 – Evolução das Despesas 2010-2016

Análise meramente caixa _ Despesa Paga

Numa perspetiva de Pagamentos (esforço financeiro), temos o seguinte quadro comparativo entre os exercícios económicos 2015 e 2016:

Quadro nº 57 - Execução da Despesa Paga 2015-2016

(unid. monetária : Euros)

Capítulos	2015				2016				Variação 2015/2016	Tx de Cresc. to
	Dotada	Executada	Desvio Valor Absoluto	Taxa de Execução	Dotada	Executada	Desvio Valor Absoluto	Taxa de Execução		
Despesas Correntes	11 408 134,46	9 668 389,87	-1 739 744,59	84,75%	11 265 882,00	9 713 593,22	-1 552 288,78	86,22%	45 203,35	0,47%
Despesas com Pessoal	4 484 850,00	4 208 946,93	-275 903,07	93,85%	4 462 390,00	4 217 493,40	-244 896,60	94,51%	8 546,47	0,20%
Aquisição de Bens e Serv Correntes	5 577 524,81	4 368 353,09	-1 209 171,72	78,32%	5 386 365,00	4 277 657,90	-1 108 707,10	79,42%	-90 695,19	-2,08%
Encargos correntes da dívida	109 385,00	84 278,80	-25 106,20	77,05%	77 892,00	41 013,48	-36 878,52	52,65%	-43 265,32	-51,34%
Transferências Correntes	1 097 661,91	943 838,26	-153 823,65	85,99%	1 121 575,00	982 439,51	-139 135,49	87,59%	38 601,25	4,09%
Outras Despesas Correntes	138 712,74	62 972,79	-75 739,95	45,40%	217 660,00	194 988,93	-22 671,07	89,58%	132 016,14	209,64%
Despesas de Capital	9 278 634,29	5 863 943,46	-3 414 690,83	63,20%	9 241 760,23	6 658 372,20	-2 583 388,03	72,05%	794 428,74	13,55%
Aquisição de Bens de Investimento	6 146 775,33	3 132 430,84	-3 014 344,49	50,96%	6 268 485,23	3 992 923,88	-2 275 561,35	63,70%	860 493,04	27,47%
Transferências de Capital	1 132 552,89	920 757,23	-211 795,66	81,30%	1 538 067,00	1 264 325,69	-273 741,31	82,20%	343 568,46	27,17%
Activos Financeiros	286 208,00	107 583,00	-178 625,00	37,59%	237 208,00	236 208,00	-1 000,00	99,58%	128 625,00	n.a.
Passivos Financeiros	1 700 598,07	1 692 049,23	-8 548,84	99,50%	1 059 000,00	1 057 397,88	-1 602,12	99,85%	-634 651,35	-60,02%
Outras Despesas de Capital	12 500,00	11 123,16	-1 376,84	88,99%	139 000,00	107 516,75	-31 483,25	77,35%	96 393,59	n.a.
Total da Despesa	20 686 768,75	15 532 333,33	-5 154 435,42	75,08%	20 507 642,23	16 371 965,42	-4 135 676,81	79,83%	839 632,09	5,41%

Assinala-se um acréscimo, da taxa de execução das despesas orçadas para 2016, de cerca de (+) 4.75 p.p. em relação ao apurado no exercício 2015.

A taxa de execução das despesas correntes conheceu um acréscimo de 1,47 p.p. sendo que a das despesas de capital conheceu um aumento de 8,85 p.p.

O montante pago em 2016 (16.371.965,42€) foi superior ao de 2015 (15.532.333,33€), constatando-se, em 2016, um aumento da despesa global paga no valor de (+) 839.632,09€ (16,12%) relativamente ao registado no ano anterior e atingindo-se um grau de execução de despesas de 79,83%.

Anote-se que, sob o ponto de vista financeiro, o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas de carácter corrente, ao atingirem 59,33% do total geral da despesa paga, onde se destacam os pagamentos imputáveis às rubricas de despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, enquanto o esforço de pagamento das despesas de capital, foi menor, ao assumir 40,67%.

Constata-se que as despesas **correntes** aumentaram 0,47% (em termos absolutos 45.203,35€) e as **despesas de capital** aumentaram 13,55% (em termos absolutos 794.428,74€), em relação aos valores registados no exercício económico anterior.

Análise ao nível mais real _ Despesa Comprometida e Faturada

DESPEZA COMPROMETIDA

Quadro nº 58 - Execução da Despesa Comprometida 2015-2016

(unid. monetária : €uros)

Designação	COMPROMISSOS ASSUMIDOS		Variação 2015/2016	Tx de Crescimento
	2016	2015		
01 Despesa com Pessoal	4 252 899,99	4 225 108,51	27 791,48	0,66%
02 Aquisição Bens e Serviços Correntes:	4 974 543,34	5 156 823,44	-182 280,10	-3,53%
03 Encargos Correntes de Dívida	41 013,48	84 278,80	-43 265,32	-51,34%
04 Transferências Correntes	1 045 149,83	995 157,10	49 992,73	5,02%
06 Outras Despesas Correntes	195 913,83	63 354,49	132 559,34	209,23%
Despesas Correntes	10 509 520,47	10 524 722,34	-15 201,87	-0,14%
07 Aquisição de Bens de Capital	5 009 815,05	3 961 784,53	1 048 030,52	26,45%
08 Transferências de Capital	1 297 544,69	924 239,96	373 304,73	40,39%
09 Activos Financeiros	236 208,00	236 208,00	0,00	n.a.
10 Passivos Financeiros	1 057 397,88	1 692 049,23	-634 651,35	-37,51%
11 Outras Despesas de Capital	117 542,85	11 123,16	106 419,69	n.a.
Despesas de Capital	7 718 508,47	6 825 404,88	893 103,59	13,08%
TOTAL GERAL	18 228 028,94	17 350 127,22	877 901,72	5,06%

O volume de compromissos assumidos em 2016, conheceu um acréscimo relativamente ao registado no ano anterior, tendo a despesa comprometida aumentado 5,06% (877.901,72€) relativamente ao registado no ano 2015, globalizando uma despesa comprometida de 18.228.028,94€.

DESPESA FATURADA

Avaliando a execução orçamental não apenas numa perspetiva de pagamentos, mas complementando com uma análise da despesa faturada, pode-se aferir a verdadeira dinâmica sobre a realização despesa.

Revisitando o quadro nº 59, temos que a taxa de execução da despesa faturada em 2016 atingiu os 81,29%, contra os 77,19% da despesa faturada em 2015.

Quadro nº 59 - Evolução da Despesa faturada e Paga 2015-2016

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	DESPESA 2016 vs 2015									
	2015			2016			Variação 2015/2016 Faturada/Nova	Paga 2016	Não Paga 2016	
	Faturada Total	Faturada Transitada de 2014	Faturada Nova	Faturada Total	Faturada Transitada de 2015	Faturada Nova				
Despesas Correntes	10 075 258,13	576 067,37	9 499 190,76	9 998 131,91	406 868,16	9 591 263,75	92 072,99	9 713 593,22	284 538,69	
Pessoal	4 212 042,03	1 547,44	4 210 494,59	4 217 493,40	3 095,00	4 214 398,40	3 903,81	4 217 493,40	0,00	
Aquisição de Bens e Serviços	4 768 339,15	563 751,48	4 204 587,67	4 527 960,16	399 986,06	4 127 974,10	-76 613,57	4 277 657,90	250 302,26	
Juros e Outros Encargos Financeiro	84 278,80	459,86	83 818,94	41 013,48	0,00	41 013,48	-42 805,46	41 013,48	0,00	
Transferências Correntes	947 557,36	10 134,49	937 422,87	1 016 208,26	3 719,10	1 012 489,16	75 066,29	982 439,51	33 768,75	
Outras Despesas Correntes	63 040,79	174,10	62 866,69	195 456,61	68,00	195 388,61	132 521,92	194 988,93	467,68	
Despesas de Capital	5 893 236,85	22 472,89	5 870 763,96	6 672 042,75	37 827,00	6 634 215,75	763 451,79	6 658 372,20	13 670,55	
Investimentos	3 161 724,23	22 472,89	3 139 251,34	3 998 485,43	37 827,00	3 960 658,43	821 407,09	3 992 923,88	5 561,55	
Transferências de Capital	920 757,23	0,00	920 757,23	1 272 434,69	0,00	1 272 434,69	351 677,46	1 264 325,69	8 109,00	
Activos Financeiros	107 583,00	0,00	107 583,00	236 208,00	0,00	236 208,00	128 625,00	236 208,00	0,00	
Passivos Financeiros	1 692 049,23	0,00	1 692 049,23	1 057 397,88	0,00	1 057 397,88	-634 651,35	1 057 397,88	0,00	
Outras Despesas de Capital	11 123,16	0,00	11 123,16	107 516,75	0,00	107 516,75	96 393,59	107 516,75	0,00	
DESPESAS TOTAIS	15 968 494,98	598 540,26	15 369 954,72	16 670 174,66	444 695,16	16 225 479,50	855 524,78	16 371 965,42	298 209,24	

A despesa total faturada neste exercício económico ascendeu a 16.670.174,66€ €, dos quais 444.695,16€ respeitam a faturação transitada do ano anterior, registando assim, face ao período homólogo, um acréscimo global de (+) 701.679,68€ (+4,4%).

Em termos de despesa paga, o ano económico de 2016 exhibe o montante de 16.371.965,42€, apresentando um acréscimo de (+) 5,41%, em termos absolutos corresponde a (+) 839.632,09€, comparativamente com o ano anterior, revelando uma excelente taxa de execução obtida nos pagamentos (*relação entre despesa paga e despesa faturada*), ao assumir no período em análise 98,2%, apurando-se um total de despesa faturada/realizada por pagar de 298.209,24€, correspondendo a faturação que transita para o exercício económico seguinte.

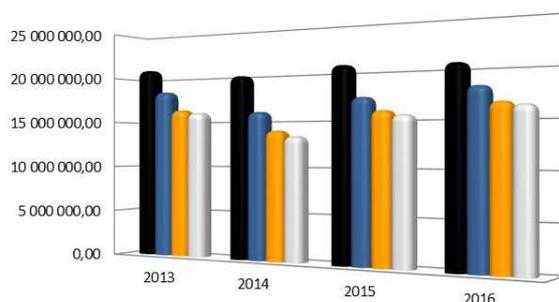
O valor de nova despesa faturada em 2016 é de 16.225.479,50€, observando-se um acréscimo de (+) 5,7%, que em termos absolutos se traduziu num aumento de (+) 855.524,78€.

De notar que, a nova despesa faturada, em termos de despesas correntes, sofreu um acréscimo de (+) 0,97% (92.072,99€), devido fundamentalmente aos acréscimos registados nas rubricas de “Outras Despesas Correntes” e “Transferências Correntes”.

Relativamente às despesas de capital, o acréscimo de (+) 763.451,79€, que em termos percentuais situou-se em (+) 13%, sendo perceptível o contributo de todos agrupamentos neste aumento, exceto do agrupamento “Passivos Financeiros”.

Resumidamente e tendo presente as diferentes óticas e análise da despesa temos a seguinte evolução:

Gráfico nº 49 - Evolução das Despesas nas suas diferentes fases



	2013	2014	2015	2016
■ Despesa Previsional	20 918 854,60	19 934 481,24	20 686 768,75	20 507 642,23
■ Despesa Comprometida	18 392 759,30	16 009 233,08	17 350 127,22	18 228 028,94
■ Despesa Faturada	16 324 033,38	13 974 890,41	15 968 494,98	16 670 174,66
■ Despesa Paga	16 022 122,45	13 376 350,15	15 532 333,33	16 371 965,42

De salientar, quase a junção das linhas representantes da despesa faturada/realizada e da despesa paga, nos anos 2015 e 2016, traduzindo redução de dívida (despesa faturada não paga) transitada para exercícios seguintes.

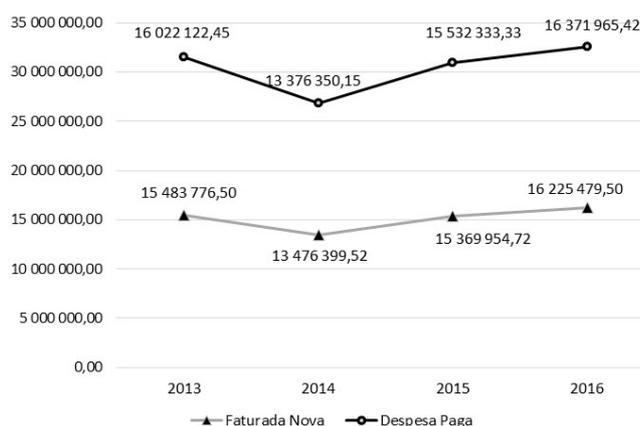
Quadro nº60 - Evolução da Despesa 2013-2016

(unid. monetária : Euros)

Designação	2013	2014	2015	2016
Despesa Prevista (a)	20 918 854,60	19 934 481,24	20 686 768,75	20 507 642,23
Compromissos do Exercício (b)	18 392 759,30	16 009 233,08	17 350 127,22	18 228 028,94
Despesa Realizada por pagar	498 490,79	598 540,26	444 695,16	298 209,24
Despesa Paga do Exercício (c)	15 181 865,57	12 877 859,36	14 933 793,07	15 927 270,26
Despesa Paga por conta do Exercício anterior (d)	840 256,88	498 490,79	598 540,26	444 695,16
Compromissos a pagar em exercícios futuros €	2 370 636,85	2 632 882,93	1 817 793,89	1 856 063,52
Faturado no ano (f)	15 483 776,50	13 476 399,52	15 369 954,72	16 225 479,50
Total faturado no ano (h)	16 324 033,38	13 974 890,41	15 968 494,98	16 670 174,66
Grau de Execução da despesa comprometida (b/a) - %	87,92%	80,31%	83,87%	88,88%
Grau de Execução da despesa paga do faturado(c+d)/h - %	98,15%	95,72%	97,27%	98,21%

Ao analisar a variação da despesa nova faturada e despesa paga, justifica-se uma apreciação da sua evolução, representada no gráfico nº45:

Gráfico nº 50 - Evolução das Despesa Faturada Nova e Despesa Paga



► Desagregação da Despesa Global

O quadro seguinte demonstra com mais detalhe a execução das rubricas orçamentais de despesa:

Quadro nº 61 - Evolução da Despesa por rubricas económicas

(unid. monetária : Euros)

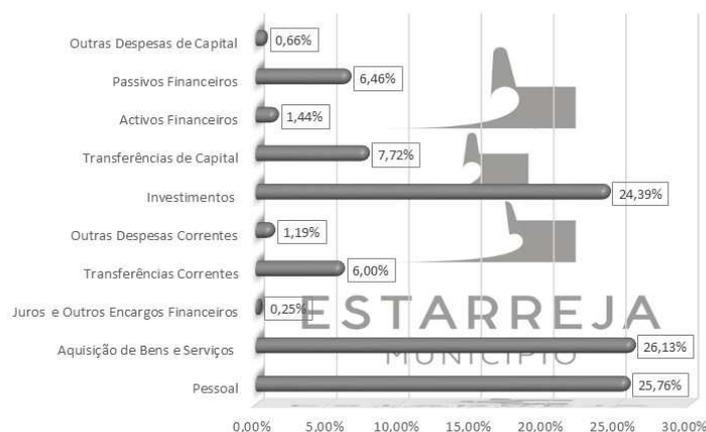
DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL			
Designação	Valor	%/RCor	% TOTAL	Designação	Valor	%/Rcap	% TOTAL
Despesas com Pessoal	4 217 493,40	43,42%	25,76%	Investimentos	3 992 923,88	59,97%	24,39%
Aquisição de Bens e Serviços	4 277 657,90	44,04%	26,13%	Terrenos	588 716,31	8,84%	3,60%
Aquisição de Bens	468 114,59	4,82%	2,86%	Habitações	175 000,00	2,63%	1,07%
Aquisição de Serviços	3 809 543,31	39,22%	23,27%	Edifícios	213 725,34	3,21%	1,31%
Juros e Outros Encargos	41 013,48	0,42%	0,25%	Construções Diversas	54 876,75	0,82%	0,34%
Juros da Dívida Pública	38 066,64	0,39%	0,23%	Equipamento de Transporte	283 607,31	4,26%	1,73%
Juros de Locação Financeira	81,74	0,00%	0,00%	Equipamento Informático	28 986,98	0,44%	0,18%
Outros juros	2 865,10	0,03%	0,02%	Software Informático	11 676,03	0,18%	0,07%
Transferências Correntes	982 439,51	10,11%	6,00%	Equipamento Administrativo	75 894,03	1,14%	0,46%
Administrações públicas	341 675,32	3,52%	2,09%	Equipamento Básico	526 189,21	7,90%	3,21%
Administrações privadas	520 029,85	5,35%	3,18%	Ferramentas e Utensílios	4 984,19	0,07%	0,03%
Famílias	120 734,34	1,24%	0,74%	Artigos e Objectos de Valor	0,00	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	194 988,93	2,01%	1,19%	Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00%	0,00%
				Outros Investimentos	46 587,87	0,70%	0,28%
				Locação Financeira - Mat. Transp	9 907,25	0,15%	0,06%
				Bens de Domínio Público	1 972 772,61	29,63%	12,05%
				Transferências de Capital	1 264 325,69	18,99%	7,72%
				Administrações públicas	773 382,35	11,62%	4,72%
				Administrações privadas	458 975,49	6,89%	2,80%
				Famílias	31 967,85	0,48%	0,20%
				Activos Financeiros	236 208,00	3,55%	1,44%
				Passivos Financeiros	1 057 397,88	15,88%	6,46%
				Amort. Emp. Contraídos a M/L Prazo	1 057 397,88	15,88%	6,46%
				Outras Despesas de Capital	107 516,75	1,61%	0,66%
Totais de Despesas Correntes	9 713 593,22	100,00%	59,33%	Totais de Despesas de Capital	6 658 372,20	100,00%	40,67%
Totais de Despesas			16 371 965,42				

O contributo mais elevado para a totalidade das despesas pagas são as Aquisição de Bens e Serviços Correntes (26,13%) seguindo-se as Despesas com Pessoal (25,76%) e de seguida a Aquisição de Bens de Capital (24,39%).

As transferências correntes e de capital, que têm a ver com participações do Município em investimentos intermunicipais, com transferências para freguesias e para diversas coletividades culturais, desportivas, recreativas e de solidariedade do concelho, continuam a deter um peso significativo na execução orçamental desta autarquia, representando, no ano económico de 2016, 13,72% das Despesas Totais.

Os encargos com a amortização de capital de empréstimos de longo prazo contraídos pela autarquia corresponderam a 15,88% das Despesas de Capital e 6,46% das Despesas Totais.

Gráfico nº 51 – Desagregação Despesa 2016



5.3.3. Análise da Despesas Correntes

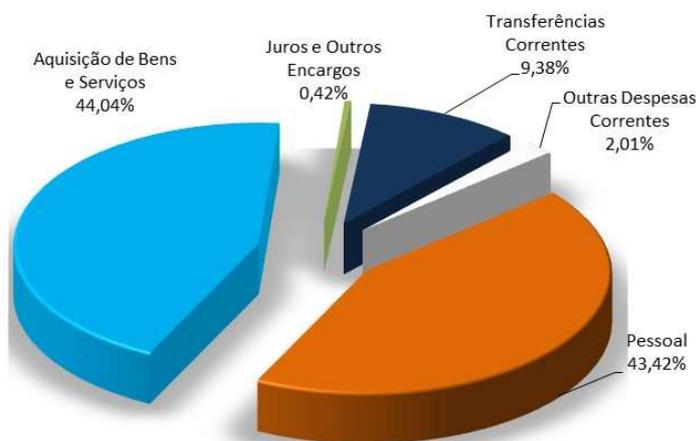
A Despesa Corrente apresenta no período em análise, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

Quadro nº 62 - Evolução das Despesas Correntes

(unid. monetária : €uros)

Descrição	2013	2014	2015	2016						Crescimento	
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Faturado	Execução	Tx Exec	Valor	%
Pessoal	4 494 882,86	4 382 188,70	4 208 946,93	4 462 390,00	4 252 899,99	4 252 899,99	4 217 493,40	4 217 493,40	94,51%	-164 695,30	-3,76%
Aquisição de Bens e Serviços	4 328 156,86	3 347 627,00	4 368 353,09	5 386 365,00	4 992 211,42	4 974 543,34	4 527 960,16	4 277 657,90	79,42%	930 030,90	27,78%
Juros e Outros Encargos	84 843,32	101 900,16	84 278,80	77 892,00	41 013,48	41 013,48	41 013,48	41 013,48	52,65%	-60 886,68	-59,75%
Transferências Correntes	946 387,48	845 355,32	943 838,26	1 121 575,00	1 054 548,41	1 045 149,83	1 016 208,26	982 439,51	87,59%	137 084,19	16,22%
Outras Despesas Correntes	230 972,88	143 628,75	62 972,79	217 660,00	195 913,83	195 913,83	195 456,61	194 988,93	89,58%	51 360,18	35,76%
Total	10 085 243,40	8 820 699,93	9 668 389,87	11 265 882,00	10 536 587,13	10 509 520,47	9 998 131,91	9 713 593,22	86,22%	45 203,35	0,47%

Gráfico nº 52 – Peso de cada uma das rubricas no total das Despesas Correntes (%) -2016



As despesas correntes constituem praticamente as despesas de funcionamento dos serviços que se traduzem na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente, objeto de uma utilização final. Dentro deste tipo de despesas, e ao nível das despesas correntes globais pagas no 2016, a Aquisição de Bens e Serviços assume-se como o grupo de despesas com maior expressão dentro das Despesas Correntes, obtendo um peso de 44,04% seguido de imediato pelas Despesas com Pessoal com 43,42%.

As despesas de funcionamento retratam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pelo organismo municipal, agrupando as despesas com pessoal, com aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, tendo no ano 2016 atingido os 8.940.910,17€, em termos de faturação, correspondendo a nova despesa faturada a 8.537.761,11€, dado ter transitado do ano anterior dívida no valor de 403.149,06€, sendo a grande maioria (98%) das despesas transitadas pertença do agrupamento “Aquisição de Bens e Serviços”.

Quadro nº 63 - Faturação Despesas Correntes -2015/2016

(unid. monetária : €uros)

Capítulos	2015			2016			2016			2016		
	Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada		
	Transitada (a)	Nova (b)	Total (a)+(b)	%Desp Func	%Desp Corrente - DO ANO	%Desp Total	Transitada (d)	Nova (e)	Total (d)+e	%Desp Func	%Desp Corrente - DO ANO	%Desp Total
Pessoal	1 547,44	4 210 494,59	4 212 042,03	49,66%	44,32%	27,39%	3 095,00	4 214 398,40	4 217 493,40	49,36%	43,94%	25,97%
Aquisição de Bens e Serviços	563 751,48	4 204 587,67	4 768 339,15	49,59%	44,26%	27,36%	399 986,06	4 127 974,10	4 527 960,16	48,35%	43,04%	25,44%
Outras Despesas Correntes	125,86	62 866,69	62 992,55	0,74%	0,66%	0,41%	68,00	195 388,61	195 456,61	2,29%	2,04%	1,20%
Despesas de Funcionamento	565 424,78	8 477 948,95	9 043 373,73	100,00%	89,25%	55,16%	403 149,06	8 537 761,11	8 940 910,17	100,00%	89,02%	52,62%
Despesas Correntes	577 220,74	9 499 190,76	10 076 411,50	100,00%	61,80%	61,80%	406 868,16	9 591 263,75	9 998 131,91	100,00%	59,11%	59,11%
Despesas Totais	598 540,26	15 369 954,72	15 968 494,98	100,00%	100,00%	100,00%	444 695,16	16 225 479,50	16 670 174,66	100,00%	100,00%	100,00%

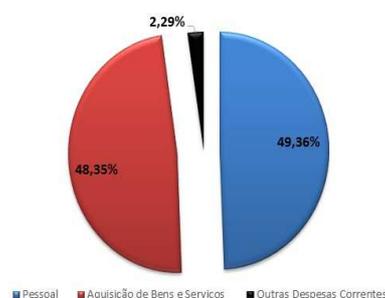
Gráfico nº 53 – Despesas de Funcionamento 2015/2016



No ano de 2016 as despesas de funcionamento, no que respeita à nova despesa faturada, atingiram o montante de 8.940.910,17€, verificando-se um decréscimo de (-) 1,13% em relação ao ano anterior.

Gráfico nº 54 – Peso das Despesas de Funcionamento – ano 2016

Avaliando as despesas de funcionamento no seu cômputo geral, afere-se que neste exercício económico, como já é expectável, a rubrica de despesas com Pessoal constitui a componente mais expressiva dos encargos de funcionamento, representando cerca de 49,36%, e as rubricas de Aquisição de Bens e Serviços representam 48,35%, sendo de salientar o decréscimo registado neste último agrupamento de despesas com dada a diminuição da faturação transitada e diminuição da faturação do próprio ano.



Saliente-se que as despesas de funcionamento espelham um volume bastante significativo de encargos obrigatórios do Município, ao estarem associados às competências que lhe são intrínsecas, motivos que justificam o seu peso muito expressivo, quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa, ao representarem 89,02% e 52,62% respetivamente.

► Despesa com Pessoal

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a de despesas com pessoal, representando cerca de 49,36,% das despesas de funcionamento, 43,42% das despesas correntes em cerca de 25,76 % das despesas totais, em termos da despesa faturada.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros, contratado a termo, em regime de tarefa ou avença e em qualquer outra situação. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda, outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais, despesas de saúde e as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o regime de segurança social dos seus funcionários.

Da apreciação do quadro seguinte, conclui-se que as despesas com pessoal no exercício de 2016 totalizaram 4.217.493,40 €, assinalando um acréscimo de (+) 8.546,47€ face a 2015, (+) 0,20%.

Quadro nº64 - Despesas com Pessoal (2013-2016)

(unid. monetária : €uros)

Descrição	2013	2014	2015	2016	Peso %	Crescimento 2015/2016	
						Valor	%
Membros de Orgãos Autárquicos	143 868,03	122 755,96	121 950,36	128 663,17	2,90%	6 712,81	5,47%
Pessoal do Quadro	2 330 470,30	2 185 091,49	2 159 183,87	2 131 103,74	51,30%	-28 080,13	-1,29%
Pessoal Contratado a Termo	8 169,62	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Pessoal em Regime de Tarefa/ Avença	316 529,71	241 648,80	197 365,26	229 263,06	4,69%	31 897,80	13,20%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	6 566,40	51 048,68	72 968,17	83 477,62	1,73%	10 509,45	20,59%
Subsídio de Refeição	205 239,52	191 979,19	195 416,55	185 787,70	4,64%	-9 628,85	-5,02%
Subsídio de Férias e de Natal	436 824,85	432 114,32	404 569,96	399 153,74	9,61%	-5 416,22	-1,25%
Outras Remunerações	74 656,03	63 992,39	55 456,65	55 228,26	1,32%	-228,39	-0,36%
TOTAL REMUNERAÇÕES CERTAS	3 522 324,46	3 288 630,83	3 206 910,82	3 212 677,29	76,19%	5 766,47	0,18%
Horas Extraordinárias	36 542,79	35 110,75	69 231,25	42 820,33	1,64%	-26 410,92	-75,22%
Abono para falhas	5 785,51	5 676,34	5 513,33	5 095,41	0,13%	-417,92	-7,36%
Outros Abonos	26 863,75	72 397,54	31 176,25	28 376,16	0,74%	-2 800,09	-3,87%
TOTAL ABONOS VARIÁVEIS / EVENTUAIS	69 192,05	113 184,63	105 920,83	76 291,90	2,52%	-29 628,93	-26,18%
Encargos com Saúde (ADSE)	228 662,83	245 015,32	147 680,36	180 175,89	3,51%	32 495,53	13,26%
Caixa Geral de Aposentações	486 055,36	543 086,91	557 531,03	544 040,58	13,25%	-13 490,45	-2,48%
Segurança Social -Reg Geral	127 150,12	140 044,63	143 403,35	139 434,02	3,41%	-3 969,33	-2,83%
Outras Prestações Sociais (*)	40 692,28	32 994,79	28 493,33	35 062,48	0,68%	6 569,15	19,91%
Seguros com Pessoal	20 805,76	19 231,59	19 007,21	29 811,24	0,45%	10 804,03	56,18%
TOTAL CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	903 366,35	980 373,24	896 115,28	928 524,21	21,29%	32 408,93	3,31%
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	4 494 882,86	4 382 188,70	4 208 946,93	4 217 493,40	100,00%	8 546,47	0,20%

Não obstante o impacto financeiro da eliminação progressiva ao longo do ano 2016 (com reversões trimestrais) da redução remuneratória nos termos do artigo 2º da Lei nº159-A/2015 de 30 de dezembro, assistiu-se apenas a um pequeno/insignificante aumento (+ 0,18%) das despesas com remunerações certas e permanentes.

De salientar, o decréscimo registado nas componentes de Abonos Variáveis e Eventuais (-26,18%), particularmente no que se refere às despesas com Horas Extraordinárias (em 2015 por força de Inspeção da IGF na área de Recursos Humanos procedeu-se ajustamento no calculo/pagamento de horas extraordinárias processadas em anos anteriores).

Por forma a termos uma visão da evolução das despesas de pessoal desde 2010, apresenta-se o seguinte gráfico:

Gráfico nº 55 – Evolução das despesas com pessoal nas suas componentes


O grupo mais representativo corresponde a **remunerações certas e permanentes** (vencimento mensal, subsídios de férias e Natal e despesas de representação) dos eleitos locais, funcionários, agentes e prestadores de serviços do município, cabendo-lhes o valor global de 3.212.677,29€. Segue-se o grupo referente a **contribuições e encargos patronais com a segurança social** (subsídios e prestações familiares, assistência na saúde, caixa geral de aposentações, regime geral de segurança social e em termos de seguros com pessoal) que totalizou 928.524,21€. O remanescente, no valor de 76.291,90€,

reflete o conjunto de **abonos variáveis e eventuais**, tais como horas extraordinárias, ajudas de custo, abonos para falhas e senhas de presença da Assembleia e Câmara Municipais.

A rubrica de **Remunerações Certas e Permanentes**, representam 75% das Despesas com Pessoal, evidenciando um acréscimo relativamente ao ano 2015 de (+) 0,18% (5.766,47€), sendo que dentro deste agrupamento temos rubricas com tendências de crescimento diferentes.

Rubricas com acréscimos face a 2015

- » O acréscimo das Despesas com Pessoal em Regime de Contrato de Tarefa e Avença no valor de (+) 31.897,80€;
- » O aumento das Despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação no valor de (+) 10.509,45€;

Rubricas com decréscimos face a 2015

- » A diminuição das Despesas com Pessoal dos Quadros em Regime Contrato Individual de Trabalho no valor de (-) 28.080,13€, em resultado da cessação de funções de trabalhadores de 3 (três) trabalhadores, a que não correspondeu igual número de novas contratações de pessoal, mantendo-se a tendência de decréscimo que se tem verificado nesta rubrica desde 2011. De referir, que desde 2011 se registou um decréscimo de (-) 287.820,41, traduzindo uma redução de despesas com Pessoal do Quadro de ↓12%;
- » A redução dos encargos com Subsídio de Férias e de Natal e Subsídio de Refeição que conjuntamente perfazem (-) 15.045,07€, sequência lógica do referido no ponto anterior.

Os **Abonos Variáveis e Eventuais**, afiguram 2,58% das despesas com pessoal, apresentando em relação ao exercício de 2015, um decréscimo de (-) 26,18% (- 29.628,93€).

A **Segurança Social**, consome 22,37% das Despesas com Pessoal, registando em relação ao exercício de 2015, um aumento de (+) 3,31%, correspondendo em termos absolutos um aumento de (+)32.408,93€, sendo de realçar o aumento com despesas pagas ao nível dos encargos de saúde e aumento de pagamento com seguros de pessoal.

De referir, que pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE2014), mais especificamente no seu artigo 81º, procedeu-se a alteração do artigo 6º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, alterando a taxa de desconto para a Caixa Geral de Aposentação, IP (CGA,IP), por parte das entidades empregadoras da administração pública, de 20% para 23,75%, sendo esta que vigorou a partir de 2015.

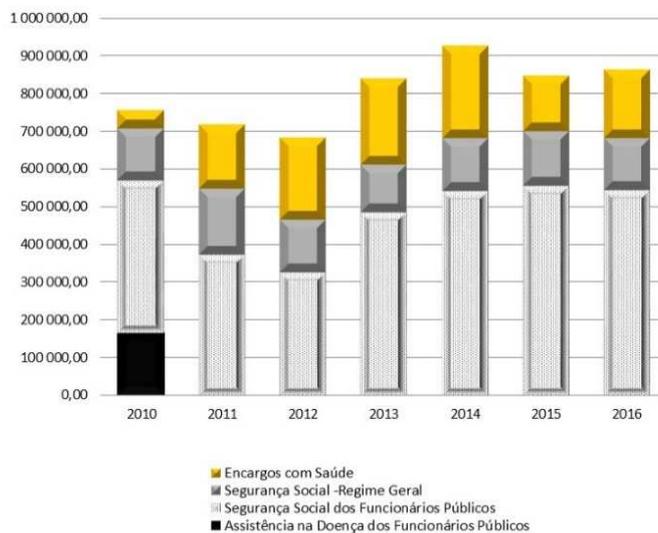
Em termos de encargos com o pessoal suportados pela entidade patronal, os valores apurados encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Quadro nº 65

(unid. monetária : €uros)

Contribuições para a Segurança Social				
Ano	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos	Segurança Social dos Funcionários Públicos	Segurança Social - Regime Geral	Encargos de saúde
2010	167 752,85	403 758,23	137 635,14	49 288,35
2011	0,00	374 999,88	174 380,80	169 818,46
2012	0,00	328 143,42	140 853,77	216 748,85
2013	0,00	486 055,36	127 150,12	228 662,83
2014	0,00	543 086,91	140 044,63	245 015,32
2015	0,00	557 531,03	143 403,35	147 680,36
2016	0,00	544 040,58	139 434,02	180 175,89

Gráfico nº 56– Evolução das Contribuições Sociais



➤ **Aquisição de Bens e Serviços Correntes**

No agrupamento de aquisição de bens e serviços estão registadas as despesas realizadas com a aquisição de bens de consumo, inventariáveis ou não, mas não caracterizáveis como bens de capital, bem como as despesas realizadas com a aquisição de serviços a terceiros.

Face à estrutura apresentada por este agrupamento, primeiro é realizada uma apreciação geral, para posteriormente efetuar-se uma análise mais detalhada de cada uma das suas componentes.

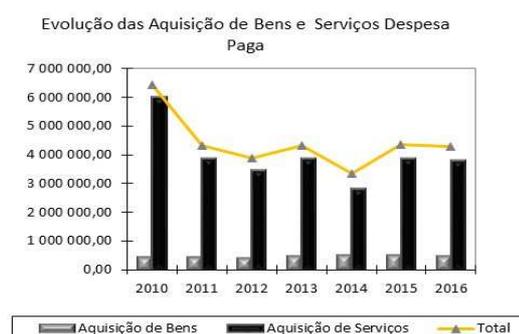
Quadro nº66 – Evolução da Despesa – Aquisição de bens e serviços correntes

Designação	2013	2014	2015	Valor	2016		Peso
					Desvio /Variação	Tx Cresc. 2016/2015	
Despesa Realizada (Facturada)							
Aquisição de Bens	489 304,74	532 898,31	536 494,38	505 508,70	-30 985,68	-5,81%	11,16%
Aquisição de Serviços	3 983 496,83	3 378 480,17	4 231 844,77	4 022 451,46	-209 393,31	-6,20%	88,84%
Total.....	4 472 801,57	3 911 378,48	4 768 339,15	4 527 960,16	-240 378,99	-6,15%	100,00%
Despesas Paga							
Aquisição de Bens	461 163,11	508 190,53	517 673,04	468 114,59	-49 558,45	-9,75%	10,94%
Aquisição de Serviços	3 866 993,75	2 839 436,47	3 850 680,05	3 809 543,31	-41 136,74	-1,45%	89,06%
Total.....	4 328 156,86	3 347 627,00	4 368 353,09	4 277 657,90	-90 695,19	-2,71%	100,00%

A rubrica “Aquisição de bens e serviços”, em termos de despesa total paga representou 44,04% da despesa corrente e 26,13% da despesa total. Os gastos neste âmbito diminuíram cerca 2,71%, em relação a 2015. Neste âmbito, a maior relevância nos gastos foi assumida pela aquisição de serviços. Do montante total pago (4.277.657,90€) e faturado (4.527.960,16€), cerca de 11% corresponderam a despesa em aquisição de bens (combustíveis, gás, matérias primas, material de transporte, etc) e 89% corresponderam a despesa para aquisição de serviços (refeições escolares, AEC's, transportes escolares, segurança e limpeza de edifícios, comunicações, etc.).

Seguidamente apresentam-se alguns quadros e gráficos elucidativos da evolução das despesas faturadas e pagas em aquisição de bens e serviços.

Ao analisar a evolução da despesa realizada e da despesa paga referente a aquisição de bens e serviços nos últimos anos (2010-2016), encontra-se expressa no gráficos seguintes.

Gráficos nº 57 e 58


No ano de 2016, a nova despesa faturada em matéria de Aquisição de Bens e Serviços totalizou o montante de 4.127.974,10€, assumindo um decréscimo de (-) 76.613,57 € em relação ao exercício anterior, (-) 1,8%, e uma taxa de execução da despesa realizada de 84,06% e de pagamentos de 79,42%.

O decréscimo constatado, neste agrupamento de despesa (nova faturação), resulta da variação ocorrida nas suas duas componentes, (-) 4,90% da aquisição de bens e (-) 1,39% da aquisição de serviços, sendo a rubrica dos serviços, com uma redução de (-) 51.514,33 €, que pela sua materialidade mais contribui para o resultado final deste agrupamento.

Quadro nº 67 - Despesas com Aquisição Bens e Serviços (2016)

(unid. monetária : €uros)

Capítulos	2015		2016							Desp Fact Nova			
	Despesa Facturada		Despesa Facturada			Despesa Paga		Taxa de Execução			Peso na nova Despesa Faturada		
	Nova	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total	Desp Paga	Desp Faturada	%Desp Func	%Desp Corrente - DO ANO		%Desp Total	Tx Variação	
(a)	(b)	(c)	(d)	e=(c)+d	(f)	(g)=(f)/(b)	h=e/(b)						
Aquisição de Bens	511 786,60	705 001,00	18 821,34	486 687,36	505 508,70	468 114,59	66,40%	71,70%	5,70%	5,07%	3,00%	-4,90%	
Aquisição de Serviços	3 692 801,07	4 681 364,00	381 164,72	3 641 286,74	4 022 451,46	3 809 543,31	81,38%	85,92%	42,65%	37,96%	22,44%	-1,39%	
Aquisição de Bens e Serviços	4 204 587,67	5 386 365,00	399 986,06	4 127 974,10	4 527 960,16	4 277 657,90	79,42%	84,06%	48,35%	43,04%	25,44%	-1,82%	
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	8 477 948,95	10 066 415,00	403 149,06	8 537 761,11	8 940 910,17	8 690 140,23	86,33%	88,82%	100,00%	89,02%	52,62%	0,71%	
DESPESAS CORRENTES	9 499 190,76	11 265 882,00	406 868,16	9 591 263,75	9 998 131,91	9 713 593,22	86,22%	88,75%		100,00%	59,11%	0,97%	
DESPESAS TOTAIS	15 369 954,72	20 507 642,23	444 695,16	16 225 479,50	16 670 174,66	16 371 965,42	79,83%	81,29%			100,00%	5,57%	

Conforme se depreende da informação contida no Quadro 67, a nova Despesa Faturada de aquisição de bens e serviços representa 48,35% das despesas de funcionamento e 43,04% do total das despesas correntes, destacando-se a rubrica dos serviços com a maior preponderância na totalidade das despesas de funcionamento, ao exibir um peso de 42,65%, contra os 5,70% da rubrica de bens.

Posteriormente apresenta-se uma apreciação individualizada da rubrica dos Bens e dos Serviços, dada a importância destas componentes no cômputo global da despesa faturada nova.

De seguida, apresenta-se uma apreciação com mais detalhe de cada uma das rubricas.

AQUISIÇÃO DE BENS

No ano 2016, a despesa faturada de aquisição de bens totalizou 505.508,70€, tendo sido paga 468.114,59€, sendo que transita para o ano 2017 o valor de 37.394,11€ de despesa não paga.

Em termos de faturação total a despesa de 2016 conheceu um decréscimo de 5,8% (+30.985,68€), no entanto importa análise do comportamento das suas componentes, faturação transitada de exercícios anteriores e despesa faturada no próprio ano (faturação nova). Assim, temos que a despesa transitada de anos anteriores conheceu um decréscimo de (-) 23,82% (- 5.886,44€).

Quadro nº 68 - Aquisição de Bens Correntes

	2015				2016							
	Despesa Faturada			Despesa Paga	Despesa Faturada			Despesa Paga	Variação (fatura nova)	Tx Cresc.	%no Total Aq Bens	Tx de Execução
	Transitada	Nova	Total		Transitada	Nova	Total					
AQUISIÇÃO DE BENS												
Matérias primas e subsidiárias	4 172,83	46 265,51	50 438,34	47 749,10	2 689,24	53 470,20	56 159,44	55 711,10	7 204,69	15,57%	10,99%	99,20%
Combustíveis e Lubrificantes	838,65	178 624,99	179 463,64	178 292,98	1 170,66	151 997,16	153 167,82	140 482,59	-26 627,83	-14,91%	31,23%	91,72%
Gasolina	0,00	9 910,26	9 910,26	9 910,26	0,00	8 239,40	8 239,40	8 239,40	-1 670,86	-16,86%	1,69%	100,00%
Gasóleo	0,00	96 192,98	96 192,98	96 192,98	0,00	81 028,64	81 028,64	81 028,64	-15 164,34	-15,76%	16,65%	100,00%
Outros	838,65	72 521,75	73 360,40	72 189,74	1 170,66	62 729,12	63 899,78	51 214,55	-9 792,63	-13,50%	12,89%	80,15%
Limpeza e Higiene	444,28	11 725,35	12 169,63	11 654,65	514,98	10 055,58	10 570,56	6 850,79	-1 669,77	-14,24%	2,07%	64,81%
Vestuário e Artigos Pessoais	0,00	13 101,24	13 101,24	12 282,55	818,69	19 431,14	20 249,83	11 830,91	6 329,90	48,32%	3,99%	58,42%
Material de Escritório	1 023,46	24 071,86	25 095,32	22 775,72	2 319,60	18 583,46	20 903,06	19 772,18	-5 488,40	-22,80%	3,82%	94,59%
Produtos Químicos e Farmaceuticos	1 047,47	11 595,63	12 643,10	12 219,98	423,12	15 695,78	16 118,90	15 708,94	4 100,15	35,36%	3,23%	97,46%
Material de Transporte - Peças	445,12	12 915,66	13 360,78	11 777,79	1 582,99	15 544,36	17 127,35	14 270,07	2 628,70	20,35%	3,19%	83,32%
Outro material - Peças	298,89	10 211,40	10 510,29	7 843,86	2 666,43	12 128,23	14 794,66	14 442,04	1 916,83	18,77%	2,49%	97,62%
Prémios, Condecorações e Ofertas	9 781,57	119 479,26	129 260,83	126 432,64	2 828,19	121 172,19	124 000,38	117 856,88	1 692,93	1,42%	24,90%	95,05%
Mercadorias para venda	1 199,25	3 610,46	4 809,71	4 809,71	0,00	1 559,41	1 559,41	1 559,41	-2 051,05	-56,81%	0,32%	100,00%
Ferramentas e Utensílios	0,00	2 621,68	2 621,68	2 621,68	0,00	2 973,91	2 973,91	2 973,91	352,23	13,44%	0,61%	100,00%
Livros e Documentação Técnica	0,00	348,54	348,54	326,13	22,41	267,51	289,92	289,92	-81,03	-23,25%	0,05%	100,00%
Artigos Honoríficos e de Decoração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 329,57	2 329,57	2 329,57	2 329,57	n.a.	0,48%	100,00%
Material de Educação, Cultura e Recreio	3 578,68	10 479,85	14 058,53	12 385,32	1 673,21	9 069,00	10 742,21	10 742,21	-1 410,85	-13,46%	1,86%	100,00%
Outros Bens	1 877,58	66 735,17	68 612,75	66 500,93	2 111,82	52 409,86	54 521,68	53 294,07	-14 325,31	-21,47%	10,77%	97,75%
Total	24 707,78	511 786,60	536 494,38	517 673,04	18 821,34	486 687,36	505 508,70	468 114,59	-25 099,24	-4,90%	100,00%	92,60%

Neste exercício económico o valor da nova despesa faturada com a aquisição de bens importou em 486.687,36 € e a despesa paga totalizou 468.114,59€, revelando um decréscimo da nova despesa faturada de (-) 4,90% (-25.099,24€), sendo de assinalar o excelente nível de execução de pagamentos de 92,60%.

A diminuição constatada na nova despesa faturada com a aquisição de bens, no montante de (-) 25.099,24 €, resulta fundamentalmente da diminuição da rubrica *combustíveis e lubrificantes (onde se inclui fornecimento de combustíveis a instalações desportivas e escolares)* que induz o resultado final para uma variação negativa, ao apresentar um decréscimo de (-) 26.627,83 €.

A contribuir também para o cenário de decréscimo deste agrupamento de despesa, temos a diminuição registada nas rubricas de *outros bens* com um decréscimo de (-) 14.325,31€, de *material de escritório* com uma diminuição de (-) 5.488,40€, seguindo-se de outras rubricas com variações mais residuais – como *limpeza e higiene, mercadorias para venda e material de Educação, cultura e Recreio* – que, conjuntamente, contribuíram com (-) 5.131,67 €.

Não comprometendo a tendência decrescente deste agregado económico, destacam-se os acréscimos das rubricas de *produtos químicos e farmacêuticos, outro material – peças, material de transporte-peças, vestuário e artigos pessoais e artigos honoríficos e de decoração*, que no seu conjunto perfazem o montante de (+) 106.815 €.

Outras rubricas dentro do agrupamento aquisição de bens tiveram tendências inversas ao geral da rubrica, sendo de salientar a despesa nova com *vestuário e artigos pessoais* com um acréscimo de (+) 14.975,58€.

A rubrica *combustíveis e lubrificantes* mantém a liderança na hierarquia das mais representativas dentro desta rubrica económica da despesa, tendo absorvido 31,23% da despesa total com aquisição de bens. Em segundo lugar poderemos observar a despesa relativa Prémios, Condecorações e Ofertas que absorveu 24,90% do mesmo universo.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Este agrupamento respeita a despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, acolhendo, designadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, transportes e comunicações, locação de bens, representação municipal, seguros, estudos pareceres e projetos, consultadoria, outros trabalhos especializados e encargos de cobrança de receitas.

Inclui igualmente as despesas com publicidade e os salários de pessoal que, sendo recrutado para trabalhos esporádicos ou sazonais, sem qualquer expectativa de continuidade, não reúne os requisitos para ser considerado pessoal do quadro ou pessoal em qualquer outra situação.

Nesta rubrica são ainda inscritos os pagamentos de emolumentos pelo visto das contas de gerência e contratos e os encargos resultantes de inscrição de funcionários em cursos de especialização e aperfeiçoamento.

No ano 2016, a despesa faturada de aquisição de serviços correntes totalizou 4.022.451,46€, tendo sido paga 3.809.543,31€, sendo que transita para o ano 2017 o valor de 212.908,15€ de despesa não paga.

Quadro nº 69 - Aquisição de Serviços Correntes

	2015				2016				Variação (fatura nova) f=c-a	Tx Cresc. g=[(c-a)/a]	%no Total Aq Bens h=c/Total c	Tx de Execução i=e/d
	Despesa Faturada			Despesa Paga	Despesa Faturada			Despesa Paga				
	Transitada	Nova	Total		Transitada	Nova	Total					
	a			b	c	d=b+c	e					
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS												
Encargos de Instalações	63 219,23	352 493,23	415 712,46	368 044,48	47 667,98	447 520,40	495 188,38	443 036,64	95 027,17	26,96%	12,29%	89,47%
Limpeza e Higiene	16 459,95	55 514,79	71 974,74	64 826,57	7 148,17	70 989,54	78 137,71	65 282,28	15 474,75	27,88%	1,95%	83,55%
Conservação de Bens	13 771,92	126 569,92	140 341,84	132 671,06	7 670,78	120 802,92	128 473,70	113 774,21	-5 767,00	-4,56%	3,32%	88,56%
Locação de Edifícios	0,00	323,46	323,46	162,06	161,40	0,00	161,40	161,40	-323,46	-100,00%	0,00%	100,00%
Locação de Material de Informática	2 350,17	29 826,35	32 176,52	30 212,48	1 964,04	17 605,22	19 569,26	19 569,26	-12 221,13	-40,97%	0,48%	100,00%
Locação de Outros Bens	3 881,88	104 940,78	108 822,66	105 501,66	3 321,00	113 618,26	116 939,26	114 591,68	8 677,48	8,27%	3,12%	97,99%
Comunicações	4 384,70	54 079,69	58 464,39	54 005,13	4 459,26	53 047,07	57 506,33	56 354,57	-1 032,62	-1,91%	1,46%	98,00%
Transportes	3 971,25	211 795,79	215 767,04	210 988,79	4 778,25	199 476,72	204 254,97	200 821,57	-12 319,07	-5,82%	5,48%	98,32%
Representação dos Serviços	0,00	3 849,71	3 849,71	3 849,71	0,00	4 453,45	4 453,45	4 453,45	603,74	n.a.	0,12%	100,00%
Seguros	2 679,49	54 341,66	57 021,15	56 441,05	580,10	42 895,80	43 475,90	43 475,90	-11 445,86	-21,06%	1,18%	100,00%
Deslocações e Estadas	1 862,53	43 800,08	45 662,61	35 636,56	10 026,05	35 098,39	45 124,44	43 540,67	-8 701,69	-19,87%	0,96%	96,49%
Estudos, projectos, pareceres e consultadoria	48 339,00	141 326,16	189 665,16	184 732,86	4 932,30	170 177,11	175 109,41	173 375,11	28 850,95	20,41%	4,67%	99,01%
Formação	0,00	12 315,45	12 315,45	12 315,45	0,00	14 553,65	14 553,65	14 397,65	2 238,20	18,17%	0,40%	98,93%
Publicidade	5 723,91	76 163,72	81 887,63	79 485,94	2 401,69	72 828,97	75 230,66	74 463,20	-3 334,75	-4,38%	2,00%	98,98%
Vigilância e Segurança	1 500,00	27 072,84	28 572,84	26 809,50	1 763,34	34 817,32	36 580,66	31 475,36	7 744,48	28,61%	0,96%	86,04%
Assistência Técnica	14 300,07	96 590,05	110 890,12	97 546,17	13 343,95	86 168,57	99 512,52	80 985,53	-10 421,48	-10,79%	2,37%	81,38%
Outros Trabalhos Especializados	180 062,66	1 487 282,94	1 667 345,60	1 570 366,01	96 979,59	1 367 767,39	1 464 746,98	1 425 437,69	-119 515,55	-8,04%	37,56%	97,32%
Serviços Recolha / Tratamento de RSU	89 963,24	583 942,66	673 905,90	633 286,47	40 619,43	477 962,10	518 581,53	518 581,53	-105 980,56	-18,15%	13,13%	100,00%
Serviços de Alimentação	73 260,26	178 606,49	251 866,75	212 927,32	38 939,43	169 294,90	208 234,33	197 957,75	-9 311,59	-5,21%	4,65%	95,06%
Serviços de Limpeza Urbana	0,00	22 430,93	22 430,93	14 784,18	7 646,75	10 913,67	18 560,42	16 109,19	-11 517,26	-51,35%	0,30%	86,79%
Serviços de Tratamento de Saneamento	0,00	89 595,95	89 595,95	89 595,95	0,00	0,00	0,00	0,00	-89 595,95	-100,00%	0,00%	n.a.
Diversos	16 839,16	612 706,91	629 546,07	619 772,09	9 773,98	709 596,72	719 370,70	692 789,22	96 889,81	15,81%	19,49%	96,30%
Encargos de Cobrança de Receitas	0,00	87 907,54	87 907,54	87 907,54	0,00	90 995,92	90 995,92	90 995,92	3 088,38	3,51%	2,50%	100,00%
Outros Serviços	176 536,94	726 606,91	903 143,85	729 177,03	173 966,82	698 470,04	872 436,86	813 351,22	-28 136,87	-3,87%	19,18%	93,23%
Emolumentos	175,00	30 376,01	30 551,01	30 551,01	0,00	25 254,17	25 254,17	25 106,17	-5 121,84	-16,86%	0,69%	99,41%
Publicações	0,00	6 675,24	6 675,24	6 675,24	0,00	8 977,85	8 977,85	8 596,02	2 302,61	34,49%	0,25%	95,75%
Electricidade - Iluminação Pública	172 067,44	657 244,94	829 312,38	655 413,21	173 899,17	630 974,54	804 873,71	746 991,08	-26 270,40	-4,00%	17,33%	92,81%
Diversos Serviços	4 294,50	32 310,72	36 605,22	36 537,57	67,65	33 263,48	33 331,13	32 657,95	952,76	2,95%	0,91%	97,98%
Total	539 043,70	3 692 801,07	4 231 844,77	3 850 680,05	381 164,72	3 641 286,74	4 022 451,46	3 809 543,31	-51 514,33	-1,39%	100,00%	94,71%

Com comportamento semelhante ao verificado no agrupamento de aquisição de bens correntes, a nova despesa faturada com *aquisição de serviços* ao totalizar 3.641.286,74 €, apresenta no exercício de 2016 um decréscimo de (-) 1,39%, (-) 51.514,33 €, não obstante o aumento evidenciado em algumas das suas componentes, tendo sido acompanhada por um volume de despesa paga de 3.809.543,31 €, o que demonstra o elevado nível de execução de pagamentos de 94,71%.

Subjacente á diminuição constatada nesta rubrica, consoante com a política de contenção na realização da despesa municipal adotada pela autarquia, releva-se a influência exercida pelas variações ocorridas nas rubricas de *outros trabalhos especializados*, com uma variação em termos de despesa faturada nova de (-) 119.515,55 €, dos *outros serviços* com decréscimo de (-) 28.136,87€, da *locação de material de informática* com uma diminuição de faturação nova de (-) 12.221,13€; dos transportes com (-) 12.319,07€; dos *seguros*, com (-) 11.445,86 €; da assistência técnica com (-) 10.421,48€ e da *conservação de bens*, com um decréscimo de (-) 5.767,00€;

Relativamente ao incremento assinalado na faturação dos *encargos de instalações*, encontra-se essencialmente justificado pelo aumento dos custos com o consumo de electricidade e água. No caso da electricidade neste ano de 2016, verificou-se o aumento da própria tarifa, complementado por faturação de alguns locais de consumo de electricidade que não se encontravam faturados desde abril de 2015 e que foram globalmente faturados no ano de 2016 (cerca de 40.000,00€).

O incremento verificado no pagamento da “Iluminação Pública”, decorre do maior esforço do município proceder ao pagamento de faturação deste serviço, sendo que de um ano para outro normalmente transitam cerca de 170.000,00€, verificando que para o ano 2017 apenas transitará 57.882,63€. Apesar do aumento de pagamentos de faturas de “Iluminação Pública” ter ascendido a (+)91.577,87€, o valor de despesa nova faturada diminuiu (-)26.270,40€.

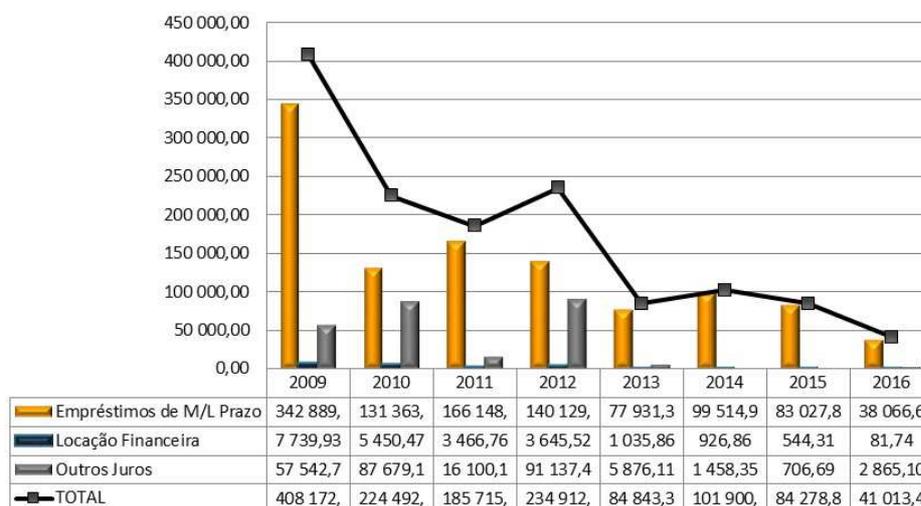
Na linha de tendência de anos anteriores, as rubricas que assumem o maior peso no total da aquisição de serviços são, designadamente:

- ❖ os “Outros Trabalhos Especializados”, com um peso de 37,56%, assumindo o valor de 1.367.767,39€, estando aqui interpostas atividades que se destacam como, o tratamento de resíduos sólidos urbanos, a aquisição de serviços de organização e produção de eventos culturais, desportivos e educativos (AEC’s e CAF’s);
- ❖ a “Iluminação Pública”, que em termos absolutos atingiu a quantia de 630.974,54 €, revelando um peso de cerca de 17,33%;
- ❖ os “Encargos de Instalações”, com o valor de 447.520,40 € e um peso de 12,29%.

➤ Encargos Correntes da Dívida

Os juros suportados correspondem 0,42% das Despesas Correntes e 0,25% das Despesas Totais.

Gráfico nº 59 – Juros e Outros Encargos



Na rubrica Encargos Correntes da Dívida encontram-se, também, contabilizados os juros resultantes do financiamento de algumas aquisições de edifícios, equipamento básico e de transporte através de locação financeira e juros de mora por atrasos em pagamentos a terceiros.

➤ Transferências Correntes

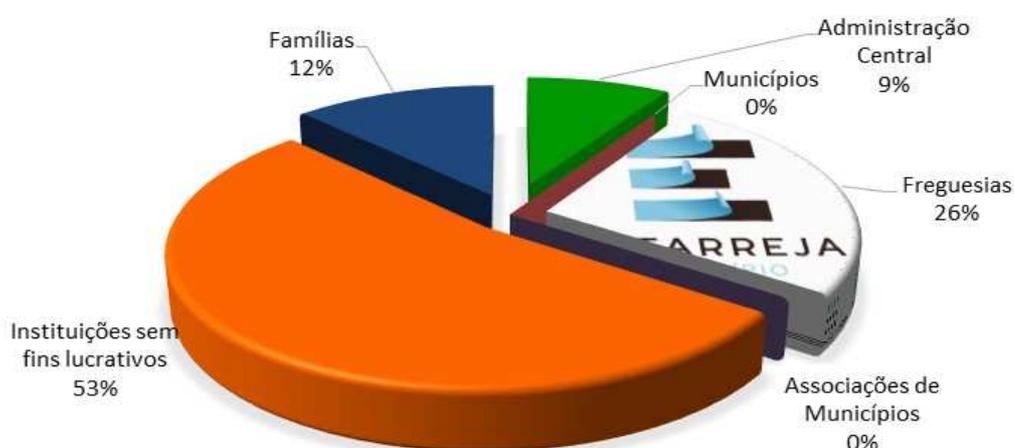
Ao abrigo das suas competências, que se reportam em vários domínios que vão desde a educação, ação social, desporto, património e cultura, o Município conferiu ao longo deste exercício económico determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes, demonstrando um claro intervencionismo no processo de desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar condições de desenvolvimento dos setores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Esta cooperação financeira entre o Município, organismos e entidades representa uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2016 por 6% do total da despesa faturada, revelando o acentuado intervencionismo do Município no processo de desenvolvimento com o objetivo de propiciar condições de incremento aos setores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

No agrupamento das **Transferências Correntes** são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local. Nesta rubrica são registadas os fluxos que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas instituições que desenvolvem atividades com interesse municipal, assim como: transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar. É, também, nesta rubrica que se inscrevem as transferências para as freguesias (no âmbito dos acordos de execução e contratos inter-administrativos celebrados de delegação de competências) e para os agrupamentos escolares e/ou outras entidades com as quais o município tenha celebrado acordos de colaboração no âmbito da educação (refeições escolares, atividades de apoio à família, etc.). O montante total pago a este título ascendeu a 982.439,51€ (+4,09% do que em 2015).

Quadro nº 70 – Transferências Correntes (Despesa)

Designação	2013	2014	2015	2016	variação 2015/2016	Tx Cresc	%Peso
Administração Central	110 698,76	75 660,20	114 181,73	86 292,29	-27 889,44	-24,43%	8,8%
Administração Local	281 267,68	268 906,42	255 083,29	255 383,03	299,74	0,12%	26,0%
Municípios			9 581,61	0,00	-9 581,61	-100,00%	0,0%
Freguesias	216 079,61	231 311,54	235 591,35	255 170,30	19 578,95	8,31%	26,0%
Associações de Municípios	65 188,07	37 594,88	9 910,33	212,73	-9 697,60	-97,85%	0,0%
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,0%
Instituições sem fins lucrativos	489 027,63	429 969,88	489 035,78	520 029,85	30 994,07	6,34%	52,9%
Famílias	65 393,41	70 818,82	85 537,16	120 734,34	35 197,18	41,15%	12,3%
TOTAL	946 387,48	845 355,32	943 837,96	982 439,51	38 601,55	4,09%	100,0%
Variação - valor	190 848,13	-101 032,16	98 482,64	38 601,55			
Variação - %	25,26%	-10,68%	11,65%	4,09%			

Gráfico nº 60 – Desagregação Transferências Correntes


No cômputo geral deste agregado económico o maior peso centra-se nos apoios concedidos às *Instituições Sem Fins Lucrativos* (52,9% e um montante de 520.029,85 €), seguindo-se as verbas transferidas para as *Juntas de Freguesia* (que atingem 255.170,30 €, representando 26,0%) e, por último, as transferências para as *famílias* que, ao totalizarem 120.734,34€, assumem cerca de 12,3% do total deste agregado.

As transferências atribuídas a famílias/particulares dizem respeito, fundamentalmente a auxílios económicos atribuídos às diversas escolas de ensino básico do concelho no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Rede Pré-Escolar e a despesas assumidas pela Câmara na concretização do Programa Ocupacional para Trabalhadores de comprovada Carência Económica.

Finaliza-se a apreciação desta matéria com a apresentação do Quadro nº71, que ilustra a distribuição das *transferências correntes* atribuídos.

Quadro nº 71 – Distribuição Transferências Correntes (Despesa)

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2016
Administração Central	86 292,29
Transferências Agrupamentos de Escolas (Refeições, Despesas de Transportes e c	75 689,52
Viagem férias ativas Verão 2016	990,00
Cativação para a DGAL	5 564,00
Projeto da Agência para a Sustentabilidade e Competitividade - RUCI	4 048,77
Administração Local -FREGUESIAS	255 170,30
Acordo de Execução - Limpeza e Vias Espaços Públicos - Deleg Competências	209 406,10
Acordo de Execução - Manutenção Espaços Verdes - Deleg. Competências	40 564,20
Comparticipação - Passeio de Kaiak pelas ribeiras de Veiros	1 000,00
Contratos Interadministrativos - Polo de Leitura de Pardilhó	4 200,00
Administração Local -ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS	212,73
Comparticipação - Aquisição Equipamentos de Proteção para os Bombeiros - POV	212,73
INSTITUIÇÕES EM FINS LUCRATIVOS	520 029,85
Equipa de Intervenção Permanente /Bombeiros Voluntários Estarreja	27 293,71
Manutenção de Espaços Verdes - Ass.Moradores Urbanização Póvoa Baixo	8 850,00
Projeto EPIS	2 500,00
CEDENCIA DE VIATURAS E APOIO A DESPESAS DE TRANSPORTE	17 590,34
APOIO AO ASSOCIATIVISMO E AGENTES DESPORTIVOS	
Apoio a Eventos Desportivos	
Garcicup - Estarreja Andebol Clube	23 135,00
9ª Maratona Contrato Programa - 043/2016/GRES Trepá Coqueiro de Estarreja	2 295,00
Grande Prémio de Atletismo- Centro Recreativo de Estarreja	7 500,00
3.ª Torneio Internacional Cidade Estarreja - Associação Artística Avanca	1 200,00
2.ª e 3ª Etapas Taça Portugal - Associação de Ciclismo de Aveiro	2 125,00
Campeonato Nacional de Futsal de Séniores Masculinos de 2ª Divisão	2 550,00
PADE - Apoio ao Associativismo Desportivo	169 199,22
Cedência de Infraestruturas Desportivas	20 107,75
Manutenção de Relvados	28 800,00
APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS E RECREATIVAS	
PACE - Apoio ao Associativismo Cultural e Recreativo	49 631,90
Apoio a Eventos Culturais	
Protocolo de Parceria - Carnaval 2016- Associação Carnaval de Estarreja	46 941,86
Protocolo de Parceria - Carnaval 2017- Associação Carnaval de Estarreja	15 000,00
Trofeu Samba- Associação Carnaval de Estarreja	17 000,00
14.º Festival Samba/2016- ACRES Vai Quem Quer	3 500,00
Carnaval Infantil	17 062,00
Festas de Santo António	14 288,00
Festival de Cinema de Avanca- Cine Clube de Avanca	25 000,00
APOIO AÇÃO SOCIAL	12 460,07
APOIO Serviços Sociais e Culturais dos Trabalhadores da CME	6 000,00
FAMÍLIAS	120 734,34
Contrato Emprego Inserção + Estágios Profissionais	75 273,86
Projecto "Estarreja Compartilha"	9 369,45
Programa de Bolsas de Estudo do Ensino Superior	20 750,00
Subsídio de Transporte Escolar	1 004,91
1.ª Edição Apoio Vacinação Infantil - 2016	601,42
1.ª Edição Apoio Arrendamento Habitacional - 2016	9 858,11
Cartão Sénior Municipal	2 706,59
Auxílios Económicos - Material Escolar	1 170,00
TOTAL	982 439,51

> **Outras Despesas Correntes**
Quadro nº 72 – Outras Despesas Correntes

Designação	2013	2014	2015	2016		Tx Cresc
	Valor	Valor	Valor	Valor	%	
Diversas	63 422,38	40 359,30	11 506,26	30 549,09	15,67%	165,50%
Impostos e Taxas	63 422,38	40 359,30	11 506,26	30 549,09	15,67%	165,50%
Outras	167 550,50	103 269,45	51 466,53	164 439,84	84,33%	219,51%
Restituições	151 380,87	98 316,22	16 383,85	50 781,88	26,04%	209,95%
IVA Pago	0,00	0,00	0,00	75 692,65	38,82%	n.a.
Serviços Bancários	11 881,12	2 491,92	2 106,63	2 352,75	1,21%	11,68%
Quotizações			29 548,00	29 289,35	15,02%	-0,88%
Diversas	4 288,51	2 461,31	3 428,05	6 323,21	3,24%	84,46%
TOTAL.....	230 972,88	143 628,75	62 972,79	194 988,93	100,00%	209,64%

O total de despesas consideradas como residuais, não classificáveis nas outras rubricas económicas, ascendeu no exercício de 2016 aos 194.988,93€. No ano económico de 2016, denota-se um acréscimo relevante desta rubrica económica de despesas, na ordem dos 209,64%, correspondendo a um aumento de 132.016,14€.

Inerente ao forte incremento constatado nesta rubrica, releva-se a influência exercida pelas variações ocorridas nas diferentes componentes da mesma, destacando a rubrica *IVA pago* (+ 75.692,65€) onde se engloba o apuramento regularizações e correções de IVA a pagar no montante de **29.092,31€** (correção à dedução de IVA realizada pelo ME relativamente aos exercícios de 2010, 2011 e 2012 referente a IVA indevidamente deduzido), decorrente da realização de uma ação/visita inspetiva por parte de técnicos dos Serviços de Inspeção Tributária com a finalidade de verificação do cumprimento das correspondentes obrigações tributárias tendo como âmbito as regularizações de IVA a favor do Município efetuadas nas declarações periódicas (campo 40) do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) de novembro e dezembro 2012, referentes ao IVA dos exercícios económicos atrás referenciados.

Relativamente ao incremento registado na rubrica *imposta e taxas* (+19.042,83), é de salientar o aumento com pagamento de taxas de justiça associados a processos judiciais em curso.

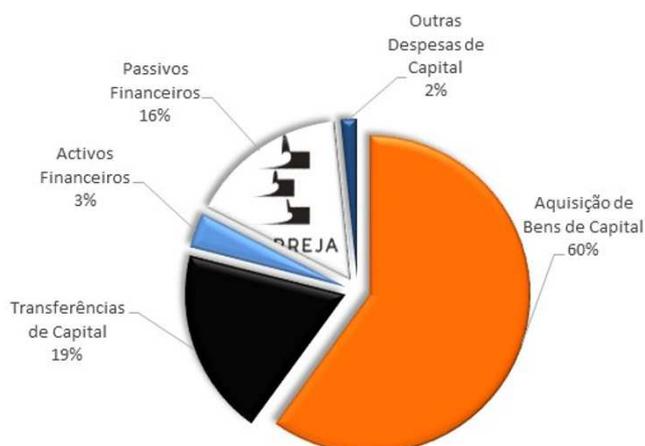
O valor das restituições (+ 34.398,03€) conheceu igualmente um significativo aumento de corrente de restituições associadas a impostos municipais processados no ano 2016, essencialmente relacionados com a cobrança do imposto Municipal de Imóveis (IMI).

5.3.4. Análise da Despesas de Capital

As despesas de capital pagas totalizam 6.658.372,20€, registando-se um desvio positivo relevante, em termos absolutos, de 794.428,74€ em relação ao ano anterior, traduzindo um acréscimo de 13,55%.

A repartição das despesas de capital efetuada pelo município, no ano 2016, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:

Gráfico nº 61 – Desagregação das Despesas de Capital (2016)



A Despesa de Capital apresenta no período em análise, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

Quadro nº 73 – Evolução das Despesas de Capital

(unidade monetária : €uros)

Descrição	2013	2014	2015	2016					Tx Exec	Crescimento	
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Faturado	Execução		Valor	%
Aquisição de Bens de Capital	4 194 287,65	2 744 606,41	3 132 430,84	6 268 485,23	5 230 908,37	5 009 815,05	3 998 485,43	3 992 923,88	63,70%	860 493,04	27,47%
Transferências de Capital	457 536,15	627 206,85	920 757,23	1 538 067,00	1 326 544,69	1 297 544,69	1 272 434,69	1 264 325,69	82,20%	343 568,46	37,31%
Activos Financeiros	0,00	0,00	107 583,00	237 208,00	236 208,00	236 208,00	236 208,00	236 208,00	99,58%	128 625,00	n.a.
Passivos Financeiros	1 184 604,86	1 183 836,96	1 692 049,23	1 059 000,00	1 057 397,88	1 057 397,88	1 057 397,88	1 057 397,88	99,85%	-634 651,35	-37,51%
Outras Despesas de Capital	100 450,39	0,00	11 123,16	139 000,00	117 542,85	117 542,85	107 516,75	107 516,75	77,35%	96 393,59	n.a.
TOTAL	5 936 879,05	4 555 650,22	5 863 943,46	9 241 760,23	7 968 601,79	7 718 508,47	6 672 042,75	6 658 372,20	72,05%	794 428,74	13,55%

► Investimento Global

O investimento global do município é caracterizado nas suas diferentes vertentes pelo Investimento Direto, Transferências de Capital (Investimento Indireto) e Ativos Financeiros.

Nas despesas de investimento incluem-se os projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos, refletindo investimentos diretos do Município, e as transferências para investimentos de outras administrações (freguesias, IPSS e outras associações)

No próximo quadro podemos observar a desagregação do investimento global e a sua evolução nos últimos 4 anos, assim como o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

Quadro nº 74- Evolução Investimento Global- Pago

(unidade monetária : €uros)

Capítulos	2013	2014	2015	2016	% Desp Total	Tx Cresc
Aquisição de Bens de Capital	4 194 287,65	2 744 606,41	3 132 430,84	3 992 923,88	72,69%	27,47%
Transferências de Capital	457 536,15	627 206,85	920 757,23	1 264 325,69	23,02%	37,31%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	107 583,00	236 208,00	4,30%	119,56%
TOTAL	4 651 823,80	3 371 813,26	4 160 771,07	5 493 457,57	100,00%	32,03%

Quadro nº 75 - Evolução Investimento Global- Faturado

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2013	2014	2015	2016	%Desp Total	Tx Cresc
Aquisição de Bens de Capital	4 358 027,66	2 767 079,30	3 161 724,23	3 998 485,43	72,61%	26,47%
Transferências de Capital	457 536,15	627 206,85	920 757,23	1 272 434,69	23,11%	38,19%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	107 583,00	236 208,00	4,29%	119,56%
TOTAL	4 815 563,81	3 394 286,15	4 190 064,46	5 507 128,12	100,00%	31,43%

As despesas de investimento, na vertente de pagamentos, totalizaram, no ano 2016, um valor de 5.493.457,57€, apresentando uma variação de +32,03% (1.322.686,50€), relativamente ao período homólogo anterior. O índice de realização deste tipo de despesas está normalmente correlacionado com a angariação de participações financeiras externas. Para a estrutura global da despesa, as despesas de investimento representam 33,55%.

Numa perspetiva de despesa realizada/faturada as despesas de investimento totalizaram, no ano 2016, 5.507.128,12€, transitando para o ano 2017, faturas no valor de apenas 13.670,55€. Relativamente ao exercício económico anterior assistiu-se um aumento de 31,43% nas despesas de investimento faturadas.

N gráfico seguinte, procura-se demonstrar a evolução das rubricas mencionadas nos últimos 4 anos ao nível do investimento.

Gráfico nº 62 – Evolução do Investimento Global

Quadro nº 76 – Investimento Global

(unidade monetária : Euros)

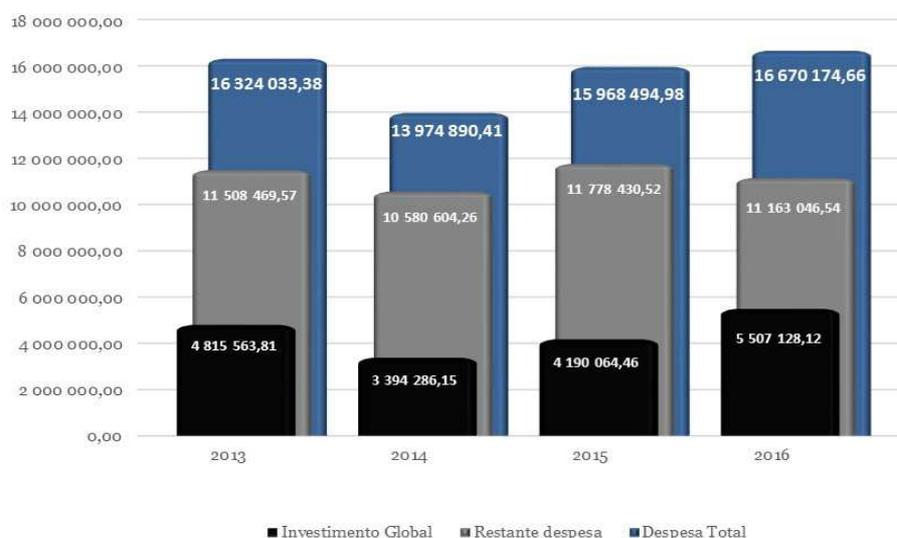
Capítulos	2015						2016					
	Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada			Peso na nova Despesa Faturada		
	Transitada (a)	Nova (b)	Total (a)+(b)	%Invest Global	%Desp Corrente - DO ANO	%Desp Total	Transitada (d)	Nova (e)	Total (d)+e	%Invest Global	%Desp Corrente - DO ANO	%Desp Total
Aquisição de Bens de Capital	22 472,89	3 139 251,34	3 161 724,23	75,33%	75,33%	20,42%	37 827,00	3 960 658,43	3 998 485,43	75,52%	72,42%	24,41%
Transferências de Capital	0,00	920 757,23	920 757,23	22,09%	22,09%	5,99%	0,00	1 272 434,69	1 272 434,69	24,26%	23,27%	7,84%
Activos Financeiros	0,00	107 583,00	107 583,00	2,58%	2,58%	0,70%	0,00	236 208,00	236 208,00	4,50%	4,32%	1,46%
Investimento Global	22 472,89	4 167 591,57	4 190 064,46	100,00%	100,00%	27,12%	37 827,00	5 244 216,28	5 282 043,28	100,00%	95,88%	32,32%
Despesas de Capital	22 472,89	4 167 591,57	4 190 064,46		100,00%	27,12%	37 827,00	5 469 301,12	5 507 128,12		100,00%	33,71%
Despesas Totais	598 540,26	15 369 954,72	15 968 494,98				444 695,16	16 225 479,50	16 670 174,66			100,00%

O Investimento Global que em 2016 comportou 32,32% do total da despesa nova faturada atingiu um valor de 5.244.216,28 €, refletindo um aumento de (+) 26,02% - ↑ 1.076.624,71€, essencialmente influenciado pela variação registada na aquisição de bens de capital (+) 26,17%, traduzindo um aumento em termos absolutos de 821.407,09€. No que toca a rubrica transferências de capital, segunda maior componente do investimento global, observa-se um aumento de 38,19% (+351.677,46€).

O investimento em Ativos Financeiros, incorpora a realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal (FAM) do ano 2016 no valor de 107.583,00 €, e o aumento de capital na SIMRIA no valor de 128.625,00€.

Os gráficos seguintes apresentam a evolução destas componentes nos últimos 4 exercícios:

Gráfico nº 63 – Investimento Global

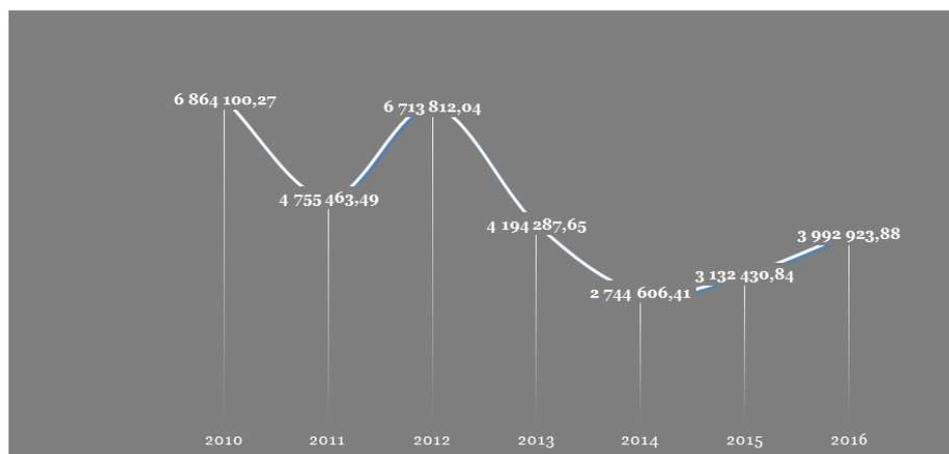


INVESTIMENTO DIRETO

Com o objetivo de aumentar o capital fixo, quer por meio de aquisição a terceiros, quer por produção própria, é realizado investimento direto que engloba a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade.

Este tipo de investimento totalizou, em 2016, valores em termos de pagamento de 3.992.923,88€, traduzindo-se num acréscimo de 27,47% e apresentando uma taxa de execução de 63,70%.

Gráfico nº 64 – Evolução das Despesas com Investimento Direto



No entanto, as despesas de Investimento Direto continuam a ocupar um lugar de destaque no cômputo geral dos gastos realizados, representando 60% das Despesas de Capital e 24,39% das Despesas Totais.

Quadro nº 77 – Estrutura do Investimento

Designação	2015		2016				Taxa de Execução			Taxa de Variação		
	Despesa Realizada (a)	Pago (b)	Dotações Finais (c)	Fact transitada (d)	Facturação Nova (e)	Faturada Total	Pago (f)	Faturada [(d)+(e)]/(c)	f(i)/[(d)+(e)]	Pago (f)/(c)	Pago	Facturado
TERRENOS	550 536,90	550 536,90	759 892,23	0,00	588 716,31	588 716,31	588 716,31	77,47%	100,00%	77,47%	6,93%	6,93%
HABITAÇÕES	0,00	0,00	187 500,00	0,00	175 000,00	175 000,00	175 000,00	93,33%	n.a.	93,33%	n.a.	n.a.
EDIFÍCIOS	801 664,11	801 664,11	469 700,00	0,00	213 725,34	213 725,34	213 725,34	45,50%	100,00%	45,50%	-73,34%	-73,34%
CONSTRUÇÕES DIVERSAS	95 568,21	95 568,21	180 700,00	8 533,61	46 343,14	54 876,75	54 876,75	30,37%	100,00%	30,37%	-42,58%	-42,58%
MATERIAL DE TRANSPORTE	22 584,26	22 584,26	286 600,00	0,00	283 607,31	283 607,31	283 607,31	98,96%	100,00%	98,96%	1155,77%	1155,77%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	52 516,90	52 212,47	56 215,00	304,43	28 682,55	28 986,98	28 986,98	51,56%	100,00%	51,56%	-44,48%	-44,80%
SOFTWARE INFORMÁTICO	25 198,16	25 198,16	39 000,00	0,00	11 676,03	11 676,03	11 676,03	29,94%	100,00%	29,94%	-53,66%	-53,66%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	44 583,22	24 988,11	145 900,00	19 595,11	56 730,39	76 325,50	75 894,03	52,31%	99,43%	52,02%	203,72%	71,20%
EQUIPAMENTO BÁSICO	247 765,23	243 593,71	650 200,00	4 171,52	527 147,77	531 319,29	526 189,21	81,72%	99,03%	80,93%	116,01%	114,44%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	140,00	140,00	10 500,00	0,00	4 984,19	4 984,19	4 984,19	47,47%	100,00%	47,47%	3460,14%	3460,14%
ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	0,00	0,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	n.a.	0,00%	0,00%	0,00%
INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	0,00	0,00	18 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	n.a.	0,00%	n.a.	n.a.
OUTROS INVESTIMENTOS	13 390,13	12 694,20	89 200,00	695,93	45 891,94	46 587,87	46 587,87	52,23%	100,00%	52,23%	267,00%	247,93%
LOCAÇÃO FINANCEIRA	19 250,93	19 250,93	10 500,00	0,00	9 907,25	9 907,25	9 907,25	94,35%	100,00%	94,35%	-48,54%	-48,54%
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1 288 526,18	1 283 999,78	3 361 578,00	4 526,40	1 968 246,21	1 972 772,61	1 972 772,61	58,69%	100,00%	58,69%	53,64%	53,10%
TOTAL.....	3 161 724,23	3 132 430,84	6 268 485,23	37 827,00	3 960 658,43	3 998 485,43	3 992 923,88	63,79%	99,86%	63,70%	27,47%	26,47%

► Transferências de Capital

A atribuição de verbas, pertencentes ao rendimento de capital do município, a outras entidades, sem qualquer contrapartida, totalizou 1.264.325,69€, traduzindo um aumento de 37,31% (343.568,46€), em relação ao verificado no anterior exercício económico.

Quadro nº 78 – Transferências de Capital (Despesa)

Designação	2013	2014	2015	2016		Variação	
				valor	Peso%	valor	%
Administrações públicas	209 168,91	253 533,93	483 679,57	773 382,35	61,17%	289 702,78	59,90%
Fundos e serviços autónomos	0,00	0,00	5 000,00	0,00	0,00%	-5 000,00	-100,00%
Administração autárquica	209 168,91	253 533,93	478 679,57	773 382,35	61,17%	294 702,78	61,57%
Administrações privadas	248 367,24	373 672,92	437 077,66	490 943,34	38,83%	53 865,68	12,32%
Instituições particulares	219 907,24	335 672,92	412 129,39	458 975,49	36,30%	46 846,10	11,37%
Famílias	28 460,00	38 000,00	24 948,27	31 967,85	2,53%	7 019,58	28,14%
TOTAL.....	457 536,15	627 206,85	920 757,23	1 264 325,69	100,00%	343 568,46	37,31%

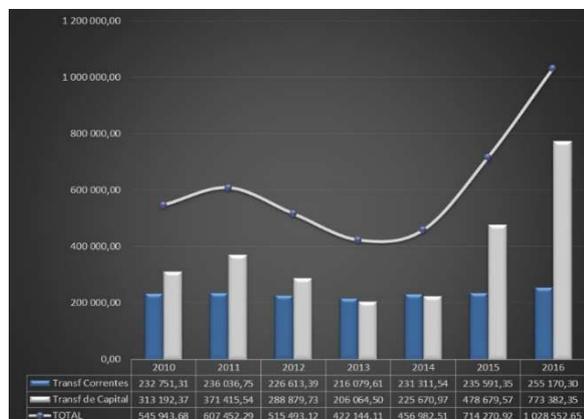
O valor registado na rubrica Transferências de Capital – Administração Autárquica encontra-se subdividido em Freguesias cujas transferências ascenderam a 773.089,35€.

Na sub-rubrica “Famílias”, registaram-se as comparticipações financeiras atribuídas pelo município a familiares no âmbito do Programa Casa Melhor, que tem por objetivo melhorar as condições de habitação das famílias mais carenciadas.

ANALISE GLOBAL _TRANSFERÊNCIAS/FREGUESIAS

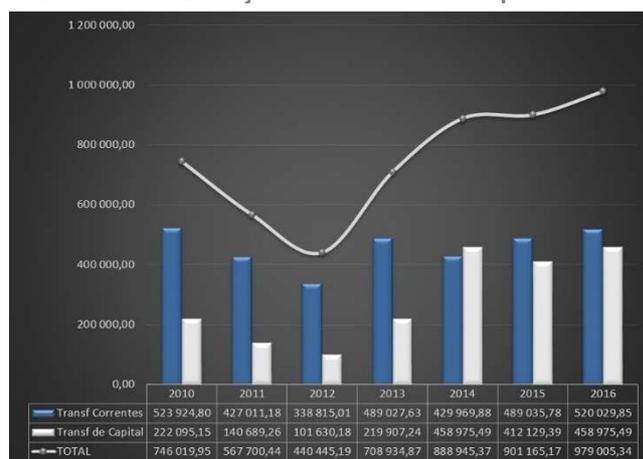
Gráfico nº 65 – Evolução das Transferências para as Freguesias (Correntes e Capital)

Do montante total das transferências (correntes e capital – 2.246.765,20€), cerca de 45,78% (1.028.552,65€) destinaram-se a transferências para as freguesias, no âmbito dos acordos de execução e contratos inter-administrativos celebrados de delegação de competências.



ANALISE GLOBAL _TRANSFERÊNCIAS/INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Gráfico nº 66 – Evolução das Transferências para ISFins Lucrativos (Correntes e Capital)

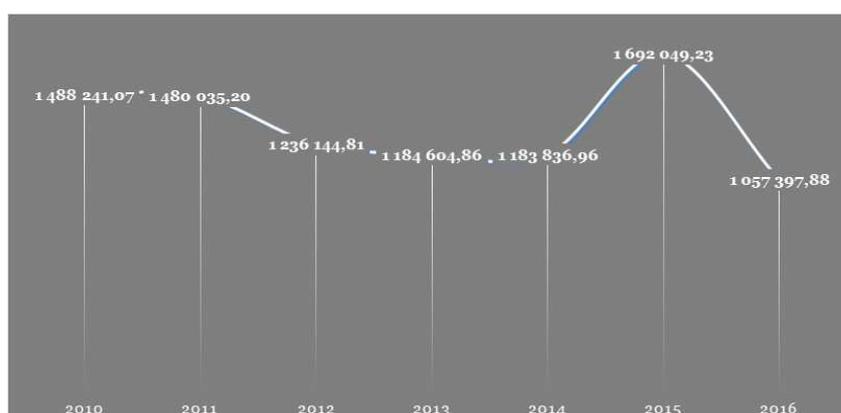


Do montante total das transferências (correntes e capital – 2.246.765,20€), cerca de 43,57% (979.005,34€) destinaram-se Instituições Sem Fins Lucrativos, nas quais se incluem as associações apoiadas no âmbito dos diversos Programas de Apoio ao Associativismo. Os apoios concedidos a título de transferências resultam de uma política de intervenção municipal com objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento cultural, desportivo e social.

➤ **Passivos Financeiros**

Durante o ano económico de 2016, os encargos suportados com o reembolso de capital de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela autarquia junto de Instituições de Crédito totalizou 1.057.397,88€.

Gráfico nº 67 – Evolução dos Passivos financeiros



5.3.5. **Análise da Despesa na Ótica das Grandes Opções do Plano**

A Grandes Opções do Plano traduz-se num instrumento político, corporizando uma sistematização de objetivos e de programas coordenados de ação para os concretizar.

As Grandes Opções do Plano integram a estrutura do planeamento económico e social do Município, e fundamentam a orientação estratégica da política de desenvolvimento económica e social, suportada em dois documentos distintos, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais (PAM).

O **Plano Plurianual de Investimentos**, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações, que implicam despesas de investimento, a realizar no âmbito dos objetivos da autarquia local e explicita a respetiva previsão de despesa.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas – “**Execução do Plano Plurianual de Investimentos**”, apresentando a execução deste documento previsional no ano de 2016, destacando o nível de execução financeira anual e global.

O nível de execução financeira (em termos de pagamentos efetuados) do PPI, no exercício económico de 2016, é de 71,97%.

O **Plano de Atividades Municipais**, inclui projetos e ações de índole corrente a realizar durante um dado ano.

A execução do PAM, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas - “**Execução do Plano de Atividades Municipais**”, apresentando em 2016 uma execução de 86,11%.

Resumidamente, a execução das Grandes Opções do Plano de 2016, em termos da classificação funcional, é apresentada nos quadros seguintes.

Quadro nº 79 – Execução do PPI 2016

(unidade monetária : Euros)

		PPI 2016								
Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado		Exec. Financeira Anual (%)	Exec. Financeira Global (%)		
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano			Total	
1	FUNÇÕES GERAIS	768 360,00	823 500,00	1 591 860,00	513 841,80	588 866,78	1 102 708,58	76,64%	52,37%	
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	754 060,00	823 500,00	1 577 560,00	513 841,80	580 681,72	1 094 523,52	77,01%	52,33%	
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	754 060,00	823 500,00	1 577 560,00	513 841,80	580 681,72	1 094 523,52	77,01%	52,33%	
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	14 300,00	0,00	14 300,00	0,00	8 185,06	8 185,06	57,24%	57,24%	
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	14 300,00	0,00	14 300,00	0,00	8 185,06	8 185,06	57,24%	57,24%	
2	FUNÇÕES SOCIAIS	2 787 397,00	8 410 746,00	11 198 143,00	2 834 629,55	2 007 345,83	4 841 975,38	72,02%	34,50%	
2.1.	Educação	47 865,00	2 015 500,00	2 063 365,00	15 518,81	31 956,20	47 475,01	66,76%	2,28%	
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	47 865,00	2 015 500,00	2 063 365,00	15 518,81	31 956,20	47 475,01	66,76%	2,28%	
2.2.	Saúde	54 500,00	50 000,00	104 500,00	100 000,00	50 000,00	150 000,00	91,74%	73,35%	
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	54 500,00	50 000,00	104 500,00	100 000,00	50 000,00	150 000,00	91,74%	73,35%	
2.3.	Segurança e Acção Sociais	88 767,00	62 546,00	151 313,00	142 175,85	65 511,50	207 687,35	73,80%	70,76%	
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	88 767,00	62 546,00	151 313,00	142 175,85	65 511,50	207 687,35	73,80%	70,76%	
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	1 600 675,00	4 024 200,00	5 624 875,00	1 187 711,38	1 163 582,65	2 351 294,03	72,69%	34,51%	
2.4.1.	HABITAÇÃO	124 500,00	463 200,00	587 700,00	96 948,56	62 006,17	158 954,73	49,80%	23,22%	
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	366 550,00	1 898 500,00	2 265 050,00	489 318,40	224 227,74	713 546,14	61,17%	25,91%	
2.4.3.	SANEAMENTO	45 700,00	83 500,00	129 200,00	85 961,63	36 408,09	122 369,72	79,67%	56,87%	
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	128 625,00	0,00	128 625,00	0,00	128 625,00	128 625,00	100,00%	100,00%	
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	195 600,00	870 000,00	1 065 600,00	14 483,25	182 655,00	197 138,25	93,38%	18,25%	
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	739 700,00	709 000,00	1 448 700,00	500 999,54	529 660,65	1 030 660,19	71,60%	52,86%	
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	995 590,00	2 258 500,00	3 254 090,00	1 389 223,51	696 295,48	2 085 518,99	69,94%	44,91%	
2.5.1.	CULTURA	250 590,00	1 132 500,00	1 383 090,00	611 637,12	181 592,39	793 229,51	72,47%	39,77%	
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	720 000,00	1 126 000,00	1 846 000,00	777 586,39	510 300,88	1 287 887,27	70,88%	49,09%	
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	25 000,00	0,00	25 000,00	0,00	4 402,21	4 402,21	17,61%	17,61%	
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	4 380 420,23	19 044 500,00	23 424 920,23	3 129 810,18	2 789 661,96	5 919 472,14	63,68%	22,29%	
3.2.	Indústria e Energia	1 211 292,23	7 980 000,00	9 191 292,23	1 480 053,27	949 724,07	2 429 777,34	78,41%	22,77%	
3.2.1.	INDÚSTRIA	1 138 292,23	7 890 000,00	9 028 292,23	1 465 409,88	937 445,78	2 402 855,66	82,36%	22,90%	
3.2.2.	ENERGIA	73 000,00	90 000,00	163 000,00	14 643,39	12 278,29	26 921,68	16,82%	15,15%	
3.3.	Transportes e Comunicações	2 236 628,00	9 379 500,00	11 616 128,00	1 603 552,46	1 475 809,96	3 079 362,42	65,98%	23,29%	
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2 236 628,00	9 379 500,00	11 616 128,00	1 603 552,46	1 475 809,96	3 079 362,42	65,98%	23,29%	
3.4.	Comércio e Turismo	932 500,00	1 685 000,00	2 617 500,00	46 204,45	364 127,93	410 332,38	39,05%	15,40%	
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	932 500,00	1 685 000,00	2 617 500,00	46 204,45	364 127,93	410 332,38	39,05%	15,40%	
4	OUTRAS FUNÇÕES	1 166 583,00	3 795 498,00	4 962 081,00	1 799 632,23	1 164 980,88	2 964 613,11	99,86%	43,84%	
4.1.	Operações de Dívida Autárquica	1 166 583,00	3 795 498,00	4 962 081,00	1 799 632,23	1 164 980,88	2 964 613,11	99,86%	43,84%	
4.1.2.	PASSIVOS FINANCIEROS	1 059 000,00	3 150 000,00	4 209 000,00	1 692 049,23	1 057 397,88	2 749 447,11	1,00%	46,59%	
4.1.3.	ATIVOS FINANCIEROS	107 583,00	645 498,00	753 081,00	107 583,00	107 583,00	215 166,00	1,00%	25,00%	
TOTAL		9 102 760,23	32 074 244,00	41 177 004,23	8 277 913,76	6 550 855,45	14 828 769,21	71,97%	29,98%	

Quadro nº 80 – Execução do PAM 2016

(unidade monetária : Euros)

		PAM 2016								
Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado		Exec. Financeira Anual (%)	Exec. Financeira Global (%)		
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano			Total	
1	FUNÇÕES GERAIS	6 626 634,00	19 011 990,00	25 638 624,00	2 409 306,00	5 845 799,72	8 255 105,72	88,22%	29,43%	
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	6 543 834,00	18 727 740,00	25 271 574,00	2 290 236,38	5 789 671,88	8 079 908,26	88,48%	29,32%	
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	6 543 834,00	18 727 740,00	25 271 574,00	2 290 236,38	5 789 671,88	8 079 908,26	88,48%	29,32%	
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	82 800,00	284 250,00	367 050,00	119 069,62	56 127,84	175 197,46	67,79%	36,04%	
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	82 800,00	284 250,00	367 050,00	119 069,62	56 127,84	175 197,46	67,79%	36,04%	
2	FUNÇÕES SOCIAIS	3 532 491,00	9 066 550,00	12 599 041,00	3 527 820,70	2 914 383,36	6 442 204,06	82,50%	39,95%	
2.1.	Educação	911 435,00	2 829 050,00	3 740 485,00	1 194 867,92	757 230,55	1 952 098,47	83,08%	39,55%	
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	315 965,00	908 300,00	1 224 265,00	197 348,10	215 938,58	413 286,68	68,34%	29,07%	
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	595 470,00	1 920 750,00	2 516 220,00	997 519,82	541 291,97	1 538 811,79	90,90%	43,79%	
2.3.	Segurança e Acção Sociais	169 700,00	788 400,00	958 100,00	170 706,75	126 899,78	297 606,53	74,78%	26,36%	
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	169 700,00	788 400,00	958 100,00	170 706,75	126 899,78	297 606,53	74,78%	26,36%	
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	811 475,00	2 623 750,00	3 435 225,00	1 248 037,72	699 721,75	1 947 759,47	86,23%	41,59%	
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	9 000,00	21 000,00	30 000,00	5 304,12	466,57	5 770,69	5,18%	16,35%	
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	555 475,00	1 932 000,00	2 487 475,00	1 052 487,63	523 423,05	1 575 910,68	94,23%	44,52%	
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUR	247 000,00	670 750,00	917 750,00	190 245,97	175 832,13	366 078,10	71,19%	33,04%	
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 639 881,00	2 825 350,00	4 465 231,00	914 208,31	1 330 531,28	2 244 739,59	81,14%	41,73%	
2.5.1.	CULTURA	823 670,00	707 850,00	1 531 520,00	101 097,58	707 820,43	808 918,01	85,93%	49,55%	
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	796 211,00	2 101 000,00	2 897 211,00	813 110,73	607 076,90	1 420 187,63	76,25%	38,28%	
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	20 000,00	16 500,00	36 500,00	0,00	15 633,95	15 633,95	78,17%	42,83%	
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	972 615,00	2 739 250,00	3 711 865,00	1 192 778,30	824 815,41	2 017 593,71	84,80%	41,14%	
3.2.	Indústria e Energia	961 115,00	2 694 250,00	3 655 365,00	1 192 778,30	822 662,91	2 015 441,21	85,59%	41,57%	
3.2.1.	INDÚSTRIA	98 615,00	696 250,00	794 865,00	95 743,11	73 622,98	169 366,09	74,66%	19,02%	
3.2.2.	ENERGIA	862 500,00	1 998 000,00	2 860 500,00	1 097 035,19	749 039,93	1 846 075,12	86,85%	46,65%	
3.3.	Transportes e Comunicações	10 000,00	45 000,00	55 000,00	0,00	2 152,50	2 152,50	21,53%	3,91%	
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	10 000,00	45 000,00	55 000,00	0,00	2 152,50	2 152,50	21,53%	3,91%	
3.4.	Comércio e Turismo	1 500,00	0,00	1 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
3.4.2.	TURISMO	1 500,00	0,00	1 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
4	OUTRAS FUNÇÕES	273 142,00	844 350,00	1 117 492,00	279 741,13	236 111,48	515 852,61	86,44%	36,92%	
4.1.	Operações de Dívida Autárquica	78 142,00	259 350,00	337 492,00	84 366,80	41 111,48	125 478,28	52,61%	29,74%	
4.1.2.	PASSIVOS FINANCIEROS	78 142,00	259 350,00	337 492,00	84 366,80	41 111,48	125 478,28	52,61%	29,74%	
4.2.	Transferências entre Administrações	195 000,00	585 000,00	780 000,00	195 374,33	195 000,00	390 374,33	100,00%	40,02%	
4.2.3.	TRANSFERÊNCIAS ENTIDADES ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	195 000,00	585 000,00	780 000,00	195 374,33	195 000,00	390 374,33	100,00%	40,02%	
TOTAL		11 404 882,00	31 662 140,00	43 067 022,00	7 409 646,13	9 821 109,97	17 230 756,10	86,11%	34,14%	

Quadro nº 81 – Execução das GOP's 2016

(unidade monetária : €uros)

GOP 2016									
Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado			Exec. Financeira Anual (%)	Exec. Financeira Global (%)
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
1	FUNÇÕES GERAIS	7 394 994,00	19 835 490,00	27 230 484,00	2 923 147,80	6 434 666,50	9 357 814,30	87,01%	31,03%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	7 297 894,00	19 551 240,00	26 849 134,00	2 804 078,18	6 370 353,60	9 174 431,78	87,29%	30,94%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	7 297 894,00	19 551 240,00	26 849 134,00	2 804 078,18	6 370 353,60	9 174 431,78	87,29%	30,94%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	97 100,00	284 250,00	381 350,00	119 069,62	64 312,90	183 382,52	66,23%	36,65%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	97 100,00	284 250,00	381 350,00	119 069,62	64 312,90	183 382,52	66,23%	36,65%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	6 319 888,00	17 477 296,00	23 797 184,00	6 362 450,25	4 921 729,19	11 284 179,44	77,88%	37,41%
2.1.	Educação	959 300,00	4 844 550,00	5 803 850,00	1 210 386,73	789 186,75	1 999 573,48	82,27%	28,51%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	363 830,00	2 923 800,00	3 287 630,00	212 866,91	247 894,78	460 761,69	68%	13,16%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	595 470,00	1 920 750,00	2 516 220,00	997 519,82	541 291,97	1 538 811,79	91%	43,79%
2.2.	Saúde	54 500,00	50 000,00	104 500,00	100 000,00	50 000,00	150 000,00	91,74%	73,35%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	54 500,00	50 000,00	104 500,00	100 000,00	50 000,00	150 000,00	91,74%	73,35%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	258 467,00	850 946,00	1 109 413,00	312 882,60	192 411,28	505 293,88	74,44%	35,53%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	258 467,00	850 946,00	1 109 413,00	312 882,60	192 411,28	505 293,88	74,44%	35,53%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	2 412 150,00	6 647 950,00	9 060 100,00	2 435 749,10	1 863 304,40	4 299 053,50	77,25%	37,40%
2.4.1.	HABITAÇÃO	124 500,00	463 200,00	587 700,00	96 948,56	62 006,17	158 954,73	49,80%	23,22%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	375 550,00	1 919 500,00	2 295 050,00	494 622,52	224 694,31	719 316,83	59,83%	25,78%
2.4.3.	SANEAMENTO	45 700,00	83 500,00	129 200,00	85 961,63	36 408,09	122 369,72	79,67%	56,87%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	128 625,00	0,00	128 625,00	0,00	128 625,00	128 625,00	100,00%	100,00%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	751 075,00	2 802 000,00	3 553 075,00	1 066 970,88	706 078,05	1 773 048,93	94,01%	38,38%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	986 700,00	1 379 750,00	2 366 450,00	691 245,51	705 492,78	1 396 738,29	71,50%	45,68%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	2 635 471,00	5 083 850,00	7 719 321,00	2 303 431,82	2 026 826,76	4 330 258,58	76,91%	43,20%
2.5.1.	CULTURA	1 074 260,00	1 840 350,00	2 914 610,00	712 734,70	889 412,82	1 602 147,52	82,79%	44,17%
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	1 516 211,00	3 227 000,00	4 743 211,00	1 590 697,12	1 117 377,78	2 708 074,90	73,70%	42,76%
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	45 000,00	16 500,00	61 500,00	0,00	20 036,16	20 036,16	44,52%	32,58%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	5 353 035,23	21 783 750,00	27 136 785,23	4 322 588,48	3 614 477,37	7 937 065,85	67,52%	25,23%
3.2.	Indústria e Energia	2 172 407,23	10 674 250,00	12 846 657,23	2 672 831,57	1 772 386,98	4 445 218,55	81,59%	28,64%
3.2.1.	INDÚSTRIA	1 236 907,23	8 586 250,00	9 823 157,23	1 561 152,99	1 011 068,76	2 572 221,75	81,74%	22,59%
3.2.2.	ENERGIA	935 500,00	2 088 000,00	3 023 500,00	1 111 678,58	761 318,22	1 872 996,80	81,38%	45,29%
3.3.	Transportes e Comunicações	2 246 628,00	9 424 500,00	11 671 128,00	1 603 552,46	1 477 962,46	3 081 514,92	65,79%	23,21%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2 246 628,00	9 424 500,00	11 671 128,00	1 603 552,46	1 477 962,46	3 081 514,92	65,79%	23,21%
3.4.	Comércio e Turismo	934 000,00	1 685 000,00	2 619 000,00	46 204,45	364 127,93	410 332,38	38,99%	15,40%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	932 500,00	1 685 000,00	2 617 500,00	46 204,45	364 127,93	410 332,38	39,05%	15,40%
3.4.2.	TURISMO	1 500,00	0,00	1 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
4	OUTRAS FUNÇÕES	1 439 725,00	4 639 848,00	6 079 573,00	2 079 373,36	1 401 092,36	3 480 465,72	97,32%	42,66%
4.1.	Operações de Dívida Autárquica	1 244 725,00	4 054 848,00	5 299 573,00	1 883 999,03	1 206 092,36	3 090 091,39	96,90%	43,02%
4.1.2.	PASSIVOS FINANCEIROS	1 137 142,00	3 409 350,00	4 546 492,00	1 776 416,03	1 098 509,36	2 874 925,39	0,97	45,47%
4.1.3.	ATIVOS FINANCEIROS	107 583,00	645 498,00	753 081,00	107 583,00	107 583,00	215 166,00	1,00	25,00%
4.2.	Transferências entre Administrações	195 000,00	585 000,00	780 000,00	195 374,33	195 000,00	390 374,33	100,00%	40,02%
4.2.3.	TRANSFERÊNCIAS ENTIDADES ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA	195 000,00	585 000,00	780 000,00	195 374,33	195 000,00	390 374,33	100,00%	40,02%
TOTAL		20 507 642,23	63 736 384,00	84 244 026,23	15 687 559,89	16 371 965,42	32 059 525,31	79,83%	32,08%

Gráfico nº 68 – GOP – Repartição por funções (%)


Quadro nº 82 – Estrutura das GOP's 2016

(unidade monetária : Euros)

Código	Classificação Funcional	GOP 2016					
		PPI		PAM		Total	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
1	FUNÇÕES GERAIS	588 866,78	8,99%	5 845 799,72	59,52%	6 434 666,50	39,30%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	580 681,72	8,86%	5 789 671,88	58,95%	6 370 353,60	38,91%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	580 681,72	8,86%	5 789 671,88	58,95%	6 370 353,60	38,91%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	8 185,06	0,12%	56 127,84	0,57%	64 312,90	0,39%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	8 185,06	0,12%	56 127,84	0,57%	64 312,90	0,39%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	2 007 345,83	30,64%	2 914 383,36	29,67%	4 921 729,19	30,06%
2.1.	Educação	31 956,20	0,49%	757 230,55	7,71%	789 186,75	4,82%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	31 956,20	0,49%	215 938,58	2,20%	247 894,78	1,51%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	0,00	0,00%	541 291,97	5,51%	541 291,97	3,31%
2.2.	Saúde	50 000,00	0,76%	0,00	0,00%	50 000,00	0,31%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVÍDUAIS DE SAÚDE	50 000,00	0,76%	0,00	0,00%	50 000,00	0,31%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	65 511,50	1,00%	126 899,78	1,29%	192 411,28	1,18%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	65 511,50	1,00%	126 899,78	1,29%	192 411,28	1,18%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	1 163 582,65	17,76%	699 721,75	7,12%	1 863 304,40	11,38%
2.4.1.	HABITAÇÃO	62 006,17	0,95%	0,00	0,00%	62 006,17	0,38%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	224 227,74	3,42%	466,57	0,00%	224 694,31	1,37%
2.4.3.	SANEAMENTO	36 408,09	0,56%	0,00	0,00%	36 408,09	0,22%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	128 625,00	1,96%	0,00	0,00%	128 625,00	0,79%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	182 655,00	2,79%	523 423,05	5,33%	706 078,05	4,31%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA	529 660,65	8,09%	175 832,13	1,79%	705 492,78	4,31%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	696 295,48	10,63%	1 330 531,28	13,55%	2 026 826,76	12,38%
2.5.1.	CULTURA	181 592,39	2,77%	707 820,43	7,21%	889 412,82	5,43%
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	510 300,88	7,79%	607 076,90	6,18%	1 117 377,78	6,82%
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	4 402,21	0,07%	15 633,95	0,16%	20 036,16	0,12%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	2 789 661,96	42,58%	824 815,41	8,40%	3 614 477,37	22,08%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.1.2.	DEFESA DA FLORESTA	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3.2.	Indústria e Energia	949 724,07	14,50%	822 662,91	8,38%	1 772 386,98	10,83%
3.2.1.	INDUSTRIA	937 445,78	14,31%	73 622,98	0,75%	1 011 068,76	6,18%
3.2.2.	ENERGIA	12 278,29	0,19%	749 039,93	7,63%	761 318,22	4,65%
3.3.	Transportes e Comunicações	1 475 809,96	22,53%	0,00	0,00%	1 475 809,96	9,01%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1 475 809,96	22,53%	2 152,50	0,02%	1 477 962,46	9,03%
3.4.	Comércio e Turismo	364 127,93	5,56%	0,00	0,00%	364 127,93	2,22%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	364 127,93	5,56%	0,00	0,00%	364 127,93	2,22%
3.4.2.	TURISMO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
4	OUTRAS FUNÇÕES	1 164 980,88	17,78%	236 111,48	2,40%	1 401 092,36	8,56%
4.1.	Operações de Dívida Autárquica	0,00	0,00%	41 111,48	0,42%	41 111,48	0,25%
4.1.2.	PASSIVOS FINANCEIROS	1 057 397,88	16,14%	41 111,48	0,42%	1 098 509,36	6,71%
4.1.3.	ATIVOS FINANCEIROS	107 583,00	1,64%	0,00	0,00%	107 583,00	0,66%
4.2.	Transferências entre Administrações	0,00	0,00%	195 000,00	1,99%	195 000,00	1,19%
4.2.3.	TRANSFERÊNCIAS ENTIDADES ADMINISTRAÇÃO AUTÁRC	0,00	0,00%	195 000,00	1,99%	195 000,00	1,19%
TOTAL		6 550 855,45	100,00%	9 821 109,97	100,00%	16 371 965,42	100,00%

6. ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

6.1. ENQUADRAMENTO

Com a entrada em vigor novo regime financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que vem revogar entre outras, a anterior lei das finanças locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, o controlo do endividamento municipal conhece novas regras, tendo os municípios imposições ainda mais restritivas no controlo das suas contas, especificamente ao nível da dívida total e ao nível das taxas de execução orçamental.

O RFALEI veio alterar o quadro do endividamento legal dos municípios, modificando a aferição do limite legal de endividamento (receita aplicável) e da dívida a considerar, estabelecendo limites adicionais à variação da dívida em cada ano económico, demarcando o momento da aferição do cumprimento dos limites legais a 31/12 de cada ano.

O limite da dívida total de cada município é o previsto no artigo 52º do referido RFALEI, limite esse que apenas tem em consideração o passivo dos municípios, incluindo a dívida das entidades do setor empresarial municipal, deixando de contar com efeito de algumas rubricas do ativo (disponibilidades e direitos a receber).

Segundo o art.52º do RFALEI, o valor da dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, **não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.**

De referir que ao nível do endividamento, alarga-se o perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento do município, passando a estar aqui abrangidas todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

Permanece ainda com particular relevância no contexto global da gestão da dívida, o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do município, por força da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), e das imposições constantes na Lei do Orçamento de Estado para 2016, e respetivas normas de execução orçamental.

Refira-se ainda que, por efeito do não cumprimento dos limites específicos de endividamento definidos, prevê a Lei de Estabilidade Orçamental, que a Lei do Orçamento de Estado pode determinar a redução na proporção do incumprimento, das transferências a efetuar para as autarquias locais.

Considerando o exposto, justifica-se uma análise do endividamento em duas partes distintas, mas complementares:

Na primeira parte desenvolve-se uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, suportada no seu balanço individual e desconsiderando a influência das entidades participadas pelo Município, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento.

Refira-se que em primeira linha é feita uma abordagem generalizada à evolução dessa dívida global, após a qual se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e de médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

Na segunda parte procede-se ao apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o novo conceito previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, atentos determinados requisitos.

Por último, avalia-se o posicionamento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal, face aos limites legalmente impostos.

6.2. DÍVIDA TOTAL

O quadro que se segue retrata sinteticamente o desenvolvimento da dívida global do município durante o último quadriénio, diferenciando-a apenas no que toca à componente de curto e médio e longo prazo.

Quadro nº 83 – Dívida do Município 2013-2016

(unidade monetária : €uros)

	31/dez/2013	31/dez/2014	31/dez/2015	31/dez/2016	Peso	Crescimento	
						Valor	%
Dívida de Médio e Longo Prazo	11 698 243,09	11 121 800,00	9 945 524,03	8 772 488,48	81,84%	-1 173 035,55	-11,79%
Fornecedores Conta Corrente	2 053 787,79	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Fornecedores de Imobilizado	58 531,06	20 609,87	8 054,67	0,00	0,00%	-8 054,67	-100,00%
FAM - Exigível após 2017	0,00	645 497,39	537 914,39	430 331,39	4,01%	-107 583,00	-20,00%
Empréstimos de M/L Prazo	9 526 245,24	8 342 408,28	7 286 270,33	6 228 872,45	58,11%	-1 057 397,88	-14,51%
Outros Credores (SIMRIA)	0,00	2 053 787,79	2 053 787,79	2 053 787,79	19,16%	0,00	0,00%
Outros Credores (Cauções)	59 679,00	59 496,67	59 496,85	59 496,85	0,56%	0,00	0,00%
Dívida de Curto Prazo	1 849 029,87	2 056 593,80	2 042 340,35	1 946 479,34	18,16%	-95 861,01	-4,69%
Fornecedores Conta Corrente	242 103,00	159 764,35	16 040,59	59 341,14	0,55%	43 300,55	269,94%
Fornecedores C/C - Fact. em Recepção e Conf.	252 844,72	498 082,12	390 827,67	191 554,84	1,79%	-199 272,83	-50,99%
Fornecedores de Imobilizado	140 955,99	1 126,90	8 789,45	0,00	0,00%	-8 789,45	-100,00%
Fornecedores de Imobilizado - Fact em Recepção e Conf.	54 616,93	18 438,56	29 037,55	5 287,51	0,05%	-23 750,04	-81,79%
Estado e Outros Entes Públicos	108 072,19	114 141,70	121 180,53	119 799,25	1,12%	-1 381,28	-1,14%
Outros Credores	95 557,29	279 362,42	428 290,81	556 837,60	5,19%	128 546,79	30,01%
Adiantamento por Conta de Vendas	954 879,75	985 677,75	1 048 173,75	1 013 659,00	9,46%	-34 514,75	-3,29%
TOTAL	13 547 272,96	13 178 393,80	11 987 864,38	10 718 967,82	100,00%	-1 268 896,56	-10,58%

Em 31 de Dezembro de 2016 a dívida global do Município de Estarreja totaliza 10.718.967,82€, deste valor respeita a natureza de médio e longo prazo 81,84% e 18,16% de curto prazo.

A **dívida global do município** a 31 de dezembro de 2016, no valor de 10.718.967,82€, regista, assim, menos (-) **1.268.896,56 €** que no final de 2015, evidenciando um decréscimo de (-) 10,58%.

A redução da dívida de médio e longo cifrou-se em (-) 1.173.035,55€ (Δ -11,79%), completando no final do exercício económico a quantia 8.772.488,48€.

A dívida de curto prazo totaliza no final de 2016 o valor de 1.946.479,34€, sofrendo um decréscimo de -4,69% face ao exercício transato, correspondendo em termos absolutos a uma diminuição de (-) 95.861,01€.

De referir, que no neste exercício económico de 2016, decorrente do cumprimento do preconizado em nota explicativa do SATAPOCAL, divulgada em março 2015, relativo ao assunto – **Contabilização da Contribuição dos Municípios para o Capital do FAM** o Município de Estarreja procedeu ao reconhecimento, no passivo, do valor a subscrever pelo Município para o Fundo de Apoio Municipal. Segundo comunicação da DGAL, refª S -001615-2014 de 26/09/2014, o valor da contribuição do Município de Estarreja para o FAM é de **753.080,39€** a ser liquidado em 7 anos, sendo que o valor a

liquidar em 2017, igual ao liquidado em 2016, é reconhecido no curto prazo e incluído na rubrica “Outros Credores” com o valor de 107.583,00€.

Expurgando o valor da contribuição do Município de Estarreja para o FAM a dívida global desta autarquia passaria a ser de 10.181.053,43€.

Retomando a análise do quadro nº 83, podemos concluir que 58,11% da dívida municipal resulta de empréstimos de médio e longo prazo, correspondendo estes a 71% da dívida de natureza de médio e longo prazo.

De salientar, que ao nível da dívida de curto prazo os Fornecedores de Imobilizado (*incluindo Faturas em receção e conferência*) conheceram um decréscimo, no valor -32.539,49€ (Δ -86,02%) enquanto os Fornecedores Conta Corrente (*incluindo Faturas em receção e conferência*) conheceram um decréscimo no valor de -155.972,28€ (Δ -38,33%).

Quadro nº 84 – Evolução da dívida total (2011 e 2016)

(unidade monetária : Euros)

Designação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Dívida de Médio e Longo Prazo	13 133 039,31	12 236 220,34	11 698 243,09	11 121 800,00	9 945 524,03	8 772 488,48
Dívida de Curto Prazo	4 784 288,56	2 855 581,92	1 849 029,87	2 056 593,80	2 042 340,35	1 946 479,34
DÍVIDA TOTAL	17 917 327,87	15 091 802,26	13 547 272,96	13 178 393,80	11 987 864,38	10 718 967,82
Taxa de crescimento da Dívida						
Médio e Longo Prazo	-7,13%	-6,83%	-4,40%	-4,93%	-10,58%	-11,79%
Curto Prazo	6,19%	-40,31%	-35,25%	11,23%	-0,69%	-4,69%
TOTAL	-3,91%	-15,77%	-10,23%	-2,72%	-9,03%	-10,58%

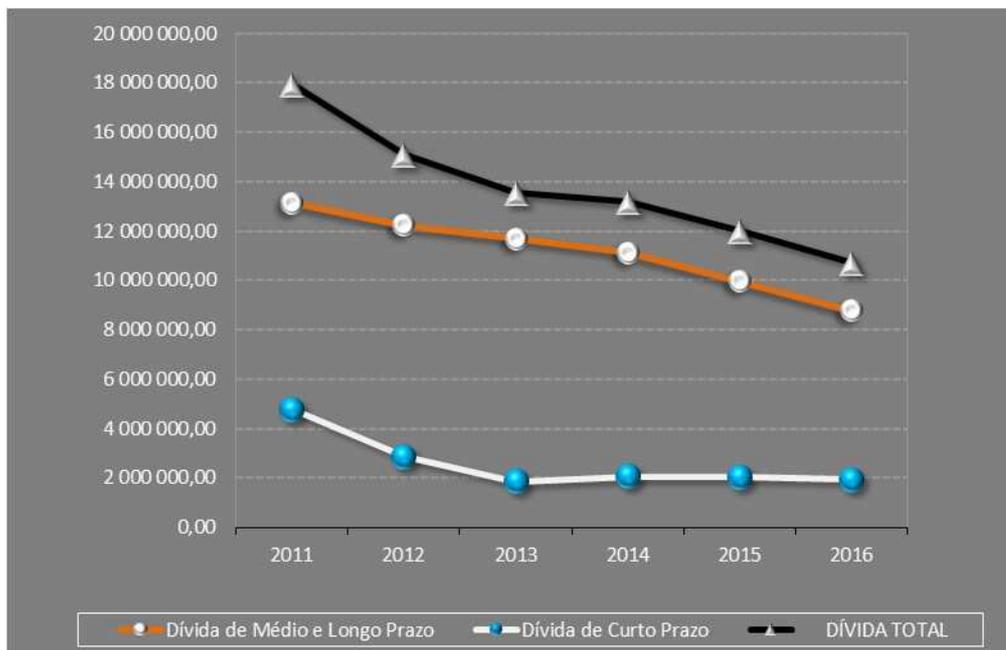
Tendo em conta a evolução dos dados retratados no Quadro 84, os níveis de endividamento anual do município têm vindo a diminuir de forma sistemática e contínua ao longo do período 2011-2016, sustentados num ritmo de reduções anuais a rondar o 1M€ a 3M€ , num contexto de apertada gestão de disponibilidades, principalmente, considerando a conjuntura macroeconómica dos últimos, que originou quebras de receita significativas.

Com efeito, em forte contexto de contenção de despesa e disciplina financeira, o total da dívida individual municipal entre 2011 e 2016 sofreu uma diminuição de (-) 7.198.360,05€ (*de 17.917.327,87€ para 10.718.967,82 €*), o que comprova que em devido tempo o município soube adequar o seu orçamento à realidade que se antevia, promovendo designadamente um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas.

No último quadriénio (2013-2016) a dívida global diminuiu 20,88%, significando em termos absolutos a uma redução de (-) 2.828.305,14€.

Para melhor dimensionar o comportamento da dívida global do município de 2011 a 2016, apresenta-se o seguinte gráfico:

Gráfico nº 69 – Evolução da Dívida (2011-2016)



Da apreciação geral conclui-se, que ao longo dos últimos anos a diminuição do passivo e o controle do endividamento municipal tem sido um dos objetivos essenciais prosseguidos pelo município.

6.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais, dos credores por investimentos financeiros, do Estado e de Outros Credores diversos, cuja evolução dos últimos anos se retrata no gráfico infra, seguinte.

Gráfico nº 70 – Evolução da Dívida de curto-prazo (2011-2016)



► Pagamento em Atraso

No âmbito da análise da dívida de curto prazo, e por força das profundas alterações legislativas impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como, pela entrada em vigor da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (republicada pela Lei nº22/2015, de 17 de março), designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento passam a assumir particular relevância no contexto global gestão da dívida.

Efetivamente, a LOE para 2016 impõe uma redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, obrigatoriedade que decorre das disposições constantes no seu artigo 55.º.

Sobre o cumprimento legal quanto à redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, realça-se o facto de o Município se posicionar fora das entidades com pagamentos em atraso, desde maio de 2012, assim permanecendo neste exercício, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações.

► Prazo Médio de Pagamentos

Genericamente, o prazo médio de pagamento representa o tempo médio que uma entidade leva a pagar aos seus fornecedores pelas aquisições de bens e serviços que já se encontram faturadas.

Para cálculo do PMP é oficialmente utilizada a seguinte fórmula defendida pela DGAL (*Despacho 9870/2009, de 13 de Abril*):

$$PMP = \frac{\sum_{t-3}^t DF}{\sum_{t-3}^t A} \times 365$$

Em que:

DF – Corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre;

A – Corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

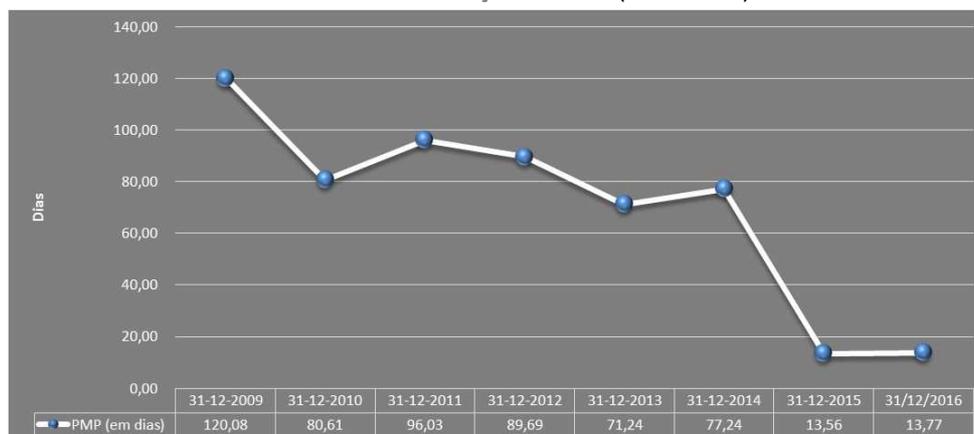
Da qual resulta a seguinte evolução do PMP:

Quadro nº 85 – Evolução do PMP _ DGAL

Dados/ Datas de Referência	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2015
Dívidas de Fornecedores (DF) (4 trimestres - de t a t-3)	34 785 447,17	24 007 768,86	19 745 773,33	19 488 646,60	13 544 226,02	8 906 156,08	1 663 638,90	1 756 030,00
Aquisições de bens e Serviços (A) (4 trimestres - de t a t-3)	26 432 823,15	27 177 791,39	18 762 057,45	19 828 350,99	17 347 765,20	10 522 083,14	11 198 456,74	11 639 964,00
PMP (em dias) (DF/4) / A x 365	120,08	80,61	96,03	89,69	71,24	77,24	13,56	13,77
PMP em meses	4,00	2,69	3,20	2,99	2,37	2,57	0,45	0,46

O prazo médio de pagamentos (PMP) do Município de Estarreja apurado à data de 31 de dezembro de 2016 é de 13,77 dias.

Gráfico nº 71 – Evolução do PMP (2009-2016)



6.4. DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

A análise feita neste âmbito é centrada na evolução da dívida de médio e longo prazo contratualizada em anteriores gerências, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza, apenas em função do fim a que se destinam, uma vez que ao abrigo do novo enquadramento legal aplicável em matéria de endividamento autárquico, toda a tipologia de empréstimos de médio e longo prazo passa a relevar para efeitos do apuramento do valor global da dívida individual do município, contrariamente ao que era estabelecido pelas anteriores leis das finanças locais, o que determina que se dispense a terminologia até então aplicável neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “releva” ou “não releva” para a capacidade de endividamento municipal.

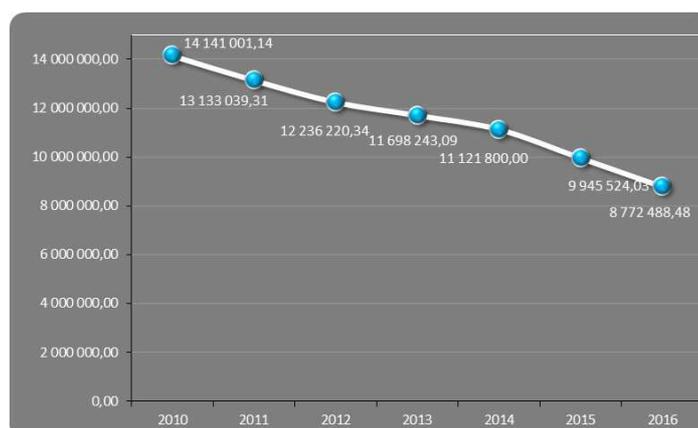
No quadro seguinte, apresenta-se a evolução da dívida de médio e longo prazo nos últimos sete anos:

Quadro nº 86 – Estrutura da Dívida de M/L Prazo (2011 e 2016)

(unidade monetária : €uros)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	11 823 228,46	10 858 937,50	10 023 378,45	9 526 245,24	8 342 408,28	7 286 270,33	6 228 872,45
Outras dívidas de Médio e Longo Prazo	2 317 772,68	2 274 101,81	2 212 841,89	2 171 997,85	2 779 391,72	2 659 253,70	2 543 616,03
Fonecedores de Imobilizado	180 366,22	136 695,35	99 407,25	58 531,06	20 609,87	8 054,67	0,00
FAM - Exigível após 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	645 497,39	537 914,39	430 331,39
Outros Credores	2 137 406,46	2 137 406,46	2 113 434,64	2 113 466,79	2 113 284,46	2 113 284,64	2 113 284,64
TOTAL Dívida de M/L Prazo	14 141 001,14	13 133 039,31	12 236 220,34	11 698 243,09	11 121 800,00	9 945 524,03	8 772 488,48

Gráfico nº 72 – Evolução da Dívida de M/L



Promovendo uma análise geral à evolução destes passivos, os dados presentes no Quadro 89 demonstram que desde 2010 e até ao final de 2016 há uma tendência clara de diminuição da dívida de médio e longo prazo, independentemente da finalidade dos empréstimos bancários contraídos, sendo notório que ano após ano aumentaram os níveis de redução, recaindo o maior peso sobre os empréstimos destinados a finalidades diversas.

No que se refere à subscrição do **Fundo de Apoio Municipal**, realça-se que esta operação resulta de uma imposição legal, designadamente a entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) e determina a obrigatoriedade de todos os municípios, sem exceção, contribuírem para este fundo.

O regime de recuperação financeira municipal tem em conta as especificidades de cada município e baseia-se no princípio de repartição do esforço entre os municípios, os seus credores e o Estado e na prevalência de soluções encontradas por mútuo acordo entre o município, os credores municipais e o FAM.

O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios (art. 17.º, n.º 1, do RJRFM), consubstanciando assim um ativo e investimento financeiros.

O n.º 1 do artigo 17.º do RJRFM estipula que o capital social do FAM é de 650.000.000 €, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, 325.000.000 €.

Nos termos do n.º 3 do supra mencionado artigo onde está prevista a fórmula de cálculo para apurar a contribuição de cada município, o montante imputável ao Município de Estarreja é de **753.080,39€**.

De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização do capital será efetuada em 7 anos, tendo tido início em 2015, em duas prestações anuais a realizar nos meses de junho e dezembro, pelo que a subscrição dos 753.080,39€ a favor do Município de Estarreja será realizada mediante um pagamento anual de 107.583,00€ até 2020 e de 107.582,39€ em 2021, tendo já ocorrido até ao período em análise o pagamento de quatro tranches (semestrais) no montante total de 215.166,00€, estando ainda em dívida 537.914,39€.

Do exposto resulta inequívoco que o aumento do endividamento decorrente da obrigatoriedade de realizar este investimento financeiro, que à data de 31 de dezembro de 2016 soma 537.914,39€, resulta de factos supervenientes à regular gestão municipal.

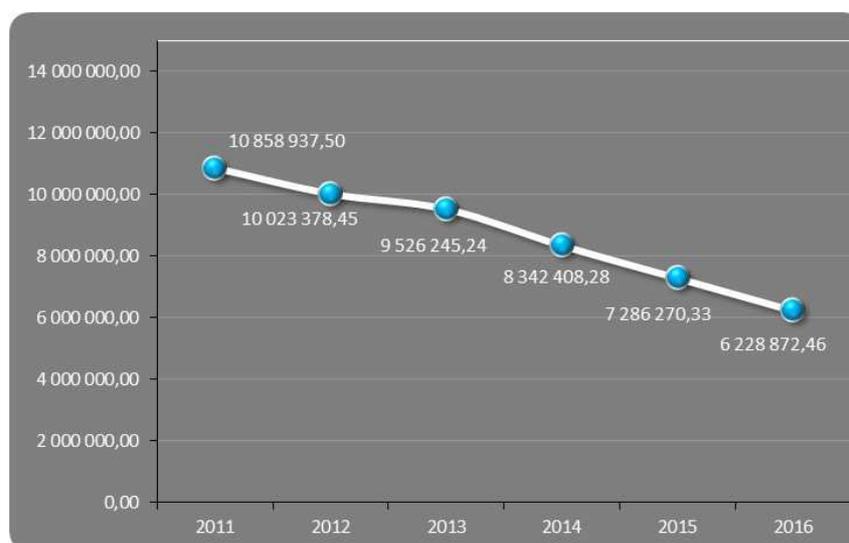
Salienta-se ainda que no Orçamento do Estado para 2015 se previu que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Relativamente aos demais empréstimos, atento o cumprimento do serviço de dívida negociado, no cômputo global da diminuição obtida continua a predominar o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos que relevam para fins diversos. No quadro e gráfico seguinte temos a evolução da stock da dívida com empréstimos de médio e longo prazo.

Quadro nº 87 – Evolução do Stock da Dívida

(unidade monetária : €uros)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
(1) Dívida no início do período	13 311 469,53	11 823 228,46	10 858 937,50	10 023 378,45	9 526 245,24	8 342 408,28	7 286 270,33
(2) Empréstimos contraídos e utilizados no período	0,00	515 744,24	400 585,76	687 471,65	0,00	635 911,28	0,00
(3) Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(4) Amortizações do Período	1 488 241,07	1 480 035,20	1 236 144,81	1 184 604,86	1 183 836,96	1 692 049,23	1 057 397,87
Dívida no Final do Período (1+2+3-4)	11 823 228,46	10 858 937,50	10 023 378,45	9 526 245,24	8 342 408,28	7 286 270,33	6 228 872,46
Taxa de crescimento da Dívida %	-11,18%	-8,16%	-7,69%	-4,96%	-12,43%	-12,66%	-14,51%
Taxa de crescimento da Dívida (valor)	-1 488 241,07	-964 290,96	-835 559,05	-497 133,21	-1 183 836,96	-1 056 137,95	-1 057 397,87

Gráfico nº 73 – Evolução do stock da dívida


Do observado no quadro supra verifica-se tem havido um esforço do município para reduzir o endividamento de médio e longo prazo, diminuindo o valor em dívida em termos de empréstimos de médio e longo prazo, focalizando a atuação na amortização dessa dívida.

No ano 2016, procurou-se manter o cenário em vigor no final do ano 2015, uma vez que se conseguiu reduzir a dívida de médio e longo prazo de origem bancária com uma redução 14,51%.

6.5. SERVIÇO DE DÍVIDA

O quadro seguinte apresenta a evolução do serviço de dívida de 2011 a 2016, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pela autarquia.

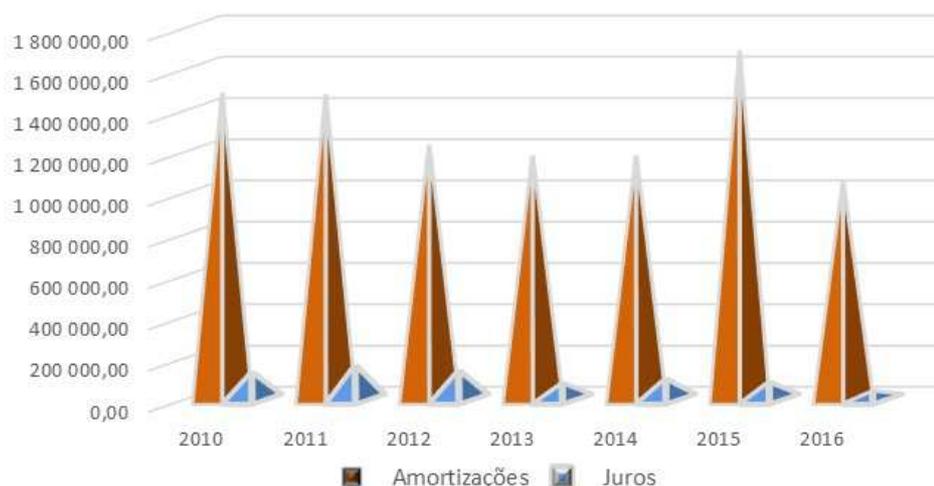
Quadro nº 88 - Evolução do Serviço de Dívida (2011 - 2016)

(unidade monetária : €uros)

	2011	2012	2014	2015	2016
Total do Serviço de Dívida	1 646 183,74	1 376 274,04	1 283 351,91	1 775 077,03	1 095 464,51
Amortizações	1 480 035,20	1 236 144,81	1 183 836,96	1 692 049,23	1 057 397,87
Juros	166 148,54	140 129,23	99 514,95	83 027,80	38 066,64
Taxa de crescimento do Serviço da Dívida	1,64%	-16,40%	1,65%	38,32%	-38,29%
Amortizações	-0,55%	-16,48%	-0,06%	42,93%	-37,51%
Juros	26,5%	-15,7%	27,7%	-16,6%	-54,2%

No peso do Serviço de Dívida prevalece o volume das amortizações que representa cerca de 96,5% do seu valor global. O Gráfico seguinte ilustra bem esta cadênciã.

Gráfico nº 74- Evolução do Serviço de Dívida



6.6. COMPOSIÇÃO DA CAPITAL BANCÁRIO EM DÍVIDA NO FIM DA GERÊNCIA

Apresenta-se de seguida, um quadro resumo dos empréstimos existentes à data de 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, para uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento de médio e longo prazo.

Quadro nº 89 - Composição do Capital Bancário

(unidade monetária : Euros)

	Capital em Dívida em 31/12/2013	Capital em Dívida em 31/12/2014	Capital em Dívida em 31/12/2015	Capital em Dívida em 31/12/2016	
	Montante	Montante	Montante	Montante	% do total
Construção Arrendamento Social-INH	268 934,91	224 879,42	180 524,35	135 784,01	2,18%
Diversos Investimentos - PA 1998	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Saneamento Básico - PA 2000	1 792 669,31	1 538 571,91	1 282 471,56	1 025 977,24	16,47%
Parque Industrial - PA 2000	2 360 977,00	2 124 879,32	1 888 781,64	1 652 683,96	26,53%
Medida 1.7. do PORCentro - Praça Município	215 220,17	192 565,41	169 910,65	147 255,89	2,36%
Medida 1.7. do PORCentro - URBCOM	99 920,10	89 928,09	79 936,08	69 944,07	1,12%
Diversos Investimentos - PPI 2004	502 488,48	458 793,84	415 099,20	371 404,56	5,96%
Diversos Investimentos - PPI 2005	542 404,19	496 319,80	449 511,65	402 242,31	6,46%
PPI/2005 - Largo Sto Amaro e Centro C Pardilhó	50 696,54	46 640,82	42 585,10	38 529,38	0,62%
Parque Industrial - PPI/2006	672 916,70	620 138,91	567 361,13	514 583,36	8,26%
Parque Desportivo Municipal	31 776,20	27 856,91	23 894,84	19 913,27	0,32%
PREDE_Entidade Bancária	319 486,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
PREDE_Estado	1 064 954,00	958 458,60	745 467,80	532 477,00	8,55%
Diversos Investimentos 2010 Financiados QREN	916 330,00	875 903,60	822 001,84	768 100,08	12,33%
Diversos Investimentos - PPI 2012	687 471,65	687 471,65	0,00	0,00	0,00
Operação de Substituição de Dívida -2015	0,00	0,00	618 724,49	549 977,33	8,83%
Total da dívida de médio e longo prazo	9 526 245,25	8 342 408,28	7 286 270,33	6 228 872,46	100,00%

No cômputo global da redução obtida, em face do cumprimento do serviço de dívida negociado para os diferentes empréstimos, prevalece o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos contratualizados para finalidades diversas, em especial do empréstimo bancário contratado com a Caixa Geral de Depósitos para financiamento de Infraestruturas de Saneamento Básico – PPI 2000, no valor de 3.940.503,39 €, que conheceu uma redução de 256.494,32 no valor da

dívida, e o empréstimo bancário adjudicado ao Banco BPI para financiamento do Parque Industrial 2000, no montante de 3.541.465,07 €, que determinou um corte adicional de 236.097,68 €.

Converge também para aquela redução a amortização de (-) 212.990,80€ do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), totalmente imputável ao Estado, cujo seu período de amortização iniciou a dezembro de 2014.

6.7. LIMITES À DIVIDA

O novo regime financeiro das Autarquias Locais veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no referido artigo 52.º, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (vide art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (vide art.º 61.º).

Segundo o art.52º do RFALEI, o valor da dívida total de operações orçamentais do município incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (grupo municipal), **não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.** E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido.

Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Este novo regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira.

Assim, procedendo ao respetivo apuramento (quadro nº90), o limite de dívida total para o Município de Estarreja, no ano 2016 situa-se, nos **19.345.232,85€**.

Quadro nº 90- Apuramento do Limite da Dívida Total -Ano 2016

RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS	VALOR (€)
ANO 2013	12 726 223,74
ANO 2014	12 698 512,51
ANO 2015	13 265 729,44
Total	38 690 465,69
Média dos 3 anos	12 896 821,90
x 1,5	19 345 232,85

O limite acima identificado foi calculado com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais.

Nos termos das disposições legais constantes no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, encontram-se identificados as tipologias e requisitos das entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia.

A contribuição de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – será o valor apurado multiplicado pela participação do município na mesma.

Decorrente dos pressupostos anteriormente descritos, procede-se de seguida ao apuramento da dívida total de operações orçamentais do grupo Municipal.

De referir, que no apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – estão incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetua a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do município.

CÁLCULO DA MARGEM al b) nº3 do ART.52.º do RFALEI
Quadro nº 91

Rúbricas da dívida	31/dez/2015
Dívida de Médio e Longo Prazo	9 945 524,03
Fornecedores Conta Corrente	2 053 787,79
Fonecedores de Imobilizado (Locação Financeira)	8 054,67
FAM - Exigível após 2016	537 914,39
Empréstimos de M/L Prazo	7 286 270,33
Outros Credores	59 496,85
Dívida de Curto Prazo	2 042 340,35
Fornecedores Conta Corrente	16 040,59
Fornecedores - Fact. em Recepção e Conf.	390 827,67
Fornecedores de Imobilizado	8 789,45
Fornecedores Imobilizado - Fact. em Recepção e Conf.	29 037,55
Estado e Outros Entes Públicos	121 180,53
Credores pela execução do orçamento	0,00
Outros Credores	428 290,81
Adiantamento por Conta de Vendas	1 048 173,75
TOTAL (1)	11 987 864,38
A Abater (2)	-1 060 054,74
Operações de Tesouraria (Mapa de OT)	-414 557,35
Dívida pela subscrição do FAM	-645 497,39
Dívida total do Município (3)=(1)-(2)	10 927 809,64
A Acrescer (4)	790 902,25
Participação do ME na Dívida da CIRA	566 621,19
	178 034,06
Participação do ME na Dívida da DESTAK	32 488,08
Participação do ME na Dívida dos Matadouros da B.Litoral	13 468,11
Participação do ME na Dívida da ANMP	290,81
Dívida total a considerar (5)=(3)+(4)	11 718 711,89
MARGEM DISPONÍVEL 2015 - al. B) do nº3 do art.º 52º da Lei nº73/2013, de 12/09	
Média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores - (6)	12 896 821,90
Limite da dívida - (7) = A x 1,5 (Art. 52.º da LFL)	19 345 232,85
Margem disponível total 2015 (8) = (7)-(5)	7 626 520,96
Margem efetiva, de acordo com a alínea b) do nr. 3 do art. 52.º - 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios (9)=(8)*20%	1 525 304,19

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E IMPOSIÇÕES LEGAIS DO ART.52.º DO RFALEI
Quadro nº 92

Rúbricas da dívida	dez/15	dez/16
DÍVIDA DO MUNICÍPIO (1)	11 987 864,38	10 718 967,82
A Abater (2)		
Operações de Tesouraria (Mapa de OT)	414 557,35	500 510,09
Dívida pela subscrição do FAM	645 497,39	537 914,39
Dívida total do Município (3)=(1)-(2)	10 927 809,64	9 680 543,34
Dívida das Entidades relevantes a imputar ao ME:		
Participação do ME na Dívida da CIRA	566 621,19	562 825,47
Participação do ME na Dívida da AMC	178 034,06	55 254,02
Participação do ME na Dívida da DESTAK	32 488,08	32 488,08
Participação do ME na Dívida dos Municípios da Beira Litoral (Pa	13 468,11	13 468,11
Participação do ME na Dívida da ANMP	290,81	263,70
Total - Entidades relevantes (4)	790 902,25	664 299,38
Dívida total a considerar (5) = (3) + (4)	11 718 711,89	10 344 842,72
Evolução da dívida total (6)	-	1 373 869,17
Limite Legal (7)	19 345 232,85	
Margem Absoluta (8)	7 626 520,96	
Margem disponível efetiva para aumento da Dívida Total (al b) do n.º 3 do art. 52º RFALEI (9)	1 525 304,19	
Margem disponível para utilização - Ano 2016 (10) = (6)-(9)		2 899 173,36

Da análise dos resultados obtidos, verifica-se que a 31 de dezembro de 2016 a dívida total de operações orçamentais do município - grupo municipal – ascende a 10.344.842,72€, posicionando-se abaixo do limite legalmente imposto em (-) 9.000.390,13€.

Pelo Quadro 94 constata-se que o Município de Estarreja cumprindo o limite do nº 1 do art.52º do RFALEI, e perante o disposto na alínea b) do nº3 do mesmo articulado, em 31 de dezembro de 2015 detinha uma margem disponível a utilizar em termos de endividamento (endividamento não tomado) de 2.899.173,36€.

MECANISMOS DE ALERTA PRECOCE

O Município de Estarreja cumpre todos os limites previstos no art. 52º do RFALEI, não se encontrando enquadrado no nº1 do art.56º do dito diploma legal, ou seja, em alerta precoce uma vez que a dívida total a 31 de dezembro de 2016 não ultrapassa a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, ficando abaixo desse limite em 2.551.979,18€, conforme demonstrado em quadro seguinte.

Quadro nº 93

dez/16	
Dívida total a considerar (A)	10 344 842,72
Média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos (B)	12 896 821,90
ALERTA PRECOCE (nº1 art.56º LFL) (B)-(A)	2 551 979,18

Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

7. ANÁLISE PATRIMONIAL

As informações apresentadas neste capítulo resultam da **Contabilidade Patrimonial ou Financeira**, sistema que tem por objetivo principal o registo das operações que modificam a constituição, quantitativa ou qualitativa, do património do Município, determinado como o agregado de todos os seus bens, direitos e obrigações, e os custos e proveitos gerados pela atividade desenvolvida.

O **Balço e Demonstração de Resultados** facultam a obtenção de informação da posição económico-financeira do Município, sua execução e evolução, para ulterior diagnóstico e tomada de decisões.

No presente relatório recorreu-se à para a obtenção de informação necessária à análise económica, centrada nos proveitos e custos, e de estrutura financeira.

Será de salientar, no entanto, as divergências, regra geral, existentes entre os valores relativos a Proveitos e Custos (Contabilidade Patrimonial ou Financeira) e de Receitas e Despesas (Contabilidade Orçamental) pela natureza diversa dos conceitos.

7.1. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

7.1.1. Análise do Balço

O **Balço** é a ferramenta contabilística, por excelência, de aferição da posição económica e financeira de uma entidade. Neste mapa, é possível encontrar informação acerca da composição atual do património/ativo e a expressão de cada uma das suas partes (imobilizado, existências, dívidas de terceiros e disponibilidades), assim como acerca das fontes de financiamento que lhe estão subjacentes (fundos próprios ou capitais alheios/passivo). Da articulação destas duas partes é possível inferir acerca da capacidade da entidade para se autofinanciar e, por sua vez, da capacidade de manutenção da sua atividade de modo sustentável e equilibrado, cumprindo com as suas obrigações perante terceiros pontualmente

Para a analisar a evolução da situação patrimonial, importa proceder à comparação com o Balço reportado a 31/12/2015, evidenciado em valores líquidos.

Quadro nº 94 – Balanço

Designação	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Ativo						
Imobilizado	94 613 919,35	91,63%	94 978 435,03	91,98%	-364 515,68	-0,38%
<i>Bens de Domínio Público</i>	35 004 897,52	33,90%	36 327 038,41	35,18%	-1 322 140,89	-3,64%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	30 108,54	0,03%	33 429,18	0,03%	-3 320,64	-9,93%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	57 325 969,14	55,52%	56 493 648,29	54,71%	832 320,85	1,47%
<i>Investimentos Financeiros</i>	2 252 944,15	2,18%	2 124 319,15	2,06%	128 625,00	6,05%
Circulante	8 648 177,73	8,37%	8 281 064,79	8,02%	367 112,94	4,43%
<i>Existências</i>	254 032,50	0,25%	245 786,14	0,24%	8 246,36	3,36%
<i>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	2 053 787,79	1,99%	2 053 787,79	1,99%	0,00	0,00%
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	835 969,79	0,81%	1 287 921,92	1,25%	-451 952,13	-35,09%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	4 764 780,29	4,61%	4 026 079,97	3,90%	738 700,32	18,35%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	739 607,36	0,72%	667 488,97	0,65%	72 118,39	10,80%
TOTAL DO ATIVO	103 262 097,08	100,00%	103 259 499,82	100,00%	2 597,26	0,00%
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios	51 584 542,66	49,95%	49 215 733,55	47,66%	2 368 809,11	4,81%
<i>Património</i>	32 696 426,75	31,66%	32 671 426,75	31,64%	25 000,00	0,08%
<i>Reservas Legais</i>	1 059 542,46	1,03%	1 027 732,66	1,00%	31 809,80	3,10%
<i>Subsídios</i>	34 656,00	0,03%	34 656,00	0,03%	0,00	n.a
<i>Doações</i>	118 028,25	0,11%	114 287,25	0,11%	3 741,00	3,27%
<i>Resultados Transitados</i>	15 055 950,98	14,58%	14 731 434,82	14,27%	324 516,16	2,20%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	2 619 938,22	2,54%	636 196,07	0,62%	1 983 742,15	311,81%
Passivo	51 677 554,42	50,05%	54 043 766,27	52,34%	-2 366 211,85	-4,38%
<i>Provisões para Riscos e Encargos</i>	148 920,37	0,14%	0,00	0,00%	148 920,37	0,00%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	7 714 515,69	7,47%	8 878 543,32	8,60%	-1 164 027,63	-13,11%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	3 004 452,13	2,91%	3 109 321,06	3,01%	-104 868,93	-3,37%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	40 809 666,23	39,52%	42 055 901,89	40,73%	-1 246 235,66	-2,96%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	103 262 097,08	100,00%	103 259 499,82	100,00%	2 597,26	0,003%

► ANÁLISE GLOBAL

Em resumo conclui-se que o Ativo Líquido Total a 31 de dezembro de 2016 atingiu o montante de 103.262.097,08€, assistindo-se a uma variação líquida de (+) 2.597,26€ relativamente ao comparável Ativo Líquido de 2015, sobretudo devido ao aumento depósitos em instituições financeiras e caixa (+) 738.700,32€ que anularam o efeito da diminuição operada no valor do imobilizado líquido (-364.515,68 €) e do decréscimo das dívidas de terceiros de curto prazo (-451.952,13 €).

Em termos de estrutura, o imobilizado representa, em 2016, 91,63 % do valor do ativo, tendo registado um decréscimo muito ligeiro relativamente ao ano 2015, por oposição à variação do peso percentual do circulante, que passou de 8,02% para 8,37%.

Nos fundos próprios e passivo, é de realçar o aumento no valor de (+) 2.368.809,11€ dos fundos próprios, que traduz uma variação positiva de 4,81 % comparativamente ao ano anterior, tendo por oposição a variação negativa do Passivo no montante de (-) 2.366.211,85€ correspondendo em termos percentuais a (+) 4,38€.

Na diminuição do agregado do Passivo é de realçar o contributo da redução do valor das dívidas de médio e longo prazo (- 1.164.027,63€) e dos acréscimos e diferimentos (-1.246.235,66€).

Os fundos próprios representam assim, no final do ano 2016, 49,95% do valor global desta massa patrimonial e o passivo representa 50,05%. Importa referir que cerca de 79,26 % do valor do passivo, é constituído por provisões e acréscimos e diferimentos, que **não representam dívida municipal**.

Segue-se uma apreciação individualizada das principais rubricas de cada um dos membros do balanço.

➤ **ATIVO**

O ativo agrega os bens e direitos do Município, englobando ainda os acréscimos de proveitos e os custos diferidos.

Os pontos seguintes remetem-nos para uma apreciação individualizada das principais rubricas de cada uma das componentes do ativo.

IMOBILIZADO

A preponderância do imobilizado na estrutura do ativo é evidenciada pela sua representatividade (superior a 90%) no âmbito desta massa patrimonial.

Nos pontos seguintes procede-se a uma análise mais detalhada das rubricas que compõem o imobilizado.

Quadro n.º 95 – Variação do valor do Imobilizado Bruto

(unidade monetária: €uros)

Imobilizado Bruto	2016		2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2016/2015	%
	141 294 291,08	100,00%	137 124 131,66	100,00%	133 669 338,69	100,00%	4 170 159,42	3,04%
<i>Bens de Domínio Público</i>	66 239 504,82	46,88%	64 306 060,35	46,90%	62 658 103,97	46,88%	1 933 444,47	3,01%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	320 719,36	0,23%	317 736,36	0,23%	314 087,20	0,23%	2 983,00	0,94%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	72 481 106,75	51,30%	70 375 999,80	51,32%	68 572 812,37	51,30%	2 105 106,95	2,99%
<i>Investimentos Financeiros</i>	2 252 960,15	1,59%	2 124 335,15	1,55%	2 124 335,15	1,59%	128 625,00	6,05%

O imobilizado bruto, sem o efeito das amortizações, reintegrações e provisões, tem verificado, entre os anos 2014 e 2016 uma tendência de aumento. Entre 2015 e 2016, verifica-se um incremento de 4.170.159,42 €, sendo a maior fatia proveniente da variação positiva das imobilizações corpóreas, seguida de perto pelos bens de domínio público.

Quadro n.º 96 - Variação do valor das Amortizações/Provisões acumuladas

(unidade monetária: €uros)

Amortizações/ Provisões Acumuladas	2016		2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2016/2015	%
	46 680 371,73	100,00%	42 145 696,63	100,00%	37 969 244,62	100,00%	4 534 675,10	10,76%
<i>Bens de Domínio Público</i>	31 234 607,30	66,91%	27 979 021,94	66,39%	25 138 183,78	66,21%	3 255 585,36	11,64%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	290 610,82	0,62%	284 307,18	0,67%	275 972,08	0,73%	6 303,64	2,22%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	15 155 137,61	32,47%	13 882 351,51	32,94%	12 555 072,76	33,07%	1 272 786,10	9,17%
<i>Investimentos Financeiros</i>	16,00	0,00%	16,00	0,00%	16,00	0,00%	0,00	0,00%

Quadro n.º 97 – Variação do valor do Imobilizado Líquido

(unidade monetária: €uros)

Imobilizado Líquido	2016		2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2016/2015	%
	94 613 919,35	100,00%	94 978 435,03	100,00%	95 700 094,07	100,00%	-364 515,68	-0,38%
<i>Bens de Domínio Público</i>	35 004 897,52	37,00%	36 327 038,41	38,25%	37 519 920,19	39,21%	-1 322 140,89	-3,64%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	30 108,54	0,03%	33 429,18	0,04%	38 115,12	0,04%	-3 320,64	-9,93%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	57 325 969,14	60,59%	56 493 648,29	59,48%	56 017 739,61	58,53%	832 320,85	1,47%
<i>Investimentos Financeiros</i>	2 252 944,15	2,38%	2 124 319,15	2,24%	2 124 319,15	2,22%	128 625,00	6,05%

O imobilizado líquido apresenta uma variação negativa no montante de (-) 364.515,68 €, muito por força do efeito das amortizações do exercício, cujo montante (4.534.675,10 €), expresso na

demonstração de resultados de 2016, se mostrou superior ao valor do aumento do imobilizado bruto (4.170.159,42 €).

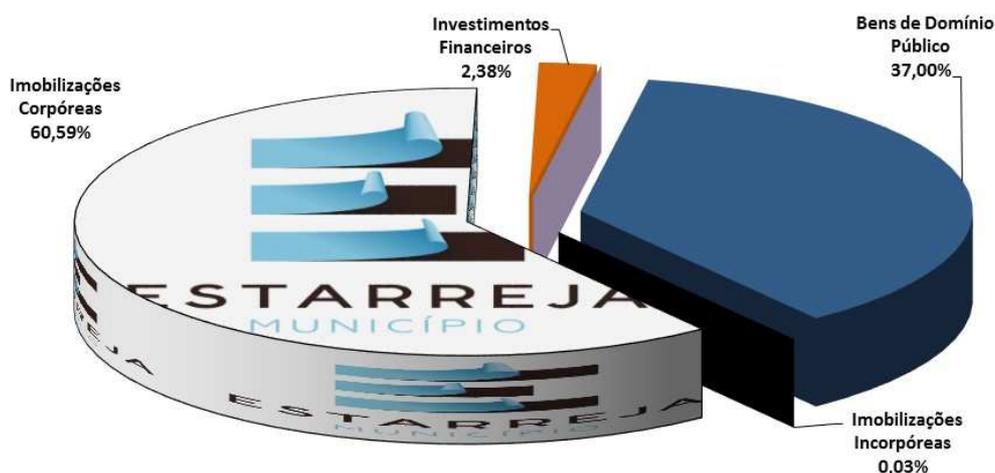
Na análise da evolução dos Bens de Domínio Público, é constatável uma diminuição do seu valor de (-)1.322.140,89€, decorrente do facto de as amortizações regulares deste imobilizado mais do que compensarem os aumentos da rubrica, em termos brutos - vindos sobretudo de Outras Construções e Infraestruturas, contendo custos suportados designadamente com melhorias de arruamentos e viadutos do Município.

De acrescentar ainda que os aumentos no ativo bruto resultam essencialmente das aquisições de imobilizado efetuadas em 2016, bem como da incorporação de bens que não haviam sido considerados no balanço inicial. Por sua vez, as amortizações correspondem ao reconhecimento sistemático do custo (desgaste/desvalorização) dos ativos imobilizados, tendo em conta a respetiva vida útil esperada, de acordo com as taxas de amortização preconizadas pelo CIBE.

Complementarmente importa referir, no âmbito desta análise ao ativo imobilizado, a importância da correlação das amortizações do exercício com o reconhecimento dos proveitos inerentes ao financiamento dos bens adquiridos com o apoio de fundos comunitários ou no âmbito de contratos-programa celebrados com o Estado. Também este reconhecimento é sistemático ao longo da vida útil dos bens financiados. Neste âmbito, em 2016 foi reconhecido o montante de 1.036.258,26€ como proveitos do exercício relativos a esses apoios, que abatidos ao valor das amortizações do exercício, resultam num valor ajustado de 3.372.520,31€.

Em termos de estrutura, o imobilizado líquido apresenta-se muito semelhante aos anos anteriores.

Gráfico n.º 75 – Estrutura do Imobilizado Líquido



As imobilizações corpóreas, com uma representatividade de 60,59 % são a rubrica com maior relevância financeira no cômputo geral do imobilizado líquido. Conforme se pode observar no balanço, as imobilizações corpóreas integram os terrenos e recursos naturais, os edifícios e outras construções, os equipamentos básicos, administrativo e de transporte, e as ferramentas e utensílios.

A rubrica dos bens de domínio público, com uma representatividade de 37%, é maioritariamente composta por construções e infraestruturas diversas, destacando-se a rede viária municipal, parques e jardins e outras infraestruturas classificadas como bens de domínio público pelo CIBE.

CIRCULANTE

O Ativo Circulante totaliza em 31 de dezembro de 2016 o montante de 8.648.177,73€, representando 8,37% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades, tendo nas duas últimas rubricas referidas a maior expressividade do seu valor total, à semelhança do verificado no ano 2015.

Quadro n.º 98 – Ativo Circulante

(unidade monetária: €uros)

Designação	Ano 2016		Ano 2015		Ano 2014		Variação	
Circulante	8 648 177,73	100,00%	8 281 064,79	100,00%	8 454 656,36	100,00%	367 112,94	4,43%
<i>Existências</i>	254 032,50	2,94%	245 786,14	2,97%	237 173,32	2,86%	8 246,36	3,36%
<i>Dívidas de Terceiros</i>	2 889 757,58	33,41%	3 341 709,71	40,35%	3 539 204,25	42,74%	-451 952,13	-13,52%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	4 764 780,29	55,10%	4 026 079,97	48,62%	4 292 036,49	51,83%	738 700,32	18,35%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	739 607,36	8,55%	667 488,97	8,06%	386 242,30	4,66%	72 118,39	10,80%

Relativamente ao ano 2015, o Ativo Circulante regista um incremento de 4,43%, o que representa, em termos absolutos um aumento de 367.112,94 €. Esta variação resulta do acréscimo verificado nos depósitos em instituições financeiras e caixa (+18,35%) e nos acréscimos e Diferimentos (+10,80%)

De realçar que o valor das disponibilidades inclui o saldo de operações de tesouraria, no valor de 500.510,09 €. Retirando o efeito destas operações, as disponibilidades que o Município de Estarreja pode utilizar para a realização de operações orçamentais é de 4.264.270,20 €.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS

Do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios resulta a inclusão nas demonstrações financeiras, no ativo do balanço, das rubricas de Acréscimos de Proveitos e de Custos Diferidos, cuja apreciação se faz de seguida.

Quadro n.º 99 – Acréscimos e Diferimentos Ativos

Acréscimos de Proveitos	Saldo Final
Renda de Concessão EDP, 4º trimestre 2016 a receber em 2017	122 361,34
Impostos Municipais a receber	113 026,37
Outros acréscimos de proveitos (Serviços de 2016 reconhecidos em 2017; parte da retribuição anual da Adra, entre outros)	504 219,65
Total	739 607,36

O reconhecimento de proveitos de natureza ativa apresenta, no final de 2016, o valor de 739.607,36€, repartidos conforme demonstrado no quadro supra.

➤ **PASSIVO**

Em 31/12/2016, o passivo do município (incluídos os acréscimos e diferimentos, no valor de 40.809.666,23 €) registou o valor de 51.677.554,42 €, o que traduz uma diminuição de -2.366.211,85 € (-4,38%), relativamente ao exercício de 2015.

Este decréscimo no valor do passivo resulta do efeito conjugado da redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo, das dívidas a terceiros de curto-prazo e do acréscimos e diferimentos, estes últimos que, ainda assim, continuam a ser, à semelhança dos anos anteriores, a parcela com maior expressividade no total do

passivo, representando 78,79% do seu total. Nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, mais concretamente, na nota n.º 8.2.33, são apresentadas informações complementares acerca desta rubrica.

No que se refere às dívidas a terceiros, no quadro seguinte podemos observar a respetiva estrutura e variação.

Quadro n.º 100 – Variação das dívidas a terceiros

(unidade monetária: €uros)

Dívidas a terceiros	2016		2015		Variação	
	10 718 967,82	100,00%	11 987 864,38	100,00%	-1 268 896,56	-11,84%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	7 714 515,69	71,97%	8 878 543,32	74,06%	-1 164 027,63	-15,09%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	3 004 452,13	28,03%	3 109 321,06	25,94%	-104 868,93	-3,49%

No quadro n.º 100 verifica-se que as dívidas a terceiros de médio e longo prazo, que são constituídas pelo passivo exigível num prazo superior a um ano, diminuíram (-) 15,09% relativamente ao ano anterior.

De notar que todos os empréstimos bancários ou de outra natureza contratados pelo Município de Estarreja em anos anteriores são formalmente considerados como de médio e longo prazo. No entanto, no Balanço a 31/12/2016, o valor em dívida encontra-se desagregado entre a componente que será exigível durante o ano 2017 e nos anos seguintes - curto prazo e médio e longo prazo, respetivamente.

A dívida de curto prazo manteve-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior.

Uma análise mais pormenorizada da dívida do Município consta de capítulo próprio inserido no presente relatório de gestão.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

O cumprimento do princípio da especialização dos exercícios determina o reconhecimento, do lado do passivo, de Acréscimos de Custos e de Proveitos Diferidos, cuja composição em 2016 se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro n.º 101 – Acréscimos e Diferimentos Ativos

Acréscimos e Custos Diferidos Passivos	Saldo final
Acréscimos de Custos	595 539,27
Remunerações a liquidar - ano seguinte	493 114,50
Juros de empréstimos a liquidar	6 281,90
Outros Acréscimos de Custos	96 142,87
Proveitos Diferidos	40 214 126,96
Subsídios para Investimentos	33 575 816,13
Retribuição Inicial da ADRA	6 313 565,06
Proveitos diferidos diversos	324 745,77
TOTAL	40 809 666,23

A especialização de custos e de proveitos de natureza passiva perfazem o total de 40.809.666,23€, distribuindo-se maioritariamente (98,5%) por Proveitos Diferidos, e em bastante menor dimensão por Acréscimos de Custos.

A parcela predominante de Acréscimos de Custos respeita a remunerações a pagar em 2017 a título de férias e subsídio de férias, cujo tratamento contabilístico atendeu às disposições legais em vigor em matéria de despesas com pessoal – que, por sua vez, foram já amplamente explicadas em capítulo anterior deste relatório. Os valores especializados atendem às obrigações que se constituem a 31 de dezembro de 2016.

Em Outros Acréscimos de Custos foram reconhecidos os custos imputáveis a 2016 referentes ao fornecimento de serviços externos de comunicações, eletricidade, gás, consumo de água e outros, no valor total de 96.142,87 €.

Do lado dos Proveitos Diferidos predomina o valor contabilizado em Subsídios para Investimentos, que representam cerca de 82,27% do total dos Acréscimos e Diferimentos de natureza passiva: respeitam às participações obtidas no âmbito de projetos cofinanciados, cujo reconhecimento do direito é contabilizado na medida dos pedidos de pagamento efetuados e cujos proveitos vão sendo reconhecidos em linha com as amortizações dos equipamentos que são objeto de financiamento

► CAPITAL PRÓPRIO

Verifica-se um aumento de 4,01% no valor dos Fundos Próprios relativamente ao exercício 2014, que pode ser apreciado no quadro seguinte:

Quadro n.º 102 – Fundos Próprios

(unidade monetária: Euros)

Fundos Próprios	2016		2015		Variação	
	51 584 542,66	100,00%	49 215 733,55	100,00%	2 368 809,11	4,81%
<i>Património</i>	32 696 426,75	63,38%	32 671 426,75	66,38%	25 000,00	0,08%
<i>Reservas Legais</i>	1 059 542,46	2,05%	1 027 732,66	2,09%	31 809,80	3,10%
<i>Subsídios</i>	34 656,00	0,07%	34 656,00	0,07%	0,00	0,00%
<i>Doações</i>	118 028,25	0,23%	114 287,25	0,23%	3 741,00	3,27%
<i>Resultados Transitados</i>	15 055 950,98	29,19%	14 731 434,82	29,93%	324 516,16	2,20%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	2 619 938,22	5,08%	636 196,07	1,29%	1 983 742,15	311,81%

A justificação mais detalhada dos movimentos ocorridos no decurso do ano 2016 em cada uma das contas que compõe a classe 5 – Fundos Próprios, é remetida para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, no ponto 8.2.28.

7.1.2. Análise da Demonstração de Resultados

A **Demonstração de Resultados** disponibiliza informação acerca da performance da entidade: dos custos e perdas incorridos com a prossecução da atividade autárquica no exercício em apreço, assim como dos proveitos e ganhos obtidos nos processos criadores de bens e serviços (públicos) consumidores desses gastos – e, inerentemente, da capacidade dos últimos para cobrir os primeiros na íntegra.

A análise da Demonstração de Resultados permite perceber o modo como o resultado do exercício económico foi gerado, tendo em conta o comportamento dos custos e proveitos.

Para melhor compreensão da evolução do desempenho do Município, o próximo quadro apresenta a estrutura da Demonstração de Resultados referente ao exercício económico de 2016 em comparação com o período homólogo de 2015, evidenciando as variações apuradas.

Quadro nº103- Demonstração de Resultados

(unidade monetária: €uros)

Designação	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas						
Custo Mercadorias Vendidas e M. C. (CMVMC)	292 091,25	1,99%	326 631,25	2,30%	-34 540,00	-10,57%
Fornecimentos e Serviços Externos	3 796 288,25	25,80%	3 693 723,78	26,04%	102 564,47	2,78%
Custos com Pessoal	4 233 122,40	28,77%	4 225 006,89	29,78%	8 115,51	0,19%
Amortizações/ Provisões do Exercício	4 568 684,53	31,05%	4 266 592,36	30,07%	302 092,17	7,08%
Transferências /Sub Concedidos	994 994,94	6,76%	959 530,14	6,76%	35 464,80	3,70%
Outros Custos e Perdas Operacionais	59 838,44	0,41%	32 541,86	0,23%	27 296,58	83,88%
Custos e Perdas Operacionais (A)	13 945 019,81	94,79%	13 504 026,28	95,18%	440 993,53	3,27%
Custos e Perdas Financeiras	45 812,55	0,31%	81 611,84	0,58%	-35 799,29	-43,87%
Custos e Perdas Correntes(C)	13 990 832,36	95,10%	13 585 638,12	95,76%	405 194,24	2,98%
Custos e Perdas Extraordinários	721 311,63	4,90%	601 531,28	4,24%	119 780,35	19,91%
Total dos Custos e Perdas (E)	14 712 143,99	100,00%	14 187 169,40	100,00%	524 974,59	3,70%
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	1 048 109,66	6,05%	1 057 029,18	7,13%	-8 919,52	-0,84%
Impostos e Taxas	5 060 227,82	29,20%	4 195 200,92	28,30%	865 026,90	20,62%
Proveitos Suplementares	10 118,02	0,06%	12 174,97	0,08%	-2 056,95	-16,89%
Transferências /Sub Obtidos	7 123 849,41	41,10%	7 274 691,33	49,08%	-150 841,92	-2,07%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	280 877,89	1,62%	275 693,85	1,86%	5 184,04	1,88%
Proveitos e ganhos Operacionais (B)	13 523 182,80	78,02%	12 814 790,25	86,45%	708 392,55	5,53%
Proveitos e Ganhos Financeiros	709 429,71	4,09%	640 051,26	4,32%	69 378,45	10,84%
Proveitos e Ganhos Correntes (D)	14 232 612,51	82,12%	13 454 841,51	90,77%	777 771,00	5,78%
Proveitos e ganhos Extraordinários	3 099 469,70	17,88%	1 368 523,96	9,23%	1 730 945,74	126,48%
Total dos Ganhos e Proveitos (F)	17 332 082,21	100,00%	14 823 365,47	100,00%	2 508 716,74	16,92%
Resultados Operacionais: (B-A)	-421 837,01		-689 236,03		267 399,02	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	663 617,16		558 439,42		105 177,74	
Resultados Correntes: (D-C)	241 780,15		-130 796,61		372 576,76	
Resultados Extraordinários:	2 378 158,07		766 992,68		1 611 165,39	
Resultado Líquido do Exercício (F-E)	2 619 938,22		636 196,07		1 983 742,15	
Total dos Custos e Perdas +RLE	17 332 082,21		14 823 365,47		2 508 716,74	

Numa primeira análise, destaca-se um aumento de 3,70 % nos custos e perdas do exercício, comparativamente ao ano 2015, o que representa um incremento de 524.974,59 €. Na sua grande maioria as rubricas de Custos e Perdas Operacionais registaram aumentos, comparativamente ao exercício anterior, sendo de destacar os aumentos verificados ao nível dos custos com pessoal e das amortizações/ provisões do exercício

Quanto aos proveitos e ganhos do exercício, verificou-se um aumento de 16,92%, o que se traduz, em termos absolutos, no valor de 2.508.716,74 €. O aumento verificado nos custos e perdas do exercício foi mais que compensada pelo aumento dos proveitos e ganhos.

Do atrás exposto e do quadro supra, constata-se desde logo que o Resultado Líquido apurado no exercício de 2016, positivo e no montante de 2.619.938,22 €, reflete a manutenção de tendência de melhoria que já vinha sendo observada, tendência que se acentuou apreciavelmente no ano em apreço.

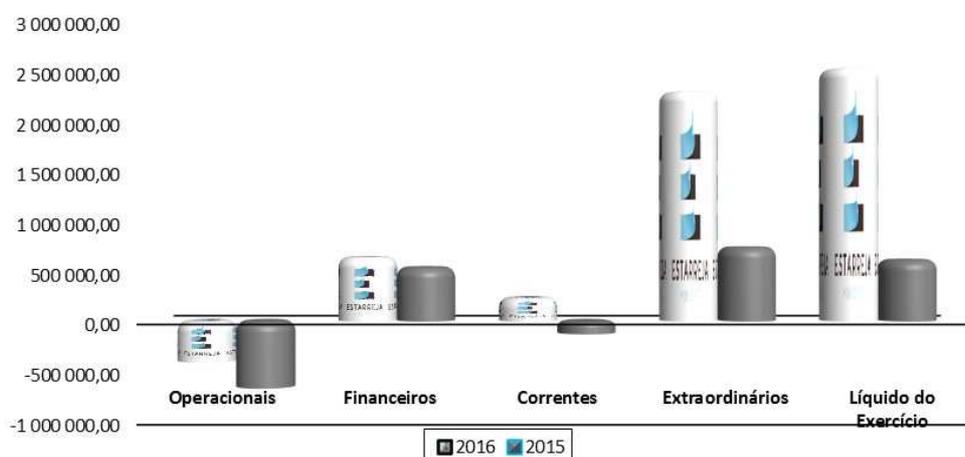
Conclui-se que a variação positiva dos Resultados Líquidos verificada entre 2015 e 2016 (1.983.742,15 € positivos) resulta de uma melhoria de performance ao nível de todas as naturezas de resultados, sendo esta variação atribuível em (+) 267.399,02 € à atividade de natureza operacional, (+) 105.177,74 € à de natureza financeira e (+) 1.611.165,39 € à de natureza extraordinária.

► **Estrutura dos Resultados**

No exercício económico de 2016 o resultado líquido do exercício aumentou 1.1983.742,15€, comparativamente ao exercício anterior. Este aumento resultou, muito genericamente, do acréscimo do valor dos custos e perdas, que se revelou inferior ao incremento do valor dos proveitos e ganhos.

O gráfico apresentado de seguida demonstra a evolução ao nível dos resultados verificada entre o ano 2015 e o ano 2016.

Gráfico nº 76 – Evolução dos Resultados

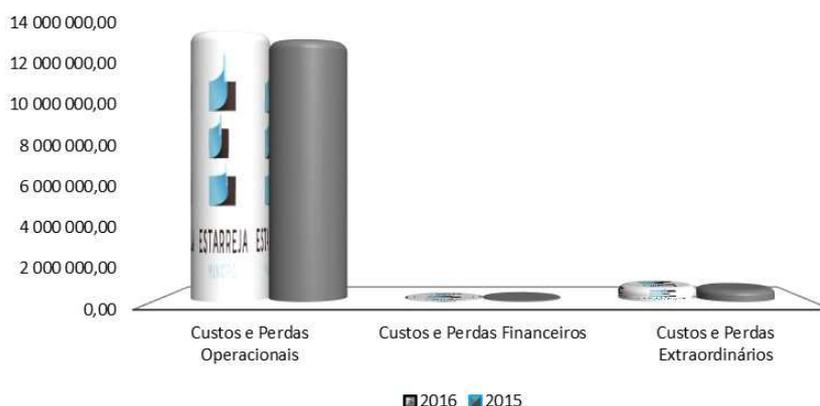


Nos pontos seguintes serão analisadas as causas para esta variação ocorrida ao nível do resultado líquido do exercício.

► **Estrutura dos Custos e Perdas**

Relativamente ao exercício anterior, o valor dos custos e perdas conheceu aumento de 524.974,59€.

Gráfico nº 77 – Estrutura de Custos e Perdas



► **Estrutura dos Proveitos e Ganhos**

Os proveitos e ganhos obtidos no exercício económico de 2016 registaram um aumento de (+) 2.508.716,74€ relativamente ao ano anterior, o que representa um acréscimo de (+) 16,92%.

Gráfico nº 78 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos



► **Resultados Operacionais – Proveitos e Ganhos Operacionais vs Custos e Perdas Operacionais**

A atividade regular da autarquia gera um conjunto de proveitos e de custos operacionais que, de forma recorrente se apresentam como os mais significativos no cômputo geral dos proveitos e custos por natureza, contribuindo decisivamente para o comportamento do resultado líquido do exercício.

Durante o ano 2016, os resultados operacionais foram superiores aos do ano anterior, passando de (-) 689.236,03 € para (-) 421.837,01. Esta variação, de (+) 267.399,02 € resulta do aumento de 440.993,53 € (+3,27%) relativamente a 2015, verificado ao nível dos custos e perdas operacionais, conjugado com o aumento de 708.392,55 € (+5,53%) operado ao nível dos proveitos e ganhos desta natureza.

Ainda sobre os resultados operacionais, importa realçar que as amortizações do exercício são contabilizadas como custos operacionais (em 2016, representaram 32,76% destes custos). No entanto, esta tipologia de custo está diretamente correlacionada com o valor do reconhecimento anual dos proveitos associados aos financiamentos/subsídios obtidos para a aquisição/construção de bens amortizáveis, que são tratados pelo POCAL como proveitos extraordinários.

É esta a principal justificação para a existência de resultados operacionais negativos e resultados extraordinários positivos.

CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Os custos e perdas operacionais resultam da atividade regular da entidade na prossecução das suas atribuições e competências, destacando-se os custos com pessoal, fornecimentos e serviços externos (FSE), amortizações do exercício e transferências e subsídios correntes concedidos.

Em 2016 totalizaram 13.945.019,81 €, destacando-se as rubricas de amortizações do exercício, custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos.

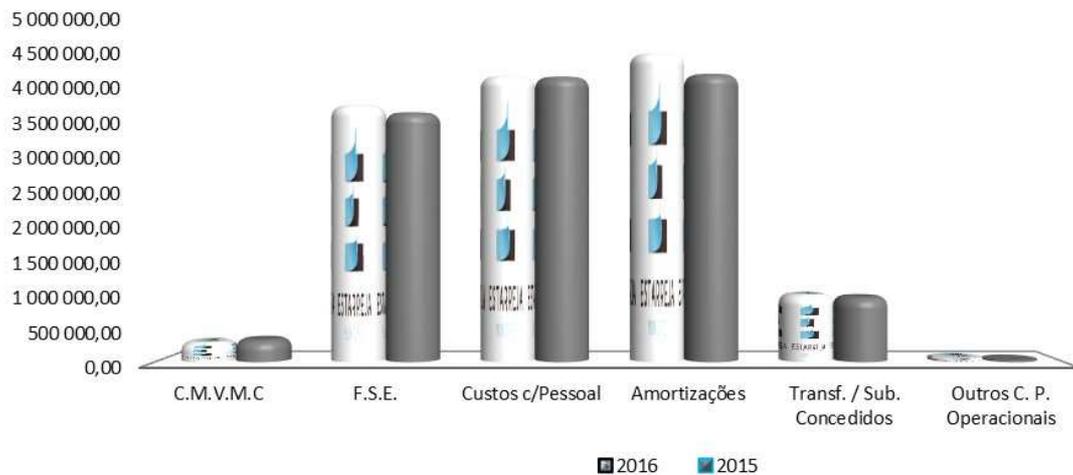


Gráfico nº 79 – Estrutura dos Custos e Perdas Operacionais

Comparando os custos operacionais nos exercícios económicos de 2016 e 2015, deparamo-nos com uma estrutura muito semelhante em termos de peso de cada uma das rubricas no cômputo total. De destacar a diminuição do peso dos FSE e dos custos com pessoal, por oposição à diminuição do peso das amortizações do exercício.

Os custos com pessoal sofreram um aumento de (+) 102.564,47 € relativamente ao exercício anterior. No que se refere aos fornecimentos e serviços externos, o quadro seguinte evidencia a variação ocorrida nas rubricas que compõem esta componente dos custos operacionais:

Quadro nº 104 – Fornecimentos e Serviços Externos

(unidade monetária: Euros)

Rubricas de FSE	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Subcontratos	853 790,23	1 170 764,14	(316 973,91)	-27,07%
Transportes escolares	173 736,33	190 252,82	(16 516,49)	-8,68%
Serviço de Refeições da Cantina Municipal/Escolares	168 879,52	178 194,09	(9 314,57)	-5,23%
Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e limpeza urbana	501 073,58	521 272,73	(20 199,15)	-3,87%
Serviços de educação	-	273 988,35	(273 988,35)	n.a
Aluguer de Equipamento	5 045,50	5 961,45	(915,95)	n.a
Outros	5 055,30	1 094,70	3 960,60	n.a
Energia	936 477,59	976 986,96	(40 509,37)	-4,15%
Iluminação Pública	583 943,13	709 374,48	(125 431,35)	-17,68%
Electricidade - Instalações	352 534,46	267 612,48	84 921,98	31,73%
Combustíveis	52 614,76	57 191,74	(4 576,98)	-8,00%
Água	94 523,12	80 397,23	14 125,89	17,57%
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	2 666,67	707,40	1 959,27	276,97%
Livros e documentação Técnica	233,40	288,54	(55,14)	-19,11%
Material de Escritório	111,37	272,61	(161,24)	-59,15%
Artigos para oferta	90 766,18	85 140,03	5 626,15	6,61%
Rendas e Alugueres	137 806,56	139 526,01	(1 719,45)	-1,23%
Despesas de Representação	4 453,45	4 922,24	(468,79)	-9,52%
Comunicação	57 028,42	56 385,04	643,38	1,14%
Seguros	60 019,38	44 340,18	15 679,20	35,36%
Transporte de Mercadorias	69,66	-	69,66	n.a.
Deslocações e Estadas	45 212,38	57 025,66	(11 813,28)	-20,72%
Honorários	24 086,79	2 296,51	21 790,28	948,84%
Contencioso e Notariado	14 860,67	3 137,07	11 723,60	373,71%
Conservação e Reparação	227 090,99	226 345,72	745,27	0,33%
Publicidade e propaganda	73 919,12	70 193,89	3 725,23	5,31%
Limpeza, higiene e conforto	74 780,10	66 058,27	8 721,83	13,20%
Vigilância e segurança	36 042,23	28 170,34	7 871,89	27,94%
Trabalhos especializados	851 588,89	456 367,30	395 221,59	86,60%
Serviços Informáticos	1 950,35	19 877,08	(17 926,73)	-90,19%
Trabalhos Gráficos/Fotograficos e Vídeo	8 871,20	16 772,36	(7 901,16)	-47,11%
Análises Laboratoriais/Tratamento Água	3 839,70	3 273,89	565,81	17,28%
Estudos e Consultadoria	142 002,12	148 053,68	(6 051,56)	-4,09%
Produção/Actuação espectáculos	236 845,30	193 162,20	43 683,10	22,61%
Trabalhos Especializados Diversos	458 080,22	75 228,09	382 852,13	508,92%
Vestuário , Calçado e Adereços	89,67	-	89,67	n.a.
Encargos de cobrança	86 569,12	80 670,10	5 899,02	7,31%
Prémios e Condecorações	262,03	-	262,03	n.a.
Outros fornecimentos e serviços	71 225,47	86 536,80	(15 311,33)	-17,69%
Aquisição/Assinatura de Jornais e Revistas	2 794,91	2 425,42	369,49	15,23%
Publicações Oficiais	8 977,85	6 675,24	2 302,61	34,49%
Emolumentos	10 433,50	27 263,14	(16 829,64)	-61,73%
Outros FSE-Diversos não especificados	49 019,21	50 173,00	(1 153,79)	-2,30%
Total	3 796 288,25	3 693 723,78	102 564,47	2,78%

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) tem um peso de 1,99% no valor global dos custos e perdas operacionais, no entanto, apesar da reduzida expressividade a sua análise permite complementar a informação apresentada no Quadro 105, nomeadamente no que se refere aos custos com combustíveis, material de escritório, material de limpeza, entre outros, que foram movimentados através do sistema de gestão de stocks.

Quadro nº 105 – CMVMC

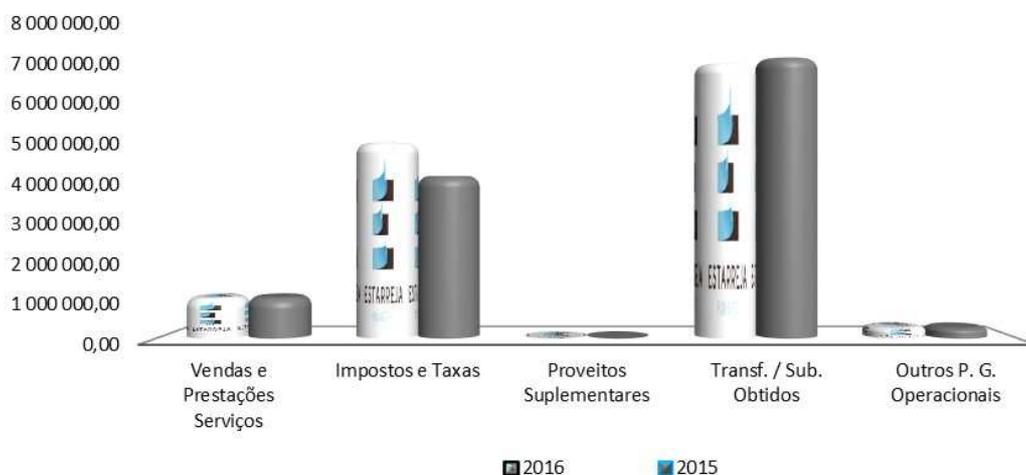
(unidade monetária: €uros)

	2016	2015
Mercadorias	3 012,87	11 380,65
Matérias Primas e Outros Materiais de Consumo	289 078,38	315 250,60
Matérias Primas	59 570,81	53 164,54
Combustíveis	91 899,22	125 246,93
Gasóleo	81 028,23	95 613,03
Gasolina	8 235,16	9 910,36
Gas	1 243,16	17 688,66
Outros combustíveis e lubrificantes	1 392,67	2 034,88
Materiais Diversos	137 502,31	136 839,13
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4 813,13	4 457,33
Material de Escritório	17 819,16	21 478,12
Material de Limpeza, higiene e conforto	27 720,14	21 465,64
Peças e acessórios para viaturas	17 338,38	16 417,05
Artigos para ofertas	32 312,78	34 899,80
Vestuário e Proteção Pessoal	10 522,84	14 183,26
Outros materiais	26 975,88	23 937,93
Total do CMVMC	292 091,25	326 631,25

PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS

Os Proveitos e Ganhos Operacionais totalizaram, em 2016, 13.523.182,80€, revelando um aumento (+5,53%) relativamente ao exercício anterior.

Gráfico nº 80 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos Operacionais



No ano 2016, à exceção dos impostos e taxas, verificou-se um aumento no valor de todas as rubricas que compõem os proveitos e ganhos operacionais, destacando-se as vendas e prestações de serviços.

No que se refere aos impostos e taxas, a redução verificada é justificada através do quadro seguinte:

Quadro nº 106 – Impostos e Taxas

(unidade monetária: €uros)

Rubrica	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Impostos Diretos	4 436 989,86	3 948 646,36	488 343,50	12,37%
IMI	2 388 795,21	2 547 378,39	(158 583,18)	-6,23%
IUC	563 521,73	542 245,74	21 275,99	3,92%
IMT	567 531,02	209 704,44	357 826,58	170,63%
Derrama	917 141,90	649 317,79	267 824,11	41,25%
Impostos Indiretos	589 335,97	188 283,48	401 052,49	213,00%
Taxas	82 557,68	85 108,20	(2 550,52)	-3,00%
Reembolsos, Restituições e Anulações	(48 655,69)	(26 837,12)	(21 818,57)	81,30%
Total	5 060 227,82	4 195 200,92	865 026,90	20,62%

No que se refere aos impostos diretos, o aumento verificado resulta do aumento dos proveitos contabilizados relativos ao IUC, IMT e Derrama com uma variação positiva de 12,37%, sendo de salientar os aumentos significativos registados na Derrama e no IMT.

Os impostos indiretos conheceram um aumento significativo no valor de 401.052,49€, com aumento de receita ao nível de taxas de Loteamento de obras e de Licença de Ocupação de Via Pública.

As vendas e prestações de serviços registaram uma diminuição muito ligeira de (-) 0,84 %, resultantes em grande medida da alteração verificada ao nível da classificação dos proveitos associados às refeições e transportes escolares e à componente de apoio à família (CAF) que, até ao ano 2014, eram contabilizados como transferências de famílias, passando, em 2015, a ser tratados como prestações de serviços, por melhor se enquadrarem neste âmbito.

No que se refere às transferências e subsídios obtidos, que representam 41,10% dos proveitos obtidos em 2015, registou-se uma diminuição relativamente ao ano 2015, motivado essencialmente pela diminuição verificada nas transferências previstas no Orçamento de Estado.

Quadro n.º 107 – Transferências e Subsídios Obtidos

(unidade monetária: €uros)

Rubrica	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Transferências Correntes	6 515 142,39	6 647 868,97	(132 726,58)	-2,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 019 828,00	4 973 862,00	45 966,00	0,92%
Fundo Social Municipal	502 936,00	502 936,00	-	0,00%
Participação Fixa no IRS	632 784,00	870 380,00	(237 596,00)	-27,30%
Outras Transferências correntes das AP	359 594,39	300 690,97	58 903,42	19,59%
Transferências de Capital	557 759,00	552 651,00	5 108,00	0,92%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	557 759,00	552 651,00	5 108,00	0,92%
Transferências correntes da Adm. Autárquica	-	62 478,87	n.a.	n.a.
Transferências correntes da Fundos e Serviços Autonomos	11 948,00	-	11 948,00	n.a.
Transferências correntes da Famílias	36 047,55	-	36 047,55	n.a.
Transferências correntes de empresas	100,00	11 692,49	(11 592,49)	-99,14%
Transferências correntes Outras	2 852,47	-	2 852,47	n.a.
Total	7 123 849,41	7 274 691,33	(150 841,92)	-2,07%

► **RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS – Proveitos e Ganhos Extraordinários vs Custos e Perdas Extraordinários**

Os Resultados Extraordinários de 2016 fixaram-se em 2.378.158,07 €, traduzindo uma variação positiva, face a 2015, de 1.611.165,39€ (+210,06%).

Através do quadro n.º 108, procede-se à apresentação detalhada das rubricas que concorrem para a formação dos Resultados Extraordinários de 2016, comparando-as com as de 2015.

Quadro n.º 108 - Resultados Extraordinários

(unidade monetária: €uros)

Código das Contas	Custos e Perdas	2016	2015	Variação 2016/2015	
				Valor	%
691	Transferências Capital Concedidas	589 915,71	541 211,95	48 703,76	9,00%
693	Perdas em existências	13 127,78	1 911,94	11 215,84	586,62%
694	Perdas em Imobilizações	409,69	7 947,43	(7 537,74)	-94,85%
695	Multas e Penalidades	2 051,92		2 051,92	n.a.
696	Aumentos de Amortizações e Provisões	1 046,20	-	1 046,20	n.a.
697	Correcções relativas a anos anteriores	81 392,37	39 181,51	42 210,86	107,73%
698	Outros Custos e Perdas Extraordinários	33 367,96	11 278,45	22 089,51	195,86%
TOTAL		721 311,63	601 531,28	119 780,35	19,91%
Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2016	2015	Valor	%
793	Ganhos em existências	56,39	2 166,38	(2 109,99)	-97,40%
794	Ganhos em Imobilizações	1 823 768,98	9 407,41	1 814 361,57	19286,52%
795	Benefícios e Penalidades Contratuais	21 402,14	16 348,19	5 053,95	30,91%
796	Reduções de Amortizações e Provisões	9 668,29	223 693,67	(214 025,38)	-95,68%
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	115 749,81	36 168,80	79 581,01	220,03%
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 128 824,09	1 080 739,51	48 084,58	4,45%
TOTAL		3 099 469,70	1 368 523,96	1 730 945,74	126,48%
Resultados Extraordinários		2 378 158,07	766 992,68	1 611 165,39	210,06%

Comparativamente ao exercício de 2015, verifica-se que praticamente todas as rubricas de custos e perdas extraordinários aumentaram, com exceção das perdas em imobilizações, que tem uma expressão financeira muito reduzida.

No que se refere às transferências de capital concedidas, importa referir que em 2016 foi implementada metodologia para apuramento das verbas transferidas ao abrigo de contratos interadministrativos celebrados com as Freguesias, destinadas à construção/grandes reparações de bens pertencentes ao Município. Neste âmbito, a nível patrimonial, estas transferências deixam de figurar como custos do exercício, passando a consubstanciar-se em património municipal (imobilizado).

No que se refere aos proveitos e ganhos extraordinários, é de destacar o aumento verificado na rubrica nos ganhos em imobilizações, que reflete as mais valias obtidas com a venda de lotes de terreno no Eco-Parque Empresarial e Estarreja.

O valor registado nos outros proveitos extraordinários resulta essencialmente do reconhecimento dos proveitos do exercício associados a bens adquiridos/construídos com recurso a apoios comunitários ou estatais. Na nota 8.2.33 das notas ao balanço e à demonstração de resultados, podemos encontrar informação mais detalhada sobre a contabilização inerente aos subsídios ao investimento.

➤ **RESULTADOS FINANCEIROS**

Os resultados financeiros, que se demonstraram a par dos Resultados Extrordinários decisivos para a formação do resultado líquido do exercício, apresentam-se com maior detalhe no ponto 8.2.31 das Notas ao Balanço e DR. Os resultados financeiros apresentaram em 2016 um aumento de 18,83%, passando de 558.439,42€ em 2015, para 663.617,16€ em 2016.

Quadro n.º 109 – Resultados Financeiros

(unidade monetária: €uros)

Código das Contas	Custos e Perdas Financeiros	2016	2015	Variação	
				Valor	%
681	Juros Suportados	38 673,17	74 551,97	(35 878,80)	-48,13%
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	7 139,38	7 059,87	79,51	1,13%
	TOTAL	45 812,55	81 611,84	(35 799,29)	-43,87%
Código das Contas	Proveitos e Ganhos Financeiros	2016	2015	Valor	%
781	Juros Obtidos	34 423,25	55 665,88	(21 242,63)	-38,16%
783	Rendimentos de Imóveis	489 445,36	487 331,52	2 113,84	0,43%
784	Rendimentos de Participações de Capital	106 797,15	55 865,15	50 932,00	91,17%
788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	78 763,95	41 188,71	37 575,24	91,23%
	TOTAL	709 429,71	640 051,26	69 378,45	10,84%
	Resultados Financeiros	663 617,16	558 439,42	105 177,74	18,83%

8. INDICADORES DE GESTÃO

Quadro n.º 110 (A) – Indicadores de Gestão

INDICADORES	2013	2014	2015	2016	VARIACÃO (pontos percentuais)		OBSERVAÇÕES			
					2014/2016	2015/2016				
GRAU DE COBERTURA DAS RECEITAS E DAS DESPESAS										
Grau de cobertura das Receitas e das Despesas	1	Receita Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial) *100	121,31%	130,16%	123,25%	20 636 236 16 371 965	126,05%	-4,11	2,79	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais.
	2	Despesa Total Paga *100	126,19%	144,45%	137,21%	13 514 064 9 713 593	139,13%	-5,33	1,91	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas.
	3	Receita Corrente Cobrada *100	69,37%	91,04%	87,80%	13 514 064 17 024 713	79,38%	-11,66	-8,42	Mede o peso das receitas correntes nas receitas totais cobradas no exercício.
	4	Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial) *100	41,94%	46,93%	44,63%	9 308 272 17 024 713	54,68%	7,75	10,04	Mede o peso das receitas próprias nas receitas totais cobradas no exercício e, por isso, de algum modo a independência financeira na perspectiva orçamental.
	5	Despesa Corrente Paga *100	62,95%	65,94%	62,25%	9 713 593 16 371 965	59,33%	-6,61	-2,92	Mede o peso das despesas correntes nas despesas totais pagas.
	6	Receita Total Disponível-Passivos Financeiros Cobrados *100	117,02%	130,16%	119,16%	20 636 236 16 371 965	126,05%	-4,11	6,89	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia que não são provenientes de empréstimos.
	7	Receitas Próprias Cobradas *100	48,02%	49,10%	43,42%	9 308 272 16 371 965	56,85%	7,75	13,44	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias (ou seja, o valor total das receitas abatido das transferências recebidas e dos passivos financeiros) e controladas directamente pela autarquia.
	8	Fundos Municipais *100	41,90%	49,03%	44,42%	6 950 903 16 371 965	42,46%	-6,57	-1,97	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelos fundos municipais.
	9	Transf da Administração Central *100	46,31%	52,79%	46,70%	7 135 798 16 371 965	43,59%	-9,21	-3,12	Mede o grau de cobertura da despesa total por receitas oriundas de transferências da Adm Central
	9	Receita Corrente Cobrada Localmente *100	14,57%	16,26%	16,85%	2 526 964 16 371 965	15,43%	-0,83	-1,41	Mede o grau de cobertura da despesa total por receitas cobradas localmente pela autarquia (Receitas totais abatidas das transferências e dos passivos financeiros e das receitas próprias cobradas na autarquia).
	11	Receita Corrente *100	140,56%	161,83%	153,54%	13 514 064 8 690 140	155,51%	-6,32	1,97	Mede o grau de cobertura das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços correntes e outras despesas correntes (despesas de funcionamento) pelas receitas provenientes desse mesmo funcionamento.
	12	Despesas de Funcionamento *100	127,62%	36,79%	44,15%	3 506 973 5 493 458	63,84%	27,05	19,69	Mede o grau de cobertura das despesas com investimento direto, transferências de capital e ativos financeiros pelas receitas de capital.
ESTRUTURA DA RECEITA										
Estrutura da Receita	13	Receitas Próprias *100	39,58%	37,73%	35,23%	9 308 272 20 636 236	45,11%	7,38	9,88	Mede o peso das receitas próprias do município no total das receitas arrecadadas/disponíveis
	14	Receita Total Disponível *100	12,01%	12,49%	13,67%	2 526 964 20 636 236	12,25%	-0,25	-1,42	Mede o peso das receitas cobradas localmente pela autarquia nas receitas totais
	15	Impostos Diretos *100	21,20%	23,30%	20,62%	4 409 060 20 636 236	21,37%	-1,93	0,74	Mede o peso das receitas provenientes de impostos diretos na Receita total
	16	Fundos Municipais *100	34,54%	37,67%	36,04%	6 950 903 20 636 236	33,68%	-3,99	-2,36	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros.
	17	Transf Adm Central *100	38,18%	40,56%	37,89%	7 135 798 20 636 236	34,58%	-5,98	-3,31	Mede o peso das Transferências da Adm Central na receita total
	18	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) *100	3,54%	0,00%	3,32%	20 636 236 20 636 236	0,00%	0,00	-3,32	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia
	19	Venda de Bens e serviços correntes e de investimento *100	4,84%	7,07%	6,42%	3 354 785 20 636 236	16,26%	9,18	9,84	Mede o peso da receita proveniente de venda de bens e serviços na receita total
	ESTRUTURA DA DESPESA									
	Estrutura da Despesa	20	Despesa de Capital *100	37,05%	34,06%	37,75%	6 658 372 16 371 965	40,67%	6,61	2,92
21		Aquisição de bens de Capital *100	26,18%	20,52%	20,17%	3 992 924 16 371 965	24,39%	3,87	4,22	Mede o peso da despesa com investimento direto na despesa total paga
22		Transferências de Capital (despesa) *100	2,86%	4,69%	5,93%	1 264 326 16 371 965	7,72%	3,03	1,79	Mede o peso do investimento realizado através de transferências de capital para outras entidades na despesa total
23		Pessoal *100	28,05%	32,76%	27,10%	4 217 493 16 371 965	25,76%	-7,00	-1,34	Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total paga
24		Pessoal: Remunerações Certas e Permanentes *100	21,98%	24,59%	20,65%	3 212 677 16 371 965	19,62%	-4,96	-1,02	Mede o peso com remunerações certas e permanentes na despesa total paga
25		Aquisição de Bens e Serviços Correntes *100	27,01%	25,03%	28,12%	4 277 658 16 371 965	26,13%	1,10	-2,00	Mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total

Quadro n.º 110 (B) – Indicadores de Gestão

INDICADORES	2013	2014	2015	2016	VARIÇÃO (pontos percentuais)		OBSERVAÇÕES			
					2014/2016	2015/2016				
ESTRUTURA DE SERVIÇO DE DÍVIDA E EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS										
Estrutura de Serviço de Dívida e Empréstimos Bancários	26	Passivos Financeiros Cobrados (Receita) *100	3,54%	0,00%	3,32%	20 636 236	0,00%	0,00	-3,32	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia.
		Receita Total Disponível								
	27	Passivos Financeiros Cobrados (Receita) Despesa Total Paga *100	4,29%	0,00%	4,09%	16 371 965	0,00%	0,00	-4,09	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros.
	28	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) Investimento (PPI) *100	21,19%	0,00%	10,87%	6 550 855	0,00%	0,00	-10,87	Mede o peso das receitas provenientes dos empréstimos de terceiros de médio e longo prazos no financiamento do investimento municipal municipal.
	29	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP Despesa Total Paga *100	7,88%	9,59%	11,43%	1 090 229	6,66%	-2,94	-4,77	Mede o peso da despesa com os custos financeiros (juros+amortizações) dos empréstimos de médio e longo prazos na despesa total.
	30	Amortização de Empréstimos de MLP Despesa Total Paga *100	7,39%	8,85%	10,89%	1 057 398	6,46%	-2,39	-4,44	Permite apurar o peso da amortização de empréstimos de médio e longo prazos no conjunto das despesas da autarquia local.
	31	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP Receita Total Disponível *100	6,50%	7,37%	9,27%	1 090 229	5,28%	-2,09	-3,99	Mede o peso dos custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos de médio e longo prazos na receita total da autarquia.
	32	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP População	47	48	66	1 090 229	41	-6,65	-25,06	Permite apurar o custo do serviço da dívida de empréstimos de médio e longo prazos "per capita".
GRAU DE FINANCIAMENTO E DO INVESTIMENTO										
Grau de Financiamento do Investimento	33	Fundos municipais de capital Investimento (PPI) *100	25,06%	12,09%	9,44%	557 759	8,51%	-3,57	-0,93	Mede o peso das receitas provenientes dos fundos municipais de capital no financiamento do investimento municipal
	34	Fundos municipais de capital Aquisição de bens de Capital *100	25,06%	19,62%	17,64%	3 992 924	13,97%	-5,65	-3,67	Mede o grau de cobertura das despesas com investimento pelas receitas provenientes dos fundos municipais de capital
	35	Venda de bens de investimento Investimento (PPI) *100	1,03%	7,57%	2,60%	2 243 622	34,25%	26,68	31,65	Mede o peso das receitas provenientes da venda de bens de investimento no financiamento investimento municipal
	36	Transferências correntes e de capital obtidas no âmbito da UE Investimento (PPI) *100	53,63%	7,91%	8,02%	576 967	8,81%	0,90	0,79	Mede o peso das receitas provenientes das transferências comunitárias no financiamento do investimento municipal
	37	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) Investimento (PPI) *100	15,43%	0,00%	10,87%	6 550 855	0,00%	0,00	-10,87	Mede o peso das receitas provenientes dos empréstimos de terceiros de médio e longo prazos no financiamento do investimento municipal.
	RELAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA									
Relação dos fundos municipais correntes com as principais componentes da despesa	38	Pessoal Fundos Municipais Correntes *100	80,32%	72,80%	66,31%	4 217 493	65,97%	-6,83	-0,34	Mede o grau de cobertura das despesas com pessoal pelas receitas provenientes dos Fundos municipais oriundos do OE
	39	Aquisição de bens e serviços correntes Fundos Municipais Correntes *100	77,34%	55,61%	68,82%	4 277 658	66,91%	11,30	-1,91	Mede o grau de cobertura das despesas com aquisição de bens e serviços correntes pelas receitas provenientes dos Fundos municipais oriundos do OE
ESTRUTURA DA DÍVIDA MUNICIPAL/ COMPROMISSOS ASSUMIDOS /DESPESA PAGA										
Estrutura da Dívida Municipal/ Compromissos Assumidos /Despesa Paga	40	Compromissos Assumidos para o Exercício *100	103,52%	105,09%	100,76%	18 228 029	100,93%	-4,15	0,18	Se < 100% significa que foi realizada e facturada despesa no exercício sem que, previamente, se efectuasse o respectivo compromisso. Caso contrário significa que foram assumidos compromissos em cada um dos exercícios que ainda não se encontram facturados e, como consequência, irão, num futuro próximo, agravar o valor do endividamento municipal.
		Despesas totais realizadas e facturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam na CP)				18 059 245				
	41	Despesa Total Paga Compromissos Assumidos para o Exercício *100	87,11%	83,55%	89,52%	16 371 965	89,82%	6,26	0,29	Permite apurar a relação entre as despesas pagas e os compromissos totais assumidos (quer se encontrarem facturados ou não) no mesmo exercício.
	42	Saldo Final Orçamental da Gerência Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT) *100	195,61%	217,13%	214,04%	4 264 270	252,73%	35,60	38,69	Mede o grau de cobertura do saldo final gerência em relação às dívidas a fornecedores e empreiteiros, que têm sempre a natureza originária de curto prazo, não obstante poderem ter sido consideradas ao nível do MLP no balanço.
	43	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT) Despesas totais realizadas e facturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam no CP ou MLP) *100	9,82%	12,19%	9,80%	1 445 969	8,01%	-4,19	-1,79	Peso da dívida comercial/administrativa, originariamente de curto prazo (excepto O.T.), nas despesas totais realizadas e facturadas (ou seja, as despesas pagas acrescidas da dívida administrativa/comercial, quer de CP, quer de MLP).
	44	Dívida Municipal em sentido lato Despesa Total Paga *100	83,54%	90,96%	70,36%	9 680 544	59,13%	-31,83	-11,23	Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.) / Despesa total paga.
	45	Receta Total Disponível Dívida Municipal em sentido lato *100	145,22%	143,09%	175,18%	20 636 236	213,17%	70,08	37,99	Receta total disponível / Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
	46	Receta Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita) Dívida Municipal em sentido lato *100	140,08%	143,09%	169,37%	20 636 236	213,17%	70,08	43,81	Receta total disponível deduzida da rubrica orçamental "12. Passivos Financeiros - Emprést. contraídos a médio e longo prazos" /Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
	47	Dívida financeira de MLP Receta Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita) *100	51,12%	47,92%	39,37%	6 228 872	30,18%	-17,73	-9,18	Somatório do capital em dívida dos empréstimos obrigacionistas e de médio e longo prazos, do capital em dívida dos contratos de leasing / Receta total disponível deduzida da rubrica orçamental "12. Passivos Financeiros - Emprést. contraídos a médio e longo prazos".
	48	Dívida Municipal em sentido lato População	501	456	409	9 680 544	368	-87,97	-41,58	Permite apurar a dívida "per capita".
DÍVIDA MUNICIPAL/ RECEITA										
Dívida Municipal / Receita	49	Dívida Municipal em sentido lato Receita próprias regulares	1,0	1,0	0,8	9 680 544	0,7	-0,25	-0,11	Conjunto de indicadores relativos ao período de recuperação da dívida, ou seja, estimativa do número de anos em que a Autarquia é capaz de pagar as suas dívidas com base num conjunto de receitas próprias regulares, admitindo alguma estabilidade nas grandezas consideradas.
	50	Dívida financeira de MLP Receita próprias regulares	0,7	0,7	0,5	6 228 872	0,4	-0,20	-0,09	
	51	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT) Receita próprias regulares	0,1	0,1	0,1	1 445 969	0,1	-0,04	-0,02	A dívida municipal em sentido lato corresponde ao somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
	52	Dívida Municipal em sentido lato Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMIP e leasing) *100	1,6	1,5	1,2	9 636 603	1,0	-0,46	-0,19	As receitas próprias regulares resultam da soma das seguintes rubricas: 01 - Impostos directos; 02 - Impostos indirectos; 04 - Taxas, multas e Outras Penalidades; 05 - Rendimentos da Propriedade; 06.03.01.01 e 10.03.01.01 - Fundo de Equilíbrio Financeiro; 06.03.01.02 - Fundo Social Municipal; 06.03.01.03- Participação no IRS; 07 - Venda de bens e serviços correntes; 08 - Outras receitas correntes.
	53	Dívida financeira de MLP Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMIP e leasing) *100	1,1	1,0	0,8	6 228 872	0,6	-0,36	-0,15	
	54	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT) Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMIP e leasing) *100	0,2	0,2	0,2	1 445 969	0,2	-0,07	-0,03	As despesas rígidas e vinculadas resultam da soma das despesas com pessoal e do juros dos EMIP e dos contratos de locação financeira.

Quadro n.º 110 (C) – Indicadores de Gestão

INDICADORES		2013	2014	2015	2016	VARIACÃO (pontos percentuais)					OBSERVAÇÕES
						N-3 / N-2	N-2 / N-1	N-1 / N	N-3 / N		
RÁCIOS DE LIQUIDEZ											
Liquidez geral	Activo Circulante	176,44%	205,96%	200,28%	6 594 390	219,49%	29,52%	-5,68%	19,21%	43,05%	Mede o grau em que as dívidas de curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo.
	Passivo Circulante				3 004 452						
Liquidez reduzida	Activo circulante - existências	168,23%	198,33%	192,11%	6 340 357	211,03%	30,10%	-6,22%	18,92%	42,80%	Idêntico ao anterior, mas não é considerado o valor das existências.
	Passivo Circulante				3 004 452						
Liquidez imediata	Disponibilidades	115,99%	138,10%	129,48%	4 764 780	158,59%	22,11%	-8,62%	29,11%	42,60%	Idêntico ao primeiro, mas no numerador apenas considera o valor das disponibilidades
	Passivo Circulante				3 004 452						
IMOBILIZAÇÕES											
Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	58,15%	59,97%	61,17%	59 299 058	62,67%	1,82%	1,20%	1,51%	4,52%	Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais...
	Imobilizado Líquido				94 613 919						
Indicador das imobilizações II	Capitais Alheios de Curto Prazo	3,19%	3,25%	3,27%	3 004 452	3,18%	0,06%	0,03%	-0,10%	-0,01%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferimentos).
	Imobilizado Líquido				94 613 919						
ENDIVIDAMENTO											
Endividamento	Passivo	14,76%	13,00%	11,61%	10 718 968	10,38%	-1,76%	-1,39%	-1,23%	-4,38%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
	Activo Líquido				103 262 097						
Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	73,37%	77,23%	74,06%	7 714 516	71,97%	3,86%	-3,17%	-2,09%	-1,40%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP.
	Passivo				10 718 968						
Estrutura de Endividamento II	Dívida financeira de MLP	59,36%	61,63%	60,85%	6 228 872	58,11%	2,27%	-0,78%	-2,74%	-1,25%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo financeiro (empréstimos e leasing) de MLP.
	Passivo				10 718 968						
Estrutura de Endividamento III	Dívidas de Curto Prazo	26,63%	22,77%	25,94%	3 004 452	28,03%	-3,86%	3,17%	2,09%	1,40%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o penúltimo indicador.
	Passivo				10 718 968						
SOLVABILIDADE E AUTONOMIA											
Autonomia Financeira	Fundos Próprios e Passivo	178,33%	183,25%	191,07%	103 262 097	199,82%	4,92%	7,81%	8,75%	21,49%	Quando inferior a 50% a entidade encontra-se na dependência dos seus credores nessa mesma percentagem
	Passivo Total				51 677 554						
Capacidade de Endividamento de Médio e Longo Prazo	Dívidas a Terceiros (MLP)	18,61%	17,55%	15,28%	7 714 516	13,01%	-1,06%	-2,27%	-2,27%	-5,60%	Mede o peso do passivo de MLP nos capitais permanentes
	Capitais permanentes				59 299 058						

9. CONTABILIDADE DE CUSTOS

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), estabelece a obrigatoriedade de implementação da contabilidade de custos no apuramento dos custos por funções, e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços.

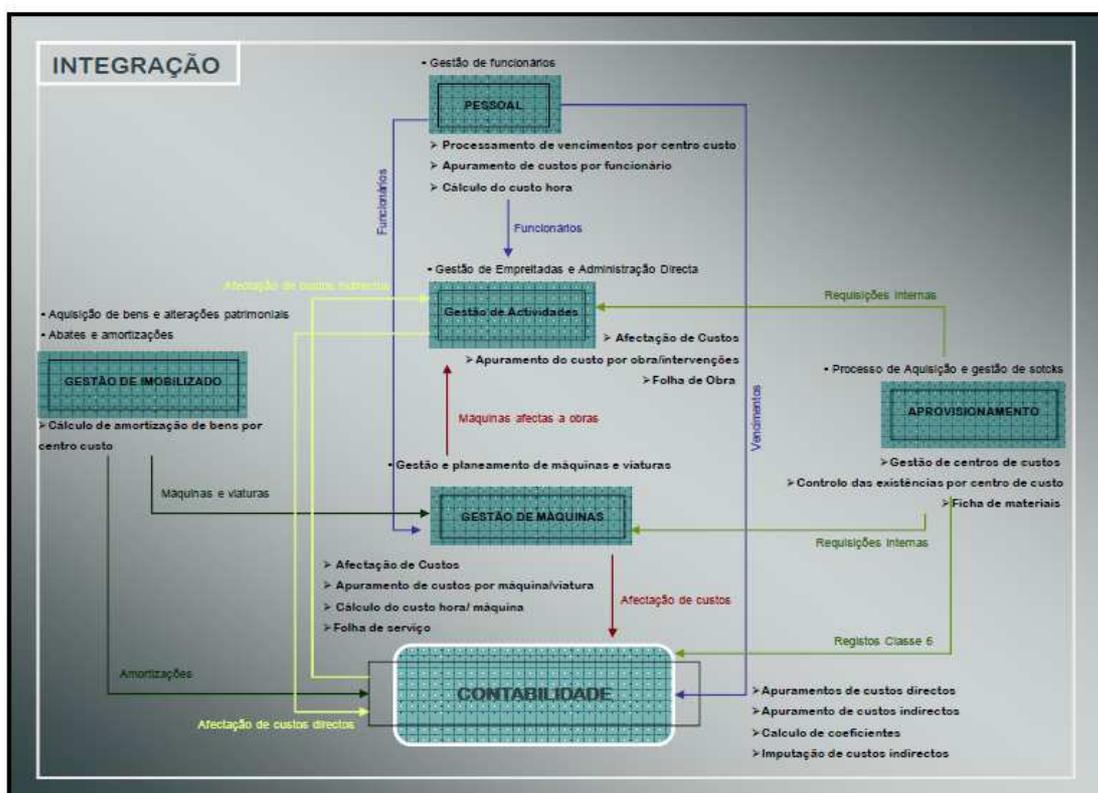
Também o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, na sua atual redação, prevê a implementação deste instrumento de gestão.

No Município de Estarreja, a contabilidade de custos não se encontra implementada na sua plenitude, tendo, no entanto, sido já percorrido um longo caminho nesse sentido.

De sublinhar que a metodologia de implementação da contabilidade de custos depende muito da forma como as entidades se encontram organizadas, e também dos sistemas de informação que utilizam, pelo que podemos afirmar que não existe uma fórmula única que se adapte a todas as entidades.

Neste seguimento, no Município de Estarreja, para o pleno funcionamento da contabilidade de custos é necessário ter em funcionamento e integradas um conjunto de aplicações informáticas, cuja correlação pode ser representada esquematicamente através da figura abaixo:

Contabilidade de Custos - Integração



Fonte: modelo de funcionamento da Contabilidade de Custos – Medidata, 2010

